



Revisão do Plano Diretor Municipal de Fronteira

Caracterização da Situação de Referência



ABRIL 2023 (REVISÃO DE MAIO 2026) (V4)



ÍNDICE DE TEXTO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
1.1 ENQUADRAMENTO PROCESSUAL E METODOLÓGICO	1
1.2 JUSTIFICAÇÃO E OBJETIVOS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	5
1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL E CONTEÚDOS DO PLANO	7
2. FRONTEIRA NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	9
2.1 CONTEXTO ADMINISTRATIVO	9
2.2 CONTEXTO DEMOGRÁFICO E ECONÓMICO	11
2.3 ACESSIBILIDADES REGIONAIS	16
2.4 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E PATRIMÓNIO	17
2.5 ENQUADRAMENTO NA BACIA HIDROGRÁFICA	18
3. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	19
3.1 ENQUADRAMENTO GERAL	19
3.2 ÂMBITO NACIONAL	21
3.2.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	21
3.2.2 Plano Nacional da Água	27
3.2.3 Plano Sectorial da Rede Natura 2000	28
3.2.4 Plano Rodoviário Nacional	29
3.2.5 Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais - Estratégia 2020-2030	29
3.2.6 Estratégia para o Turismo 2027	31
3.3 ÂMBITO REGIONAL E INTERMUNICIPAL	33
3.3.1 Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo	33
3.3.2 Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)	48
3.3.3 Plano de Gestão dos Risco de Inundações (RH5)	51
3.3.4 Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo	51
3.3.5 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo	55
3.3.6 Estratégia Regional do Alentejo 2030	65
3.4 ÂMBITO MUNICIPAL	67
3.4.1 Plano Diretor Municipal (PDM)	67
3.4.2 Planos de pormenor em vigor (PP)	71
3.4.3 Planos de Pormenor em elaboração	74
3.4.4 Plano de Ação e Regeneração Urbana de Fronteira (PARU)	75
3.4.5 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)	78
3.4.6 Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	80
3.4.7 Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC)	82
4. BREVE AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E BASES PARA A REVISÃO DO PDM	86
5. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS	90
5.1 NOTA INTRODUTÓRIA	90
5.2 POPULAÇÃO	90
5.2.1 Ocupação do território – distribuição geográfica da população	91
5.2.2 Evolução da População Residente	92

5.2.3 Componentes do Crescimento: Crescimento Natural e Crescimento Migratório	97
5.2.4 Estrutura etária da população: grupos funcionais e índices resumo	98
5.2.5 População estrangeira e migrações	102
5.2.6 População com deficiência/dificuldades físicas sentidas	102
5.2.7 Condição perante o trabalho, ocupação dos ativos, emprego e desemprego	104
5.2.8 Nível de instrução e qualificação do emprego	108
5.2.9 Mobilidade pendular: complementaridades interconcelhias	110
5.3 ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL	113
5.3.1 Empresas, emprego, volume de negócios e VAB	113
5.3.2 Áreas de acolhimento empresarial	117
5.3.3 Setores de atividade económica	119
5.3.4 Principais projetos e investimentos recentes	126
5.4 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO	127
6. SISTEMA BIOFÍSICO E PAISAGEM	130
6.1 NOTA INTRODUTÓRIA	130
6.2 BREVE E CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	130
6.2.1 Climatologia	130
6.2.2 Geologia e solos	133
6.2.3 Capacidade de uso do solo	142
6.2.4 Análise fisiográfica	143
6.2.5 Recursos hídricos	147
6.3 UNIDADES DE PAISAGEM	148
6.4 VALORES NATURAIS	151
6.4.1 Áreas de valor natural	152
6.4.2 Outros valores naturais	158
6.4.3 Percursos	160
6.5 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO	162
7. VALORES CULTURAIS	164
7.1 NOTA INTRODUTÓRIA	164
7.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA	167
7.3 PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	172
7.4 OUTRO PATRIMÓNIO IMÓVEL INVENTARIADO	181
7.5 ÁREAS, SÍTIOS E CONJUNTOS COM INTERESSE	192
7.5.1 Áreas e Sítios	192
7.5.2 Conjuntos	193
7.6 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	194
7.7 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO	196
8. DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO	198
8.1 NOTA INTRODUTÓRIA	198
8.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	198
8.3 PMOT, COMPROMISSOS E PARTICIPAÇÕES	205
8.3.1 Planos municipais de ordenamento do território	205
8.3.2 Compromissos urbanísticos	207

8.3.3 Intenções e participações	209
8.4 INTEGRAÇÃO DE FRONTEIRA NO SISTEMA URBANO REGIONAL	210
8.5 SISTEMA URBANO DE FRONTEIRA	212
8.6 ESTRUTURA DO POVOAMENTO	219
8.7 CARACTERIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS	221
8.7.1 Freguesia de Cabeço de Vide	224
8.7.2 Freguesia de Fronteira	230
8.7.3 Freguesia de São Saturnino	238
8.8 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO	241
9. HABITAÇÃO	243
9.1 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO	243
9.1.1 Evolução da População, alojamentos e edifícios 2011/2021	243
9.1.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento	244
9.1.3 Estado de conservação do parque edificado	245
9.1.4 Tipos de alojamento e formas de ocupação	246
9.1.5 Condições de habitabilidade e de acesso a cadeiras de rodas	248
9.1.6 Regime de ocupação e encargos com a Habitação	249
9.1.7 Habitação de cariz social propriedade da autarquia e de outras entidades	250
9.1.8 Mercado imobiliário	251
9.2 CARÊNCIAS HABITACIONAIS E ESTIMATIVA DE NECESSIDADES DE HABITAÇÃO	252
9.3 MEDIDAS DE POLÍTICA HABITACIONAL EM CURSO	253
9.4 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	253
10. EQUIPAMENTOS COLETIVOS	256
10.1 INTRODUÇÃO	256
10.2 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	257
10.3 EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	260
10.4 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	263
10.5 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	266
10.6 EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS	269
10.7 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL	271
10.8 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	272
11. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES	274
11.1 PADRÕES DE MOBILIDADE	275
11.2 INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	278
11.2.1 Enquadramento no Sistema de Acessibilidades e de Conetividade	279
11.2.2 Conetividade externa	281
11.2.3 Acessibilidade interna	282
11.3 TRANSPORTE PÚBLICO	285
11.4 MODOS SUAVES	287
12. INFRAESTRUTURAS URBANAS	289
12.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	290
12.2 SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	291
12.3 RESÍDUOS	292
12.4 ABASTECIMENTO DE ENERGIA	294

12.5 SISTEMA DE COMUNICAÇÕES.....	295
13. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS.....	297
13.1 RISCOS NATURAIS	298
13.2 RISCOS TECNOLÓGICOS	301
13.3 RISCOS MISTOS	304
14. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.....	307
15. ANEXOS.....	308
15.1 ANEXO I – PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO, EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO, OUTRO PATRIMÓNIO IMÓVEL INVENTARIADO	308
15.2 ANEXO II – PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NÃO CLASSIFICADO	312
15.3 ANEXO III - LISTA DE ACRÓNIMOS	316
15.4 ANEXO IV - EQUIPA TÉCNICA.....	318

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Enquadramento geográfico do Concelho de Fronteira.....	1
Figura 2: Esquema com a área do concelho	2
Figura 3: O concelho da Fronteira no Alto Alentejo	10
Figura 4: Freguesias do Fronteira	11
Figura 5: Fronteira no contexto do PRN2000	16
Figura 6: Delimitação das sub-bacias identificadas na RHA	18
Figura 7: Modelo de Território do PNPOT	25
Figura 8: Modelo Territorial do PROT Alentejo.....	37
Figura 9: Sub-região homogénea Peneplanície do Alto Alentejo a amarelo, concelho de Fronteira a tracejado ..	53
Figura 10: ARU de Fronteira.....	79
Figura 11: ARU de Cabeço de Vide	80
Figura 12: Carta de perigosidade de incêndio florestal	82
Figura 13: Área de acolhimento empresarial de Fronteira - Fase I (sem escala).....	117
Figura 14: Área de acolhimento empresarial de Fronteira - Fase II (sem escala)	118
Figura 15: Área de acolhimento empresarial de Cabeço de Vide (sem escala).....	118
Figura 16: Carta Geológica de Portugal 32A, 32B, 32C e 32D	140
Figura 17: Modelo digital do terreno do concelho de Fronteira	146
Figura 18: Unidades de Paisagem: 1-Mosaico Florestal; 2-Mosaico Agrícola; 3-Elevações de Cabeço de Vide	151
Figura 19: Sistema Urbano do Alentejo.....	212
Figura 20: Sistema Urbano do Concelho de Fronteira, 2023	218
Figura 21: Área objeto de divisão em courelas e contextualização do aglomerado de Vale de Seda.....	237

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1: Mosaico agrícola	150
Foto 2: Mosaico florestal	150
Foto 3: Folhosas da galeria ripícola de Ana Loura	155
Foto 4: Galeria ripícola da Ribeira Grande	155
Foto 5: Troço de estrada ladeada por plátanos.....	159
Foto 6: Piscina e praia fluvial da Ribeira Grande.....	159
Foto 7: Vista a partir do largo da Torre do Relógio.....	160
Foto 8: Vista a partir do miradouro da Barbacã.....	160
Foto 9: Pelourinho de Cabeço de Vide.....	175
Foto 10: Cruzeiro de Cabeço de Vide	175
Foto 11: Pelourinho de Fronteira	177
Foto 12: Igreja Matriz de Fronteira/ N. Sr.ª da Atalaia	177
Foto 13: Igreja do Senhor do Mártir.....	177
Foto 14: Solar dos Simas Cardoso.....	177

Foto 15: Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha.....	178
Foto 16: Torre do Relógio, Antigos Paços do Concelho e Cadeia.....	178
Foto 17: Monte do Barrocal.....	179
Foto 18: Monte do Barrocal.....	179
Foto 19: Ponte da Ribeira Grande.....	180
Foto 20: Estação de Caminhos-de-ferro de Fronteira	180
Foto 21: Igreja do Espírito Santo	182
Foto 22: Capela do Calvário.....	182
Foto 23: Capela Senhora dos Anjos.....	183
Foto 24: Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia	183
Foto 25: Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia	184
Foto 26: Capela do Espírito Santo.....	184
Foto 27: Castelo de Cabeço de Vide.....	185
Foto 28: Estação de Caminhos-de-ferro de Cabeço de Vide	185
Foto 29: Forca	186
Foto 30: Cadeia Comarcã de Fronteira	186
Foto 31: Centro Cultural	187
Foto 32: Cruzeiro de São Bráz	187
Foto 33: Edifício dos Correios (CTT)	187
Foto 34: Paços de Concelho	187
Foto 35: Palácio da Justiça	188
Foto 36: Obelisco alusivo à Batalha dos Atoleiros, na Herdade dos Atoleiros	188
Foto 37: Obelisco alusivo à Batalha dos Atoleiros, Fronteira	188
Foto 38: Casa da R. de Avis, nº 74	189
Foto 39: Palacete da Avenida da Libertação.....	189
Foto 40: Externato Rainha Santa	190
Foto 41: Solar da família Soares Franco	190
Foto 42: Fonte Nova, Fronteira.....	192
Foto 43: Coreto de Fronteira	192
Foto 44: Pombal de São Saturnino.....	192
Foto 45: Rua dos Anjos	193
Foto 46: Castelo de Cabeço de Vide.....	193
Foto 47: Habitações junto ao Castelo.....	193
Foto 48: Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha.....	194
Foto 49: Rua de Santa Maria.....	194
Foto 50: Rua dos Trigueiros	194
Foto 51: Relevo de ondulado suave, a Leste da zona industrial - Fronteira	199
Foto 52: Olival junto ao Largo Heróis da Pátria.....	200
Foto 53: Montado denso.....	200
Foto 54: Moradias unifamiliares, Fronteira	223
Foto 55: Habitação coletiva, Fronteira.....	223
Foto 56: Vista geral de Cabeço de Vide	225
Foto 57: Núcleo antigo de Cabeço de Vide	226
Foto 58: Espírito Santo, Cabeço de Vide	226
Foto 59: Malha urbana ortogonal, Cabeço de Vide	226
Foto 60: Avenida da Libertação, Cabeço de Vide	227
Foto 61: Praça de touros de Cabeço de Vide.....	227
Foto 62: Escola Básica de Cabeço de Vide e parque infantil	227
Foto 63: Santa Casa da Misericórdia	227
Foto 64: Conjunto de imagens do núcleo edificado das Termas da Sulfúrea.....	230
Foto 65: Vista geral de Fronteira	231
Foto 66: Rua D. Francisco de Portugal, Fronteira	232
Foto 67: Largo Marchal Carmona.....	232
Foto 68: Largo Marchal Carmona a tardoz da igreja	232
Foto 69: Rua de Santo António, Fronteira	232
Foto 70: Rua dos Trigueiros, Fronteira.....	232
Foto 71: Avenida dos Atoleiros, Fronteira	233
Foto 72: Polo de equipamentos de utilização coletiva central apoiados na Avenida dos Atoleiros (Mercado, Tribunal, Santa Casa da Misericórdia e Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros).....	234
Foto 73: Zona de equipamentos desportivo, a poente da Vila (estádio, piscinas e centro hípico)	234

Foto 74: Zona Industrial de Fronteira (1ª e 2ª fases).....	234
Foto 75: Ocupação recente, resultante da implementação de loteamentos.....	235
Foto 76: Loteamento do Espírito Santo, Fronteira.....	236
Foto 77: Exemplo de ocupação fora do Perímetro Urbano, Vale de Seda.....	238
Foto 78: Largo, Vale de Seda.....	238
Foto 79: Igreja e praça central de Vale de Seda.....	238
Foto 80: Moradias.....	238
Foto 81: Largo 25 de Abril, Vale de Maceiras.....	239
Foto 82: Rua estruturante de Vale Maceiras.....	239
Foto 83: Rua General Humberto Delgado, Vale de Maceiras.....	240
Foto 84: Moradias unifamiliares, resultantes do loteamento.....	240
Foto 85: Conjunto de equipamentos de utilização coletiva (Junta de freguesia e Centro de dia).....	240
Foto 86: Rua General Humberto Delgado, Vale de Maceiras.....	240
Foto 87: Rua General Humberto Delgado, Vale de Maceiras.....	240
Foto 88: Equipamentos de saúde, 2023.....	265
Foto 89: Equipamentos desportivos de Fronteira.....	268
Foto 90: Centro de Estágios de Fronteira.....	269
Foto 91: Equipamentos culturais.....	270

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sectores de atividade económica, em 2021.....	13
Gráfico 2: População empregada (%) no Alto Alentejo (NUTIII 2013), por Profissão, em 2021.....	14
Gráfico 3: Evolução da população residente no concelho de Fronteira, 1864 a 2021.....	93
Gráfico 4: Variação da população do Alentejo e das sub-regiões e do Alto Alentejo, por concelho (%), 2011/2021.....	94
Gráfico 5: Evolução da População residente no concelho de Fronteira, por freguesia, 1981/2021.....	95
Gráfico 6: Número de pessoas por família clássica (%), no concelho de Fronteira, 2021.....	96
Gráfico 7: Taxas de Natalidade e Mortalidade (‰) no concelho de Fronteira, 2001/2020.....	97
Gráfico 8: Evolução do saldo natural e do saldo migratório (N.º), no concelho de Fronteira, 2001/2021.....	98
Gráfico 9: População por grupos funcionais (%), no concelho de Fronteira, 2001/2021.....	99
Gráfico 10: Pirâmides etárias (N.º) do concelho de Fronteira e do Alto Alentejo, 2011/2021.....	100
Gráfico 11: Estrutura Etária da População do concelho de Fronteira, por freguesia, 2021 (%).....	101
Gráfico 12: Situação da população residente perante o trabalho (%), no concelho de Fronteira, 2021.....	104
Gráfico 13: Evolução da população por setores de atividade económica (%), em Fronteira, 2001/2021.....	106
Gráfico 14: População residente no concelho de Fronteira,.....	109
Gráfico 15: População ativa, segundo o grupo socioeconómico, 2021.....	110
Gráfico 16: População residente no concelho de Fronteira, segundo o local de trabalho ou estudo, 2021.....	111
Gráfico 17: Empresas e emprego no Alentejo, Alto Alentejo e concelho de Fronteira, por atividade (CAE Rev. 3), 2021.....	115
Gráfico 18: Valor acrescentado Bruto (VAB) das empresas sedeadas em Fronteira e no contexto regional, por atividade (CAE Rev. 3), 2021.....	116
Gráfico 19: Escalonamento urbano, segundo a dimensão populacional dos centros urbanos, 2021.....	214
Gráfico 20: Variação da população, alojamentos e edifícios (%), 2011/2021.....	244
Gráfico 21: Alojamentos familiares clássicos por época de construção, 2021.....	245
Gráfico 22: Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Fronteira, 2021.....	247
Gráfico 23: Escalões de encargos devido à aquisição de habitação e valores mensais de renda, 2021.....	250
Gráfico 24: Valor mediano das Vendas por m² dos alojamentos familiares (€), concelho de Fronteira e Alto Alentejo, 2019/2022.....	251
Gráfico 25: N.º de alunos matriculados nos estabelecimentos educativos de Fronteira, 2005/06 a 2020/21.....	257
Gráfico 26: População que se desloca, por local de trabalho ou estudo, por município, em 2021.....	276
Gráfico 27: População residente que se desloca, por local de trabalho ou estudo, por freguesia, em 2021.....	277
Gráfico 28: Repartição modal das deslocações, por freguesia, em 2011 e 2021.....	277
Gráfico 29: Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab), 2020.....	293

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dinâmica do PDM de Fronteira	2
Quadro 2: Fronteira no contexto da Sub-região do Alto Alentejo (NUT III), em 2011 e 2021	12
Quadro 3: Fronteira - contexto municipal, 2011 e 2021	13
Quadro 4: Nível de escolaridade da população residente com 15 ou mais anos dos concelhos da sub-região do Alto Alentejo, em 2021 (%)	15
Quadro 5: Quadro de Referência Estratégico de Fronteira (abril 2023)	19
Quadro 6: PNPOT - Desafios Territoriais, Compromissos para o Território, Modelo Territorial e Domínios de Intervenção	23
Quadro 7: PNPOT - Modelo de Território, respetivos sistemas e diretrizes para PDM	25
Quadro 8: Visão e Metas da ET27	31
Quadro 9: Eixos e Linhas Estratégicas de Atuação da ET27	32
Quadro 10: Opções Estratégicas de Base Territorial	36
Quadro 11: Pano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) – Eixo, programa de medidas e <i>Key Types of Measures</i>	49
Quadro 12: Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Produção	53
Quadro 13: Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Proteção	53
Quadro 14: Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Silvo pastorícia, caça e pesca as águas interiores	54
Quadro 15: Orientações gerais e diretrizes territorializáveis para a integração da adaptação às alterações climáticas nos PDM	57
Quadro 16: Objetivos estratégicos e específicos da ER Alentejo 2030	66
Quadro 17: Riscos naturais, tecnológicos e mistos	85
Quadro 18: Densidade populacional no concelho de Fronteira, por freguesia, 2011/2021	91
Quadro 19: Evolução da população residente por freguesia e lugar, 1991/2021	91
Quadro 20: Evolução da população residente nos concelhos do Alto Alentejo, 2001/2021	94
Quadro 21: Variação do número e da dimensão média das famílias, 2001/2021	96
Quadro 22: Estrutura etária do concelho de Fronteira e do Alto Alentejo (%), 2001/2021	101
Quadro 23: Índices de estrutura etária, 2001/2021	102
Quadro 24: População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades por tipo de dificuldade e grau de dificuldade, concelho de Fronteira, 2021	103
Quadro 25: População segundo a sua situação perante o trabalho, 2011/2021	105
Quadro 26: Evolução dos indicadores do mercado de trabalho, 2011/2021	105
Quadro 27: Emprego por ramo de atividade, concelho de Fronteira, 2011/2021	107
Quadro 28: Características do Desemprego, 2011/2023	107
Quadro 29: Evolução da taxa de analfabetismo, 2001/2021	108
Quadro 30: Evolução das deslocações pendulares, de e para o concelho de Fronteira, 2011/2021	112
Quadro 31: Destino e origem das deslocações pendulares para e de Fronteira, 2021	112
Quadro 32: Evolução das empresas, emprego, volume de negócios e VAB no concelho de Fronteira, 2011/2021	113
Quadro 33: Empresas e Emprego no concelho de Fronteira, por atividade (CAE Rev.3), 2011/2021	114
Quadro 34: Volume de Negócios e Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas de Fronteira, por atividade (CAE Rev. 3), 2011/2021	116
Quadro 35: Empresas e emprego na Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, 2021	119
Quadro 36: Empresas e emprego na Indústria Transformadora e na Construção, concelho de Fronteira, 2021	120
Quadro 37: Empresas e emprego no Comércio e Serviços, concelho de Fronteira, 2021	121
Quadro 38: Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico, 2021	123
Quadro 39: Empreendimentos turísticos no Alto Alentejo, por concelho, 2023	123
Quadro 40: Empreendimentos turísticos no concelho de Fronteira, 2023	124
Quadro 41: Alojamento Local (AL), concelho de Fronteira, 2023	125
Quadro 42: Projetos financiados e montantes envolvidos pelo Portugal 2020 no concelho de Fronteira	127
Quadro 43: Cenários climáticos RCP4.5 e RCP 8.5 para os períodos de médio e longo prazo	132
Quadro 44: Sistematização da rede hidrográfica principal do concelho de Fronteira	144
Quadro 45: Caracterização das classes de Declives	146
Quadro 46: - Espaços Florestais do Concelho de Fronteira (ha)	204
Quadro 47: Participações rececionadas, por ordem de entrada	209
Quadro 48: População do concelho de Fronteira, por lugar, 2001/2021	214
Quadro 49: Funções centrais do setor Público, concelho de Fronteira, 2023	216

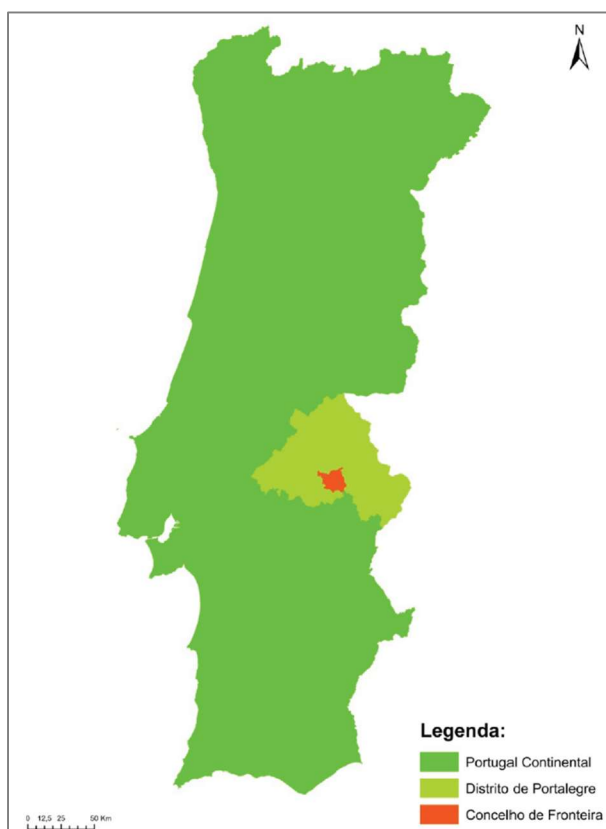
Quadro 50: População, alojamentos e edifícios, 2011/2021	243
Quadro 51: Edifícios por necessidade de reparação, 2021	246
Quadro 52: Formas de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (N.º), 2011/2021	247
Quadro 53: Regime de propriedade dos alojamentos familiares de residência habitual (%), 2021	249
Quadro 54: Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), 2023	261
Quadro 55: Centros de Dia, 2023	262
Quadro 56: Centros de convívio, 2023	262
Quadro 57: Apoio domiciliário, 2023	262
Quadro 58: Síntese das valências de apoio aos idosos, 2023	263
Quadro 59: Centro de saúde e extensões de saúde, 2023	264
Quadro 60: Número e área das instalações desportivas, por freguesia, 2023	266
Quadro 61: Dimensão funcional útil, 2023	267
Quadro 62: Dimensão Funcional Útil, de acordo com tipologias, 2023	267
Quadro 63: Associações culturais e recreativas do município de Fronteira, 2023	271
Quadro 64: Indicadores ambientais – resíduos urbanos	293
Quadro 65: Riscos Naturais – Perigosidade, Vulnerabilidade, Probabilidade, Grau de Gravidade e Grau de risco	300
Quadro 66: Riscos Tecnológicos – Perigosidade, Vulnerabilidade, Probabilidade, Grau de Gravidade e Grau de risco	302
Quadro 67: Riscos Mistos – Perigosidade, Vulnerabilidade, Probabilidade, Grau de Gravidade e Grau de risco	305

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 ENQUADRAMENTO PROCESSUAL E METODOLÓGICO

O presente documento corresponde ao relatório da Caracterização da Situação de Referência (Análise e Diagnóstico) elaborado em abril de 2023 no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Fronteira, tendo sido revisto em maio de 2026 exclusivamente nas situações decorrentes dos pareceres emitidos pelas entidades que integram a Comissão Consultiva da Revisão do PDM, e não com o objetivo de atualização de dados, reportando esta caracterização e diagnóstico à data em que foi realizada no início dos trabalhos.

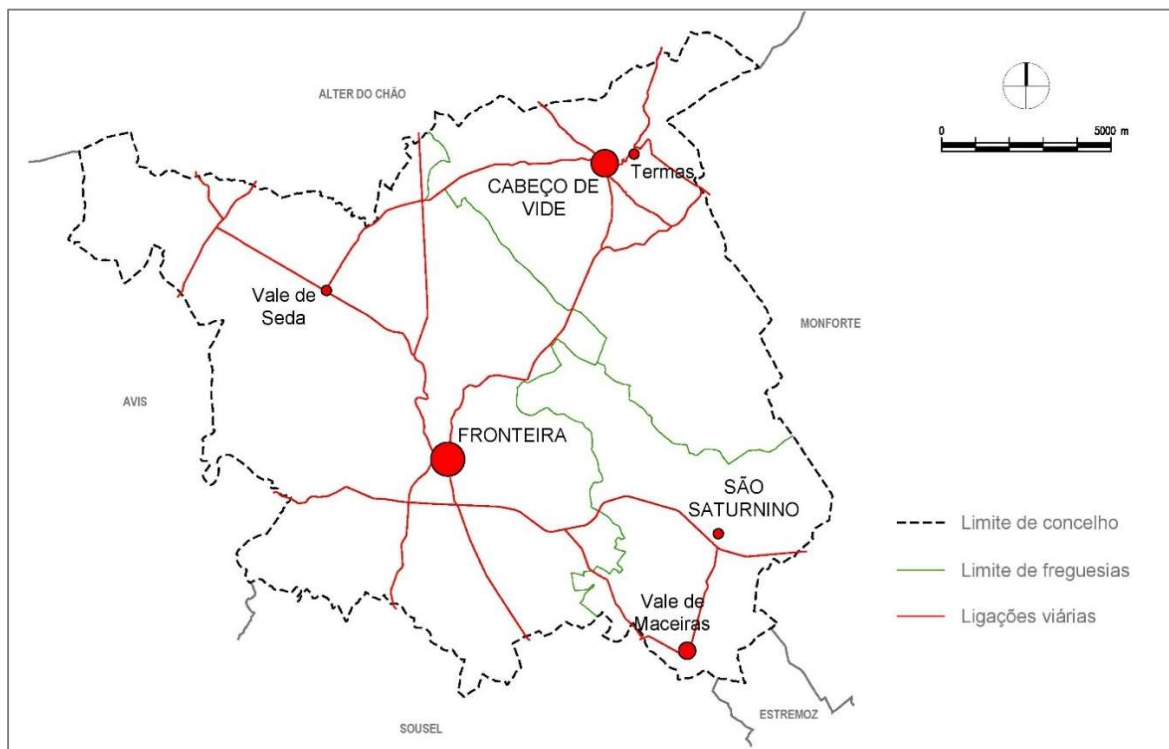
Figura 1: Enquadramento geográfico do Concelho de Fronteira



Fonte: REOT de Fronteira, CMF, 2022

O concelho localiza-se no distrito de Portalegre, integra-se na Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIM AA). Tem uma área territorial de 248,6 Km² e divide-se em três freguesias: Fronteira, Cabeço de Vide e São Saturnino.

Figura 2: Esquema com a área do concelho



Fonte: Mundo às Riscas, Lda., 2023

O Plano Diretor de Fronteira (PDMF) em vigor foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/1995 publicada no D.R. n.º 76, 1ª série -B, de 30/03/1995. Desde então, foi objeto de quatro alterações, conforme registo na Direção Geral do Território (DGT).

Quadro 1: Dinâmica do PDM de Fronteira

Dinâmica	Diário da República	Data de Publicação
Publicação	Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/1995; 1ª série B; n.º 76	30 de março de 1995
1ª Alteração de Pormenor	Declaração n.º 319/1999; 2ª série; n.º 229	30 de setembro de 1999
2ª Alteração – Regime simplificado	Declaração n.º 326/2002; 2ª série; n.º 250	29 de outubro de 2002
3ª Alteração	Resolução de Conselho de Ministros n.º 1072004; 1ª série B; n.º 172	23 de julho de 2004
4ª Alteração por adaptação	Aviso n.º 20170/2010; 2ª série, n.º 198	11 de outubro de 2010

Fonte: DGT 2023

Em 2008, tendo a Revisão do PDM completado 13 anos de vigência, a Câmara Municipal aprovou o início da revisão do PDM, conforme publicitado no Edital n.º 261/2008, de 17 março. Os trabalhos de revisão, incluindo caracterização e propostas de ordenamento, tiveram desenvolvimentos entre 2008 e 2012 e foram revistos no final de 2018, porém, os conteúdos não reuniam, ainda, condições para prosseguir à luz do novo quadro legal. Em 2020 foi homologada a cartografia de base, permitindo à CMF iniciar os trabalhos de elaboração das propostas de delimitação de RAN bruta e de REN bruta, mas, com o período pandémico que se viveu a nível mundial em 2020 e 2021, os trabalhos não foram concluídos.

Seguiu-se a elaboração do Relatório do Estado de Ordenamento do Território, concluído em 2022, que sustentou os Termos de referência para nova deliberação da revisão do PDM. Com a publicação do Aviso n.º 4784/2022 em 7 de março de 2022 foi, efetivamente, determinada a abertura do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Fronteira. A Câmara fixou dezembro de 2022 como prazo para conclusão da revisão, acompanhando assim o prazo que o próprio RJIGT fixava para estar concluída a adequação ao RJIGT. Em fevereiro de 2023 é publicado novo aviso (Aviso n.º 2349/2023, DR n.º 24, 2ª Série) com a prorrogação do prazo até novembro 2023. Face ao processo concursal para contratação de equipa técnica externa, que só ficou concluído no final de fevereiro de 2023, os trabalhos desencadearam-se a partir de março de 2023.

Entre a primeira e a segunda deliberações no sentido de iniciar a revisão do PDM decorreram 14 anos (2008 e 2022) e ocorreram diversas reformas estruturantes na disciplina do uso do solo sendo as mais recentes de carácter estruturante as de 2014 com a publicação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e a consequente revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos Territoriais (D.L. n.º 80/2015 de 14 de maio) e respetiva regulamentação (D.R. n.º 15/2015 de 19 de agosto), que reforçam e impõem a necessidade do PDM ser revisto e de se adaptar à nova visão territorial, aos novos critérios de classificação e reclassificação do solo, às novas regras de qualificação do solo e à necessidade de sustentar as propostas de ordenamento numa programação responsável e sustentável.

Paralelamente, diversos Planos, Programas e Estratégias de âmbito Nacional, Regional e Setorial, foram revistos ou produzidos vindo alterar significativamente o quadro de referência estratégico e a visão das preocupações a serem plasmadas nos instrumentos de gestão territorial, em concreto, no Plano Diretor Municipal enquanto instrumento integrador e definidor do papel do município na região e estruturador do seu espaço e do seu desenvolvimento.

De salientar o facto do município nos últimos anos se ter munido de diversos estudos e projetos, próprios ou desenvolvidos no contexto da Comunidade Intermunicipal, que têm permitido orientar

sectorialmente as suas intervenções a vários níveis, suportando projetos, candidaturas e intervenções que vão respondendo às solicitações do território e da sua população.

Assim, o ponto de partida para a caracterização da situação de referência desta Revisão, metodologicamente, assenta:

- Na utilização de uma base cartográfica atualizada e homologada em julho de 2020;
- Na análise de todos os documentos produzidos a nível municipal e intermunicipal (planos, estratégias e outros) no sentido de evidenciar os principais traços caracterizadores e conteúdos fundamentais para a compreensão do ordenamento do território municipal atual ou com potencial impacto na sustentação do futuro ordenamento;
- Na análise dos instrumentos do quadro de referência estratégico;
- Na atualização da cartografia temática que tinha sido produzida nos primeiros procedimentos de revisão iniciados em 2012 e continuados em 2018 e respetiva interpretação, ao nível dos temas essenciais para a compreensão das mudanças e para a definição do novo modelo de ordenamento:
 - Uso e ocupação do solo;
 - Fisiografia e Paisagem;
 - Valores naturais e culturais;
 - Compromissos urbanísticos;
 - Riscos e vulnerabilidades;
 - Servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Os diversos documentos e estudos que serviram de suporte são abordados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e nos domínios a que respeitam.

Por fim, referir que, em simultâneo, com esta revisão está em curso uma nova delimitação de:

- Reserva Agrícola Nacional Bruta, com um trabalho iniciado pelo município em 2020 e que passa a integrar a presente revisão.
- Reserva Ecológica Nacional Bruta, que está a ser elaborada de raiz, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de agosto que veio alterar o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional. No âmbito desse processo que acompanha a Revisão o território é amplamente caracterizado

do ponto de vista físico e biofísico, nomeadamente geológico e hidrogeológico e hídrico, componentes fundamentais para o conhecimento do território e do seu comportamento.

A revisão do PDM é, ainda, acompanhada da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, cuja identificação dos Fatores Críticos de Decisão ocorre em paralelo com a elaboração do presente relatório.

1.2 JUSTIFICAÇÃO E OBJETIVOS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Consta da Deliberação de Câmara de 14 de fevereiro de 2022 como justificação para a revisão do PDM a seguinte:

Deliberação

Revisão do Plano Diretor Municipal de Fronteira

Considerando que o PDM de Fronteira é um plano de 1.^a geração que, não obstante o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do seu regulamento, que indicava que o mesmo deveria ser revisto ao fim de 10 anos, se mantém eficaz até à entrada em vigor da respetiva revisão, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 93.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação. Considerando que volvidas mais de duas décadas de vigência, naturalmente, o PDM de Fronteira se encontra obsoleto, desajustado e por isso com dificuldades em responder às dinâmicas atuais, impõe-se assim a sua revisão de forma a adequar os seus objetivos estratégicos e o respetivo modelo territorial à evolução e aos desafios colocados ao Município pelas novas necessidades de desenvolvimento social, económico, cultural, urbanístico e ambiental, bem como adequa-lo ao enquadramento legal em vigor, nomeadamente, no que concerne às regras relativas à classificação do solo.

São, então, definidos de forma sistemática os seguintes objetivos da Revisão do PDM de Fronteira:

Objetivos estratégicos para a revisão do PDM:

- OE1. Reforçar a capacitação dos cidadãos e a coesão social;
- OE2. Promover a diversidade da atividade económica;
- OE3. Consolidação do polo regional de Saúde, Recreio e lazer;
- OE4. Garantir a qualificação ambiental integrada e sustentável do território;
- OE5. Aumentar a atratividade através da afirmação da identidade e amenidades locais;
- OE6. Reforçar as infraestruturas e equipamentos para a conectividade territorial;

- OE7. Melhoria da Governança;

Objetivos específicos da revisão do PDM:

- Compatibilizar e articular o Plano com outros instrumentos de gestão territorial;
- Desenvolver o Plano à luz do atual quadro legal;
- Resolver as incompatibilidades existentes no atual plano entre os espaços definidos nas Plantas de Ordenamento, Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional (incluindo a sua atualização de acordo com a legislação em vigor);
- Contribuir para o desenvolvimento sustentado da região, com base num plano estratégico e plano de ação flexível, adequado aos contextos de mudança que permita tornar o território de Fronteira resiliente;
- Estabelecer uma regulamentação coerente e objetiva, de forma a possibilitar o ordenamento do território desejado e uma correta gestão municipal estabelecendo, também, os princípios-básicos de ordenamento referentes aos vários sectores;
- Salvar os locais de maior sensibilidade ecológica e interesse paisagístico, valorizando o património – natural, cultural e construído –, à luz de conceitos inovadores de desenvolvimento e da nova legislação entretanto publicada;
- Proceder a reajustamentos dos Perímetros Urbanos dos Aglomerados – nomeadamente da sede de concelho e freguesia de Cabeço de Vide – dando resposta às necessidades locais através da opção por modelos mais ajustados e que viabilizem o desenvolvimento económico;
- Inverter a tendência verificada nos últimos anos, no que diz respeito ao despovoamento e aumento dos níveis de envelhecimento da população;
- Ajustar a programação dos equipamentos públicos à rede urbana complementar;
- Adequar a estratégia a adotar para o setor turístico, apostando na valorização dos recursos locais;
- Programar as áreas de acolhimento de atividades económicas, nomeadamente da zona industrial existente na sede de concelho – definindo a tipologia de lotes, criando regras urbano industriais, e equipamentos de apoio, adequados ao universo de solicitações que se perspetivam, de forma a atingir um maior dinamismo económico;

- Definir propostas de ordenamento adequadas às especificidades do território abrangido pelo fracionamento da propriedade com origem nas courelas instituídas no final do séc. XIX.
- Avaliar os planos de pormenor em vigor, nomeadamente os de salvaguarda do Centro Histórico de Fronteira e de Cabeço de Vide e sua adequação com os novos instrumentos de planeamento e gestão destes espaços urbanos enquanto Áreas de Reabilitação Urbana.

1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL E CONTEÚDOS DO PLANO

O procedimento e conteúdos da Revisão do PDM de Fronteira seguem o estipulado nos seguintes diplomas:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio que estabelece as Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBGPPOTU), na sua redação atual;
- O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) em conformidade com o estabelecido no artigo 81º da LBGPPOTU, na sua redação atual;
- Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto, que “estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante”.

A cartografia de base utilizada para a Revisão do PDM de Fronteira foi homologada em 10 de julho de 2020, com o n.º de processo 620 e tem as seguintes características principais:

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO N.º 620	
Identificação do processo	Cartografia do município de Fronteira
Entidade proprietária	Município de Fronteira
Entidade produtora	Infoportugal, S.A..
Série Cartográfica Oficial	SCN10K - IGP
Data de Edição	2019/2020
Processo	nº 620
Data de Homologação	10/07/2020
Entidade Responsável pela Homologação	DGT
Sistema de Referência	ETRS89-TM06
Projeção	Transversa de Mercator, Datum Cascais
Exatidão Posicional	Planimétrica 1,5 metros, desvios planimétricos inferiores a 2,30 m; Altimétrica 1,70 metros, desvios altimétricos inferiores a 2,75 m
Exatidão Temática	melhor ou igual a 95%; Limites Administrativos: CAOP 2022

Fonte: Processo de homologação n.º 620, DGT

Ao nível de escala a utilizar e forma de apresentação, a opção foi no sentido de visualizar a totalidade do território no enquadramento de uma só folha, apresentada à escala 1:25000. No caso dos aglomerados, a apresentação é feita num afolha para cada aglomerado, à escala 1:5000.

Os limites administrativos considerados são os que constam da Carta Administrativa Oficial de Portugal na data mais recente disponível aquando da produção das peças temáticas da presente Revisão do PDM.

2. FRONTEIRA NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é essencial para a avaliação das possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Assim, o conhecimento destes dois fatores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio.

A peça desenhada n.º 01 enquadra espacialmente o concelho de Fronteira no contexto regional.

Apesar de em Fronteira nos últimos anos terem sido introduzidas algumas melhorias em diversas áreas, designadamente ao nível dos equipamentos, infraestruturas básicas, etc. que constituem o sustentáculo para o desenvolvimento efetivo do concelho, o concelho continua a apresentar algumas debilidades no contexto regional que poderão condicionar o seu desenvolvimento.

Ao nível das Infraestruturas Viárias, apesar da melhoria generalizada da acessibilidade regional e nacional, Fronteira não é atravessado por nenhuma via que integra a Rede Nacional Fundamental, nem está próximo de nenhum nó relevante. Estão também, ainda, por concretizar alguns itinerários planeados no âmbito do Plano Rodoviário Nacional - PRN2000 (troço poente do IC13, IC9 e IP2).

Já no que se refere às Infraestruturas Urbanas, foram introduzidas melhorias significativas ao longo dos últimos anos verificando-se, atualmente, uma elevada taxa de cobertura e um bom nível de serviço, quer no abastecimento de água, quer no saneamento.

No domínio do Equipamentos Coletivos há a destacar uma evolução relativamente ao nível de serviço dos equipamentos escolares, desportivos e culturais, em particular fruto das oportunidades de financiamento para tornar este território atrativo e inclusivo, traduzindo-se no desenvolvimento do tecido urbano que o concelho registou nos últimos anos.

2.1 CONTEXTO ADMINISTRATIVO

O concelho de Fronteira está integrado na Região do Alentejo (NUTII) e na sub-região do Alto Alentejo (NUT III), que de acordo com a nova divisão administrativa em vigor desde 2015¹, continua a integrar 15 municípios. Administrativamente pertence, ainda, ao distrito de Portalegre, integrando os mesmos concelhos que a sub-região do Alto Alentejo, para além de Fronteira, Alter do Chão, Arronches, Avis,

¹ Integração do concelho de Sousel e exclusão do concelho de Mora.

Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel.

Figura 3: O concelho da Fronteira no Alto Alentejo



Fonte: CAOP 2022, DGT, sem escala

Fronteira situa-se na zona central sul da sub-região, confinando a poente com Avis, a norte com Alter do Chão, a nascente com Monforte e a Sul com Sousel e Estremoz, numa área de transição entre as paisagens alentejanas e beirã.

No contexto da sub-região, de acordo com os Censos 2021, o concelho de Fronteira é o segundo menos populoso da NUTIII, a seguir a Arronches, apresentava 2.858 habitantes, e na evolução da população, entre 2011 e 2021, perdeu 16,2% da sua população, apresentando o mesmo cenário de perda verificado em toda a sub-região, embora com um decréscimo superior.

De acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) - versão 2022, o concelho de Fronteira ocupa uma área de 248,6 km², correspondendo a 4,1% da área total do Alto Alentejo, e

administrativamente é constituído por 3 freguesias: Fronteira (56,9%), Cabeço de Vide (26,5%) e São Saturnino (16,7%).

Figura 4: Freguesias do Fronteira



Fonte: CAOP 2022, DGT, sem escala

Acresce referir que Fronteira pertence à Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIM AA), integrando os concelhos da NUTIII, que tem por missão promover e defender os interesses comuns dos municípios associados, impulsionando o seu desenvolvimento integrado e sustentado, valorizando parcerias, criando sinergias e maximizando complementaridades.

2.2 CONTEXTO DEMOGRÁFICO E ECONÓMICO

As análises territoriais que visam o desenvolvimento estratégico devem ter como elemento norteador os recursos humanos do lugar, os indivíduos que habitam e utilizam diariamente o espaço, que neste processo o influenciam, são condicionados por ele e, para os quais o Plano Diretor Municipal norteia políticas, estratégias e propostas.

De acordo como Recenseamento Geral da População de 2021 (INE - Censos 2021), e a nova divisão administrativa das NUT III, o Alto Alentejo contribuiu, em 2021 para os efetivos populacionais do país,

com 104.923 habitantes, distribuídos por cerca de 6.084,3 km². Nesse ano Fronteira possuía 2.858 habitantes, o que correspondia a apenas 2,7% da população sub-regional, e uma densidade populacional de apenas 15,5 hab/km², valor abaixo da média sub-regional que se situava nos 17,2 hab/km².

Analisando a evolução populacional entre as duas ações censitárias, verifica-se que à semelhança do contexto nacional, o Alto Alentejo registou um decréscimo populacional na ordem dos 6,7% (8.512 habitantes), onde o concelho de Fronteira contribuiu com a perda de 552 habitantes. Neste conjunto de concelhos, apenas o concelho de Campo Maior registou acréscimo populacional (+0,8%), sendo que Gavião e Crato foram os que registaram maior decréscimo, e Elvas e Monforte os que registaram menor redução.

Quadro 2: Fronteira no contexto da Sub-região do Alto Alentejo (NUT III), em 2011 e 2021

Unidade Territorial	Área		População residente				Variação 2021-2011	Densidade populacional
			2021		2011			
	Km²	%	N.º	%	N.º	%	%	Hab/km²
Alto Alentejo	6084,35	100,0	104923	100,0	118352	100,0	-11,3	17,2
Alter do Chão	362,07	6,0	3044	2,9	3562	3,0	-14,5	8,4
Arronches	314,65	5,2	2789	2,7	3119	2,6	-10,6	8,9
Avis	605,97	10,0	3812	3,6	4559	3,9	-16,4	6,3
Campo Maior	247,20	4,1	8042	7,7	8456	7,1	-4,9	32,5
Castelo de Vide	264,91	4,4	3116	3,0	3407	2,9	-8,5	11,8
Crato	398,07	6,5	3225	3,1	3708	3,1	-13,0	8,1
Elvas	631,29	10,4	20730	19,8	23078	19,5	-10,2	32,8
Fronteira	248,60	4,1	2858	2,7	3410	2,9	-16,2	11,5
Gavião	294,59	4,8	3394	3,2	4132	3,5	-17,9	11,5
Marvão	154,90	2,5	3021	2,9	3512	3,0	-14,0	19,5
Monforte	420,25	6,9	2992	2,9	3329	2,8	-10,1	7,1
Nisa	575,68	9,5	5952	5,7	7450	6,3	-20,1	10,3
Ponte de Sor	839,71	13,8	15248	14,5	16722	14,1	-8,8	18,2
Portalegre	447,14	7,3	22340	21,3	24930	21,1	-10,4	50,0
Sousel	279,32	4,6	4360	4,2			-14,5	15,6

Fonte: Censos 2021, 2011, INE

Em termos de evolução demográfica recente, entre 2011 e 2021, o município perdeu 552 habitantes, ou seja, cerca de 16,2% da sua população, sublinhando desta forma a tendência da dinâmica

populacional da segunda metade do século XX, de referir que o período entre 1970 e 1981 foi aquele em que Fronteira perdeu menos população (apenas 1,8%).

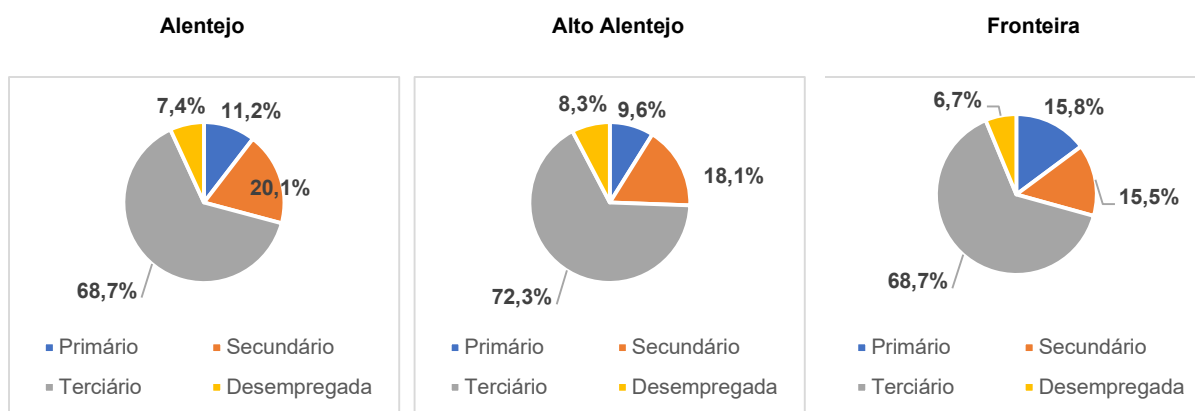
Quadro 3: Fronteira - contexto municipal, 2011 e 2021

Unidade Territorial	Área		População residente				Variação 2021-2011	Densidade populacional
			2011		2021			
	Km²	%	N.º	%	N.º	%	%	Hab/km²
Cabeço de Vide	65,8	26,5	1063	31,2	928	32,5	-12,7	14,1
Fronteira	141,4	56,9	2069	60,7	1696	59,3	-18,0	12,0
São Saturnino	41,4	16,6	278	8,2	234	8,2	-15,8	5,7
Concelho de Fronteira	248,6	100	3410	100,0	2858	100,0	-16,2	11,5

Fonte: Censos 2011, 2021, INE

Analisando a distribuição da população ativa do município de Fronteira, em função da empregabilidade pelos três **sectores de atividade** ou em situação de **desemprego**, constata-se uma afetação maioritária ao sector terciário (68,7%), face aos sectores secundário (15,5%) e primário (15,8%). Por se tratar de um concelho historicamente associado à atividade agrícola, o peso assumido, em 2021, pelo sector primário é superior ao verificado percentualmente na região e na sub-região (11,2% e 9,6% respetivamente). A população ativa desempregada assume expressão, representando 6,7% do total da população ativa, valor ligeiramente inferior à média dos concelhos do Alto Alentejo (8,3%) e da região do Alentejo (7,4%).

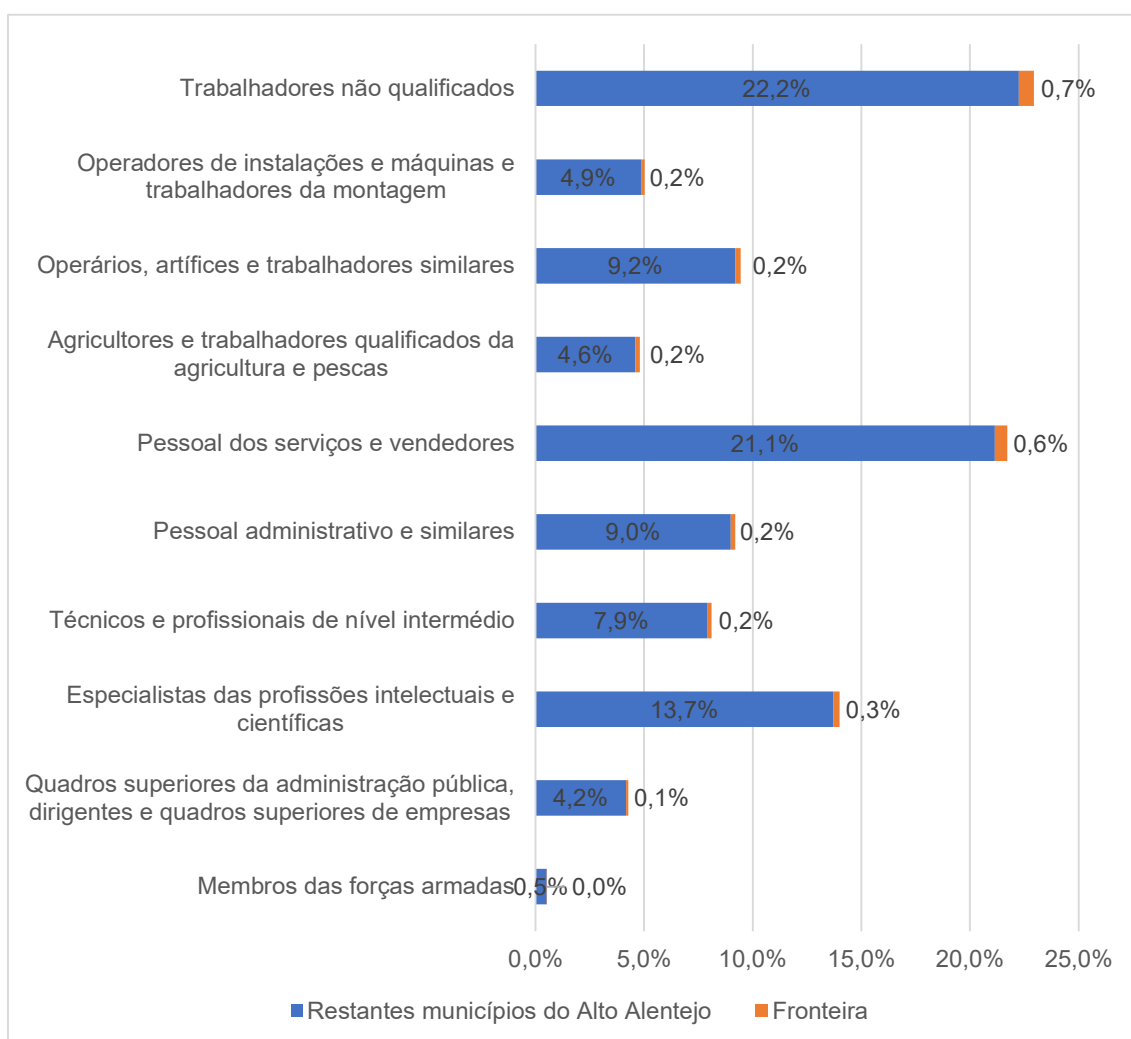
Gráfico 1: Sectores de atividade económica, em 2021



Fonte: Censos 2021, INE

Nas últimas décadas, a estrutura económica do concelho da Fronteira tem vindo a verificar uma tendência de terciarização. Em 2021 a população que trabalhava neste sector situava-se num valor próximo dos 69%, valor idêntico ao da média da região (59%) e inferior ao da sub-região (72%).

Gráfico 2: População empregada (%) no Alto Alentejo (NUTIII 2013), por Profissão, em 2021



Fonte: Censos 2021, INE

Comparando a distribuição da população empregada por grupos de profissões em Fronteira com os restantes concelhos da sub-região do Alto Alentejo, verifica-se que Fronteira tem pouca expressão neste contexto, representando menos de 3% da população empregada da sub-região. Portalegre, Elvas e Ponte de Sor concentram o maior número de trabalhadores, respetivamente, 23,0%, 19,8% e 14,6%.

No concelho de Fronteira, o grupo dos Trabalhadores não qualificados e de trabalhadores dos serviços pessoais e vendedores e dos assumem maior destaque (26,0% - 283 trabalhadores e 21,4% - 233 trabalhadores).

Intimamente ligado à distribuição da população ativa pelos diferentes grupos de profissões, está o grau de **qualificação e as habilitações literárias**, que constitui um fator primordial no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento.

Quadro 4: Nível de escolaridade da população residente com 15 ou mais anos dos concelhos da sub-região do Alto Alentejo, em 2021 (%)

Unidade Territorial	Pop. Residente	Nenhum	Ensino Básico			Ensino Sec.	Ensino Pós-Sec.	Ensino Sup.	Analf.
			1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB				
Alto Alentejo	104923	8.1%	23.1%	8.7%	16.0%	19.3%	0.7%	12.3%	5.8%
Alter do Chão	3044	10.0%	26.9%	9.8%	15.2%	17.0%	0.9%	9.3%	7.7%
Arronches	2789	11.3%	25.3%	8.8%	15.5%	17.9%	0.6%	10.1%	8.6%
Avis	3812	11.2%	24.7%	9.8%	15.3%	18.4%	0.7%	8.7%	7.5%
Campo Maior	8042	7.2%	20.8%	8.3%	16.1%	21.3%	0.8%	10.8%	4.8%
Castelo de Vide	3116	8.1%	23.9%	8.7%	16.7%	18.6%	0.5%	13.9%	6.6%
Crato	3225	10.5%	32.8%	9.7%	15.1%	16.0%	0.7%	9.5%	7.5%
Elvas	20730	6.6%	18.9%	9.0%	15.8%	22.6%	0.8%	12.3%	4.4%
Fronteira	2858	9.0%	24.6%	10.3%	15.9%	18.4%	1.0%	10.3%	6.5%
Gavião	3394	8.8%	34.8%	9.4%	16.5%	15.4%	0.4%	6.9%	5.6%
Marvão	3021	10.0%	26.3%	10.8%	16.3%	15.3%	0.4%	11.4%	7.1%
Monforte	2992	11.8%	24.6%	9.9%	15.5%	15.6%	0.3%	8.6%	10.7%
Nisa	5952	10.2%	30.8%	8.3%	15.4%	16.5%	0.6%	10.5%	6.9%
Ponte de Sor	15248	8.9%	25.0%	9.4%	15.5%	19.1%	0.6%	10.4%	6.6%
Portalegre	22340	6.0%	19.1%	7.1%	16.5%	19.9%	0.7%	18.5%	4.2%
Sousel	4360	10.0%	25.0%	8.0%	18.0%	17.5%	1.0%	9.5%	8.0%

Fonte: Censos 2021, INE

Entre 2011 e 2021, o concelho de Fronteira assistiu à diminuição da sua taxa de analfabetismo – que passou dos 11,7%, para os 6,5% - à semelhança do que aconteceu em toda sub-região (passou dos 10,1% para 5,8%). Todavia, esta percentagem está sobretudo relacionada com a população com mais de 65 anos, não influenciando desta forma a oferta de recursos humanos. Em 2021, cerca de 9% da população residente não tinha qualquer grau de ensino, 50,8% possuía apenas o ensino básico e 10,3% tinha uma formação superior, valor um pouco inferior à média sub-regional.

Como seria de esperar, o nível de escolaridade de Portalegre é um pouco superior ao dos restantes concelhos da sub-região do Alto Alentejo. No entanto, o concelho do Fronteira neste momento conta apenas com dois estabelecimentos de ensino, que garantem apenas o ensino básico até ao 3º ciclo, com pré-escolar, atendendo à realidade da população em idade escolar do concelho, sendo que para o acesso aos restantes níveis de ensino os alunos têm que se dirigir aos concelhos limítrofes.

2.3 ACESSIBILIDADES REGIONAIS

A questão das acessibilidades é fundamental para a integração do concelho ao nível supralocal, já que constitui um fator que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional e nacional.

O concelho de Fronteira encontra-se relativamente próximo das duas principais fronteiras da região (Caia e Galegos), distando a sede de concelho cerca de 65km de ambas, sendo, contudo, preferencial a acessibilidade a Espanha feita via caia/Badajoz, pelas ligações que a partir de aí se estabelecem com o restante território espanhol.

Figura 5: Fronteira no contexto do PRN2000



Fonte: Infraestruturas de Portugal, 2023

A nível regional, Fronteira insere-se no subsistema rodoviário a norte do Corredor Central, que é constituído pelo eixo Elvas-Monforte-Fronteira-Avis-Ponte de Sôr (ER246-ER243-ER244), com ligação à Lezíria do Tejo, à AML (IC13) e a Évora (EN251 e ER370) e, na faixa fronteira, com ligação a Espanha, pelo eixo Portalegre-Campo Maior.

Os eixos viários que permitem as ligações a nível regional e que atravessam o concelho compreendem uma lógica de articulação mais fina com as regiões envolventes, são constituídos pela **EN245: Alter do Chão – Estremoz**, que atravessa o concelho de norte a sul e cruza a sua sede, possuindo importância extrema no contexto concelhio, uma vez que permite a ligação entre Estremoz e Portalegre e ainda a ligação aos polos urbanos de Alter do Chão e Sousel, e pela **ER243: Avis – Campo Maior**, que atravessa transversalmente o concelho, a sul da vila de Fronteira, cruzando-se com a EN245, e permite a ligação aos polos urbanos de Avis, Monforte e Campo Maior, possibilitando também a ligação ao IP2, eixo de grande importância a nível regional.

Para além da acessibilidade rodoviária, não se verifica qualquer serviço ao nível ferroviário, uma vez que as linhas que existiam foram desativadas, nem aéreo uma vez que apenas se identificam pontualmente alguns aeródromos ou heliportos privados ou de apoio à proteção civil e hospitais, sendo a infraestrutura de Ponte de Sôr a mais relevante e estruturada.

2.4 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E PATRIMÓNIO

Ao nível da proximidade a valências estruturais no que respeita a equipamentos de saúde e ensino superior verifica-se que:

- Ao nível dos estabelecimentos de ensino secundário é a cidade de Estremoz que presta o serviço mais próximo e ao nível do ensino superior (que inclui também os institutos), são as cidades de Évora e Portalegre que na proximidade apresentam alguma oferta, implicando percorrer grandes distâncias para alcançar uma maior diversidade, alcançando outras cidades do Ribatejo, Oeste e Lisboa e Vale do Tejo.
- Ao nível da saúde e de acesso a Unidades Hospitalares, será Portalegre, seguida de Elvas, Évora, e até Abrantes, as cidades com maior oferta de especialidades e recursos.

Em matéria de referências patrimoniais, quer ao nível do património edificado, quer natural, destaca-se a riqueza da região no contexto da sua paisagem, do megalitismo, bem como da arquitetura religiosa, militar e civil, quer popular quer erudita.

Nas imediações de Fronteira são diversas as vilas e cidades com fortificações e castelos, bem como a centros históricos repletos de interessantes exemplares de casas senhoriais e de casas de arquitetura tradicional que conferem ambientes urbanos interessantes e representativos da história e da vivência destes espaços e do seu esplendor cultural.

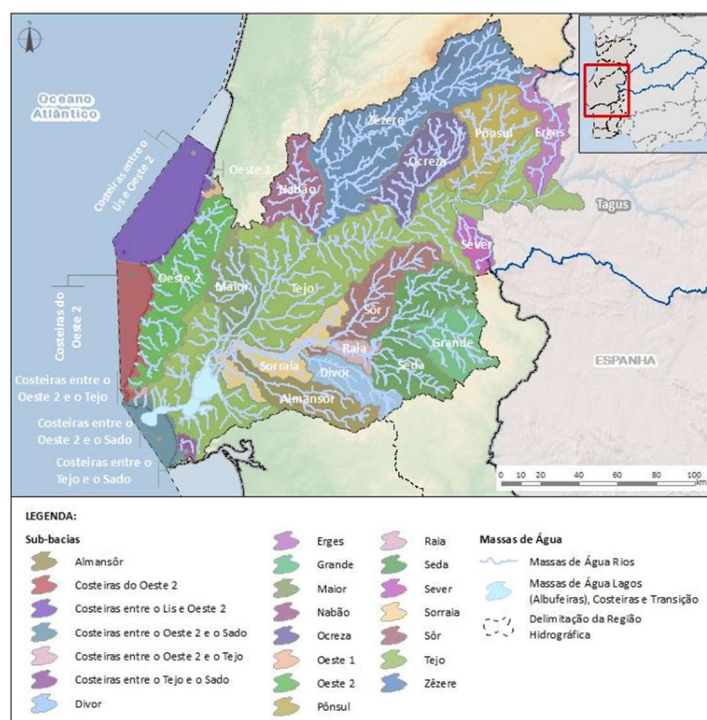
Quanto ao património natural, destaca-se a proximidade a zonas especiais de conservação, destacando-se a da Serra de São Mamede (onde se insere a Área Protegida do Parque Natural da Serra de S. Mamede) e ao Sítio do Cabeção, entre as albufeiras de Montargil e do Maranhão.

2.5 ENQUADRAMENTO NA BACIA HIDROGRÁFICA

A Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste – RH5A, é uma região hidrográfica internacional com uma área total em território português de 30 502 km² que integra a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes e a bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste.

A RH5A engloba 103 concelhos, sendo o concelho de Fronteira um dos 73 concelhos totalmente integrado nesta região hidrográfica, em concreto na bacia do Tejo, sub-bacias Grande e Seda.

Figura 6: Delimitação das sub-bacias identificadas na RHA



Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A), 3.º Ciclo | 2022 – 2027, maio 2023

3. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

3.1 ENQUADRAMENTO GERAL

No presente capítulo procura-se, no essencial, elencar aqueles instrumentos de referência estratégica que se mostram relevantes no domínio do ordenamento territorial (destacados no Quadro 5) para a elaboração e âmbito da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal, extraíndo-se as principais diretrizes e orientações que vão contextualizar e nortear as opções municipais. Encontram-se agrupados por âmbito (nacional, regional e intermunicipal e municipal) e subdivididos em Planos e Programas (IGT) e Estratégias/Planos de Ação e Outros. Das diversas Estratégias/Planos de Ação e Outros de âmbito supramunicipal e municipal listados no quadro abaixo serão abordados aqueles que se revelarem pertinentes e adequados ao âmbito do PDM, em sede das respetivas áreas temáticas desenvolvidas no presente relatório e/ou na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Diretor Municipal de Fronteira (PDMF).

Quadro 5: Quadro de Referência Estratégico de Fronteira (abril 2023)

ÂMBITO NACIONAL	
PLANOS E PROGRAMAS (IGT)	ESTRATÉGIAS/PLANOS DE AÇÃO E OUTROS
PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Agenda 2030 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
PNA Plano Nacional da Água	EP 2030 Estratégia Portugal 2030
PSRN 2000 Plano Sectorial da Rede Natura 2000	ENDS 2015 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PRN 2000 Plano Rodoviário Nacional 2000	ENCNB 2030 Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
	ENAAAC 2020 Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 ²
	P-3AC Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
	ENRG-RM Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais
	ENF Estratégia Nacional das Florestas
	ENAR 2020 Estratégia Nacional para o Ar 2020
	ENEAPAI 2030 Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2018-2025
	EFICE 2014-2020 Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020
	ET27 Estratégia do Turismo 2027
	PENSAARP 2030 Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (2021-2030)
	PERSU 2020+ Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020+

² Prorrogado até 2025, faz parte da Política Climática 2020/2030, juntamente com o PNAC e o Quadro Estratégico para a Política Climática 2020/2030 (QEPIC).

	PERSU 2030 Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2030 PERNU 2030 Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 PAEC Plano de Ação para a Economia Circular PETI3+ Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 RNC 2050 Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 EB Estratégia dos Biorresíduos PNGIFR Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Estratégia 2020-2030 PNS 2021-2030 Plano Nacional de Saúde 2021-2030 PNUEA Programa Nacional do Uso Eficiente da Água-Implementação 2012-2020 PNEC 2030 Plano Nacional de Energia e Clima 2030 PNGR 2030 Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 PANCD Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação PDR 2020 Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2022 PACS Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade ENPCP 2030 Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030
ÂMBITO REGIONAL E INTERMUNICIPAL	
PLANOS E PROGRAMAS (IGT)	ESTRATÉGIAS/PLANOS DE AÇÃO E OUTROS
PROTA Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste (RH5) PGRI Tejo e Ribeiras do Oeste Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (2.º Ciclo) PROF ALT Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo	PIAAC-AA Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo ER Alentejo 2030 Estratégia Regional Alentejo 2030 EREI Alentejo 2030 Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo 2030 Alentejo 2030 Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 PDESAA Plano de Dinamização da Economia Social do Alto Alentejo PAMUSAA Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alto Alentejo POT AA Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo PAMUS Plano de Ação Mobilidades Urbana Sustentável
ÂMBITO MUNICIPAL	
PLANOS E PROGRAMAS (IGT)	ESTRATÉGIAS/PLANOS DE AÇÃO E OUTROS
PDM Plano Diretor Municipal PP Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Fronteira (deve ser revisto) PP Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Cabeço de Vide (deve ser revisto) PP Plano de Pormenor da Zona Sudoeste de Cabeço de Vide	PARU Plano de Ação e Regeneração Urbana de Fronteira ARU e ORU Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Operações de Reabilitação Urbana PMDFI Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Fronteira 2021-2030 PMEPC Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Fronteira

PP Plano de Pormenor de D. Maria (deve ser revisto) PP Plano de Pormenor de Monte Seco (revogar no novo PDM) PP Plano de Pormenor das Termas da Sulfúrea, em Cabeço de Vide – Em elaboração PP Plano de Pormenor da Tapada do Pego, em Cabeço de Vide PP Uma parcela de terreno junto à escola primária de Fronteira	PAICD Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas Carta Educativa ELH Estratégia Local de Habitação do Concelho de Fronteira Diagnóstico Social de Fronteira Plano de Ação Social

3.2 ÂMBITO NACIONAL

3.2.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

A primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) publicada pela Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro, define uma estratégia para a organização e desenvolvimento territorial, alicerçada numa visão de longo prazo para o futuro do País que visa promover a coesão interna e potenciar a competitividade externa através da valorização do território, assumindo-se como o referencial estratégico nacional para os demais instrumentos de gestão territorial, para a territorialização das políticas públicas e para a programação de investimentos territoriais a financiar por programas nacionais e comunitários.

Os seus elementos fundamentais são o Modelo Territorial (onde se esquematiza os principais sistemas territoriais) e a Agenda para o Território que contempla 50 medidas de política que visam dar resposta e aproveitar positivamente as mudanças críticas que o País vai enfrentar e apoiar a condução das trajetórias de mudança que se pretendem concretizar, em prol do desenvolvimento territorial sustentável, criando condições para que os recursos naturais e patrimoniais, sociais e económicos, culturais e identitários de cada território possam ser mais valorizados e considerados na conceção e aplicação das políticas públicas e a contribuir para que o território seja percebido pela sociedade como um fator fundamental do desenvolvimento e da qualidade de vida dos cidadãos.

O presente enquadramento centra-se na Agenda para o Território, pois para além de constituir o Programa de Ação 2030 do PNPOT respondendo às opções estratégicas inerentes aos desafios identificados, visa concretizar o Modelo Territorial e identificar o conjunto de diretrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial.

Dos 10 Compromissos para o Território identificados pelo PNPOT que traduzem as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território e reforço das abordagens integradas de base territorial, embora mais associados a uma escala nacional, regional e supramunicipal, destacam-se na

esfera dos IGT: a necessidade de integrarem as novas abordagens para a sustentabilidade, a necessidade de garantirem a diminuição da exposição aos riscos e o reforço da sua eficiência territorial.

Os Compromissos para o Território são operacionalizados em 5 Domínios de Intervenção: Domínio Natural, Domínio Social, Domínio Económico, Domínio da Conetividade e Domínio da Governança Territorial. As 50 Medidas de Políticas definidas subdividem-se pelos Domínios, sendo as mesmas associadas a cada Sistema do Modelo Territorial, evidenciando de que forma se articulam para a sua concretização.

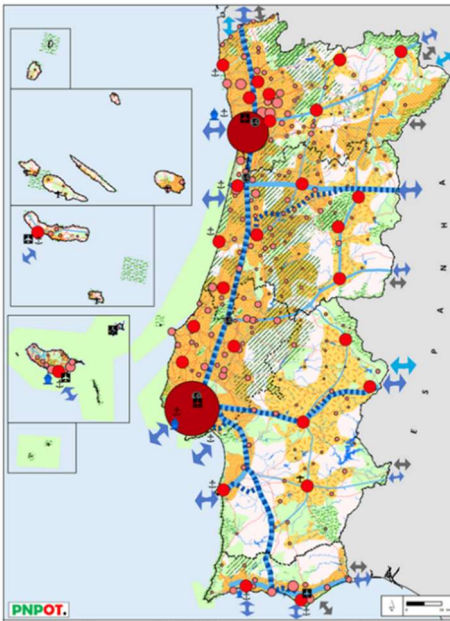
Quadro 6: PNPOT - Desafios Territoriais, Compromissos para o Território, Modelo Territorial e Domínios de Intervenção

DESAFIOS TERRITORIAIS (D)	COMPROMISSOS PARA O TERRITÓRIO	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO E MEDIDAS
D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável - Valorizar o capital natural; - Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano; - Aumentar a resiliência socioecológica. D2. Promover um sistema urbano policêntrico - Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa; - Reforçar a cooperação interurbana e rural - urbana como fator de coesão interna; - Promover a qualidade urbana. D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial - Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral; - Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização. D4. Reforçar a conectividade interna e externa - Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica; - Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade; - Dinamizar as redes digitais. D5. Promover a governança territorial - Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível; - Promover redes colaborativas de base territorial; - Aumentar a Cultura Territorial.	1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades; 2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica; 3. Adaptar os territórios e gerar resiliência; 4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material; 5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural; 6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação; 7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território; 8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade; 9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos; 10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT.	1. Domínio Natural Palavras-Chave: Capitalizar Adaptar Otimizar Apropriar - Gerir o recurso água num clima em mudança; - Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício; - Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial; - Valorizar o território através da paisagem; - Planear e gerir de forma integrada os recursos geológicos e mineiros; - Ordenar e revitalizar os territórios da floresta; - Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática; - Valorizar o Litoral e aumentar a sua resiliência; - Promover a reabilitação urbana, qualificar o ambiente urbano e o espaço público. 2. Domínio Social Palavras-Chave: Educar Qualificar Incluir Aceder - Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica; - Promover uma política de habitação integrada; - Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso; - Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas; - Melhorar a qualidade de vida da população idosa e reforçar as relações intergeracionais; - Reforçar o acesso à justiça e a proximidade aos respetivos serviços; - Promover a inclusão social, estimular a igualdade de oportunidades e reforçar as redes de apoio de proximidade; - Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas; - Potenciar a inovação social e fortalecer a coesão sociocultural; - Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral. 3. Domínio Económico Palavras-Chave: Inovar Atrair Globalizar Circular - Reforçar a competitividade da agricultura; - Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural; - Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais; - Valorizar os ativos territoriais patrimoniais; - Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços; - Promover a economia do Mar; - Qualificar o emprego e contrariar a precariedade no mercado de trabalho; - Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial;

DESAFIOS TERRITÓRIAS (D)	COMPROMISSOS PARA O TERRITÓRIO	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO E MEDIDAS
		- Reindustrializar com base na Revolução 4.0; -Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo; - Organizar o território para a economia circular; - Promover a competitividade da silvicultura. 4. Domínio da Conetividade Palavras-Chave: Interligar Aproximar Digitalizar Descarbonizar - Otimizar as infraestruturas ambientais e de energia; - Otimizar a conetividade ecológica nacional; - Suprir carências de acessibilidade tendo em vista a equidade no acesso aos serviços e infraestruturas empresariais; - Renovar, requalificar e adaptar as infraestruturas e os sistemas de transporte; - Promover a mobilidade metropolitana e interurbana; - Digitalizar a gestão e a operação dos sistemas de transporte; - Alargar as infraestruturas físicas de conexão internacional; - Ampliar a conetividade digital internacional através de cabos submarinos; - Reforçar os serviços de banda larga e implementação de redes da nova geração 5G. 5. Domínio da Governança Territorial Palavras-Chave: Capacitar Cooperar Descentralizar Territorializar - Promover a informação geográfica; - Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial; - Potenciar e qualificar a cooperação territorial; - Aprofundar a descentralização e a desconcentração e promover a cooperação e a governança multinível; - Experimentar e prototipar soluções inovadoras; - Reforçar as abordagens integradas de base territorial; - Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente; - Fortalecer as articulações rurais-urbanas; - Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais;

Fonte: PNPOT, DGT (setembro, 2019)

Quadro 7: PNPOT - Modelo de Território, respetivos sistemas e diretrizes para PDM

MODELO	SISTEMAS	DIRETRIZES PARA OS PDM
Figura 7: Modelo de Território do PNPOT  PNPOT. Tipologia de Centros Urbanos - Áreas Metropolitanas - Centros Regionais - Outros Centros* Tipologia de Subsistemas Territoriais** - A Valorizar - A Consolidar - A Estruturar Redes e Infraestruturas - Corredores Rodoviários - Corredores Ferroviários - Ligação Internacional - Rede Vial - Aeroporto e Serviço Internacional Regular - Aeroporto e Serviço Internacional Regular - Portos Principais - Portos de Cruzeiro - Interligações elétricas existentes ou planeadas - Gaseodutos existentes ou planeados Capital Natural - Áreas Classificadas - Rede Natura - Rede Hidrográfica - Áreas Florestais e Valorizar - Área de atuação da CCOR	Sistema Natural - Sistema de Aquíferos, na zona norte do concelho, onde estão integradas as grandes reservas de água subterrânea; - Presença de solo de elevado valor pedológico e ecológico; - Áreas com sistemas agroflorestais de sobreiro e azinheira; - Rede hidrográfica marcada pelo atravessamento da Ribeira Grande. Sistema Social - Perspetiva-se no horizonte 2030 uma perda de população residente superior a 15%; - Em termos do perfil de vulnerabilidade social, antevê-se envelhecimento, fragilidade e dependência; - Acréscimo percentual da população com 75 ou mais anos, desempregada ou integrada em grupos vulneráveis; - A acessibilidade aos serviços de interesse geral (saúde, educação, cultura, etc.) apenas apresenta valores médios na proximidade da sede concelhia. O restante território apresenta baixa acessibilidade. Sistema Económico - Os perfis económicos presentes são a agricultura, agroalimentar, comércio e serviços - Apresenta potencial para a produção de energia; - Localiza-se no eixo de ligação de dois Nós e Redes de Conhecimento e Inovação (Portalegre e Évora). Sistema de Conetividade - Em relação às redes de conetividade ecológica, destacam-se as linhas de água que integram os Sistema Hídrico (ribeiras de Sarrazola, Grande e Ana Loura). Sistema Urbano - Fronteira é classificada como Outro Centro Urbano, integrando um Subsistema Territorial a Consolidar; - A EN 245 (que liga os concelhos de Alter do Chão (IC 13) - Fronteira - Sousel – Estremoz) destaca-se no que à Rede Nacional Rodoviária diz respeito.	Coordenação e articulação - Estabelecer os regimes de uso do solo urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação, num quadro estratégico de desenvolvimento municipal e de opções de organização territorial enquadradas pelos referenciais orientadores e pelas diretrizes de âmbito nacional (setoriais e especiais) e regional; - Reafirmar a sua dimensão estratégica e foco nos conteúdos regulamentares; - Promover a dinâmica do planeamento e assegurar uma gestão ativa e adaptativa do território enquadrada por instrumentos de planeamento atualizados; - Assegurar um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais adaptativo nas regras de gestão; - Estabelecerem princípios e regras gerais da reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas; - Conciliar as orientações de reforço do caráter estratégico, de dinâmica adaptativa e de focagem de conteúdos do PDM com o objetivo de concentrar neste tipo de plano todas as disposições relativas à gestão do território; - Melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios Conteúdo - Explicitar a estratégia territorial municipal (princípios e os objetivos do modelo de desenvolvimento territorial, coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais, regionais e orientações específicas de natureza setorial e especial e identificação das opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas); - Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial; - Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade; - Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas; - Gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na

MODELO	SISTEMAS	DIRETRIZES PARA OS PDM
	<u>Vulnerabilidades Críticas</u> - Frequência de ocorrência de seca elevada; - Pequenas manchas de perigosidade elevada de incêndio rural;	valorização dos serviços dos ecossistemas; - Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco - Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio; - Salvar e valorização de recursos e valores naturais (criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, conservação da natureza, em particular em áreas classificadas, valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem); - Travar a artificialização do solo - Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição; - Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade; - Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

Fonte: PNPOT, DGT (setembro, 2019)

3.2.2 Plano Nacional da Água

O Plano Nacional da Água (PNA) define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas.

O Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, aprovou o Plano Nacional da Água, o qual pretende ser um plano programático, abrangente e enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais. O PNA espelha a visão estratégica de gestão dos recursos hídricos, alicerçada numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade no desenvolvimento socioeconómico nacional.

A gestão da água deverá assegurar três objetivos fundamentais:

- A proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que diz respeito às suas necessidades de água;
- A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- O aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Em sede de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, a Lei da Água prevê a existência de três tipos de planos: o Plano Nacional da Água (PNA), os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH) e os Planos Específicos de Gestão das Águas (PEGA), nos quais se incluem medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos.

A este respeito, importa ainda salientar que no n.º 2 do artigo 3.º da Lei da Água, é estabelecida a região hidrográfica como a unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica, motivo pelo qual, os planos de gestão de bacia hidrográfica no âmbito de cada região hidrográfica são elaborados numa perspetiva integrada, que tem por base a região hidrográfica. Esta opção de planeamento dos recursos hídricos, para além de ir ao encontro do disposto na Diretiva Quadro da Água - que prevê a elaboração, pelos Estados Membros, de um plano para cada região hidrográfica - permite, ainda, que os PGBH estejam plenamente articulados entre si, alcançando-se, deste modo, uma desejável harmonia no planeamento e gestão das águas ao nível de cada uma das regiões hidrográficas.

Estando a área territorial do Município de Fronteira integrada na bacia e região hidrográfica do rio Tejo e ribeiras do Oeste, sistematizam-se nos capítulos seguintes os aspetos relevantes que decorrem do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril.

3.2.3 Plano Sectorial da Rede Natura 2000

A política de Conservação da Natureza da União Europeia, à qual todos os Estados-Membros estão obrigados, baseia-se, fundamentalmente, em dois documentos: a Diretiva 79/409/CEE, relativa à proteção das aves selvagens (conhecida por “Diretiva das Aves”) adotada em abril de 1979, e a Diretiva 92/43/CEE, alusiva à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens (conhecida por “Diretiva Habitats”) adotada em maio de 1992.

Estas diretivas estabelecem as bases para a proteção e conservação da fauna selvagem e dos habitats apontando para a criação de uma rede ecologicamente coerente de áreas protegidas denominada Rede Natura 2000, constituída por Zonas de Proteção Especial (ZPE), destinadas a conservar 182 espécies e subespécies de aves contidas no Anexo I da “Diretiva das Aves”, assim como as espécies migradoras, e Zonas Especiais de Conservação (ZEC) cujo objetivo é o de conservar 253 tipos de habitats, 200 animais e 434 plantas constantes dos anexos da “Diretiva Habitats”.

Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi inicialmente efetuada pelo Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto, que estabelecia a criação de ZEC (baseado nos sítios de importância comunitária - SIC) e as ZPE. Seguidamente, procedeu-se à aprovação da lista nacional de sítios (1ª fase - SIC), através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto. Posteriormente, com o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, essa transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva das Aves e da Diretiva Habitats foi revista, visando a regulamentação, num único diploma, das disposições emergentes dessas diretivas. Por fim, surgiu a 2ª lista nacional de sítios, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho, e o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial - ZPE, para o Continente, com o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro. Uma vez que o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, não transpõe na íntegra as disposições das Diretivas para a ordem jurídica interna portuguesa, tornou-se necessário proceder a ajustes e alterações através do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

O concelho de Fronteira é abrangido pontualmente pela ZPE de Monforte (PTZPE0051), embora numa área de muito reduzida dimensão (2,6ha), onde estão identificados ecossistemas sensíveis que têm de ser protegidos para preservar a sua existência e garantir a biodiversidade do território.

3.2.4 Plano Rodoviário Nacional

Este Plano foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e alterado pela Declaração de Retificações nº 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei 182/2003 de 16 de agosto.

“Um dos fatores estruturais mais importantes para uma harmoniosa política de ordenamento do território é, sem dúvida, o modo como se encontra organizada a Rede Nacional de Estradas, o que se traduz na existência de um Plano Rodoviário Nacional, que constitui o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e o das populações em particular”.

“A última revisão ocorreu em 1998 (vulgarmente conhecido por PRN2000) para dar resposta ao desenvolvimento socioeconómico verificado após a adesão de Portugal à União Europeia. Este Plano prevê um total de cerca de 16 500 km dos quais cerca de 5000 foram incluídos numa nova categoria - Estradas Regionais. Esta nova categoria de estradas, de interesse supra-municipal e complementar à Rede Rodoviária Nacional, tinha subjacente que apenas se manteriam provisoriamente na responsabilidade da administração central, admitindo-se que transitariam para as futuras regiões, cujo processo, como é sabido, face ao resultado do referendo, não teve desenvolvimento”.

Neste Plano incluiu-se uma rede nacional de autoestradas com cerca de 3 000 km correspondendo a cerca de metade da extensão da rede de Itinerários Principais (IP) e Complementares (IC).

No concelho de Fronteira cruzam-se duas estradas integradas neste plano: a ER 243 que atravessa o território no sentido Este-Oeste e a EN 245 no sentido S-N.

3.2.5 Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais - Estratégia 2020-2030

O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) assenta em três peças: a Estratégia 2020-2030 e a Cadeia de Processos, aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, e o Programa Nacional de Ação (PNA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020 introduz um modelo inovador de governação do risco, identifica objetivos estratégicos e as medidas a operacionalizar, clarificando os papéis e as responsabilidades das diversas entidades que cooperam para atingir as metas definidas, com base em quatro orientações estratégicas: Valorizar os Espaços Rurais; Cuidar os Espaços Rurais; Modificar Comportamentos; e Gerir o Risco Eficientemente.

Do vasto conjunto de processos previstos na Cadeia de Processos no PNGIFR e no âmbito do planeamento do território destaca-se a **PL1 - Diretrizes Estratégicas e Planeamento Integrado**.

De seguida, estas diretrizes são elencadas, explanando-se aquelas que de alguma forma têm reflexo no presente instrumento de gestão territorial e na consequente gestão do território municipal:

- **[1] Avaliar Risco**

O planeamento é suportado em cartografia de risco de incêndio rural que inclui a cartografia de perigosidade de incêndio rural, através da qual se identificam territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, com o propósito de orientar a priorização das ações de planeamento integrado. A avaliação do risco considera ainda a definição de Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS), correspondentes às classes de perigosidade de incêndio rural “Alta” e “Muito alta”, podendo ainda incluir outras áreas, ainda que de menor perigosidade, onde exista reconhecido interesse na sua defesa e desde que inscritas em instrumento de planeamento. A cartografia de risco de incêndio rural deve ser calibrada com a avaliação conjuntural para o ano em termos de suscetibilidade, exposição e cenários meteorológicos.

- [2] Planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

- **[3] Identificar necessidades em Programa Municipal de Execução**

Ao nível municipal, as Comissões Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) estabelecem o envolvimento das Entidades Privadas (PRV) de expressão local e das Entidades da Administração Local na identificação das necessidades em ligação com as CSGIFR.

As CMGIFR sintetizam as necessidades em propostas de Programa Municipal de Execução (PME), enquadradas nas orientações das CSGIFR, incluindo:

- Definição de ações;
- Representação cartográfica associada;
- Indicadores de execução;
- Metas;
- Calendarização;
- Tipo de recursos e dimensionamento estimado;
- Orçamento e fonte de financiamento.
- [4] Consolidar necessidades em Programa Sub-Regional de Ação (PSA)
- [5] Consolidar necessidades em Programa Regional de Ação

▪ [6] Transposição para Instrumento de Gestão Territorial

O processo de Planeamento de Gestão Integrada de Fogos Rurais [2], que inclui o levantamento de necessidades inscritas em Programa Municipal de Execução/Diretriz [3] e em Programa Sub-Regional de Ação/Diretriz [4] culmina com a sua transposição das ações do PME/PSA para o Plano Diretor Municipal (PDM) com o objetivo de assegurar eficácia para a sua execução. Os PME identificam claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, calendarização e recursos necessários com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da Cadeia de Processos do Sistema para inclusão no PDM.

- [7] Executar ações localmente
- [8] Avaliar impacto sub-regional
- [9] Avaliar impacto regional
- [10] Avaliar impacto nacional

Em conclusão, as diretrizes [1] [3] [6] deverão ser atendidas na fase de Proposta do PDM.

3.2.6 Estratégia para o Turismo 2027

Em 2017 a **Estratégia para o Turismo 2027 (ET27)** foi aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017 de 27 de setembro, cuja visão e metas traçadas constam do quadro seguinte.

Quadro 8: Visão e Metas da ET27

VISÃO
Afirmar o turismo como <i>hub</i> para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo. Liderar o turismo do futuro, fazendo de Portugal: - Destino sustentável - onde o desenvolvimento turístico assenta na conservação e na valorização do património natural e cultural identitário e contribui para a permanência e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local; - Território coeso - em que a procura turística acontece em todo o território nacional de forma mais homogénea e contribui para a coesão social; - Destino inovador e competitivo - que se posiciona no topo dos rankings internacionais; - Destino em que o trabalho é valorizado - investindo nas pessoas, nas suas qualificações, valorizando as profissões e atraindo talentos; - Destino para visitar, mas também para investir, viver e estudar - país que capta turistas, mas também investimento, país para viver, estudar, investigar e criar empresas; - País inclusivo, aberto e ligado ao mundo - destino de turismo para todos, tecnológico, aberto ao mundo e com mais ligações a «velhos» e «novos» mundos; <i>Hub</i> internacional especializado para o turismo - país de referência na produção de bens e serviços para a atividade turística à escala mundial.

METAS		
Dimensão económica	Dormidas	<u>Objetivo</u> : aumentar a procura turística no país e nas várias regiões. <u>Meta</u> : 80 milhões de dormidas, aumento de 31 milhões dormidas entre 2017 e 2027, traduzindo -se numa taxa de variação média anual (TVMA) de 4,2 %
	Receitas turísticas	<u>Objetivo</u> : crescer em valor e crescer mais que os nossos principais concorrentes. <u>Meta</u> : 26 mil milhões € representando um crescimento de 14 mil milhões € de 2017 a 2027, traduzindo-se numa TVMA de 7 %.
Dimensão social	Qualificações	<u>Objetivo</u> : aumentar as qualificações dos trabalhadores na atividade turística. <u>Meta</u> : duplicar o nível de habilitações do ensino secundário e pós-secundário no turismo - de 30 % para 60 %.
	Turismo todo o ano	<u>Objetivo</u> : alargar o turismo durante todo o ano. <u>Meta</u> : reduzir o índice de sazonalidade de 37,5 % para 33,5 %.
	Satisfação dos residentes	<u>Objetivo</u> : assegurar uma integração positiva do turismo nas populações residentes. <u>Meta</u> : mais de 90 % da população residente considera positivo o impacto do turismo no seu território (a aferir nos territórios/locais com maior densidade turística).
Dimensão ambiental	Energia	<u>Objetivo</u> : incrementar os níveis de eficiência energética nas empresas do turismo. <u>Meta</u> : mais de 90 % das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente da energia.
	Água	<u>Objetivo</u> : impulsionar uma gestão racional do recurso água no Turismo. <u>Meta</u> : mais de 90 % das empresas turísticas promovem uma utilização eficiente da água nas suas operações.
	Resíduos	<u>Objetivo</u> : promover uma gestão eficiente dos resíduos na atividade turística nacional. <u>Meta</u> : mais de 90 % das empresas desenvolvem ações de gestão eficiente dos resíduos.

Fonte: ET27, Turismo de Portugal (2017) - <https://www.portugal2020.pt/portugal2020/indice-candidaturas>

Neste sentido, a atendendo ao contexto do concelho de Fronteira, apresentam-se em seguida as principais Linhas de Ação e Tipologias de Projetos Prioritários para os Eixos Estratégicos que se considera terem enquadramento no contexto da presente revisão do PDM, nomeadamente no que respeita aos eixos “Valorizar o Território e as Comunidades” e “Gerar Redes e Conetividades”.

Quadro 9: Eixos e Linhas Estratégicas de Atuação da ET27

EIXOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
Valorizar o território e as comunidades	h. Conservar, valorizar e usufruir do património histórico-cultural e identitário; i. Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais; j. Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação; k. Promover a regeneração urbana das cidades e regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos; • Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística.

EIXOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
Impulsionar a economia	l. Assegurar a competitividade das empresas de turismo a curto, médio e longo prazo; m. Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar; n. Atrair investimento e qualificar a oferta turística; o. Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo; p. Estimular a economia circular no turismo.
Potenciar o conhecimento	q. Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptada às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades; r. Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas; s. Difundir conhecimento e informação estatística; t. Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro — tecnológico, inclusivo e sustentável. u. Afirmar Portugal como <i>smart destination</i> .
Gerar redes e conectividade Linhas de atuação	v. Melhorar os sistemas de mobilidade rododiferroviária e de navegabilidade; w. Promover o «turismo para todos» numa ótica inclusiva que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos; x. Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões; y. Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.
Projetar Portugal	z. Reforçar a internacionalização de Portugal - destino turístico para visitar/investir/viver e estudar; aa. Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional; bb. Tornar Portugal um destino de congressos, eventos culturais e desportivos internacionais.

Fonte: ET27, Turismo de Portugal (2017) - <https://www.portugal2020.pt/portal2020/indice-candidaturas>

3.3 ÂMBITO REGIONAL E INTERMUNICIPAL

3.3.1 Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 30A/2010, de 1 de setembro. Aplica-se à NUTII do Alentejo, às NUTIII do Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo e aos 47 municípios alentejanos, tendo uma área de abrangência de 27.000km² na qual se distribuem cerca de 468 672 habitantes (Censos 2021).

Nesta fase, e dada a importância que o PROTA assumirá no contexto da definição do modelo de desenvolvimento concelhio e na sua relação com a envolvente, apesar de terem já decorrido 13 anos sobre a sua entrada em vigor faz-se uma breve análise do documento que foi aprovado, debruçada essencialmente na estratégia, objetivos e organização do documento.

Na proposta de plano serão tomadas em consideração todas as orientações, disposições e normas estabelecidas pelo PROTA que sejam do âmbito do PDM e tenham implicações ao nível do concelho de Fronteira.

Quadro Estratégico de Referência e Opções Estratégicas

O PROTA, enquanto instrumento de gestão territorial de carácter regional, estabelece a estratégia regional de desenvolvimento territorial, tendo igualmente em consideração as estratégias municipais de desenvolvimento local. O Plano *“faz, assim, uma articulação entre os vários documentos de política de índole nacional, quer de estratégia quer de regulamentação, nos vários domínios.”*

Efetivamente, para além dos trabalhos integrantes dos vários IGT de âmbito regional - Planos Especiais de Ordenamento do Território e anteriores PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral - PROTALI, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente de Alqueva - PROZEA, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore - PROZOM, todos revogados com a publicação do PROTA) - a elaboração do PROTA beneficiou ainda de um conjunto de estudos de natureza estratégica realizados na região. Neste contexto, merece particular destaque o documento de orientação estratégica regional – Orientações estratégicas regionais – Alentejo 2015 – preparado pela CCDRA com vista à fundamentação do Programa Operacional Regional 2006-2013, e que, ao estabelecer os grandes eixos estratégicos de intervenção das políticas públicas de desenvolvimento regional a implementar no horizonte desse ciclo de programação estrutural, constituiu um documento de orientação fundamental para os trabalhos do PROTA.

Numa fase preliminar de elaboração do PROTA o Diagnóstico prospetivo Regional identificou um conjunto de desafios que se colocavam ao processo de ordenamento e desenvolvimento territorial na região no futuro próximo:

1. Promover o crescimento económico e o emprego,
2. Sustentar a perda demográfica e qualificar e atrair recursos humanos,
3. Consolidar o sistema urbano e desenvolver um novo relacionamento urbano-rural,
4. Garantir níveis adequados de coesão territorial,
5. Valorizar e preservar o património paisagístico, natural e cultural,
6. Implementar um modelo de turismo sustentável,
7. Potenciar o efeito das grandes infraestruturas (regionais e nacionais),
8. Criar escala e reforçar as relações com o exterior,
9. Combater os processos de desertificação.

Em termos de **Visão**, o PROTA visa afirmar a região do Alentejo como território sustentável e de forte identidade regional, sustentada por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e afirmando uma reforçada integração com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu posicionamento geoestratégico. Enquanto espaço de baixa densidade apresenta nichos de oportunidade ligados a atividades emergentes potenciadores dos seus ativos naturais e patrimoniais. A sustentabilidade territorial assenta no desenvolvimento de níveis acrescidos de concertação estratégica e cooperação funcional, capaz de gerar novas oportunidades e responder eficazmente aos potenciais riscos ambientais e sociais.

Em função desta visão foram definidos os seguintes **Desígnios Regionais**:

1. Uma região com um posicionamento reforçado no contexto da economia nacional, através da ampliação da sua base económica regional, afirmando as suas potencialidades geoeconómicas no contexto ibérico e europeu, consolidando os sectores e funções económicas emergentes com uma valência estratégica e apostando na inovação e na competitividade das atividades produtivas tradicionais;
2. Uma região funcionalmente mais aberta e articulada com os territórios envolventes, com particular relevância para o reforço das relações com Área Metropolitana de Lisboa (AML) e com Espanha, dotada de uma qualificada organização territorial de suporte às atividades económicas e de atracção de empresas e de população em idade ativa;
3. Uma região com adequados níveis de coesão territorial, sustentada pelo papel do sistema urbano regional como infraestrutura privilegiada de suporte aos equilíbrios socioeconómicos internos, à sustentabilidade dos espaços rurais, a uma maior integração territorial regional e a uma mais elevada qualidade de vida e de bem-estar social;
4. Uma região com marcada identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e, simultaneamente, pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face às oportunidades de mercado.
5. Uma região evidenciando com um relevante património natural, paisagístico e cultural, assente na proteção e valorização ambiental, manifestando resultados eficazes no combate ao processo de desertificação e na valorização e preservação dos recursos históricos e culturais.

Para implementar a Visão e os Desígnios Regionais propostos, o PROT estabelece um conjunto de Opções Estratégicas de Base Territorial, organizando-as de acordo com quatro eixos de intervenção fundamentais, conforme o quadro seguinte.

Quadro 10: Opções Estratégicas de Base Territorial

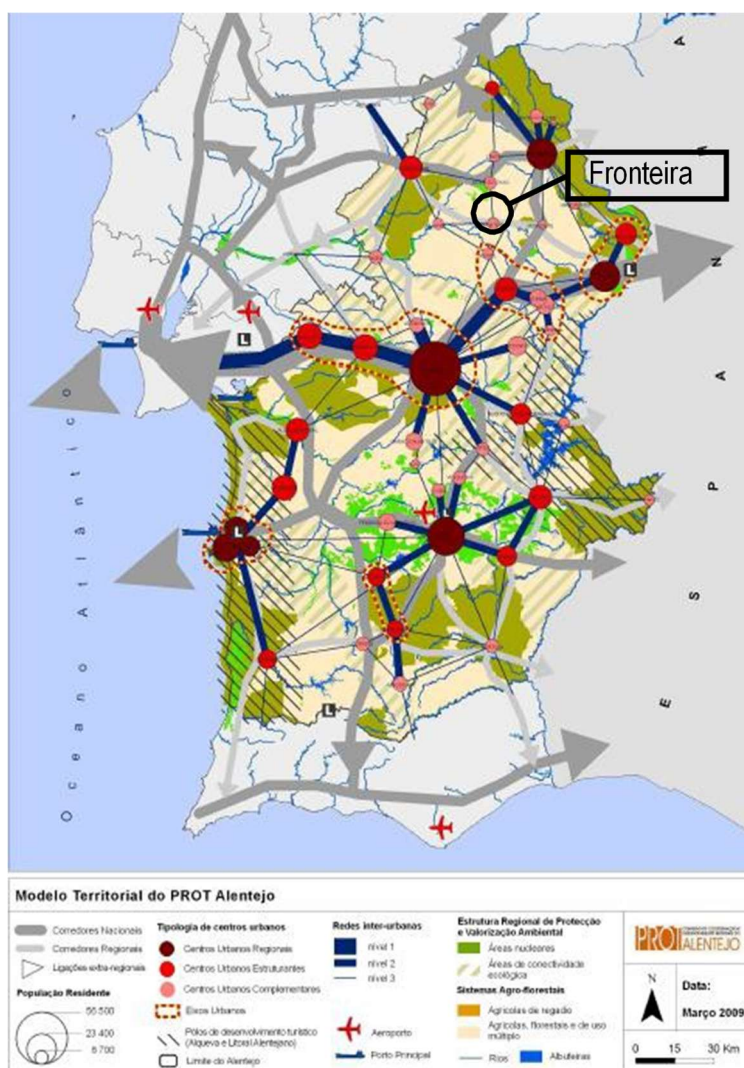
Eixo de Intervenção	Opções Estratégicas
Integração Territorial e Abertura ao Exterior	• Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a competitividade das redes de infraestruturas de transporte e promovendo a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial, por forma a dotar a região de condições de elevada qualidade de atracção de empresas e de desenvolvimento empresarial. • Promover a internacionalização da região, através da consolidação da conectividade urbana externa, do desenvolvimento de serviços avançados e de uma aposta urbana diferenciadora. • Afirmar em termos europeus e internacionais os recursos naturais e a paisagem, em prol de uma maior integração territorial e de uma estratégia de construção de redes.
Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural	• Cumprir as metas ambientais, garantindo a manutenção e valorização da biodiversidade, através de uma integração sólida entre a gestão dos sistemas naturais em especial nas áreas classificadas para a conservação da natureza e as oportunidades que se oferecem às atividades produtivas. • Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais. • Prevenir os fatores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos impactes e controlar e mitigar os processos associados à desertificação. • Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, passando pela proteção da rede hidrográfica e dos aquíferos, e por uma política de uso eficiente da água. • Valorizar e ordenar o Litoral, potenciando o seu valor ambiental e económico à escala regional e nacional. • Assegurar uma gestão eficaz dos resíduos no que se refere à reciclagem multimaterial, valorização orgânica, incineração, com recuperação de energia, e confinamento técnico.
Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional	• Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos ampliando e qualificando as respetivas cadeias de valor, e consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas emergentes diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional. • Desenvolver o modelo de produção agroflorestal e agroindustrial com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis e promovendo a diversificação e valorização das produções e tornando operativa a multifuncionalidade dos sistemas agro-silvo-pastoris e do património agrícola e rural. • Aumentar a atratividade das áreas rurais, com base na multifuncionalidade da agricultura e na melhoria global da qualidade de vida. • Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na Região. • Promover a constituição de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo regional e às dinâmicas económicas regionais, fomentadora da competitividade do empresaria e respondendo aos desafios da modernização e qualificação da base económica regional.
Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural	• Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, capazes de articular redes regionais, de promover a sua integração funcional e de gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica. • Estruturar redes de centros urbanos sub-regionais, assentes na concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, capazes de sustentar a coesão territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada. • Garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes, através da regeneração e valorização urbanística e da potenciación dos valores patrimoniais existentes. • Articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e promover a equidade territorial. • Promover o acesso às redes e ao uso das TIC, nomeadamente por parte das empresas e dos serviços públicos, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e uma maior coesão territorial.

Modelo e Sistemas Territoriais

A operacionalização do Plano processa-se por intermédio da definição de um **Modelo Territorial**, suportado por cinco **sistemas de organização territorial** - o Sistema Ambiental e Riscos, o Sistema da Base Económica Regional, o Sistema das Atividades Agroflorestais, o Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial e o Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional.

O Modelo Territorial definido pelo PROTA permite obter uma configuração espacial prospetiva da região, cuja integração das suas diversas componentes, e de um ponto de vista de conjunto, “*reflete a emergência de uma nova organização territorial*”.

Figura 8: Modelo Territorial do PROT Alentejo



Fonte: PROTA

De acordo com o Modelo Territorial do PROT Alentejo, o concelho de Fronteira corresponde a um centro urbano complementar, integra-se numa zona de cariz agrícola, florestal e de uso múltiplo e é atravessado por um corredor viário regional.

Apresenta-se de seguida, um breve enquadramento em cada um dos sistemas territoriais, na perspetiva do concelho de Fronteira, realçando-se o facto do cumprimento das respetivas disposições ser remetido para a fase de Proposta de Plano. Salvaguarda-se o facto de esta análise ser parcialmente efetuada com base em cartogramas do próprio PROTA que se apresentam a uma escala pequena, nem sempre de fácil análise atendendo à escala municipal.

Sistema Ambiental e Riscos

Este Sistema “*identifica os recursos e valores mais significativos visando garantir a estrutura e função dos sistemas naturais, a conservação da natureza e da biodiversidade, a prevenção do risco, a qualidade da paisagem e a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento*”, subdividindo-se no Subsistema Ambiental e no Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

O Subsistema Ambiental representa uma componente essencial no modelo de desenvolvimento regional e está relacionado com tudo o que respeita a recursos hídricos, qualidade do ar, gestão de resíduos, litoral, unidades de paisagem e à estrutura regional de proteção e valorização ambiental.

No contexto da revisão do PDM, importa dar particular realce à Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), destacando de que forma o concelho se enquadra nesta.

A ERPVA “*constitui uma estrutura territorial sistémica de estabilidade ecológica que promove a manutenção e a viabilização da sustentabilidade, fundamentais na conservação da natureza, da biodiversidade e da paisagem, ao contrariar e prevenir os efeitos da fragmentação e artificialização dos sistemas naturais e seminaturais*”. Esta estrutura é constituída pela Rede Fundamental de Conservação da Natureza, onde se incluem as áreas protegidas de âmbito nacional e as áreas da Rede Natura 2000, que correspondem a Áreas Nucleares, e por outras áreas de importância estratégica no âmbito dos corredores ecológicos, que incluem áreas selecionadas com base em critérios espaciais e funcionais aplicados a parâmetros biológicos, hidrológicos, de solo e de paisagem e que correspondem às Áreas de Conectividade Ecológica/Corredores Ecológicos.

Ao estabelecer a ERPVA, o Modelo Territorial do PROTA pretende reforçar a importância da valorização dos recursos naturais não só como garantia da preservação da paisagem e da identidade regional, mas também como suporte do desenvolvimento sustentável.

O concelho de Fronteira não se encontra abrangido nem por áreas nucleares, nem por corredores ou áreas de conectividade ecológica, destacando-se apenas o seu atravessamento pela ribeira de Avis.

Em termos de Unidade de Paisagem, o **concelho de Fronteira** encontra-se totalmente integrado na Peneplanície do Alto Alentejo.

O Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos identifica a suscetibilidade da região à ocorrência de determinados fenómenos, de origem natural ou humana. De acordo com a cartografia de Riscos do PROTA, esta questão não se revela problemática no concelho de Fronteira, havendo apenas a referir:

- a) A suscetibilidade à desertificação, decorrente das características do clima, tipo de solo e de vegetação e uso do solo, em todo o território concelhio;
- b) O risco de incêndio alto ou muito alto, decorrente da ocorrência de períodos de seca associados a vagas de calor, em áreas residuais do concelho.

Sistema da Base Económica Regional

A integração deste sistema no modelo territorial recorreu, em grande medida às orientações estratégicas definidas no documento “Alentejo 2015”. O PROT subdivide o Sistema da Base Económica Regional nas seguintes componentes estruturantes:

- a) **Rede de Centros Económicos Regionais** – Composta pelos centros urbanos de Évora (que manifesta uma posição de claro destaque no contexto deste grupo de centros urbanos), Beja e Portalegre e pelos eixos urbanos de Sines/Santiago do Cacém/Santo André e Elvas/Campo Maior;
- b) **Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação** – Estabelecida com o objetivo de contribuir para uma melhoria qualitativa da base económica regional, através do incremento da inovação e desenvolvimento tecnológico e da valorização económica dos recursos e produções;
- c) **Sistema Regional de Logística Empresarial** – Integra as infraestruturas de acolhimento e de desenvolvimento empresarial com uma importância de âmbito municipal ou supramunicipal e orientadas para a constituição de concentrações empresariais de pequena/média dimensão (parques empresariais e áreas de localização empresarial) e as infraestruturas de localização empresarial e de logística de importância regional e nacional (parques empresariais e áreas logísticas regionais, o porto de Sines e o aeroporto de Beja);
- d) **Rede de Aproveitamentos Hidroagrícolas** – O regadio é uma área estratégica de desenvolvimento do sector agrícola. Numa ótica de desenvolvimento regional, a questão das culturas regadas revela-se fundamental para a qualificação e para a mudança da estrutura de produção sectorial;

- e) **Eixos e Redes de Especialização Industrial** – Trata-se da organização territorial de atividades industriais particularmente associadas a características naturais e fatores de ordem territorial. Como eixos de especialização industrial são identificados o eixo das rochas ornamentais, o eixo das pirites e o eixo do urânio. Como redes e áreas de especialização industrial regional são identificadas: rede do automóvel, da aeronáutica e da eletrónica, fileira do montado e da cortiça e fileiras da indústria agroalimentar (com destaque para o vinho, o azeite, as carnes/enchidos e os lacticínios).
- f) **Corredor Central** – Este corredor é formado pelas áreas do Alentejo Central que beneficiam do atravessamento do mais importante corredor rododiferroviário que liga as duas capitais ibéricas, o que reforça, particularmente para os concelhos ocidentais inseridos na área de influência direta da região de Lisboa, o efeito de contiguidade e de interação com a sua Área Metropolitana. A possível instalação do novo aeroporto de Lisboa na fronteira da Região e numa localização de grande proximidade a este corredor e o desenvolvimento do porto de Sines, cujas acessibilidades terrestres fundamentais estão amarradas neste corredor, terão um forte impacto urbanístico e económico em algumas áreas, que é preciso saber gerir e aproveitar, mas que certamente se traduzirão no reforço das potencialidades de localização empresarial ao longo deste Corredor.
- g) **Litoral Alentejano** – O Litoral Alentejano manifesta um conjunto diversificado de potencialidades de desenvolvimento económico, nomeadamente através do turismo, das atividades industriais, portuárias e logísticas, de produção de energia e piscatórias, centradas em Sines e das atividades agrícolas que têm de se coadunar com a sensibilidade e riqueza paisagísticas e naturais que fazem desta zona uma das mais bem preservadas de Portugal.
- h) **Área Envolvente da Albufeira de Alqueva** – A albufeira do Alqueva veio a constituir-se como uma nova âncora de desenvolvimento da Região, com um elevado potencial de dinamização de atividades económicas (com um grande destaque para o Turismo) e de promoção de uma organização territorial centrada no efeito do Grande Lago, constituindo, para aquela zona do interior da Região, um novo fator de desenvolvimento territorial, mobilizador dos recursos locais e potenciador do incremento das relações com Espanha.

Refira-se que **Fronteira** se encontra um pouco à margem dos centros e eixos das vertentes industrial, tecnológica, de inovação, empresarial e logística definidos por este sistema, em grande parte porque estes centros e eixos se apoiam fundamentalmente em realidades já enraizadas e nas quais o concelho não se integra.

Dentro do Sistema da Base Económica Regional existem, ainda, dois subsistemas com tradução espacial: os Subsistemas das Atividades Agroflorestais e de Desenvolvimento Turístico.

O Subsistema das Atividades Agroflorestais identifica territorialmente, de forma não exclusiva, as principais potencialidades de especialização para os sistemas agroflorestais, num quadro de desenvolvimento dinâmico, dividindo o território regional nos seguintes sistemas: sistemas agrícolas de regadio (associados a áreas de aproveitamento hidroagrícola existentes ou potenciais), outros sistemas agrícolas (agricultura de sequeiro e pequenos regadios individuais), sistemas agro-silvo-pastoris (associados, no essencial a áreas de montado), sistemas florestais multifuncionais (áreas de produção de produtos não lenhosos – cortiça, pinha, castanha, pastagem, caça, etc.), sistemas florestais de produção (com função dominante de produção lenhosa). O concelho de Fronteira integra, essencialmente, Sistemas Agro-silvo-pastoris e Sistemas Agrícolas, havendo um claro domínio do montado e do olival.

O Subsistema de Desenvolvimento Turístico pretende organizar, ao nível regional, uma atividade que assume uma posição cada vez mais fundamental nos modelos e estratégias de desenvolvimento territorial.

Partindo de uma realidade turística assente em características fundamentais muito próprias (identidade regional cultural e patrimonial, singularidade paisagística, preservação do património natural e cultural, qualidade e diversidade dos produtos, entre outras), o Modelo Territorial estabelece uma estratégia regional de desenvolvimento turístico, consubstanciada na definição de cinco zonas onde se pretende a promoção de produtos e programas de desenvolvimento turístico de base territorial, potenciando as especificidades sub-regionais no que se refere a valores e recursos turísticos. As cinco zonas definidas são as seguintes:

- a) Zona A – Norte Alentejo
- b) Zona B – Envolvente de Évora
- c) Zona C – Alqueva
- d) Zona D – Eixo do Guadiana/Baixo Alentejo
- e) Zona E – Litoral Alentejano

O **concelho de Fronteira** encontra-se integrado na Zona A – Norte Alentejo, onde o PROTA preconiza que a promoção e o desenvolvimento turístico se devem apoiar nos seguintes produtos:

- a) **Património cultural**, dada a existência de uma grande quantidade e diversidade de valores arquitetónicos, patrimoniais (pré-históricos e históricos) e culturais únicos (e.g. tapeçarias de Portalegre);

- b) **Património Natural**, com destaque para o Parque Natural de S. Mamede, para o trecho do rio Tejo que abarca alguns concelhos desta zona e para os espelhos de água existentes – albufeiras de Belver, Caia, Maranhão e Montargil, locais de uma grande riqueza ecológica e propícios ao fomento do turismo de natureza, e ainda para o Geopark Naturtejo, da Meseta Meridional, classificado pela UNESCO;
- c) **Termalismo**, já que a região está dotada de águas termais com vocações terapêuticas no combate a doenças do aparelho respiratório, doenças da pele e doenças reumáticas, com vestígios da ocupação de termas desde a época Romana;
- d) **Turismo ativo**, com destaque para a equitação – de que se realçam todas as atividades associadas à Coudelaria de Alter do Chão –, a escalada, a pesca desportiva, a canoagem, entre outras;
- e) **Encontros de Negócios**, embora esteja longe de ser um produto emblemático da região, a afirmação do posicionamento estratégico e transfronteiriço de Campo Maior, Elvas e Portalegre, através da instalação da plataforma logística e da passagem do comboio de Alta Velocidade, poderá conduzir a um desenvolvimento substancial deste produto.

No **concelho de Fronteira**, há a referir a zona da fluvial da Ribeira Grande, as termas da Sulfúrea de Cabeço de Vide e o Terródromo enquanto espaços privilegiados para atividades turísticas de lazer, bem como a existência de sítios arqueológicos, espaços e imóveis enquanto elementos notáveis de Património Cultural. A proximidade a locais de destaque nos concelhos vizinhos (albufeiras, parques naturais e valores culturais) contribuem para inserir este território no contexto mais alargado dos circuitos e locais turísticos e culturais da região.

Sistema Urbano e de Suporte da Coesão Territorial

O Sistema urbano e de suporte à coesão territorial é provavelmente aquele onde os impactos das normativas e orientações do PROTA mais se fazem sentir ao nível da elaboração dos PMOT.

Este sistema organiza-se em torno dos seguintes elementos:

- a) Um conjunto de **corredores e polaridades regionais**, que desenvolvem posicionamentos competitivos diferenciados;
- b) Uma **tipologia de centros urbanos**, que estrutura a malha e diferencia as funcionalidades urbanas;
- c) Um grupo de **subsistemas urbanos**, que suportam a coesão territorial.

Os **corredores e polaridades regionais** unem os principais centros urbanos, económicos e fronteiriços. Em termos transversais, evidenciam-se quatro corredores: o corredor Lisboa/Vendas Novas/Montemor-o-Novo/Évora/Estremoz/Elvas/Campo Maior/Badajoz, o corredor Lisboa/Ponte de Sor/Alter do Chão/Portalegre/Mérida-Cáceres, o corredor Sines/Évora/Badajoz e o corredor Sines/Ferreira do Alentejo/Beja/Serpa/Vila Verde de Ficalho/Espanha. Longitudinalmente, evidenciam-se os corredores Lisboa/Setúbal/Grândola/Sines e o corredor Castelo Branco/Portalegre/Évora/Beja/Algarve.

Por sua vez, a malha urbana regional é estruturada através da **tipologia de centros urbanos**, estabelecida em função de diferentes funcionalidades urbanas, e visa consolidar um sistema urbano assumidamente policêntrico, definindo-se três tipos de centros urbanos: Centros Urbanos Regionais; Centros Urbanos Estruturantes; e Centros Urbanos Complementares, como é o caso da vila de Fronteira.

Finalmente, os **subsistemas urbanos** são aglutinações de centros urbanos e zonas nos seus raios de influência que suportam a coesão territorial e são vistos pelo Modelo Territorial como fundamentais para a consolidação do policentrismo do sistema urbano. Surgem como necessidade de atenuar a dimensão territorial da Região e a distância que separa os Centros Urbanos Regionais, procurando fomentar os relacionamentos de proximidade em que os centros urbanos se integram. O PROTA preconiza, desta forma, a estruturação dos seguintes subsistemas urbanos:

1. Subsistema urbano do Litoral Alentejano, que se estende entre Alcácer do Sal e Odemira, formando uma rede de centros urbanos ancorados em Sines - Santiago do Cacém - Santo André.
 1. Subsistema urbano do Norte Alentejano, que se estrutura em torno de Portalegre, Elvas/Campo Maior e Ponte de Sor.
 2. Subsistema urbano do Alentejo Central, que é estruturado fundamentalmente por Évora, e, em menor escala, por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz.
 3. Subsistema urbano do Baixo Alentejo, que se organiza em torno de Beja, Moura, Serpa, Aljustrel e Castro Verde.

O **concelho de Fronteira** constitui um centro urbano complementar integrado no subsistema urbano do Norte Alentejano que se desenvolve em torno de Portalegre, embora já com relativa excentricidade face a este.

Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional

Para o Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional, o PROTA estabelece uma estrutura organizada em três subsistemas, que devem interagir entre si: o Subsistema de infraestruturas terrestres, o Subsistema de infraestruturas aeroportuárias e o Subsistema de infraestruturas portuárias.

O Subsistema de infraestruturas terrestres é, naturalmente, o que merece maior destaque, uma vez que estabelece os principais corredores e eixos de acessibilidades terrestres, integrando as componentes rodoviárias e ferroviárias.

Este subsistema é composto por dois níveis: um de âmbito nacional/europeu e outro de âmbito regional/sub-regional:

- a) Infraestruturas de nível nacional/europeu – correspondem aos “*corredores estabelecidos no PNPOP e vocacionados para uma acessibilidade e conectividade nacional e internacional: corredor norte Abrantes-Ponte de Sor-Portalegre, corredor central Lisboa-Évora-Madrid, corredor sul Sines-Beja- Andalusia, corredor litoral Lisboa-Grândola-Algarve, corredor interior Castelo-Branco-Portalegre- Évora-Beja-Algarve e corredor Sines-Évora-Badajoz*”;
- b) Infraestruturas de nível regional/sub-regional – correspondem, no que se refere a rodovias, “*a quatro subsistemas territoriais estabelecidos no âmbito do PROT, com uma função complementar aos corredores nacionais/europeus e garantindo uma acessibilidade direta a todos os centros urbanos regionais e a articulação de todos os espaços fundamentais da base económica regional: subsistema territorial do Alentejo Litoral, subsistema territorial a norte do Corredor Central, subsistema territorial transfronteiriço do Alentejo Central e Baixo Alentejo e subsistema territorial do Baixo Alentejo. Integram ainda este tipo de infraestruturas terrestres os eixos ferroviários de nível regional*”.

O **concelho de Fronteira** é atravessado transversalmente pelo corredor regional que assegura a ligação Ponte de Sor/ Avis/Fronteira/Monforte/Elvas/Campo Maior.

O Subsistema de infraestruturas aeroportuárias integra, fundamentalmente, o aeroporto de Beja e os principais aeródromos da Região (Évora, Ponte de Sor e Sines) bem como uma rede de heliportos e de pontos de aterragem alternativo para helicópteros. Relativamente à rede de aeródromos e heliportos, o PROTA destaca a importância de equacionar soluções que assegurem um adequado apoio aos equipamentos de saúde.

O Subsistema de infraestruturas portuárias é composto por todas as infraestruturas portuárias, sejam elas de cariz mercantil, piscatório ou de recreio. As infraestruturas portuárias e de recreio são

organizadas em três níveis de acordo com a sua importância, cabendo ao primeiro nível as infraestruturas de maior relevo e ao último as infraestruturas mais ligeiras. Neste contexto, o Porto de Sines merece um claro destaque, sendo a principal infraestrutura portuária regional prevendo-se que continuará a ser uma aposta estratégica de importância nacional e com relevância ibérica.

Normas Orientadoras e de Natureza Operacional

Uma vez definido o modelo territorial e definido o enquadramento da região nos principais sistemas estruturantes, o PROTA estabelece um conjunto de normas que pretendem operacionalizar a concretização desse modelo. Essas normas subdividem-se em **normas gerais e normas específicas** e são definidas para cada um dos sistemas territoriais apresentados anteriormente.

No âmbito da Revisão do PDM de Fronteira, este quadro normativo assumirá particular relevância no momento de definição da proposta de ordenamento e sua subsequente regulamentação, contudo, dado o carácter prospetivo que se pretende conferir ao presente documento, optou-se por sistematizar algumas das normas que, por remeterem ou para o domínio do PDM ou diretamente para o território concelhio, se considera que serão determinantes na definição do modelo de desenvolvimento do concelho e na sua posterior operacionalização.

No que concerne ao **Sistema Ambiental e Riscos**, destacam-se as seguintes normas, com maior relevância no contexto da Revisão do PDM:

- a) Integrar nos vários IGT regulamentação que reflita as orientações relacionadas com o combate à desertificação;
- b) Identificar e caracterizar as áreas com importância estratégica no âmbito dos corredores ecológicos, que deverão integrar a Estrutura Ecológica Municipal (EEM);
- c) Nas áreas urbanas identificar e garantir a conservação de áreas de habitats que podem constituir corredores ecológicos;
- d) Nas áreas de corredores ecológicos que venham a integrar a EEM interditar e condicionar utilizações e ocupações, conforme normativo do PROT.

As normas relacionadas com o Subsistema Riscos decorrem em grande medida, ou do quadro legal vigente (obrigatoriedade de identificação e caracterização dos riscos no âmbito dos PMOT) ou de procedimentos já enraizados no panorama de planeamento e ordenamento do território. Destaque para a necessidade de integrar no PDM a estratégia local relativa à desertificação e à seca.

Em termos normativos as disposições do PROTA para o Sistema da Base Económica Regional são eminentemente de carácter estratégico e orientador, não apresentado, na generalidade, o carácter

vinculativo que está presente nas normas de outros sistemas; refira-se, no entanto, a ênfase dada à questão da Energia, recomendando o Plano que seja feita, no âmbito dos PMOT, a avaliação das potencialidades concelhias para a instalação de unidades de produção de energias alternativas e a definição do respetivo quadro normativo.

Como seria expectável, é no domínio do Sistema Urbano e de Suporte da Coesão Territorial, que o quadro normativo do PROTA apresenta maior relevo para a revisão do PDM. Neste caso, para além das normas de carácter geral, o PROTA subdivide as normas específicas em dois subdomínios: Estruturação Urbana, e Planeamento Urbano, Urbanização e Edificação.

De entre as normas gerais estabelecidas destaca-se a referência que *“o desenvolvimento urbano deve favorecer um crescimento urbano compacto, contrariar a edificação isolada, e promover a reabilitação do património edificado e histórico e a identidade e a singularidade da paisagem urbana e rural”*.

As regras relativas à Estruturação Urbana estão relacionadas com o Sistema Urbano, visando a consolidação do modelo policêntrico de organização do Sistema Urbano Regional, descrito anteriormente, como base para a melhoria da competitividade regional e da qualidade de vida, e com a Rede de Equipamentos e Serviços.

Já as normas relativas ao Planeamento Urbano, Urbanização e Edificação revestem-se de um carácter mais operacional sendo as que apresentam um impacto mais “visível” ao nível da elaboração dos PMOT, uma vez que possuem transposição concreta para a proposta de ordenamento e para a sua regulamentação. O PROTA desagrega estas normas de acordo com os seguintes domínios: (i) Planeamento e Edificação em Solo Urbano; (ii) Planeamento e Edificação em Solo Rural; (iii) Planeamento e Edificação Turística; (iv) Outros Condicionismos à Edificação (onde se assinalam as particulares restrições existentes para a ocupação da Costa Alentejana e das áreas que integram a ERPVA); e, (v) Património Cultural. De entre estas destacam-se aquelas cuja integração no PDM resulta direta e exclusivamente da regulamentação do PROTA.

Relativamente ao Planeamento e Edificação em Solo Urbano, o PROTA determina que no âmbito dos PDM se preveja:

- a) a elaboração de Planos de Urbanização para todos os centros urbanos sedes de concelho;
- b) a limitação da ampliação dos perímetros urbanos a situações em que o somatório das áreas urbanas consolidadas e comprometidas atinjam os 70% (não contabilizando as áreas de estrutura ecológica) do perímetro urbano;

- c) a limitação das áreas de expansão ao limite máximo de 30% da área do perímetro urbano existente (excluindo os solos afetos às zonas industriais e os solos afetos a espaços verdes);
- d) a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal em solo urbano, devendo privilegiar o estabelecimento de *“ligações funcionais com as áreas rurais envolventes, podendo incluir, nomeadamente, parques, jardins (públicos ou privados), linhas de água e respetivas margens, áreas de povoamento de sobreiro e azinheira, e/ou hortas/zonas agrícolas urbanas, matas, espaços verdes educativos/desportivos, sebes naturais”*;
- e) a definição de uma política municipal de habitação.

No que respeita ao Planeamento e Edificação em Solo Rural (atualmente Solo Rústico), o PROTA estabelece que *“não são admitidas novas edificações que possam conduzir a padrões de ocupação dispersa, sendo a edificação em solo rural excecional e apenas admissível quando necessária para o suporte de atividades económicas associadas à valorização dos recursos naturais, culturais e paisagísticos e à multifuncionalidade dos espaços rurais”*, indo, também neste caso, ao encontro da recente doutrina nacional. Nas situações de novas edificações em solo rústico passíveis de serem autorizadas, é estabelecido que estas poderão ocorrer sob a forma de Edificação Isolada, Aglomerados Rurais, Áreas de Edificação Dispersa ou Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT), devendo o PDM densificar a sua regulamentação ajustada às características territoriais específicas dos respetivos municípios, de acordo com o normativo do PROT, que regulamenta esta questão com grande exaustividade.

Em relação ao Planeamento e Edificação Turística, o PROTA começa por estabelecer um nível máximo de intensidade turística para cada sub-região turística, definido através de uma relação ponderada entre o número de camas turísticas e o número de habitantes residentes. Por sua vez, a distribuição por concelho da intensidade turística máxima definida para cada uma das sub-regiões, é obtida através da ponderação diferenciada da variável população (proporção da população residente concelhia no total da população da sub-região onde se insere), e da variável área (proporção da área do concelho no total da área da sub-região onde se insere). A intensidade turística concelhia efetiva é definida em PDM, e não pode ultrapassar o limite máximo resultante da aplicação do método de cálculo estabelecido no PROTA; acrescente-se que para o cálculo da intensidade turística é considerada a capacidade de alojamento de todos os empreendimentos turísticos existentes concretizados e aprovados.

No quadro do ordenamento territorial da região, em solo urbano são admitidos todos os tipos de empreendimentos turísticos, não obstante, o PROTA cria a figura dos Núcleos Urbanos de Turismo e Lazer (NUTL) que são *“núcleos urbanos com funções predominantemente turísticas, com elevada procura de alojamentos turísticos, restauração e serviços de apoio às atividades turísticas e de lazer.”* Cabe ao

PDM identificar os NUTL, ou seja, os núcleos urbanos com potencial para o desenvolvimento turístico, atendendo nomeadamente aos de especial valor patrimonial (que deve ser promovido e protegido e cujo uso deve ser articulado com empreendimentos turísticos), e que ficarão obrigados à elaboração de plano de urbanização ou plano de pormenor.

Relativamente às formas de implementação dos novos empreendimentos turísticos em solo rústico, nos Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI) são admitidos: estabelecimentos hoteleiros associados a temáticas específicas (saúde, desporto, atividades cinegéticas, da natureza, educativas, culturais, sociais, etc.), empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER), empreendimentos de turismo de habitação, parques de campismo e de caravanismo e empreendimentos de turismo da natureza. No que respeita aos NDT, o seu desenvolvimento é um pouco mais complexo e sujeito a várias regras. Integram empreendimentos turísticos e equipamentos de animação turística, bem como outros equipamentos e atividades compatíveis com o estatuto de solo rural. Não são delimitados em PDM e devem ser desenvolvidos através de planos de urbanização ou de pormenor.

Quanto aos condicionalismos à edificação nas áreas nucleares da ERPVA, a edificabilidade para fins urbano-turísticos deve ocorrer exclusivamente no interior dos perímetros urbanos e nos NDT, sendo ainda definidas restrições específicas para a instalação de parques de campismo.

Em termos de normas para o Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional, a grande maioria são orientações de carácter genérico e/ou estratégico - que visam a adoção de políticas de mobilidade sustentável, a multimodalidade, o uso das infraestruturas existentes, a melhoria da conectividade, o respeito pelo ambiente, a utilização do transporte público, a promoção do transporte ferroviário, etc. -, ou são de aplicabilidade nos âmbitos supramunicipal, regional ou mesmo nacional, com vista à implementação das infraestruturas que permitam a total implementação e eficácia do Modelo Territorial na perspetiva das acessibilidades, mobilidade e conectividade regional, nacional e internacional.

Conforme referido anteriormente, para além destas disposições existe um vasto conjunto de normas, de carácter mais operativo ou mais orientativo, que não enunciadas no presente relatório sob pena de retirar o efeito de sistematização que se pretende que este subcapítulo assuma. Ressalva-se, contudo, que essas normas e orientações estarão subjacentes a todo o processo de revisão, sendo devidamente acauteladas na elaboração da proposta de Plano.

3.3.2 Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)

Os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas são *“instrumentos de planeamento dos recursos hídricos e visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível*

das bacias hidrográficas integradas em uma determinada região hidrográfica”. Para além da caracterização da Região Hidrográfica, da definição de cenários prospetivos, estabelecem um programa de medidas, uma das suas peças mais importantes, definindo ações, técnica e economicamente viáveis, que permitem atingir ou preservar o bom estado das massas de água.

Os Planos de Gestão da Bacia Hidrográfica (PGBH) do 3.º ciclo de planeamento constituem uma revisão dos planos do 2.º ciclo. Incluem uma análise às melhorias introduzidas pelas medidas implementadas, bem como os novos conhecimentos adquiridos. No 3.º ciclo os objetivos de execução são mais exigentes e promove-se uma harmonização entre as regiões hidrográficas nacionais e internacionais.

O programa de medidas inclui medidas de base e medidas suplementares adaptadas às características da região hidrográfica e ao impacto da atividade humana no estado das massas de água. Estas medidas encontram-se organizadas em eixos e programas de medidas de modo a responder aos problemas diagnosticados. Por sua vez, os eixos encontram-se associados a determinados Objetivos Estratégicos e Áreas Temáticas.

Uma vez que o concelho se insere na bacia hidrográfica do Tejo, apresentam-se de seguida alguns aspetos relevantes que decorrem do PGRH do Tejo e Ribeiros do Oeste - Região Hidrográfica 5A, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril.

Assim, no quadro seguinte, são elencados os objetivos estratégicos do PGBH RH5A bem como se identificam algumas das medidas cuja aplicação contribuirá de forma mais ou menos direta para as soluções de a implementar na Revisão do PDM de Fronteira.

Quadro 11: Pano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiros do Oeste (RH5A) – Eixo, programa de medidas e Key Types of Measures³

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	EIXOS	PROGRAMA DE MEDIDAS	KEY TYPES OF MEASURES
OE1 — Adequar a Administração Pública na gestão da água; OE2 — Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos; OE3 — Atingir e manter o Bom	PTE1 - Redução ou eliminação de cargas poluentes	PTE1P01 - Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	KTM01 - Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas
		PTE1P02 - Remodelação ou melhoria das estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo as explorações agrícolas)	KTM16 - Remodelações ou melhorias de estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo explorações agrícolas)
		PTE1P03 - Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias	KTM15 - Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas

³ São definidos no Water Information System for Europe (WISE) de forma a permitir a comparação entre Estados-Membros.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	EIXOS	PROGRAMA DE MEDIDAS	KEY TYPES OF MEASURES
Estado/Potencial das massas de água; OE4 — Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras; OE5 — Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade; OE6 — Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água; OE7 — Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água; OE8 — Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais; OE9 — Promover a gestão conjunta das bacias internacionais; OE10 — Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.		PTE1P04 - Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	prioritárias ou para a redução de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias
		PTE1P09 - Remediação de áreas contaminadas (poluição)	KTM04 - Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)
		PTE1P10 - Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas	KTM21 - Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas
		PTE1P12 - Explorações mineiras: medidas de minimização	KTM04 - Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)
		PTE1P15 - Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem	KTM21 - Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas
	PTE2 - Promoção da sustentabilidade das captações de água	PTE2P01 - Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	KTM08 - Eficiência hídrica, medidas técnicas para irrigação, indústria, energia e residências
		PTE2P05 - Controlar a recarga das águas subterrâneas	KTM99 - Outra KTM reportada no PM
	PTE3 - Minimização de alterações hidromorfológicas	PTE3P01 - Promover a continuidade longitudinal	KTM05 - Melhoria da continuidade longitudinal (por exemplo, estabelecimento de passagens para peixes, demolição de barragens antigas)
		PTE3P02 - Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água	KTM06 - Melhoria das condições hidromorfológicas das massas de água além da continuidade longitudinal
		PTE3P03 - Implementar regimes de caudais ecológicos	KTM07 - Melhorias no regime de caudal e/ou estabelecimento de caudais ecológicos
	PTE4 - Controlo de espécies exóticas e pragas	PTE4P01 - Prevenir ou controlar os impactos negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas	KTM18 - Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos de espécies exóticas invasoras e doenças introduzidas
	PTE5 - Minimização de riscos	PTE5P01 - Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)	KTM23 - Medidas naturais de retenção de água
		PTE5P02 - Adaptação às alterações climáticas	KTM24 - Adaptação às alterações climáticas
		PTE5P03 - Medidas para combater a acidificação	KTM25 - Medidas para combater a acidificação
		PTE5P04 - Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)	KTM17 - Medidas para reduzir os sedimentos da erosão do solo e escoamento superficial
		PTE5P05 - Prevenção de acidentes de poluição	KTM15 - Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias ou para a redução de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias

Fonte: PGRH RH5A APA (2024)

3.3.3 Plano de Gestão dos Risco de Inundações (RH5)

As inundações são desastres naturais com impacte na vida das populações. Em virtude das alterações climáticas, têm-se tornado cada vez mais frequentes, com efeitos mais devastadores e gravosos. Aliado ao aumento de frequência da ocorrência de eventos climáticos externos as constantes alterações do uso do solo, nomeadamente o aumento da ocupação dos leitos de cheia com áreas urbanas e a destruição de áreas florestais, contribuem para o agravamento deste tipo de situações.

No ano de 2018 procedeu-se à revisão da Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações (APRI), primeira fase de cada ciclo de implementação da Diretiva, tendo-se procedido à recolha e caracterização de eventos de inundações registados em Portugal Continental, no período entre 2011 e 2018. A segunda fase constituiu a revisão das APRI que representa a base para definição de um programa de medidas, nos PGRI do 2º ciclo, que contribuirão para a minimização das consequências das inundações. Por fim, na 3.ª fase elaborou-se a revisão e atualização dos PGRI, tendo em vista a redução do risco de inundações, através da implementação de um programa de medidas que visa a minimização das consequências das inundações, para a população, ambiente, atividades económicas e o património.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril, aprovou os **Planos de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI)** para o período 2022-2027 (2.º Ciclo de Planeamento).

Os PGRI efetuaram modelação hidrológica e hidráulica das ARPSI, delimitando áreas inundáveis e de risco e procederam à revisão das ARPSI. Das quinze ARPSI delimitadas, nenhuma se localiza no concelho de Fronteira.

3.3.4 Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo

Atendendo às orientações da Lei de Bases da Política Florestal, o ordenamento e a gestão florestal são feitos através dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal, que deverão explicitar as práticas de gestão a aplicar nos espaços florestais. A adoção destes instrumentos constitui o contributo do sector florestal para os instrumentos de gestão territorial, em geral, e para os planos municipais de ordenamento do território, em particular, no que concerne à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, uma vez que, de acordo com a hierarquia destes instrumentos, as ações e medidas propostas nos PROF são integradas naqueles planos.

A Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro, aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo e no seu ponto 4, do artigo 1º estabelece o seguinte: “*As normas do PROF Alentejo que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente*

integradas nos planos territoriais de âmbito municipal (PTM) e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal (PTIM).” E conforme o disposto nos n.º 5 e 6 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro (diploma que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal), na sua redação atual, “os PROF vinculam ainda, direta e imediatamente, os particulares relativamente: a) à elaboração dos planos de gestão florestal; b) às normas de intervenção nos espaços florestais; c) aos limites de área a ocupar por eucalipto” e “ficam excluídas do disposto no número anterior as normas com incidência territorial urbanística”.

O PROF Alentejo prossegue uma abordagem multifuncional, integrando as seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- i. Produção;
- ii. Proteção;
- iii. Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- iv. Silvo pastorícia, caça e pesca em águas interiores;
- v. Recreio e valorização da paisagem.

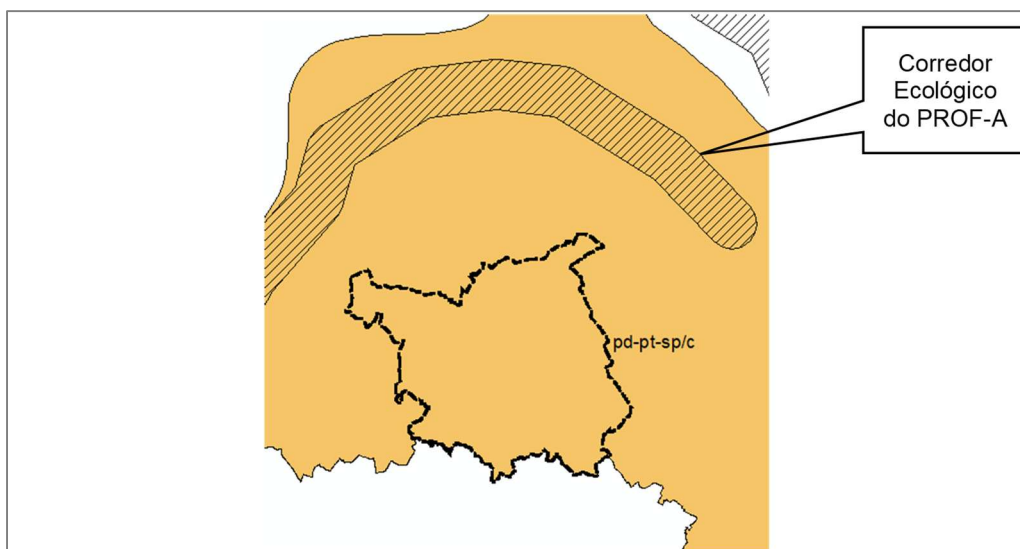
O PROF estabelece geograficamente para o seu território unidades territoriais diferentes designadas por “Sub-região homogénea”, com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante de funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais.

O **concelho de Fronteira** está abrangido na sua totalidade pela sub-região homogénea Peneplanície do Alto Alentejo. Como se pode verificar pela figura seguinte, o concelho não é abrangido por nenhum corredor ecológico do PROF-A.

É ainda de se considerar que nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- Função geral de produção;
- Função geral de proteção;
- Função geral de silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Figura 9: Sub-região homogénea Peneplanície do Alto Alentejo a amarelo, concelho de Fronteira a tracejado



Fonte: PROF Alentejo

A estas funções correspondem as **Normas de intervenção dos espaços florestais** apresentadas nos quadros seguintes.

Quadro 12: Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Produção

Código	Subfunções	Objetivos da gestão e intervenções florestais
PD 1	Produção de madeira	Condução dos povoamentos Proteção da regeneração natural e das plantações
PD 2	Produção de cortiça	Condução do montado e sobreiral
PD 3	Produção de biomassa para energia	Condução dos povoamentos com objetivo de fornecimento de energia
PD 4	Produção de frutos e sementes.	Condução dos povoamentos florestais para a produção de fruto
PD 5	Produção de resinas naturais	Condução dos povoamentos florestais para a produção de resina
PD 6	Produção de outros materiais vegetais e orgânicos.	Condução dos povoamentos florestais para a produção de cogumelos

Quadro 13: Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Proteção

Código	Subfunções	Objetivos da gestão e intervenções florestais
PT 1	Proteção da rede hidrográfica	Ordenamento e planeamento da floresta para proteção da rede hidrográfica Condução de povoamentos nas galerias ripícolas Recuperação de galerias ripícolas

Código	Subfunções	Objetivos da gestão e intervenções florestais
PT 2	Proteção contra a erosão hídrica e cheias.	Fixação de vertentes, correção torrencial e amortecimento de cheias Proteção e recuperação do solo
PT 3	Proteção microclimática.	Instalação de cortinas de abrigo
PT 4	Proteção ambiental	Gestão dos espaços florestais com o objetivo de proteção, sequestro e armazenamento de carbono.

Quadro 14: Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Silvo pastorícia, caça e pesca as águas interiores

Código	Subfunções	Objetivos da gestão e intervenções florestais
SILV 1	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas.	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção
SILV 2	Suporte à pastorícia	Ordenamento de áreas de pastagem em povoamentos florestais Instalação de pastagens Condução do pastoreio.
SILV 3	Suporte à apicultura	Fomento das espécies melíferas.
SILV 4	Suporte à pesca em águas interiores	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção Melhoria do ordenamento dos recursos aquícolas e minimização de impactes.

E por fim, as espécies florestais a privilegiar devem ser as seguintes:

- i. Espécies a privilegiar (Grupo I):
 - Azinheira (*Quercus rotundifolia*);
 - Medronheiro (*Arbutus unedo*);
 - Pinheiro-de-alepo (*Pinus halepensis*);
 - Pinheiro-manso (*Pinus pinea*);
 - Sobreiro (*Quercus suber*);
 - Ripícolas.
- ii. Outras espécies a privilegiar (Grupo II):
 - Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*);
 - Carvalho-português (*Quercus faginea*, preferencialmente *Q. faginea* subsp. *broteroi*);
 - Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*);
 - Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*);
 - Cipreste-da-califórnia (*Cupressus macrocarpa*);
 - Eucalipto (*Eucalyptus spp.*);
 - Nogueira (*Juglans spp.*);
 - Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*).

No concelho de Fronteira o limite máximo de área a ocupar por eucalipto é de 516 ha.

3.3.5 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo (PIAAC-AA), elaborado em 2021 pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo – CIMAA, visa constituir-se como um instrumento estruturante para o planeamento das ações sobre o território tendentes a contribuir para a melhor adaptação às vulnerabilidades e oportunidades climáticas, aumentando a segurança das pessoas e bens, a sustentabilidade ambiental do território, as condições de qualidade de vida e saúde em geral, o desenvolvimento económico e cultural do território. Assim, o PIAAC-AA pretende promover uma resposta coerente aos vários desafios relacionados com as alterações climáticas e colocar a CIMAA na linha da frente no que diz respeito à transição climática.

No que diz respeito às projeções climáticas (médias e extremas), o PIAAC-AA projeta um aumento da temperatura média, mínima e máxima até ao final do século. O cenário é inverso relativamente à variável precipitação. Ambos os cenários projetam uma diminuição generalizada da precipitação média anual. Mesmo tendo em consideração o grau de incerteza associado à modelação climática do vento, o PIAAC-AA, aponta em ambos os cenários para uma diminuição da velocidade máxima do vento. Por fim, estima-se que a tendência para a variação média da radiação global seja também de crescimento.

Considerando que a identificação e delimitação dos territórios expostos e vulneráveis aos impactos decorrentes das alterações climáticas decorre uso e ocupação do solo presente, o ordenamento do território e respetivos instrumentos de gestão territorial têm a responsabilidade de prever ações de prevenção e adaptação às alterações climáticas, reduzindo dessa forma a vulnerabilidade desses mesmos territórios.

Os instrumentos de gestão territorial constituem uma ferramenta essencial para aplicar e concretizar as opções de adaptação às alterações climáticas, considerando que decisões com impacto na capacidade de adaptação do território aos efeitos das alterações climáticas são tomadas ao nível das políticas de ordenamento do território e espalhadas nos instrumentos de gestão territorial.

Assim, Ordenamento do Território possibilita otimizar as respostas de adaptação, evitando “*formas de uso, ocupação e transformação do solo que acentuem a exposição aos impactos mais significativos, tirando partido das condições de cada local para providenciar soluções mais sustentáveis*” (ClimAdaPT).

De acordo com Hurlimann (2012), o Ordenamento do Território possui seis atributos que facilitam a prossecução de adaptação às alterações climáticas:

- a) Permite o Planeamento e a atuação sobre assuntos de interesse coletivo
- b) Permite a gestão de interesses conflituantes.

- c) Permite a articulação de várias escalas ao nível territorial, temporal e de governança.
- d) Permite a adoção de mecanismos de gestão sobre a incerteza.
- e) Permite a ação com base no repositório de conhecimento.
- f) Permite a definição de orientações para o futuro, integrando as atividades de um vasto conjunto de atores.

O Ordenamento do Território possui ao nível municipal quatro níveis de promoção do processo contínuo e integrado de adaptação às alterações climáticas (Barroso et al., 2016; Mourato, 2016), designadamente ao nível estratégico, regulamentar, operacional e de governação territorial.

O PDM constitui a primeira prioridade na integração das opções de adaptação nos instrumentos de gestão territorial, uma vez que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial dos municípios e constitui referência para a elaboração dos planos de urbanização e dos planos de pormenor. Assim, na revisão do PDM de Fronteira devem ser transpostas as diretrizes incluídas no PIAAC AA, de modo a proceder-se à incorporação de ações de adaptação e de mitigação nos instrumentos de gestão territorial num horizonte temporal mais curto.

Assim, no âmbito da presente revisão do PDM, identificam-se as seguintes orientações gerais e diretrizes para integração da adaptação às alterações climáticas:

- Introduzir no regulamento e demais elementos constituintes do PDM, as opções de adaptação do PIAAC;
- Avaliar detalhadamente os impactos associados aos eventos extremos;
- Articular com as entidades intervenientes a implementação das medidas;
- Manter atualizadas as orientações ao nível das várias políticas sectoriais regionais e nacionais;
- Integrar nos planos anuais de atividades e orçamento as opções a promover pelo município;
- Criar indicadores de execução/aplicação das opções propostas.

Considerando as quatro principais formas de promoção do processo contínuo e integrado de adaptação às alterações climáticas referidas anteriormente, no quadro seguinte, identificam-se as estratégias, elementos e formas de concretizar as ações de adaptação e de mitigação no âmbito do PDM.

Por forma a avaliar a implementação das ações de adaptação/mitigação propostas, o PIAAC AA, identifica também, para cada uma, a previsão de implementação, parceiros a envolver, esforço de integração, importância de integração e previsão da monitorização.

Quadro 15: Orientações gerais e diretrizes territorializáveis para a integração da adaptação às alterações climáticas nos PDM

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
A1. Renaturalização Urbana e Introdução de Soluções com Base na Natureza	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Reforço no Regulamento do regime específico dos espaços verdes de utilização coletiva e os parâmetros de dimensionamento das correspondentes cedências nas operações urbanísticas; • Previsão de categorias de espaços verdes e Soluções com Base na Natureza (NBS) na Planta de Ordenamento; • Previsão no Relatório como opção estratégica, visionando-se a implementação a curto prazo de distintas NBS, tais como grandes sumidouros de carbono, jardins, parques, corredores verdes, paredes verdes, telhados verdes, “Rain Gardens”, especialmente nas áreas urbanas dos municípios do Alto Alentejo; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do município; • Previsão do investimento desta ação de adaptação no Plano de financiamento.
A2. Medidas de Ordenamento Florestal e Mecanismos de Proteção de Incêndios	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Estabelecimento, no Regulamento, de medidas de ordenamento florestal; • Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento; • Previsão no Relatório como opção estratégica, visionando-se a implementação a curto prazo de medidas de ordenamento florestal que promovam uma melhor adaptação às alterações climáticas e uma redução do risco de incêndio da floresta; • Previsão de categorias de espaços florestais e/ou reclassificação e reestruturação as categorias na Planta de Ordenamento e de Condicionantes; • Garantia de flexibilidade e interpenetração de usos e atividades (tais como usos agro-silvo-pastoris), de modo a facilitar a implantação e/ou deslocalização de usos e atividades ligados à produção agrícola ou florestal; • Identificação no Relatório Ambiental como fator crítico para decisão; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento; • Definição de medidas de incentivo/apoio financeiro à introdução de espécies vegetais autóctones.
A3. Limpeza e Renaturalização de Linhas de Água	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento para a limpeza e renaturalização de linhas de água; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
A4. Controlo de Espécies Invasoras	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como aspeto crítico controlar os riscos biológicos; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A5. Identificação de Refúgios Climáticos de Retenção e Deslocação para a Biodiversidade	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Estabelecimento de princípios gerais e objetivos estratégicos que suportam a opção de ordenamento de identificação de refúgios climáticos de retenção e de deslocação para a biodiversidade; • Criação de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP); • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Definição de condições de ocupação, uso e transformação do solo compatíveis com os refúgios a criar; • Possibilitação por via da classificação do solo de proteção de áreas com interesse para a conservação da Natureza e proteção da biodiversidade e de áreas onde se verificam impactos nos ecossistemas, sendo necessária a introdução de opções de adaptação às alterações climáticas; • Identificação no Relatório Ambiental como aspeto crítico para a manutenção da biodiversidade; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A6. Identificação de Corredores de Dispersão Prioritários para a Biodiversidade	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Estabelecimento de princípios gerais e objetivos estratégicos que suportam a opção de ordenamento de criação de corredores de dispersão prioritários para a biodiversidade; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Definição de condições de ocupação, uso e transformação do solo compatíveis com os corredores de dispersão prioritários para a biodiversidade a criar; • Possibilitação por via da classificação do solo de proteção de áreas com interesse para a conservação da Natureza e proteção da biodiversidade e de áreas onde se verificam impactos nos ecossistemas, sendo necessária a introdução de opções de adaptação às alterações climáticas; • Identificação no Relatório Ambiental como aspeto crítico para a manutenção da biodiversidade; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A7. Criação de Rede Intermunicipal de	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Estabelecimento de princípios gerais e objetivos estratégicos que suportam a opção de ordenamento de criação de uma Rede Intermunicipal do Alto Alentejo para Adaptação Climática da Biodiversidade;

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
Adaptação Climática da Biodiversidade	• Previsão no Relatório como opção estratégica; • Definição de condições de ocupação, uso e transformação do solo compatíveis com a Rede Intermunicipal do Alto Alentejo para Adaptação Climática da Biodiversidade a criar; • Possibilitação por via da classificação do solo de proteção de áreas com interesse para a conservação da Natureza e proteção da biodiversidade e de áreas onde se verificam impactos nos ecossistemas, sendo necessária a introdução de opções de adaptação às alterações climáticas; • Identificação no Relatório Ambiental como aspeto crítico para a manutenção da biodiversidade; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A8. Desenvolvimento de Programas Especiais de Conservação em Refúgios e Outras Áreas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Estabelecimento de princípios gerais e objetivos estratégicos que suportam a opção de desenvolvimento de Programas Especiais de Conservação; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Definição de condições de ocupação, uso e transformação do solo compatíveis com os Programas Especiais de Conservação a criar; • Possibilitação por via da classificação do solo de proteção de áreas com interesse para a conservação da Natureza e proteção da biodiversidade e de áreas onde se verificam impactos nos ecossistemas, sendo necessária a introdução de opções de adaptação às alterações climáticas; • Identificação no Relatório Ambiental como aspeto crítico para a manutenção da biodiversidade; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A9. Valorização da Apicultura	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para valorizar a produção agrícola e promover a diversidade genética das plantas e do equilíbrio biológico; • Integração na Avaliação Ambiental Estratégica como fator crítico para decisão; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A10. Promoção de Sistemas Agro-silvo-pastoris	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Compatibilização no Regulamento das categorias de espaço rural com soluções integradas que permitam valorizar e promover a biodiversidade e promover a resiliência da paisagem rural, diversificando os espaços agro-silvo-pastoris e adotando boas práticas agrícolas; • Estabelecimento, no Regulamento, de medidas que promovam a resiliência dos espaços agrícolas, nomeadamente uso de espécies agroflorestais adaptadas aos novos padrões climáticos, combinação de culturas florestais com culturas aráveis agrícolas, uso de estruturas

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
	de retenção de água pluvial (bacias de retenção em meio agrícola), e micro-modelações para promover a absorção da água pluvial no solo; • Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento; • Previsão de categorias de espaços agroflorestais ou agro-silvo-pastoris e/ou reclassificação e reestruturação das categorias existentes na Planta de Ordenamento e Condicionantes; • Garantia de flexibilidade e interpenetração de usos e atividades (tais como usos agro-silvo-pastoris), de modo a facilitar a implantação e/ou deslocalização de usos e atividades ligados à produção agrícola ou florestal; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do município; • Previsão do investimento desta ação de adaptação no Plano de financiamento; • Definição de medidas de incentivo/apoio financeiro à produção de raças autóctones e espécies vegetais autóctones.
A11. Promoção de Novas Práticas em Sistemas Agrícolas Adaptadas aos Novos Padrões Climáticos	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Compatibilização no regulamento das categorias de espaço rural com soluções integradas que permitam valorizar e promover a biodiversidade e promover a sua resiliência, diversificando os espaços agro-silvo-pastoris e adotando boas práticas agrícolas; • Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A12. Promoção de Novas Práticas em Sistemas Pecuários Adaptadas aos Novos Padrões Climáticos	• Alteração no Regulamento dos índices e parâmetros de ordenamento de referência; • Compatibilização no regulamento das categorias de espaço rural com soluções integradas que permitam valorizar e promover a biodiversidade e promover a sua resiliência, diversificando os espaços agro-silvo-pastoris e adotando boas práticas agrícolas; • Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A13. Promoção da Eficiência do Uso de Água em Meio Agrícola	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Compatibilização do Regulamento e as categorias de espaço com as soluções previstas no âmbito destas opções estratégicas (nomeadamente criação de bacias de retenção e infiltração hídrica, sistemas para aproveitamento de água pluvial e residual, e sistemas de rega eficiente); • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Previsão e delimitação dos espaços necessários para as infraestruturas mais importantes; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente;

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
	• Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A16. Desenvolvimento de um Programa de Proteção do Solo	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento (p. ex. limitação da impermeabilização do solo); • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente e para aumentar as reservas de carbono no solo (em particular nos solos agrícolas), indicando medidas como redução da utilização de fertilizantes químicos e substituição por fertilizantes orgânicos, promoção de técnicas de Agricultura Regenerativa, e técnicas que diminuam a mobilização do solo e a erosão edáfica; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A17. Monitorização de Novas Pragas e Doenças Agrícolas de em Meio Urbano e Antecipação de Formas de Combate	• Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente e para controlar os riscos biológicos; • Integração na Avaliação Ambiental Estratégica como fator crítico para decisão; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A18. Adoção de Medidas de Drenagem Sustentável	• Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente e para controlar os riscos biológicos; • Integração na Avaliação Ambiental Estratégica como fator crítico para decisão; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A19. Racionalização e Gestão do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais	• Revisão no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento, nomeadamente alteração de índices máximos de impermeabilização do solo urbano; • Introdução de recomendações no Regulamento para a racionalização e gestão do sistema de drenagem de águas pluviais; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do município; • Previsão do investimento desta ação de adaptação no Plano de financiamento.
A20. Racionalização e Gestão do Sistema de Abastecimento de Água	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Compatibilização do Regulamento e as categorias de espaço com as soluções previstas no âmbito destas opções estratégicas; • Previsão no Relatório como opção estratégica;

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
	• Previsão e delimitação dos espaços necessários para as infraestruturas mais importantes (nomeadamente previsão de sistemas de monitorização do abastecimento da água e previsão da renovação e substituição da infraestrutura de abastecimento presente nos municípios, nomeadamente a que se encontra mais degradada e não preconiza um correto funcionamento do sistema); • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A21. Uso de Sistemas de Rega Eficiente	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento para o uso de sistemas de rega eficiente; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A22. Aproveitamento de Água Pluvial e Residual	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros urbanísticos de referência; • Introdução de recomendações no Regulamento para a reutilização de água pluvial e residual; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A23. Desenvolvimento de Plano Intermunicipal para Gestão de Risco de Inundações	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento; • Localização nas Peças Desenhadas do PDM das zonas mais vulneráveis a inundações e elaboração de cartografia de risco, identificando as ações de consolidação necessárias e compatibilizar os parâmetros urbanísticos previstos no Regulamento; • Previsão no Regulamento de condicionantes à edificabilidade nas zonas de risco elevado de inundações, delimitadas na Planta de Ordenamento; • Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes (reforço das condicionantes existentes na Planta de Condicionantes); • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A25. Design Bioclimático de Edifícios e Melhoria da	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros urbanísticos de referência (ex.: estabelecer parâmetros de referência que através da adequada relação entre cérceas e afastamentos das edificações garantam a sua correta ventilação e exposição solar);

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
Eficiência Energética do Edificado	• Introdução no Regulamento de disposições e recomendações relativas à sustentabilidade energéticas das edificações; • Criação de um Regulamento Municipal de Arquitetura Bioclimática e Eficiência Energética em edifícios que defina critérios e benefícios fiscais e preveja a criação de um Plano de Eficiência Energética; • Regulamentação da utilização de dispositivos de eficiência hídrica em edifícios e espaços públicos e em loteamentos (ou intervenções de impacto semelhante); • Promoção da criação de incentivos à utilização de dispositivos de eficiência hídrica, definindo diretrizes no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e no Regulamento Municipal de Espaços Verdes e de Gestão do Arvoredo Urbano; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do município; • Previsão do investimento desta ação de adaptação no Plano de financiamento; • Definição de medidas de incentivo à adoção de medidas de arquitetura bioclimática.
A29. Promoção do Uso de Fontes de Energia Renovável	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento para a implementação de fontes de energia renovável nos municípios do Alto Alentejo; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A30, Promoção da Mobilidade Elétrica	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento para o fomento da mobilidade elétrica; • Previsão e delimitação dos espaços necessários para as infraestruturas mais importantes; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A31. Promoção da Mobilidade Suave	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento para o fomento da mobilidade suave; • Previsão e delimitação dos espaços dedicados à mobilidade suave (p. ex. corredores cicláveis e pedonais); • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.

Opção de Adaptação/Mitigação	Integração
A32. Promoção do Uso de Transportes Públicos	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento para o aumento da rede de transportes públicos e para a intermodalidade; • Previsão e delimitação dos espaços dedicados aos transportes públicos e pontes intermodais; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A34. Criação de Zonas de Zero Emissões (ZZE) e de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER)	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento para o fomento da criação de ZZE e ZER; • Previsão e delimitação de áreas destinadas à criação de ZZE e ZER; • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A37. Adaptação das Infraestruturas de Transporte e de Comunicação às Alterações Climáticas	• Previsão no Relatório como opção estratégica; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.
A41. Elaboração de Cartografia de Risco Climático e Implementação de Soluções para Minimização de Riscos	• Alteração no Regulamento dos índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento; • Introdução de recomendações no Regulamento; • Localização nas Peças Desenhadas do PDM das zonas mais vulneráveis a inundações e a outros riscos climáticos, identificando as ações de consolidação necessárias e compatibilizar os parâmetros urbanísticos previstos no Regulamento; • Previsão no Regulamento de condicionantes à edificabilidade nas zonas de risco elevado de inundações e outros riscos climáticos, delimitadas na Planta de Ordenamento; • Reclassificação do solo na Planta de Ordenamento e Condicionantes (reforço das condicionantes existentes na Planta de Condicionantes); • Previsão no Relatório como opção estratégica; • Identificação no Relatório Ambiental como opção para minimizar efeitos negativos no ambiente; • Previsão no Programa de Execução como intervenção prioritária do Município; • Previsão do investimento no Plano de financiamento.

Fonte: PIAAC Alto Alentejo, SPI e Universidade de Aveiro, 2022

3.3.6 Estratégia Regional do Alentejo 2030

No que aos desafios regionais e visão estratégica dizem respeito a Estratégia Regional Alentejo 2030 (ER Alentejo 2030), aprovada, em reunião do Conselho Regional da CCDR Alentejo de 14 de setembro de 2020, constitui a base do processo de planeamento e programação estratégica do desenvolvimento regional no pós-2020.

A ER Alentejo 2030 define os seguintes desafios estratégicos regionais:

- **Revitalização demográfica** pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar;
- **Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural**, no quadro das alterações climáticas;
- **Consolidação do Sistema Regional de Inovação** e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo;
- **Valorização económica de recursos e ativos regionais**, com alargamento da base territorial da competitividade;
- **Reforço do Sistema Urbano Regional** e da sua (inter) conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território;
- **Reforço das condições de Governação e da Ação Coletiva.**

No que diz respeito à visão para o Alentejo 2030, tendo em consideração os recursos e ativos estratégicos presentes (o posicionamento geoestratégico, a dotação infraestrutural - transporte e logística; os recursos naturais - sol, mar, solo, subsolo, reservas estratégicas de água e biodiversidade; as fileiras de especialização económico-produtiva com potencial exportador de bens e serviços, o património e amenidades urbano-ambientais) assim como os desafios estratégicos regionais (demografia e excelência dos serviços de suporte, sustentabilidade territorial e dos seus recursos, especialização inteligente e competências, valorização económica dos recursos e ativos regionais, qualificação dos subsistemas territoriais, governação e ação coletiva regional) aponta para *“Um Território com capital simbólico e identidade distintivos, dotado de amenidades, de recursos naturais e produtivos, de conhecimento e competências, aberto para o mundo e capaz de se afirmar como espaço de referência para investir, trabalhar, viver e visitar”*.

No quadro seguinte estão resumidos os principais objetivos estratégicos e específicos delineados pela ER Alentejo 2030, os quais sustentarão futuros Planos de Ação que deverão apresentar as Linhas de Ação que detalham as apostas estratégicas regionais.

Quadro 16: Objetivos estratégicos e específicos da ER Alentejo 2030

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família.	1.1 Incremento das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral; 1.2 Dinamização de soluções de habitação ajustada aos diversos segmentos da procura, combinada com a requalificação das amenidades dos territórios; 1.3 Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados (...)).
2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água.	2.1 Dinamização da Bio economia sustentável e circular nas cadeias de valor estratégico regional; 2.2 Reforço das reservas e da capacidade de gestão da água (abastecimento público e mitigação dos efeitos das alterações climáticas); 2.3 Produção e uso de fontes sustentáveis de energia, incorporando conhecimento e inovação na transição energética.
3. Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências.	3.1 Revitalização do SRTT e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T); 3.2 Reorganização da oferta educativa profissional e superior de suporte à especialização regional.
4. Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial.	4.1. Qualificação e dinamização em rede das Áreas de Acolhimento Empresarial e de Logística 4.2 Melhoria da Conetividade e das condições de suporte para a digitalização da economia e da sociedade. 4.3 Captação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento das escolhas da EREI Alentejo 2030.
5. Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, fator de competitividade e coesão territorial.	5.1 Promoção de intervenções de requalificação e regeneração das economias urbanas; 5.2 Qualificação, especialização e complementaridade dos centros urbanos regionais.
6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva.	6.1 Conceção e implementação de um modelo regional de governação colaborativa em domínios estruturantes do desenvolvimento regional; 6.2 Capacitação técnica das instituições e das pessoas para a gestão de projetos e parcerias.

3.4 ÂMBITO MUNICIPAL

3.4.1 Plano Diretor Municipal (PDM)

O Plano Diretor Municipal de Fronteira, agora na sua primeira revisão, foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/95, de 30 de março e alterado pela Declaração n.º 319/99, de 30 de setembro, pela Declaração n.º 326/2002, de 29 de outubro, pela Resolução de Conselhos de Ministros n.º 107/2004, de 23 de julho e pelo Aviso n.º 20170/2010, de 11 de outubro, neste último caso para adaptação ao PROT Alentejo.

Embora tenha entrado em vigor em 1995, os estudos e levantamento da situação existente que estiveram subjacentes à definição das opções de desenvolvimento e à proposta de ordenamento datam do início da década de 90, estando-se por isso em presença de um documento com cerca de 30 anos com as inerentes dificuldades e constrangimentos.

A CMF aprovou a 27 de fevereiro de 2008, em Reunião de Câmara, publicada no Edital n.º 261/2008, de 17 março, a deliberação que permitiu dar início ao processo de revisão do PDM, pretendendo, já à época *“a supressão das deficiências observadas na elaboração do PDM de 1ª geração, agora com uma visão mais consciente do território, de modo a garantir um ordenamento mais adequado à realidade atual do concelho”*. Foram desenvolvidos trabalhos no âmbito da revisão em 2012 e 2018, mas só em 2022 é que efetivamente o procedimento foi reativado, tendo os trabalhos sido formalmente iniciados em março de 2023.

Decorridos que estão 28 anos desde a entrada em vigor do PDM, importa, pois, perceber o quais foram as premissas base, opções e objetivos estabelecidos para o ordenamento do território concelhio, de forma a poder avaliar-se a sua adequabilidade à realidade concelhia e de que modo este instrumento contribuiu para a prossecução do desenvolvimento de Fronteira.

O Plano Diretor Municipal de Fronteira em vigor estabelecia os seguintes objetivos para os quais se faz um ponto de situação sobre o grau de implementação:

- *Orientar a utilização dos recursos naturais e humanos de forma a reduzir os efeitos da situação de crise que o concelho atravessava e poder vir a contribuir para uma política de desenvolvimento moderado, sem pôr em causa o equilíbrio ambiental e social.*

Efetivamente, este era um dos objetivos do PDM da 1ª geração que através da criação de bases de ordenamento do território tentou inverter a situação. No entanto, não foi um objetivo inteiramente atingido. Uma vez que se trata de um processo contínuo, o município vai, progressivamente, orientando a utilização equilibrada de todos os recursos.

- *Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo de modo a procurar a sua adequação às potencialidades de cada local, devendo a sua implementação ser objeto de avaliação regular pela Câmara Municipal de Fronteira.*

Apesar de estabelecidos, os princípios e regras nem sempre se mostraram adequados às realidades locais. Atualmente, com outra consciência dos Instrumentos de Gestão Territorial, é expectável que o PDM de 2ª geração corrija as lacunas detetadas e atinja um grau de amadurecimento mais adequado ao território.

- *Estabelecer critérios de edificabilidade que permitissem a recuperação e reutilização dos conjuntos urbanísticos com maior interesse e significado histórico e valorizar o património edificado, natural e paisagístico.*

Este objetivo foi parcialmente atingido, nomeadamente através da elaboração dos Planos de Pormenor dos Núcleos Históricos de Cabeço de Vide e de Fronteira.

- *Avaliar as deficiências e carências do parque habitacional de forma a apontar soluções e orientações no âmbito da política de habitação, tendo como princípios contrariar o sacrifício prematuro e desnecessário de solo urbanizável e contribuir para a fixação das populações nas áreas urbanas consolidadas.*

Estas deficiências e carências foram sendo progressivamente solucionadas através de algumas iniciativas que contribuem para a fixação das populações, particularmente através de loteamentos municipais desenvolvidos em todos os aglomerados urbanos do concelho.

- *Criar condições nos aglomerados urbanos de forma a contribuir para a fixação da população mais jovem, alargando e diversificando a oferta de locais de convívio, recreio e lazer, de modo a poder reduzir as consequências da interioridade e isolamento.*

Com este propósito foram concebidos equipamentos de convívio, recreio e lazer, nomeadamente o Centro Ecoturístico da Ribeira Grande com o Observatório Astronómico, o apoio fluvial (que acolhe atividades desportivas tais como o kayak, polo aquático e o futebol de praia), piscinas municipais e o Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros.

- *Criar condições que permitissem a instalação de unidades industriais, de forma a aumentar a oferta de empregos nos sectores secundário e terciário e valorizar as produções do sector primário, procurando contrariar a tendência para a redução acentuada e progressiva da população do concelho.*

Para dar resposta a esta necessidade foram criadas zonas industriais em Cabeço de Vide e Fronteira, assim como Centro de Apoio à Criação de Empresas, no sentido de albergar empresas que se queiram instalar no concelho, até estas terem condições de arranjar instalações próprias.

- *Indicar medidas que contribuíssem para a valorização individual do cidadão, tendo em vista um aumento e diversificação do conhecimento, de forma a proporcionar a criação de mão-de-obra qualificada, nomeadamente a partir da formação profissional das camadas mais jovens.*

A construção de equipamentos culturais como a Biblioteca Municipal, o Centro Cultural, o Observatório Astronómico e o Centro Interpretativo da Batalha dos Atoleiros, são algumas das iniciativas desenvolvidas que visaram dar resposta a este objetivo do PDM.

- *Reforçar os meios de prestação de serviços sociais à população, sobretudo às crianças e aos idosos.*

De forma a tentar dar resposta a este propósito do PDM foi elaborado o Programa Rede Social. No Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Fronteira, encontram-se discriminadas as ações desenvolvidas pelo município.

- *Criar condições que permitissem aumentar o grau de atração do concelho.*

Iniciativas como o Terródromo, o Observatório Astronómico, o Festival Internacional dos Balões de Ar Quente e o Complexo das Termas da Sulfúrea, são algumas das que aumentaram o grau de visibilidade do concelho

- *Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais, nomeadamente as que resultam da iniciativa da administração central e regional com as da iniciativa da administração local.*
- *Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de planos municipais de nível inferior ou de planos de carácter sub-regional, regional ou nacional.*

Encontram-se em vigor seis Planos de Pormenor e outros dois encontram-se em elaboração.

- *Servir de enquadramento à elaboração dos planos de atividades do município.*

À luz do quadro legal em vigor na altura, a Planta de Ordenamento do PDM em vigor aborda o uso dominante do solo de acordo com os seguintes temas.

Para os **Espaços urbanos, urbanizáveis e industriais**, adota as seguintes definições e subcategorias de espaço:

- Espaços urbanos - São caracterizados pelo elevado nível de infraestruturação e concentração de edificações, onde o solo se destina predominantemente à construção. Divide-se em:
 - Núcleo histórico de Fronteira;
 - Núcleo primitivo de Cabeço de Vide;
 - Zonas consolidadas de Fronteira e Cabeço de Vide;
 - Aglomerado urbano de Vale de Maceiras;
 - Aglomerado urbano de Vale de Seda;
- Espaços urbanizáveis - assim denominados por poderem vir a adquirir as características dos espaços urbanos e geralmente designados por áreas de expansão, dividindo-se em:
 - Áreas de expansão em 1.ª fase;
 - Áreas de expansão em 2.ª fase;
 - Áreas para equipamentos;
- Espaços industriais - destinados a atividades transformadoras e serviços próprios e apresentando elevado nível de infraestruturação.

O PDM refere Espaços não urbanizáveis, correspondentes a:

- Espaços agrícolas - destinados à atividade agrícola ou que possam vir a adquirir:
 - Espaços agrícolas de produção (Reserva Agrícola Nacional);
 - Espaços de uso ou aptidão agrícola;
- Espaços agro-silvo-pastoris - são os que, tendo vocação predominantemente florestal, admitem também usos agrícolas múltiplos;
- Espaços florestais - destinados à produção florestal ou de manifesta importância para o equilíbrio ambiental ou beleza na paisagem;
- Recursos hídricos - constituem os recursos hídricos do concelho;
- Espaços-canais - correspondem a corredores ativados por infraestruturas e que têm efeito de barreira física dos espaços que aí marginam;
- Espaços de vocação recreativa - destinados a uso recreativo e a atividades turísticas e de lazer;

- Espaços para indústrias extrativas - destinam-se à exploração dos recursos minerais e hidrominerais do subsolo.

Por sua vez, os Espaços culturais e naturais - são espaços nos quais se privilegia a proteção, conservação e recuperação dos valores culturais, arquitetónicos, urbanísticos e naturais:

- Espaço de proteção às Termas de Cabeço de Vide - destinado à proteção das zonas das nascentes e áreas envolventes sujeitas a regime especial de proteção dos aquíferos subterrâneos, áreas de equipamentos destinados a tratamentos e áreas de apoio, incluindo equipamentos de recreio e lazer, hoteleiros e similares.

Relativamente a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão o Plano definiu seis Unidades, estabelecendo a tipologia de plano a desenvolver:

- A submeter a Plano de Urbanização:
 - Perímetro urbano de Fronteira
 - Perímetro urbano de Cabeço de Vide;
- A submeter a Plano de Pormenor:
 - Áreas de Expansão (espaços urbanizáveis de 2ª fase) de Fronteira e Cabeço de Vide;
 - Zona verde recreativa do espaço urbanizável de Fronteira e de Vale de Maceiras;
 - Espaço de proteção das Termas de Cabeço de Vide;
 - Cabeço de Vide (área a sujeitar a PP de salvaguarda e valorização).

Destas Unidades, até à data, foram aprovados o PP do Núcleo Histórico de Cabeço de Vide (Resolução de Conselho de Ministros n.º 57/2004, de 28 de abril) e o PP Sudoeste de Cabeço de Vide (Edital n.º 144/2009, de 4 de fevereiro, retificado pelo Edital n.º 961/2009, de 9 de setembro), estando em elaboração o PP das Termas da Sulfúrea (Cabeço de Vide).

No capítulo 4, é apresentada uma síntese com as principais conclusões do “Relatório de Avaliação do Estado de Ordenamento do Território” à luz do PDM em vigor, que foi elaborado pela Câmara Municipal em 2022.

3.4.2 Planos de pormenor em vigor (PP)

Plano de Pormenor de uma Parcela de Terreno Junto à Escola Primária de Fronteira

Este PP foi aprovado pela Declaração 7-4-92 de 9 de junho de 1992. O Plano integra 5 lotes, com áreas entre os 105 e 179 m², destinados a moradias unifamiliares com 69 m² de área bruta de construção e

2 pisos, com tipologia T5, geminadas e em banda contínua de 3 unidades. Dos 5 lotes previstos apenas um ainda não foi construído.

Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Fronteira

O PP do núcleo Histórico de Fronteira compreende uma área de aproximadamente 9ha e foi aprovado pela Declaração n.º 124/2005, de 19 de maio de 2005. Este plano tem por objetivo estabelecer regras e orientações às quais devem obedecer a ocupação, uso e transformação do solo no Núcleo Histórico de Fronteira.

O Plano estabelece três categorias de proteção para os edifícios incluídos na área de intervenção do Plano. De acordo com esta graduação define o tipo de intervenção permitida para cada categoria bem como a prescrições comuns a todas elas. Na Planta de Implantação do Plano são também delimitados novos Espaços Verdes e Estacionamento, a abertura de Novos Arruamentos, etc.

Qualquer operação urbanística executada dentro do limite do Plano tem obrigatoriamente que respeitar as regras e orientações por ele definidas.

Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Cabeço de Vide

O PP do Núcleo Histórico de Cabeço de Vide abrange uma área com cerca de 11,5 ha e foi aprovado pela publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 57/2004, de 28 de abril de 2004. Foi desenvolvido de forma a estabelecer as regras e as orientações às quais deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo no Núcleo Histórico de Cabeço de Vide.

O PP para além de propor a criação de novos espaços verdes, a criação e remodelação de espaços públicos, a criação de bolsas de estacionamento ao ar livre, definir quais edifícios a demolir e reconstruir ou explorar e demolir, edifícios com potencialidade de novos usos, o número de pisos admissíveis, etc., define também um conjunto de obrigações a que os proprietários ficam sujeitos bem como um conjunto de normas para a ocupação do espaço público e afixação de painéis publicitários.

Plano de Pormenor da Zona Sudoeste de Cabeço de Vide

Este PP foi aprovado com a publicação do Edital n.º 144/2009, de 4 de fevereiro, retificado pelo Edital n.º 961/2009, de 9 de setembro, que retifica o quadro de áreas, bem como a Planta de Implantação.

Este Plano foi elaborado com o objetivo de disciplinar o uso, ocupação e transformação do solo das áreas de expansão habitacional previstas no PDM (urbanizável e 1ª fase e urbanizável em 2ª fase).

Numa área de intervenção com cerca de 4ha foram constituídos 50 lotes, dois dos quais destinados a equipamentos. A área máxima de construção prevista é de 14.364 m² e a área de implantação 7.818 m². Os 48 fogos previstos destinam-se a moradias unifamiliares com tipologias que variam entre os T3 e T6, a implantar em lotes com cerca de 400 m². O índice bruto de utilização é de 0,35.

Plano de Pormenor de Intervenção em Espaço Rural da Tapada do Pego em Cabeço de Vide

A área de intervenção do Plano de Pormenor da Tapada do Pego, publicado através do Edital n.º 573/2012 de 22 de junho, abrange uma parcela de terreno com a área de 70.000 m², denominada Tapada do Pego, pertença da Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide e da Câmara Municipal de Fronteira, que confronta a Nordeste com o perímetro urbano de Cabeço de Vide e a Sul com o caminho público 1081-1 de acesso às Termas da Sulfúrea.

O objetivo do Plano de Pormenor da Tapada do Pego foi possibilitar a construção do equipamento social de apoio à terceira idade e integrar um projeto de florestação, garantido através do aumento dos indicadores de construção, mas sem por em causa os princípios fundamentais consagrados no PDM de Fronteira.

Plano de Pormenor de D. Maria

O Plano de Pormenor de D. Maria foi aprovado pela Declaração n.º 48/2004, de 9 de março, alterado pelo Edital n.º 1284/2008, de 19 de dezembro, e abrange uma área total de 557 ha, localizada a sudoeste do aglomerado de Cabeço de Vide. A alteração ao PP publicada em 2008 contemplou, essencialmente, pequenos ajustes nos arruamentos, remarcação dos limites da barragem e campo de golfe, anulação de alguns equipamentos e reestruturação do quadro síntese, sem alteração de índices e parâmetros.

O PP prevê 14 secções diferentes que compreendem os seguintes usos: heliporto, receção (receção, comércio e serviços), acesso/portaria (receção/portaria), estabelecimento de restauração e bebidas, 26 moradias unifamiliares de luxo, aldeamento turístico “norte” (receção/portaria/bar, instalações sanitárias de apoio à piscina, 30 habitações unifamiliares e/ou banda, clube de golfe, hotel, de categoria mínima de 4 estrelas e 315 unidades de alojamento), aldeamento turístico “oeste”, de categoria mínima de 4 estrelas (estabelecimento de restauração e bebidas, 4 instalações sanitárias de apoio à piscina/bar, 110 habitações unifamiliar, 170 habitações unifamiliares em banda), centro desportivo (clube de ténis/piscina interior/ginásio), estação de tratamento de águas residuais, centro hípico (estabelecimento de restauração e bebidas/receção/portaria, picadeiro coberto, clube hípico/exposição de coches, boxes), aldeamento turístico “este” (estabelecimento de restauração e bebidas, 2 unidades sanitárias de apoio à piscina, 100 habitações unifamiliar e 54 habitações unifamiliar em banda).

A área de implantação proposta totaliza aproximadamente 122.000 m² e a área de construção aproximadamente 230.000m². Paralelamente a área total de espaços verdes totaliza 473,9ha, 112,4 dos quais ocupados pelo campo de golfe. Na totalidade este Plano prevê 779 unidades de alojamento a que correspondem 2.960 camas.

De referir que:

- Tendo em consideração a delimitação das ARU de Fronteira e Cabeço de Vide, a Câmara Municipal tem vindo a ponderar a revisão os PP dos núcleos históricos uma vez que considera que têm trazido diversos constrangimentos à implementação da estratégia de reabilitação urbana.
- Relativamente ao plano de pormenor de D. Maria é intenção do executivo proceder à sua revisão uma vez que, quer o conceito, quer o número de camas e soluções preconizadas, não tendo sido concretizados, não têm enquadramento adequado nas atuais estratégias de desenvolvimento turístico e do concelho.

3.4.3 Planos de Pormenor em elaboração

Plano de Pormenor de Monte Seco

O Plano de Pormenor de Monte Seco esteve em fase de elaboração numa área que territorialmente confinava com o Plano de Pormenor de D. Maria a Sul. Tratava-se de um plano com uma forte componente turística, estando o seu programa associado ao complexo termal da sulfúrea. A área de intervenção deste Plano abrangia aproximadamente 250 ha.

Atendendo ao atual contexto económico foi opção do promotor e da Autarquia abandonar a sua elaboração.

Plano de Pormenor das Termas da Sulfúrea

O Plano de Pormenor das Termas da Sulfúrea engloba uma área de aproximadamente 52 ha e integrando na sua área de intervenção a zona da estância termal, a sudeste de Cabeço de Vide.

A Proposta de Plano prevê uma nova unidade hoteleira a poente do edifício das Termas existente. É também proposta a reestruturação dos equipamentos (nomeadamente a criação de um Centro Interpretativo na antiga unidade hoteleira), a criação de uma área de intervenção paisagística (com áreas para a realização de atividades de recreio e lazer de apoio à envolvente do edifício das termas e do plano de água) a construção de duas rotundas para distribuição de tráfego e uma área de

estacionamento da unidade hoteleira existente. Na parte poente da área de intervenção são propostos dois pequenos núcleos compostos por um total de 21 moradias unifamiliares.

Este Plano encontra-se, ainda em tramitação, perspetivando-se que venha a sofrer alterações em virtude da estratégia a delinear no contexto da revisão do PDM.

3.4.4 Plano de Ação e Regeneração Urbana de Fronteira (PARU)

Os objetivos e definição da estratégia do Município de Fronteira para o desenvolvimento do Plano de Ação e Regeneração Urbana (PARU) de Fronteira, elaborado em 2016, estão de acordo com as linhas mestras da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-A), do Plano de Desenvolvimento Social de Fronteira (PDS), assim como com as orientações definidas pelos Instrumentos de Gestão Territorial Municipais, em particular, do Plano Diretor Municipal, Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Fronteira, o Plano de Pormenor de Cabeço de Vide e urbanisticamente com as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Fronteira e Cabeço de Vide.

O objetivo estratégico de intervenção visa a prossecução da requalificação do tecido urbano, do edificado e do espaço público, contribuindo desta forma para a valorização e desenvolvimento dos aglomerados, tornando-os mais atrativos, competitivos e ambientalmente sustentáveis. Destaca-se ainda o turismo como uma mais-valia para o desenvolvimento local, por poder estabelecer a criação de um ambiente favorável ao investimento, à atividade económica e ao emprego.

Busca-se a adequação e adaptação dos espaços às necessidades atuais quer a nível funcional, económico, social, sem descurar a vertente da reabilitação do património existente. A melhoria das acessibilidades e promoção de produtos regionais são outros aspetos a ter em conta, por constituírem referências no contexto nacional.

Tendo em vista a requalificação dos seus aglomerados a CMF procedeu à delimitação de duas ARU (descritas no subcapítulo 3.4.5), afigurando-se importante e necessário dar continuidade aos trabalhos de reabilitação e requalificação iniciados e desenvolvidos ao longo dos últimos anos, dos quais se destacam:

- Construção do picadeiro coberto (financiado pelo LEADER), da pista de atletismo do Estádio Municipal (financiada pelo FEDER-QCAII), do relvado sintético do Estádio Municipal (financiado pelo INALENTEJO 2007-2013), do Centro Sociocultural (financiado pelo QCAII), do Mercado Municipal (financiado pelo QCAII) e da Biblioteca Municipal (financiada pelo PORA/FEDER-QCAII);

- Adaptação da antiga casa do povo a Casa da Cultura e Recreio (financiada pelo PRODER), a adaptação de edifício para instalação da Divisão Técnica de Obras (Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira) e a requalificação da piscina coberta de Fronteira (financiada pelo INALENTEJO 2007-2013) e construção do Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros e Parque Urbano (financiado pelo INALENTEJO 2007-2013);
- Requalificação urbana - eixo estruturante: Avenida da República, envolvente à Igreja Matriz, Rua de Santa Maria e Travessas, e o enquadramento paisagístico do Bairro dos Atoleiros: Rotunda da Lapa, Largo junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários, Rua Nossa Senhora Vila Velha e Largo dos Desportos (financiados pelo PORA/FEDER-QCAIII);
- Casa das Artes e Ofícios Tradicionais (financiado pelo INTERREG IIIB SUDOE), a construção do Mercado Municipal de Cabeço de Vide (financiado pelo FEDER-QCAIII), a requalificação do Edifício do Grupo Desportivo Vidense (financiado pelo PRODER), da Barbacã (financiado pelo AGRIS MEDIDA 7.1) e a recuperação do Edifício da Torre do Relógio (financiado pelo AGRIS MEDIDA 7.1).
- A arranjo paisagístico da Rua do Santo Mártir, do Largo do Relógio, do Largo do Espírito Santo, do Largo do Limoeiro e da envolvente da Igreja do Calvário, (todos em Cabeço de Vide e financiados pelo AGRIS MEDIDA 7.1).

O PARU prevê articulação com outros instrumentos de promoção da revitalização urbana, em particular a aplicação dos instrumentos de execução do RJRU, e os meios do IHRU para o apoio à reabilitação e revitalização urbanas, incluindo a promoção da eficiência energética, em complementaridade, na reabilitação de habitação para particulares. Assim, o município de Fronteira define os seguintes objetivos estratégicos, para efeitos de regeneração urbana:

- Reabilitar o tecido urbano degradado ou em degradação;
- Reabilitar edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;
- Requalificar espaços verdes e espaços urbanos desorganizados e sem condições para a circulação de cidadãos com mobilidade condicionada;
- Promover a refuncionalização de edifícios, equipamentos, espaços de valor arquitetónico e cultural e de espaços públicos coletivos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas;
- Modernizar infraestruturas;

- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;
- Garantir o princípio da sustentabilidade, garantindo que as intervenções assentam num modelo financeiramente sustentável e equilibrado;
- Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados;
- Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e coesão territorial;
- Incentivar a iniciativa privada, direta e indiretamente, a uma intervenção pró-ativa, sustentada e de valor acrescentado;
- Promover a sustentabilidade ambiental dos espaços urbanos;
- Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão dos espaços públicos de circulação;
- Promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
- Melhorar a efetiva ligação entre o espaço urbano e o espaço rural.

De acordo com os objetivos e estratégia de intervenção, a Câmara Municipal, definiu um conjunto de ações a executar, que encontram cabimento nas tipologias previstas no aviso ALT20-16-2015-1, designadamente na prioridade de investimento (PI) 6.5 “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”. Para a área de reabilitação urbana de Fronteira, definiram-se as seguintes ações:

- Reabilitação do edifício na Rua dos Trigueiros (investimento total de 200.000€);
- Reabilitação da antiga estação CP de Fronteira (investimento total de 400.000€);
- Reabilitação da Escola de Santo António (investimento total de 80.000€);
- Requalificação da zona envolvente à Casa da Cultura e Recreio de Fronteira (investimento total de 45.000€).

Da mesma forma, com base na perspetiva estratégica foram determinadas ações para a área de reabilitação urbana de Cabeço de Vide:

- Arranjo urbanístico do Largo 25 de Abril (investimento total de 120.000€);
- Requalificação do Castro de Cabeço de Vide (investimento total de 549.000€).

3.4.5 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)

Por Área de Reabilitação Urbana (ARU), designa-se a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.

A Operação de Reabilitação Urbana (ORU), por sua vez correspondente ao conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área.

A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. A aprovação de uma ARU atribui à área um conjunto significativo de efeitos, entre estes, destaca-se, a obrigação da definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. Decorre também daquele ato a atribuição aos proprietários do acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana.

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) foi precedido pela Lei do Orçamento do Estado para 2009 que introduziu novos benefícios para a reabilitação urbana e estabeleceu a possibilidade de delimitação das áreas de reabilitação para efeitos do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Em 2012, a Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana, possibilitando que a delimitação da área de reabilitação Urbana e a aprovação da operação de reabilitação urbana ocorrerem em momentos distintos.

No concelho de Fronteira encontram-se aprovadas duas ARU, a de Fronteira e a de Cabeço de Vide, ambas no seguimento da publicação do Aviso n.º 5968/2016, de 9 de maio.

Na sequência da aprovação destas ARU e da sua implementação, o município tem vindo a detetar, e a ser confrontado, com diversos constrangimentos à concretização das ações previstas para a reabilitação urbana em virtude das propostas e do quadro normativo impostos pelos Planos de Pormenor que vigoram para os centros históricos integrados nas ARU. Esta situação leva o município a equacionar como objetivo da revisão do PDM a, eventual revogação dos referidos planos de pormenor, a favor da sistematização das operações de reabilitação urbano (ORU) para as ARU, por

considerá-los desajustados dos objetivos e medidas de reabilitação atuais consagrados pelos instrumentos de reabilitação urbana.

ARU de Fronteira

A ARU de Fronteira abrange 70,85 hectares e integra o núcleo central do perímetro urbano da sede de concelho, desde a entrada sul até à entrada norte. O desenho urbano do aglomerado é marcado pela morfologia do local e época de construção apresentando uma malha urbana mais irregular e mais antiga.

A ARU integra um conjunto arquitetónico simples, por vezes descaracterizada por edifícios recentes ou intervenções menos adequadas. O edificado mais antigo apresenta elevada taxa de degradação/desocupação e os espaços públicos apresentam-se em geral em mau estado.

A reabilitação pretendida vai para além da vertente imobiliária ou patrimonial procurando soluções coerentes entre os aspetos funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais.

Figura 10: ARU de Fronteira



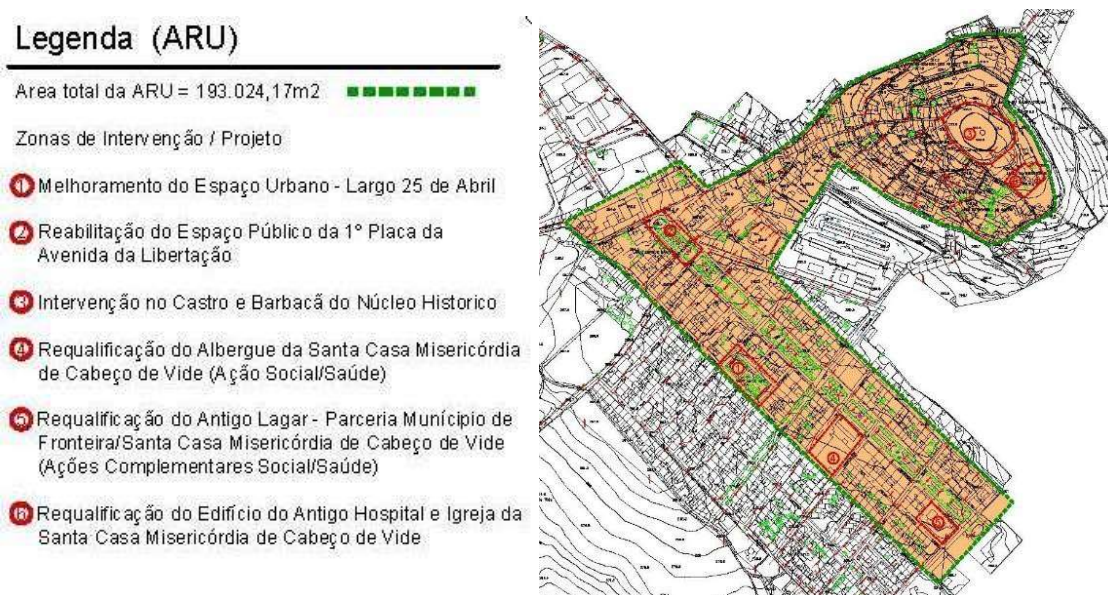
Fonte: <https://www.portaldahabitacao.pt>. 2023

ARU de Cabeço de Vide

A ARU de Cabeço de Vide abrange 19,3ha e integra o núcleo central do perímetro urbano que corresponde ao casco antigo do núcleo histórico estendendo-se a duas zonas de reabilitação de espaços urbanos. O desenho urbano desta área é fortemente marcado pelas características morfológicas do local e da época da construção registando uma malha urbana mais irregular e mais antiga.

Tal como a ARU de Forneira, integra um conjunto arquitetónico simples, por vezes descaracterizado por edifícios mais recentes ou intervenções desadequadas. Observa-se no edificado mais antigo apresenta elevada taxa de degradação/desocupação e muitos espaços públicos apresentam-se em geral em mau estado.

Figura 11: ARU de Cabeço de Vide



Fonte: <https://www.portaldahabitacao.pt>. 2023

3.4.6 Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) em vigor para o concelho de Fronteira para a década 2021-2030, visa operacionalizar ao nível local e municipal, as normas contidas

na legislação DFCI, em especial a Lei n.º 76/2017, de 7 de agosto, com a republicação do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho e legislação complementar⁴.

Para além destes diplomas foram também respeitadas as orientações técnicas emitidas pelos serviços do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). De salientar, que a revisão do PMDFCI seguiu a orientação estrutural constante no Guia Técnico emitido pelo ICNF em abril de 2012, apresentando os seguintes conteúdos:

O PMDFCI implementa, ao nível municipal, as linhas orientadoras do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que assenta em cinco eixos de atuação:

- Eixo 1 - Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;
- Eixo 2 - Reduzir a incidência dos incêndios;
- Eixo 3 - Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Eixo 4 - Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;
- Eixo 5 - Adaptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

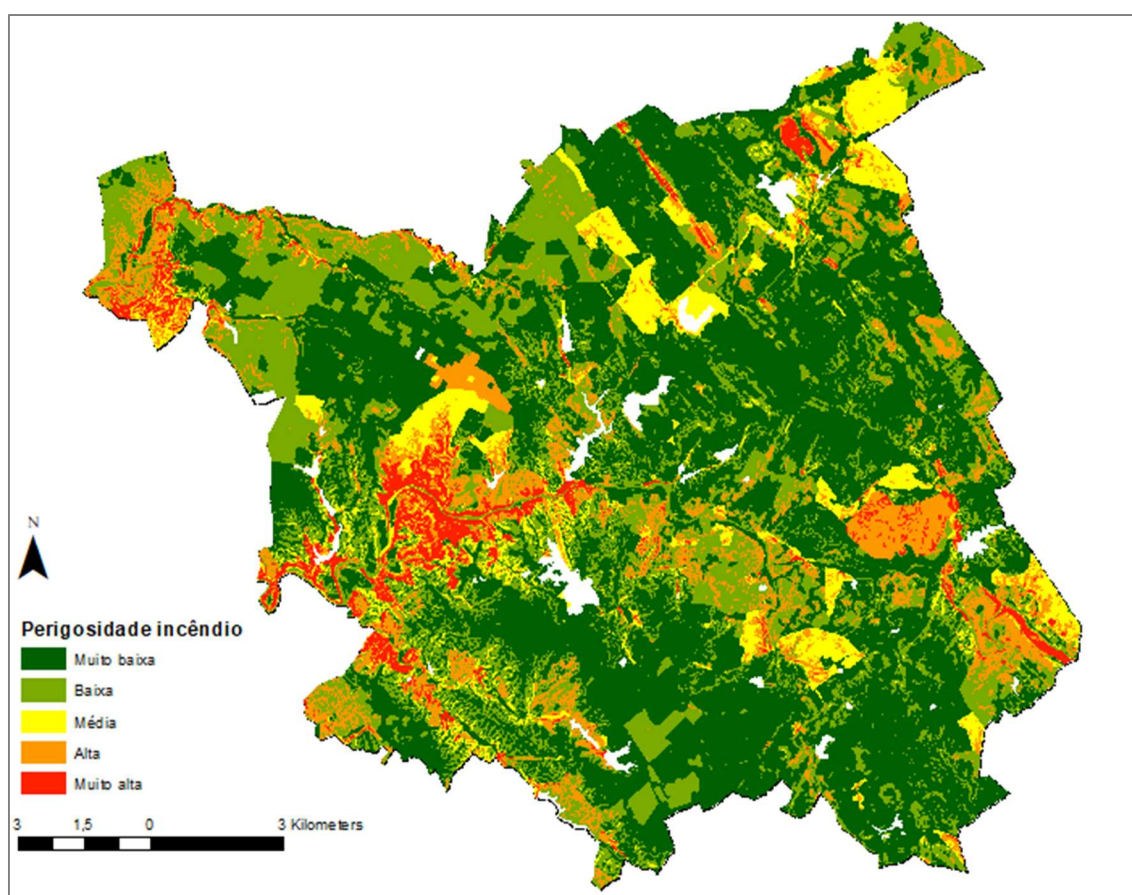
A elaboração do PMDFCI prevê, através de atividades concretas, melhorar os meios de prevenção, deteção e combate a incêndios florestais. Em suma, pretende dotar o município de um levantamento dos fatores mais relevantes para a prevenção e combate de fogos florestais assim, como lançar as bases para uma política intermunicipal florestal, concertada com a realidade local preservando as pessoas e bens do flagelo que são os incêndios florestais sem adiar a defesa dos recursos florestais.

O PMDFCI integra conteúdos que são assumidos como fonte de informação na revisão do PDM, tais como a carta de perigosidade e definição das faixas de gestão de combustível, identificação das redes de pontos de água e dos agentes de combate e prevenção. A carta de ocupação do solo subjacente à elaboração do PMDFCI é sempre um recurso e uma informação a considerar no âmbito da revisão do PDM.

⁴ De acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2025, de 11 de fevereiro, que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, designadamente ao seu artigo 79.º, os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios em vigor produzem efeitos até 31 de dezembro de 2025, sendo substituídos pelos programas sub-regionais de ação e programas municipais de execução previstos no Decreto-Lei n.º 82/2021. Quanto aos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios cujo período de vigência tenha terminado em 2021 mantêm-se também em vigor até 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo da sua atualização ou da sua revogação pelos programas sub-regionais de ação e por programas municipais de execução de gestão integrada de fogos rurais.

Com o novo Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais (SGIFR), o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, importa salientar que a Perigosidade de incêndio passa a constar da Planta de Condicionantes, tal como dispõe o n.º 6 do artigo 41º do referido diploma.

Figura 12: Carta de perigosidade de incêndio florestal



Fonte: PMDFCI (2021-2030), Câmara Municipal de Fronteira

3.4.7 Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC)

O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Fronteira (PMEPCF) conheceu uma primeira versão elaborada em 1998, contudo, a entrada em vigor do atual quadro legislativo em matéria de proteção civil (Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro), conduziu à necessidade de rever esse documento.

Assim, a segunda versão do PMEPCF foi aprovada pela Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Fronteira em abril de 2009, e posteriormente pela ANPC em 2012.

Em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 29 de novembro de 2024, foi aprovada a nova proposta do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fronteira, publicada em Diário da República pelo Edital (extrato) n.º 111/2025, de 21 de janeiro, encontrando-se a decorrer o período de Discussão Pública.

O PMEPCF foi elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil de Fronteira ao abrigo do disposto na Lei de Bases da Proteção Civil, publicada através da Lei 27/2006 e da Resolução 30/2015, de 07 de maio.

O Plano é constituído por 3 partes e apresentando a seguinte estrutura e conteúdos:

Parte I – Enquadramento – Apresentação Geral do Plano

- Designação do Diretor do Plano e seus substitutos
- Finalidade do Plano
- Objetivos específicos do Plano
- Tipificação dos riscos incidentes no território do concelho de Fronteira
- Mecanismos e circunstâncias de ativação/desativação do Plano

Parte II – Execução – Modelos de resposta operacional perante acidentes graves ou catástrofes

- Organização geral das operações de Proteção Civil
- Composição e competências das estruturas envolvidas
- Definição das responsabilidades dos intervenientes
- Estrutura de meios operacionais
- Descrição das infraestruturas para operações de Proteção Civil
- Definição dos mecanismos de notificação
- Definição de medidas e ações a desenvolver
- Definição das ações de sensibilização e formação para a população

Parte III – Inventários, Modelos e Contatos – Modelos de documentos de apoio à resposta operacional

- Identificação dos recursos existentes

- Listagem dos contactos das entidades intervenientes
- Modelos de relatórios de situação
- Modelos de requisições
- Modelos de comunicados

O PMEPCF tem como principal finalidade assegurar uma resposta integrada, articulada e direcionada, perante situações de acidente grave ou catástrofe, procurando garantir o envolvimento de operações de socorro todos os intervenientes previstos no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) e outras entidades públicas ou privadas, envolvidas nas operações de socorro.

Procura também definir o modo de atuação de todos os intervenientes, mais concretamente a forma de coordenação e articulação, através da disposição sobre as estruturas próprias de Direção, Coordenação e Comando, para a prossecução dos seus objetivos específicos.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fronteira tem então como objetivos específicos:

- Identificar e avaliar os riscos no município de Fronteira de forma a minimiza-los, salvaguardando a condição de pessoas e bens;
- Providenciar as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a reposição da normalidade nas áreas afetadas, tão cedo quanto possível e com o mínimo de impacto possível para o decurso da vida das populações expostas;

- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência;
- Reforçar, através da formalização do Plano e consequente entrada em vigor, a importância de comportamentos e minimizar situações de risco.

O PMEPCF, após a sua entrada em vigor, deverá ser revisto no prazo máximo de 5 anos, ou em período inferior caso a ANEPC assim o determine, e sempre que tal se justifique para a introdução de medidas corretivas, tal como disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Resolução n.º 30/2015, de 07 de maio.

No âmbito da Revisão do PDM de Fronteira o principal contributo do PMEPCF é ao nível da disponibilização de informação relativa à análise de riscos, uma vez que permitirá orientar a proposta de ordenamento do concelho no sentido de minimizar e disciplinar a ocupação de áreas de maior perigosidade de ocorrência de acidentes ou catástrofes, procurando assim diminuir o risco associado.

Sem prejuízo da análise mais detalhada desta componente no âmbito capítulo 13, a qual se centrará nos riscos com grau moderado ou superior apresenta-se de seguida um quadro que resume os riscos identificados pelo PMEPC.

Quadro 17: Riscos naturais, tecnológicos e mistos

Riscos Naturais	Riscos Tecnológicos	Riscos Mistos
Movimento de Vertentes Sismos Secas Ondas de Calor Ondas de Frio Cheias e Inundações Ventos Fortes	Incêndios Rurais Degradação e Contaminação de Aquíferos e Águas Superficiais Epidemias/Pandemias/Situações Epidémicas	Acidentes Rodoviários Acidentes em Transportes de Mercadorias Perigosas Colapso de Estruturas Acidentes Industriais Incêndios Urbanos Ameaça Nuclear, Radiológica, Biológica e Química

Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fronteira, novembro 2024

4. BREVE AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E BASES PARA A REVISÃO DO PDM

O presente capítulo integra a síntese das principais conclusões do “Relatório: Avaliação do Ordenamento do Território do concelho de Fronteira” elaborado pela CMF em 2022, constituindo um enquadramento para as várias temáticas setoriais do relatório de caracterização e diagnóstico da revisão do PDM.

O referido relatório foi produzido para enquadrar a revisão do PDM de Fronteira, apresentando justificação para a mesma e definindo os termos de referência. Com esse objetivo, integra um breve enquadramento geográfico, demográfico e socioeconómico do concelho e um diagnóstico e identificação de constrangimentos das diversas áreas temáticas inerentes à elaboração do PDM, que de seguida se transcrevem.

Em termos socioeconómicos, observa-se que maioria da população é dependente traduzindo um défice socioeconómico que condiciona o desenvolvimento local. O aumento da atratividade concelhia, juntamente com a fixação da população mais jovem são dois dos principais desafios que se colocam ao concelho de Fronteira.

Relativamente à evolução do edificado, as novas edificações construídas durante a vigência do PDM resultaram maioritariamente de loteamentos de iniciativa municipal. No entanto, numa primeira fase assistiu-se a investimento em obras de ampliação, alteração e reconstrução, tendo as mesmas sido progressivamente substituídas pelas construções novas, fruto do aumento dos rendimentos e da facilidade de acesso ao crédito. Contudo, os impactos da crise financeira de 2008, sentidos em Portugal em 2010 e 2011, invertem o cenário, diminuindo o número de licenças emitidas para construções novas, pese embora ainda em maior número quando comparadas com as licenças para obras de ampliação, alteração e reconstrução. Assim, embora estejam definidas duas Áreas de Reabilitação Urbana (Fronteira e Cabeço de Vide), as áreas urbanas consolidadas continuam a necessitar de reabilitação e requalificação.

No que diz respeito aos constrangimentos identificados ao nível do solo urbano, observa-se que nos espaços classificados como urbanizáveis em Fronteira e em Cabeço de Vide, ainda existem áreas disponíveis, pelo que se deve equacionar e eventual reavaliação dos perímetros urbanos. Por outro lado, os espaços urbanizáveis devem ser questionados face à nova classificação e qualificação do uso do solo de acordo com a nova Lei de Bases e Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor. O investimento em novas urbanizações deve ser contido face à procura

(presentemente o número de edifícios e alojamentos é superior ao número de famílias), assim como face ao investimento Municipal em reabilitação urbana.

Analisando mais detalhadamente os perímetros urbanos em vigor:

- Em Vale Maceiras, deverá considerar-se a transferência de solo urbano para solo rústico e vice-versa, ou seja, as zonas de expansão deverão ser repensadas, e eventualmente, eliminarem-se umas áreas para que se considerem outras novas;
- Para o aglomerado urbano de Vale de Seda, deverá considerar-se a possibilidade da nova qualificação do solo rústico de acordo com os critérios e tipologias definidos no Decreto regulamentar n.º 15 de 2015, de 19 de agosto tendo em atenção a estrutura fundiária existente (pequenas parcelas em solo rústico com atividade agrícola);
- Dever-se-á considerar-se a possibilidade de criação de um pequeno perímetro urbano no núcleo de S. Saturnino ou classificá-lo como aglomerado rural.

Para os espaços industriais pretende-se a sua regeneração e adequação às necessidades e legislação em vigor, bem a introdução de uma nova visão segundo os critérios de Áreas de Acolhimento Empresarial, cuja multifuncionalidade contribui para a sustentabilidade destes espaços. No caso de Cabeço de Vide não existem lotes vagos, pelo que deve ser considerada a possibilidade de expansão desta área industrial.

Em relação aos planos de pormenor em espaços urbanos, designadamente os dos núcleos históricos de Fronteira e Cabeço de Vide, importa articulá-los com as ARU em vigor. Os planos de pormenor turísticos devem ser avaliados face às áreas ocupadas e ao seu grau de concretização. Assim, deve ser questionada a necessidade de revogação ou adaptação dos planos de pormenor em vigor.

Os indicadores urbanísticos precisam de ser adequados à realidade urbanística e à legislação em vigor devendo ser norteados pelo princípio de coerência do espaço urbano e da articulação com a sua envolvente. Os índices de implantação e construção devem ser majorados e devem ser estabelecidos índices máximos de impermeabilização.

Relativamente ao solo rústico, ao longo da vigência do Plano, não existiram grandes mudanças na ocupação do solo. No entanto, deverão ser cumpridos os critérios de classificação e qualificação de acordo com a legislação em vigor, tendo em atenção a nova cartografia e alterações ocorridas, assim como a monitorização do uso e ocupação do solo.

Para além do património classificado e em vias de classificação, devem ser identificados outros valores culturais presentes no concelho, como seja o património arqueológico, bem como outro património cultural e natural relevante, como é o caso da Paisagem.

Em termos de Servidões e Restrições de Utilidade Pública ao Uso do Solo, deverá ser elaborada uma proposta que defina as áreas a afetar à Reserva Ecológica Nacional, de acordo com o novo Regime Jurídico e atendendo às Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas, pois é fundamental identificar e avaliar as componentes desta reserva que têm importância como recurso natural a preservar, tanto a nível nacional como regional devendo ser feita a transposição e a sua aplicabilidade à escala local.

O cenário é idêntico no caso da Reserva Agrícola Nacional (RAN). Deverá ser elaborada uma nova proposta, de acordo com o Regime Jurídico em vigor, pois é fundamental identificar as áreas de RAN no território a serem integradas na Planta de Condicionantes, tendo sempre em consideração a escala de trabalho e a escala da cartografia utilizada na revisão do PDM.

Fruto da forte aposta na promoção de atividades culturais, desportivas e recreativas de dimensão regional, nacional e internacional, o município investiu num conjunto de novos equipamentos. Importa efetuar a sua caracterização de acordo com os requisitos exigidos de funcionamento, necessidade de reabilitação e/ou requalificação, para cumprimento de normas de segurança, eficiência energética e acessibilidades.

Importa atualizar a informação relativa à rede viária tendo em consideração as intervenções/alterações efetuadas durante o período de vigência do plano.

Quanto a infraestruturas urbanas, existiu uma evolução dos sistemas de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos. A presente Revisão deverá georreferenciar toda a rede e sua monitorização, bem como avaliar o funcionamento dos respetivos sistemas, de acordo com as normas da Entidade Reguladora e os objetivos do PENSAAR 2030. Os desafios colocados pela economia circular e a necessidade de aplicação dos quatro R - Reduzir, Recuperar, Reutilizar e Reciclar, bem como do ciclo da água, para a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, devem ser considerados estratégicos para atingir os objetivos de sustentabilidade face às competências dos municípios neste setor.

Deverá ser identificada e delimitada a Estrutura Ecológica Municipal em coerência com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) definida no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), de modo a estabelecer os parâmetros e as condições de ocupação

e de utilização do solo, assegurando a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e lazer, e o bem-estar das populações.

Em síntese, é possível afirmar que o principal constrangimento associado ao PDM vigor deriva do tempo decorrido desde a sua entrada em vigor. Em 30 anos (as propostas do Plano datam do início da década de 90) o domínio do ordenamento do território assistiu a mudanças profundas, não só em termos de contexto legislativo, mas também ao nível das metodologias e dos próprios paradigmas. Nos anos 90, na grande maioria dos concelhos davam-se os primeiros passos neste domínio; atualmente, já com uma prática de planeamento consolidada e com orientações sólidas e sustentadas, a nível nacional, regional e local, as preocupações são distintas.

Uma das principais fragilidades do atual Plano decorre da insuficiente e incipiente informação de que se dispunha, em termos quantitativos (diversidade de dados disponíveis) e qualitativos (rigor da informação cartográfica) o que nem sempre permitiu uma adequada avaliação da situação existente e uma realista prospeção da realidade futura.

Naturalmente as regras estabelecidas encontram-se desajustadas face ao contexto atual, sendo natural que decorridos 28 anos desde a sua entrada em vigor, o Regulamento do PDM não seja um instrumento adequado aos anseios e expectativas da autarquia e dos seus munícipes, podendo mesmo em algumas situações ser um entrave à concretização de determinados projetos – refira-se, por exemplo, a questão da atividade turística que surge muito pouco enquadrada no PDM em vigor, nomeadamente no que concerne à disciplina da instalação de empreendimentos turísticos. Há ainda que assinalar o recurso a terminologia desadequada e ambígua, erros e omissões.

Atendendo ao exposto, pode concluir-se que os principais entraves ao desenvolvimento de Fronteira decorrem, no essencial, do desfasamento temporal entre o documento que vigora e o momento presente, e sobretudo das dinâmicas territoriais em presença – forte interioridade, despovoamento crescente, reduzida acessibilidade, dependência funcional face ao exterior, etc.

5. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

5.1 NOTA INTRODUTÓRIA

Ambiciona-se que o conteúdo deste capítulo sirva os objetivos do ordenamento territorial de Fronteira, enquanto enquadrador da situação sociodemográfica e sócio económica atual e das tendências de evolução e, também, como suporte às opções a tomar no âmbito da presente revisão do PDM.

Os conteúdos deste capítulo tiveram contributos estruturantes dos diversos estudos, estratégias e reflexões que o município desenvolveu nos últimos anos, ao nível social, da habitação e da reabilitação.

5.2 POPULAÇÃO

A população é um denominador de muitos indicadores no domínio económico, social e urbanístico. A informação sobre o número e a estrutura atual e futura da população tornou-se, nos tempos atuais, um fator importante no planeamento a todos os níveis, sendo um instrumento imprescindível para os decisores.

Ao nível do ordenamento do território, a importância do conhecimento da população e da sua estrutura é inquestionável. Com efeito, o ordenamento do território municipal, ao visar proporcionar uma evolução/ocupação tão harmoniosa quanto possível, através da preparação de soluções atempadas para as situações com que se defrontam, bem como uma gestão racional dos recursos de que dispõe, é obrigado a quantificar e qualificar a população, enquanto principal agente da transformação do território.

Alguns dos objetivos do PDM, como o da programação dos equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas, a delimitação de áreas urbanas, bem como a estimativa das necessidades habitacionais, passa pela avaliação do número de habitantes a servir. Esse dimensionamento terá de ser feito com base na população esperada no horizonte temporal do mesmo.

Os pontos seguintes traçam um retrato territorial do concelho de Fronteira, ao nível das condições económicas sociais, privilegiando, sempre que possível e aplicável, os dados provenientes do Instituto Nacional de Estatística e (INE), nomeadamente integrando os dos Censos 2021. Nestes casos, e sempre que se faça alusão à sub-região do Alto Alentejo, esta respeita a base geográfica de referência adotada nos Censos 2021.

5.2.1 Ocupação do território – distribuição geográfica da população

Com uma superfície de 249 km² e 2858 habitantes (cerca de 4% do total da superfície e 2,7% da população do Alto Alentejo, em 2021), o concelho de Fronteira insere-se numa sub-região extensa de fraca densidade de ocupação humana, onde a evolução demográfica tem sido marcada pelo progressivo e generalizado declínio demográfico.

Em termos de distribuição geográfica da população, as densidades populacionais registadas em 2021, são o resultado desse declínio populacional, ou seja, a média concelhia passou a 11 habitantes/Km², contra os 14 habitantes/km², em 2011.

Em 2021, embora o cenário concelhio fosse de uma generalizada baixa densidade de ocupação, destaca-se, sobretudo, a densidade populacional da freguesia de São Saturnino (6 hab/km²), por ser a que apresenta uma ocupação mais rarefeita.

Quadro 18: Densidade populacional no concelho de Fronteira, por freguesia, 2011/2021

Unidade Territorial	Área (km ²)	(Habitantes/km ²)	
		2011	2021
Cabeço de Vide	65,81	16	14
Fronteira	141,39	15	12
São Saturnino	41,39	7	6
Total do concelho	248,6	14	11

Fonte: CAOP 2021; INE-Portugal, Censos 2011 e 2021

A análise da estrutura do povoamento do concelho revela uma população concentrada em 5 aglomerados sendo que dois deles (Vale de Seda e Sulfúrea) têm muito pouca expressão demográfica. O primeiro polo demográfico é a sede do concelho e concentra 1550 pessoas (54%), sendo secundado por Cabeço de Vide com cerca 893 pessoas (31%) e Vale de Maceiras, na freguesia de S. Saturnino, com 209 habitantes (7%). Vale de Seda, contava, em 2021, com apenas 53 habitantes (2%) e Sulfúrea com 4 pessoas. A população que vive isolada (população dispersa pelo território) não atingia as 1,5 centenas de habitantes (5%), em 2021.

Quadro 19: Evolução da população residente por freguesia e lugar, 1991/2021

Unidade Territorial	População (N.º)			
	1991	2001	2011	2021
Freg. Cabeço de Vide	1243	1133	1063	928
Cabeço de Vide	1227	1109	1027	893
Sulfúrea	-	-	2	4

Unidade Territorial	População (N.º)			
	1991	2001	2011	2021
Isolados	16	24	34	31
Freg. Fronteira	2508	2260	2069	1696
Fronteira	2301	2072	1849	1550
Vale de Seda	72	37	60	53
Isolados	135	151	160	93
Freg. São Saturnino	371	339	278	234
Vale de Maceiras	328	302	250	209
Isolados	43	37	28	25
Total do concelho	4122	3732	3410	2858

Fonte: INE-Portugal, Censos 1991 a 2021

A evolução ocorrida desde a 2ª metade do século XX até ao presente é reveladora do progressivo e generalizado despovoamento a que este território tem sido sujeito: não só tem diminuído o número de lugares, como também os que persistem têm verificado reduções progressivas dos seus efetivos populacionais, sendo expressivas as perdas registadas nos centros urbanos de Fronteira e Maceiras (-16%) e de Cabeço de Vide (-13%).

A contribuição em termos populacionais, de cada uma das 3 freguesias do concelho, reflete uma maioritária concentração populacional na freguesia de Fronteira (59,3%), sendo secundada pela freguesia de Cabeço de Vide (32,4%) e por São Saturnino (8,2%).

5.2.2 Evolução da População Residente

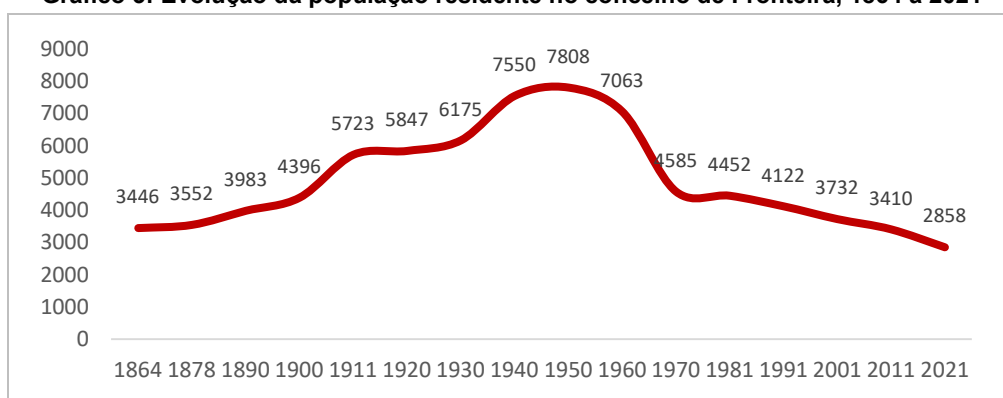
Desde o 1º Recenseamento Geral da População realizado em Portugal (1864), a curva demográfica do concelho de Fronteira, tem a configuração apresentada no gráfico seguinte, suportada, basicamente, por duas fases, uma de crescimento até 1950 e outra de declínio, desde aquele ano até aos nossos dias.

O concelho de Fronteira registou um importante crescimento populacional, entre 1864 e 1950 na ordem dos 127%, tendo passado de 3446 habitantes para 7808 habitantes. Esta evolução foi resultado das elevadas taxas de natalidade e da pouca expressão dos fluxos migratórios.

O período posterior a 1950 foi marcado por uma evolução negativa até 2021. Entre 1950 e 2021, Fronteira perdeu cerca de 2/3 de habitantes (4950 indivíduos). O comportamento desta 2ª fase tem como principal causa o fenómeno migratório, tanto o interno, que se desenvolveu para o litoral e para as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, como o externo, mais intenso, que se registou a partir dos anos 50 para a Europa, nomeadamente para a França, Alemanha e Suíça. O forte movimento emigratório teve repercussões óbvias na estrutura etária, sendo que o grupo da população ativa foi o

mais afetado. Desde então, a consequente desvitalização demográfica tem sido determinante na trajetória de desenvolvimento.

Gráfico 3: Evolução da população residente no concelho de Fronteira, 1864 a 2021



Fonte: INE – Portugal, Censos 1864 a 2021

A repulsão populacional, entendida enquanto incapacidade de atrair novos residentes, e o envelhecimento demográfico, com efeitos diretos na diminuição da taxa de natalidade e no aumento da taxa de mortalidade, induzidos pela interioridade do concelho, são os aspetos que marcam a demografia do concelho de Fronteira.

A evolução demográfica de Fronteira, sendo continuamente negativa não é, contudo, diferente do comportamento de praticamente toda a sub-região do Alto Alentejo. No entanto, as evoluções concelhias denotaram algumas pequenas variações, ainda assim, dignas de nota:

- Entre 2001 e 2011, apenas Campo Maior registou crescimento positivo (0,8%), verificando-se um cenário de perda demográfica nos demais, destacando-se os concelhos de Gavião, Crato, Nisa, Marvão, Sousel, Avis e Castelo de Vide com as maiores taxas de variação negativa;
- Entre 2011 e 2021, verificou-se um agravamento do fenómeno de declínio demográfico sub-regional, isto é, todos os concelhos do Alto Alentejo apresentaram uma taxa de variação negativa e mais intensa que na década anterior.

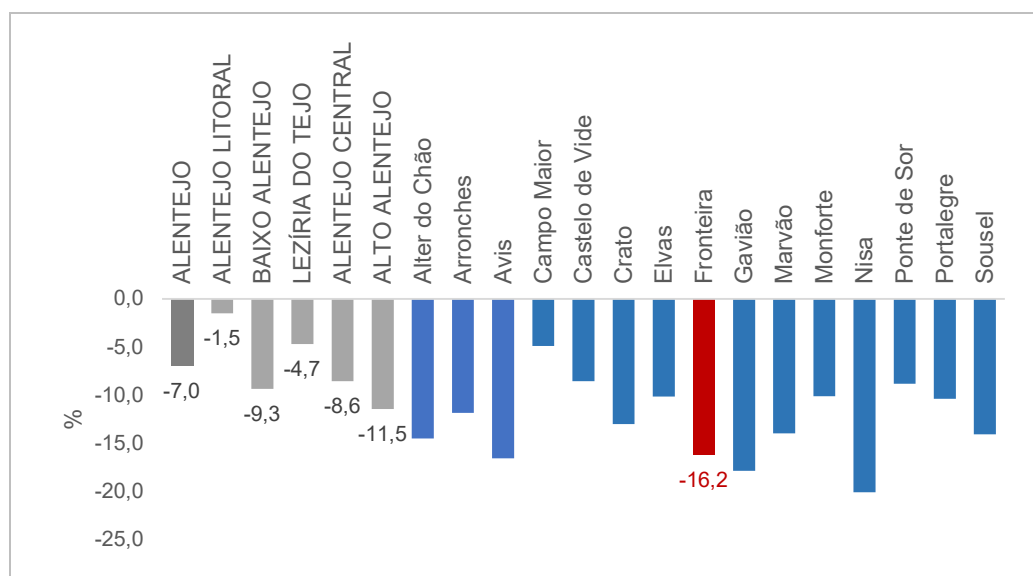
Em termos de representatividade regional, o concelho de Fronteira mantém o seu peso, nos dois períodos censitários referidos, residindo neste concelho, cerca de 3% de toda a população residente no Alto Alentejo, que se encontra polarizada pelos concelhos de Portalegre (21%), Elvas (20%) e Ponte de Sor (15%).

Quadro 20: Evolução da população residente nos concelhos do Alto Alentejo, 2001/2021

Concelhos	População (N.º)			Taxa de Variação (%)	
	2001	2011	2021	2001/2011	2011/2021
Alter do Chão	3938	3562	3044	-9,5	-14,5
Arronches	3389	3165	2789	-6,6	-11,9
Avis	5197	4571	3812	-12,0	-16,6
Campo Maior	8387	8456	8042	0,8	-4,9
Castelo de Vide	3872	3407	3116	-12,0	-8,5
Crato	4348	3708	3225	-14,7	-13,0
Elvas	23361	23078	20730	-1,2	-10,2
Fronteira	3732	3410	2858	-8,6	-16,2
Gavião	4887	4132	3394	-15,4	-17,9
Marvão	4029	3512	3021	-12,8	-14,0
Monforte	3393	3329	2992	-1,9	-10,1
Nisa	8585	7450	5952	-13,2	-20,1
Ponte de Sor	18140	16722	15248	-7,8	-8,8
Portalegre	25980	24930	22340	-4,0	-10,4
Sousel	5780	5074	4360	-12,2	-14,1
Alto Alentejo	129019	118506	104923	-8,1	-11,5

Fonte: INE - Portugal, Censos 2001 a 2021

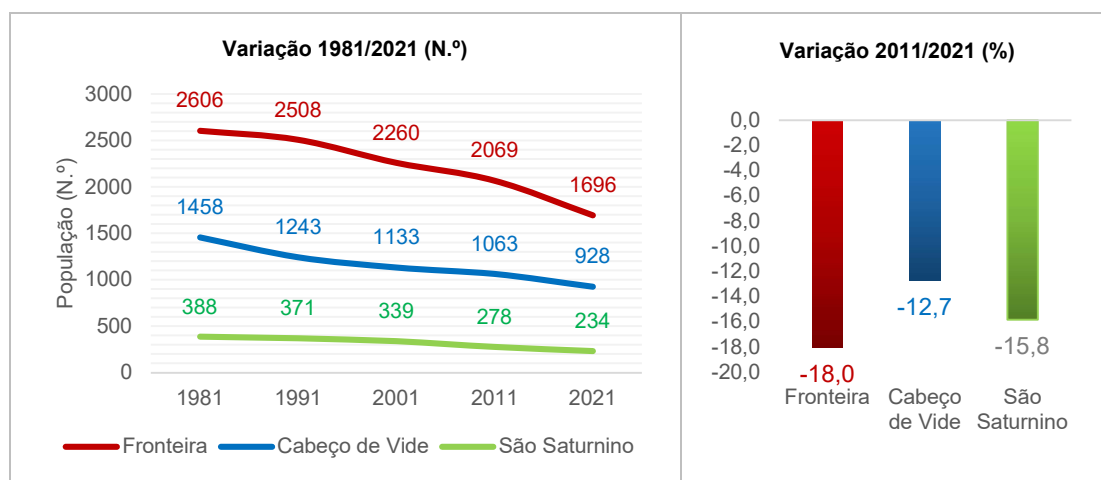
Gráfico 4: Variação da população do Alentejo e das sub-regiões e do Alto Alentejo, por concelho (%), 2011/2021



Fonte: INE - Portugal, Censos 2011 e 2021

A análise da escala intraconcelhia permite verificar que o decréscimo populacional, na última década, foi generalizado às três freguesias do concelho, sendo de assinalar que a freguesia de Fronteira foi a mais penalizada, em termos relativos.

Gráfico 5: Evolução da População residente no concelho de Fronteira, por freguesia, 1981/2021



Fonte: INE- Portugal, Censos 1981 a 2021

A freguesia de Fronteira, desde sempre a mais populosa, entre 1981 e 2021, perdeu 910 habitantes (-35%), possuindo em 2021, 1696 habitantes. Na última década censitária perdeu cerca de 18% do seu efetivo populacional.

A freguesia de Cabeço de Vide, a segunda freguesia em termos de volume demográfico, perdeu entre 1981 e 2021, 530 habitantes (-36%), possuindo em 2021, 928 habitantes. Na última década censitária perdeu aproximadamente 13% de população.

A freguesia de São Saturnino, a de menor volume populacional, chegou a atingir os 388 habitantes em 1981. Desde essa data até 2021 perdeu 154 pessoas (-40%), registando, em 2021, 234 habitantes. Entre 2011 e 2021 perdeu 16% da população.

Evolução das famílias⁵

A dimensão do fenómeno de esvaziamento demográfico é de tal forma intensa que, num contexto generalizado a nível nacional e regional de aumento do número de famílias na 2ª década do século

⁵ Designadas pelo INE nos Censos 2021 de “agregados domésticos privados” (Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar)

XXI, o concelho de Fronteira regista uma diminuição de 11,3%, embora a um ritmo inferior ao ritmo de diminuição da população residente, que foi de 16,2%.

Tendo em conta que a população diminuiu a um ritmo ligeiramente superior ao número de famílias, registou-se, como consequência, uma pequena alteração no valor da dimensão média das famílias. Assim, de uma dimensão média de 2,53 pessoas/família em 2011, passa-se para uma dimensão média de 2,39 pessoas/família, em 2021.

Quadro 21: Variação do número e da dimensão média das famílias, 2001/2021

Unidade territorial	Nº de Famílias			Var. (%)	Pessoas/Família		
	2001	2011	2021		2001	2011	2021
Cabeço de Vide	438	418	373	-10,8	2,59	2,54	2,49
Fronteira	846	815	717	-12,0	2,67	2,54	2,37
São Saturnino	138	117	108	-7,7	2,46	2,38	2,17
Concelho Fronteira	1422	1350	1198	-11,3	2,62	2,53	2,39

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 a 2021

Em Fronteira, os fatores explicativos para esta evolução, aliás, extensíveis a todo o Alto Alentejo, estarão diretamente relacionados com a crescente tendência para a cada vez maior existência de famílias sem núcleo, sobretudo idosos a viverem sozinhos. Com efeito, a situação em 2021, caracterizava-se por 2/3 das famílias terem até dois elementos (27% das famílias eram unipessoais e cerca de 39% eram constituídas por 2 pessoas), sendo que as famílias com 5 ou mais elementos eram residuais.

Gráfico 6: Número de pessoas por família clássica (%), no concelho de Fronteira, 2021



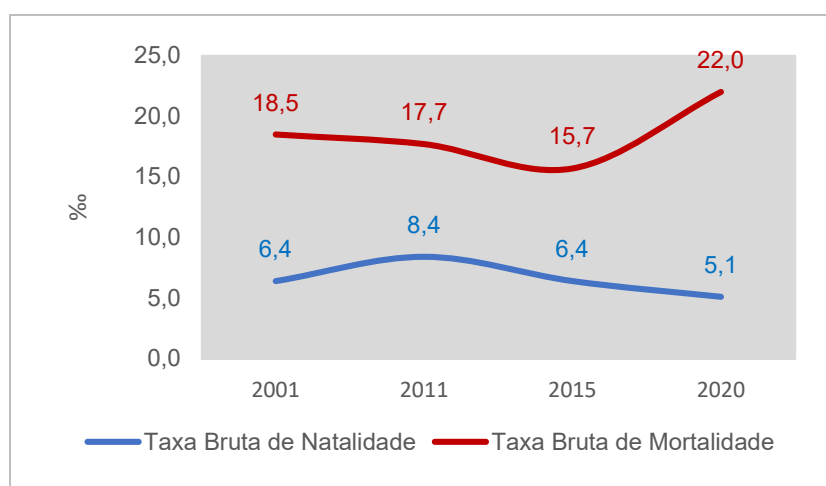
Fonte: INE - Portugal, Censos 2021

5.2.3 Componentes do Crescimento: Crescimento Natural e Crescimento Migratório

A evolução dos movimentos natural e migratório determina o crescimento de uma população (crescimento efetivo) e provoca modificações nas respetivas estruturas etárias. A maior ou menor intensidade de atuação de cada uma das componentes do crescimento determina diferentes níveis de crescimento e, conseqüentemente, diferentes alterações na estrutura etária. O crescimento natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos e o saldo migratório quantifica a diferença entre o número de entradas e o número de saídas e indica até que ponto determinado concelho é, ou não, atrativo ou repulsivo, do ponto de vista demográfico.

O concelho de Fronteira não tem sido capaz de atrair população, registando-se um decréscimo tendencial do número de nascimentos – os dados estatísticos INE, informam das significativas taxas negativas de crescimento natural e migratório. A análise da evolução dos indicadores natalidade e mortalidade confirma que este último é bastante superior ao primeiro, sendo um reflexo de uma estrutura populacional envelhecida, e com uma baixa representatividade dos escalões reprodutivos. Com efeito, o concelho de Fronteira apresentava, no ano 2020, uma baixa taxa de natalidade (5,1‰), inferior à registada no Alto Alentejo e Alentejo, enquanto a taxa de mortalidade era substancialmente superior a esta (22‰), sendo, no entanto, inferior à registada na sub-região do Alto Alentejo (19,3‰).

Gráfico 7: Taxas de Natalidade e Mortalidade (‰) no concelho de Fronteira, 2001/2020

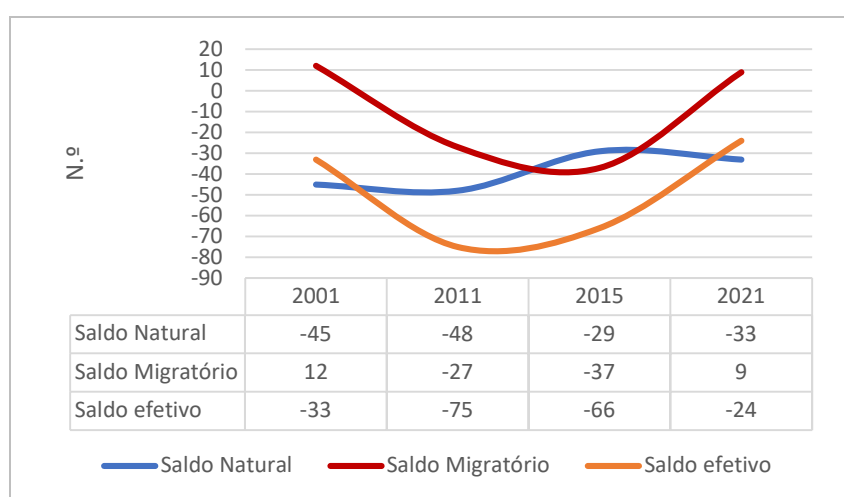


Fonte: INE-Portugal (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

A evolução descrita das taxas brutas de natalidade e mortalidade tem repercussões em termos do saldo natural, que tem subsistido negativo, no mesmo período em análise.

Para além da incapacidade de renovação populacional, por via de uma dinâmica positiva em termos de saldo fisiológico, também os movimentos emigratórios têm penalizado o comportamento demográfico do concelho de Fronteira, que apresenta sucessivos saldos migratórios negativos, a partir do ano de 2011, embora em 2021, tenha sido positivo em 9 pessoas.

Gráfico 8: Evolução do saldo natural e do saldo migratório (N.º), no concelho de Fronteira, 2001/2021



Fonte: INE-Portugal (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

5.2.4 Estrutura etária da população: grupos funcionais e índices resumo

A análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, permite conhecer a história de cada concelho (região ou país) na medida em que as diferentes saliências ou reentrâncias refletem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

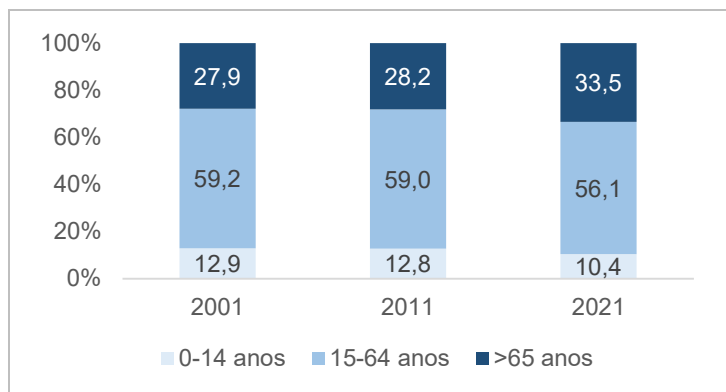
Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população jovem), 15-64 anos (população em idade ativa) e 65 e mais anos (população idosa).

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente na evolução da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências são diretamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida. A queda da fecundidade está, cada vez mais, identificada com o contexto

socioeconómico da sociedade portuguesa e menos explicada por fatores puramente demográficos. Está, pois, em causa, uma crescente aceitação de novos parâmetros de qualidade de vida. Por outro lado, o aumento da esperança de vida é uma consequência inevitável da evolução da ciência e da tecnologia.

Estas tendências sentem-se de forma marcada no concelho de Fronteira. Efetivamente são evidentes os sinais de **envelhecimento estrutural da população**. Este é justificado pela existência, em 2021, de 10% de população jovem e de 34% de população idosa (mais de 65 anos).

Gráfico 9: População por grupos funcionais (%), no concelho de Fronteira, 2001/2021



Fonte: INE- Portugal, Censos 2001 a 2021

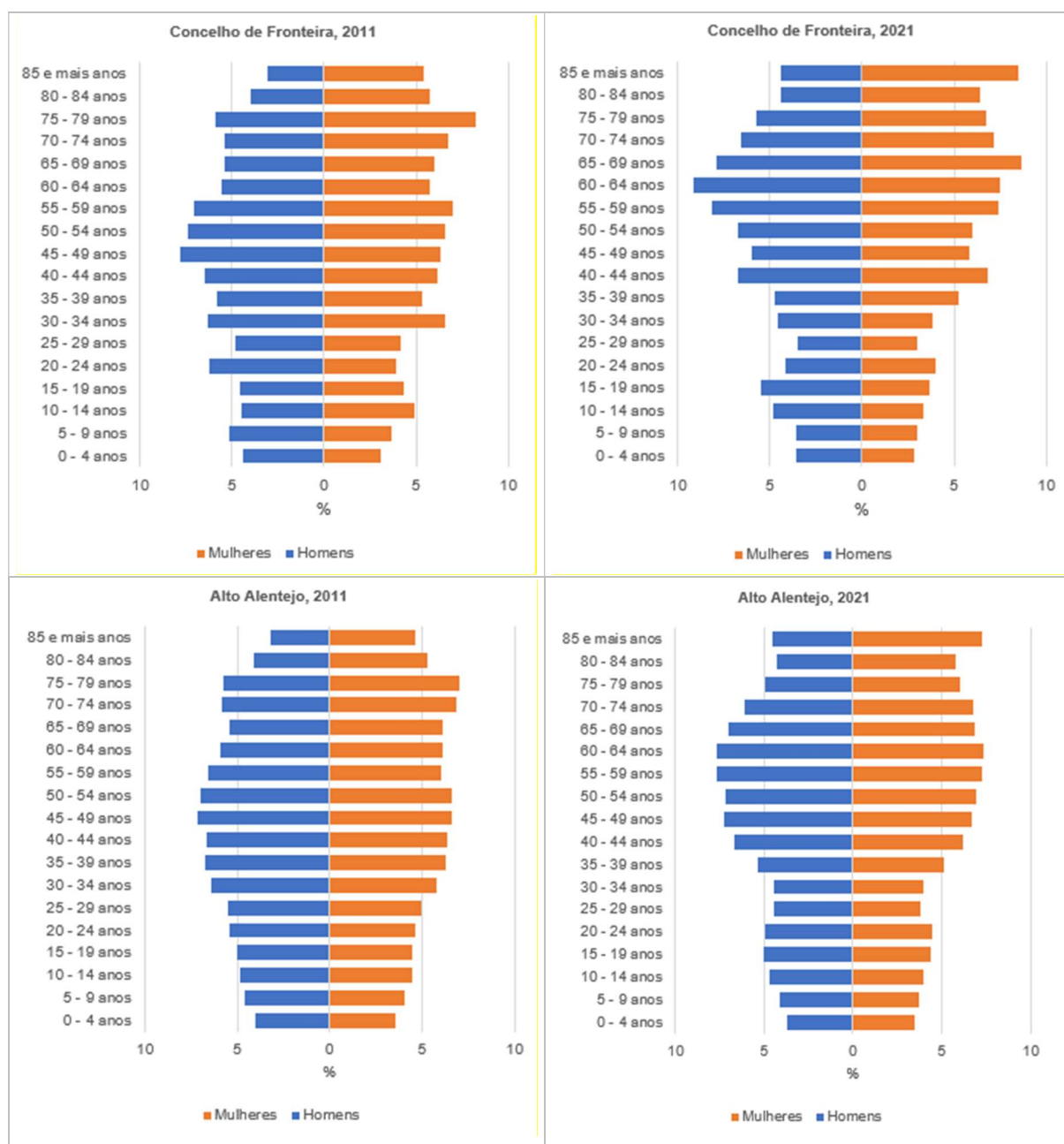
Em traços gerais, a evolução mais recente (últimas duas décadas) da distribuição da população, por grupos etários, é a seguinte: i) **diminuição muito significativa da população jovem** (0-14 anos) passando de 12,9% do total da população, em 2001, para 10,4% em 2021; ii) diminuição ligeira da população em idade ativa (14-65 anos), passando de 59,2%, em 2001, para 56,1%, em 2021; iii) **aumento bastante acentuado do grupo dos idosos** (65 e mais anos) que, de 27,2%, em 2001, passa para 33,5%, em 2021.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários neste concelho, acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere, embora, em termos gerais, o concelho de Fronteira seja relativamente mais velho do que o Alto Alentejo, pois Fronteira apresenta uma menor proporção de jovens e um maior peso de idosos.

As pirâmides etárias sub-regional e concelhia permitem uma leitura mais imediata da realidade atual e da sua evolução mais recente. Embora em 2011, o concelho de Fronteira e o Alto Alentejo já apresentassem uma pirâmide etária distorcida, no sentido de se evidenciarem sinais de duplo

envelhecimento (reduzida % de população jovem e expressiva % de população mais velha), em 2021, essa estrutura muito envelhecida foi mais claramente evidenciada, em ambos os contextos territoriais, estando a evoluir-se de uma pirâmide em forma de “urna” para uma pirâmide “invertida”.

Gráfico 10: Pirâmides etárias (N.º) do concelho de Fronteira e do Alto Alentejo, 2011/2021



Fonte: INE, Censos 2001 a 2021

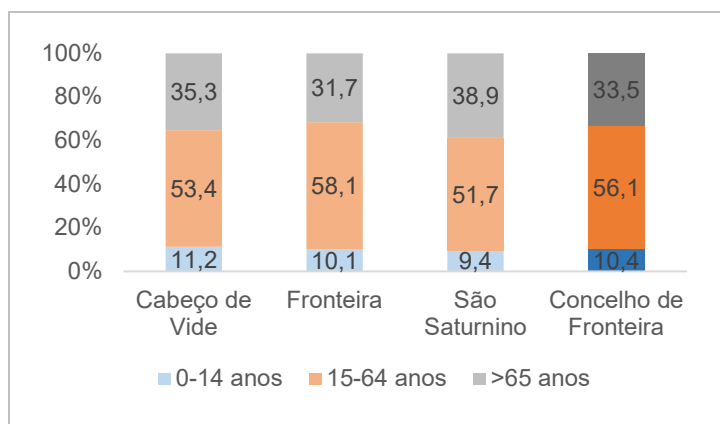
Quadro 22: Estrutura etária do concelho de Fronteira e do Alto Alentejo (%), 2001/2021

	2001			2011			2021		
	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65
Fronteira	12,9	59,2	27,9	12,8	59,0	28,2	10,4	56,1	33,5
Alto Alentejo	13,3	60,8	26,0	12,7	60,0	27,3	11,8	58,3	29,9

Fonte: INE, Censos 2001 a 2021

Num cenário com estas dimensões, a análise ao nível do comportamento das três freguesias faz destacar apenas o maior envelhecimento da freguesia de São Saturnino e o facto de a freguesia de Fronteira ser a que apresenta a maior percentagem de população em idade ativa e a menor percentagem de idosos.

Gráfico 11: Estrutura Etária da População do concelho de Fronteira, por freguesia, 2021 (%)



Fonte: INE, Censos 2021

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa em índices-resumo das estruturas populacionais. Estes, como o próprio nome sugere, sintetizam o “estado” da população de determinado território e pretendem medir, os já referidos níveis de dependência e envelhecimento.

Em Fronteira, entre 2001 e 2021, a evolução pode traduzir-se, genericamente, da seguinte forma: i) aumento do número de idosos a cargo de cada 100 ativos (passa de 47, em 2001, para 60 em 2021); ii) O índice de dependência total sobe ligeiramente, passando de 69 dependentes (jovens + idosos) para 78; iii) em consequência dos dois índices anteriores, um expressivo aumento do índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens), passando de 217, em 2001, para 321, em 2021.

Quadro 23: Índices de estrutura etária, 2001/2021

	Dependência de Idosos			Dependência Total			Índice de Envelhecimento		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Alto Alentejo	43	46	51	65	67	72	196	216	254
Fronteira	47	48	60	69	70	78	217	219	321

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 a 2021

5.2.5 População estrangeira e migrações

A dimensão da **população residente em Fronteira de nacionalidade estrangeira** é diminuta (43 pessoas), sendo que quase metade são provenientes da Europa (20 pessoas), mas também do Brasil (15), de África (4) e da Ásia (4), a qual representa, assim, 1,5% da população residente do concelho de Fronteira.

Entraram em Fronteira, vindas de fora de Portugal, após 2010, 82 pessoas por variados motivos, sendo os principais o trabalho (26 indivíduos), o retorno (25 indivíduos), a reunificação familiar (7), o estabelecimento de residência (4), a educação e formação (4) e por outros motivos indiferenciados (16).

5.2.6 População com deficiência/dificuldades físicas sentidas

Os dados oficiais mais recentes para caraterizar as situações de deficiência/dificuldade, nas quais se inclui as que induzem à “mobilidade condicionada” constam dos Censos 2021. A metodologia utilizada pelo INE (proposta pelo Washington Group on Disability Statistics, ONU) considerou a existência de seis domínios de funcionalidade através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade; para que se considere a existência de dificuldade, esta deve existir pelo menos há seis meses.

Os domínios de funcionalidade definidos são: a) Dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto; b) Dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo; c) Dificuldade em andar ou subir degraus; d) Dificuldades de memória ou de concentração; e) Dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho; f) Dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender. A dificuldade é classificada de

acordo com a seguinte escala⁶: i) Não tem dificuldade ou tem pouca; ii) Tem muita dificuldade; iii) Não consegue mesmo. Esta abordagem privilegia, assim, a percepção da dificuldade real dos indivíduos *versus* a realidade atestada por um técnico de saúde, da incapacidade/deficiência física, aproximando-se mais da realidade vivida pela população.

Para efeitos da presente análise, privilegiam-se duas das seis dificuldades elencadas: i) motoras (“andar ou subir degraus”) e ii) visuais (“ver”), sendo que em Fronteira:

- cerca de 9,1% da população com mais de 5 anos tem muita dificuldade em “andar ou subir escadas” e consegue “andar ou subir degraus”;
- também 5,3% da população tem muitas dificuldades visuais ou são invisuais.

Quadro 24: População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades por tipo de dificuldade e grau de dificuldade, concelho de Fronteira, 2021

Grau de dificuldade	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	2563	92,6	2579	93,2	2455	88,7	2584	93,4	2541	91,8	2650	95,7
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	145	5,2	113	4,1	190	6,9	92	3,3	55	2,0	41	1,5
Não consegue efetuar a ação	3	0,1	12	0,4	62	2,2	31	1,1	107	3,9	17	0,6

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 a 2021

Naturalmente que estas dificuldades estão maioritariamente associadas ao envelhecimento populacional. Com efeito, 73% das pessoas com muita dificuldade e/ou incapazes de andar e subir escadas e 90% das pessoas com muitas dificuldades visuais e/ou invisuais, são idosos (com mais de 65 anos).

Esta realidade aponta para a necessidade, no âmbito de todos os instrumentos de gestão territorial, incluindo o presente PDM, para a inclusão das medidas necessárias, em conjunto com a legislação em vigor, que possam facilitar e mitigar as dificuldades da população com mobilidade reduzida.

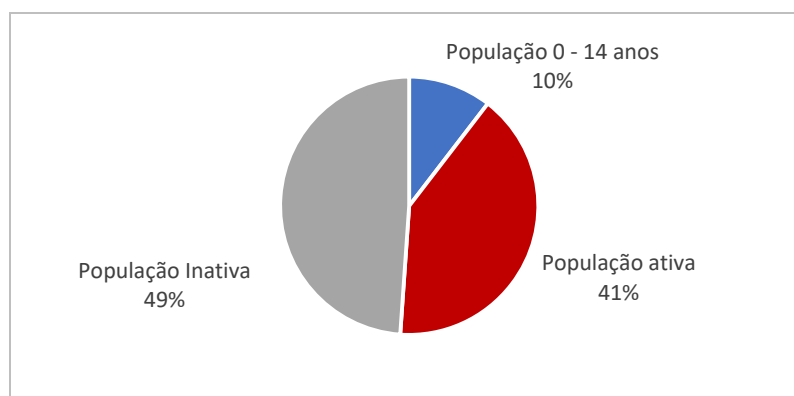
⁶ Nota: Para as crianças que, devido à idade, ainda não conseguem realizar as atividades mencionadas nas alíneas c), d), e) e f) foi considerada a modalidade “Não tem dificuldade ou tem pouca”, na medida em que ainda não é possível avaliar a existência de dificuldade na realização das referidas atividades.

5.2.7 Condição perante o trabalho, ocupação dos ativos, emprego e desemprego

Integrado estatisticamente na sub-região do Alto Alentejo, o concelho de Fronteira, é um concelho de génese e modos de vida rurais (basicamente apoiado nas atividades agropecuárias), mas que nos últimos 40 anos passou por profundas transformações a todos os níveis da sociedade e do território, ao ponto de, hoje, se afirmar como território integrante de um Alentejo em processo de transição, por força da alteração das bases económica e social da Região.

A **distribuição da população residente perante a atividade económica/trabalho** tem sido variável ao longo das últimas décadas e se já registou uma evolução positiva no passado, na última década censitária, o percurso foi negativo. Com efeito, em 2021, os 2858 residentes no concelho de Fronteira, agrupavam-se da seguinte forma, quando analisados em função da sua condição perante a atividade económica: 41% dos residentes desenvolviam atividade económica, 49% não possuíam qualquer atividade económica e os restantes 10% eram crianças e jovens até aos 14 anos, ainda fora do mercado de trabalho.

Gráfico 12: Situação da população residente perante o trabalho (%), no concelho de Fronteira, 2021



Fonte: INE - Portugal, Censos 2021

Esta é uma distribuição fortemente penalizadora da atividade económica do concelho, pelo reduzido peso da população ativa face à restante população (inativos e crianças e jovens). Na última década censitária esta distribuição agravou-se, na medida em que a população ativa regrediu 3 p.p. (passou de 44% para 41%) e a população inativa aumentou 6 p.p. (passou de 43% para 49%), o que significa que nos dias de hoje **a população inativa é bastante superior à população ativa**.

Em 2021, a população ativa total em Fronteira totalizava os 1163 indivíduos, sendo a taxa de atividade (41%) muito próxima da do Alto Alentejo. Por sua vez, a taxa de desemprego (6,3%), no mesmo momento, era inferior à da sub-região (7,7%).

Quadro 25: População segundo a sua situação perante o trabalho, 2011/2021

Condição perante o trabalho		2011		2021	
		Nº	%	Nº	%
População jovem (0 - 14 anos)		438	12,8	298	10,4
População com Atividade Económica (Ativos)	Empregada	1268	84,9	1090	93,7
	Desempregada	225	15,1	73	6,3
	Total	1493	100	1163	100,0
População sem Atividade Económica (Inativos)	Estudante	169	11,4	166	11,9
	Doméstica	68	4,6	57	4,1
	Reformada	1091	73,8	989	70,8
	Incapacitados p/ o trabalho	48	3,2	25	1,8
	Outras	103	7	160	11,5
	Total	1479	100	1397	100,0
População Total do Concelho		3410	-	2858	

Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

No espaço de uma década, entre 2011 e 2021, destaca-se a **redução da taxa de atividade**, embora, por outro lado, a **taxa de desemprego evoluiu positivamente**, ou seja, passou de 15,1% para 6,3%.

Quadro 26: Evolução dos indicadores do mercado de trabalho, 2011/2021

Indicadores	Fronteira		Alto Alentejo	
	2011	2021	2011	2021
População Empregada	1268	1090	42554	40684
População Desempregada	225	73	7920	3369
Taxa de Atividade (%)	43,8	40,7	42,6	42,0
Taxa de Atividade Feminina (%)	39,0	37,8	39,0	39,0
Taxa de Desemprego (%)	15,1	6,3	15,7	7,7
Taxa de Desemprego Feminina (%)	18,0	7,4	16,7	8,5

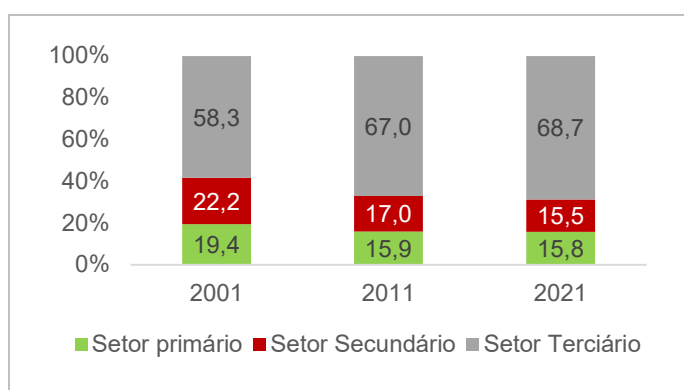
Fonte: INE- Portugal, Censos 2001 e 2011

Nesta matéria, Fronteira continua a verificar uma situação de desigualdade entre homens e mulheres, patente na menor taxa de atividade e na maior taxa de desemprego femininas, tanto no concelho de Fronteira como no Alto Alentejo.

Não obstante ainda ser subsidiária da sua matriz rural, a estrutura económica do concelho de Fronteira, tem sofrido expressivas e estruturais alterações, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, onde se evidencia a terciarização da economia do concelho.

Na **distribuição sectorial dos ativos** observa-se hoje, efetivamente, uma preponderante afetação ao **sector terciário (69%)**, face aos **setores secundário (16%) e primário (16%)**, concordante, em termos estruturais, com a repartição setorial do Alto Alentejo, e em consonância com a estrutura mais corrente dos sistemas económicos, onde é preponderante o setor terciário, seguido do secundário e, por fim, do primário.

Gráfico 13: Evolução da população por setores de atividade económica (%), em Fronteira, 2001/2021



Fonte: IN - Portugal, Censos 2001 a 2021

Apesar da distribuição estrutural ser idêntica, registam-se, contudo, afetações diferenciadas entre Fronteira e o próprio Alto Alentejo. Efetivamente, apesar da sua matriz rural, o Alto Alentejo já só afetava 10% da população ativa às atividades primárias, enquanto Fronteira afetava cerca de 16%. O setor terciário é mais representativo na sub-região do Alto Alentejo, ocupando cerca de 72% da população ativa, enquanto em Fronteira esse valor é de 69%.

Em 2021, a **população ativa empregada residente no concelho de Fronteira** totalizava os 1090 indivíduos (menos 178 pessoas que em 2011). Os **4 ramos** que **maiores volumes de emprego** afetavam e que concentravam 61% do emprego, eram: “a “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória “(18,4%), Atividades de saúde humana e apoio social (16,6%), “Agricultura, produção animal, caça e floresta” (16%), e “Comércio grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (10%).

Quadro 27: Emprego por ramo de atividade, concelho de Fronteira, 2011/2021

Sector	Ramo de atividade	2011		2021	
		N.º	%	N.º	%
I	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	202	15,93	172	15,8
	Indústrias Extrativas	2	0,16	1	0,1
II	Indústrias Transformadoras	58	4,57	56	5,1
	Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	5	0,39	3	0,3
	Capt., trat. e distrib. de água; saneam. gest de resid e despol.	30	2,37	33	3,0
	Construção	121	9,54	76	7,0
III	Comércio grosso e a retalho; repar.de veíc. automóv. e motoc.	168	13,25	107	9,8
	Transporte e armazenagem	27	2,13	23	2,1
	Alojamento, restauração e similares	64	5,05	40	3,7
	Atividades de informação e comunicação	6	0,47	3	0,3
	Atividades financeiras e de seguros	22	1,74	17	1,6
	Atividades imobiliárias	3	0,24	4	0,4
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	46	3,63	30	2,8
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1	0,08	40	3,7
	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	219	17,27	201	18,4
	Educação	112	8,83	70	6,4
	Atividades de saúde humana e apoio social	133	10,49	181	16,6
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	17	1,34	4	0,4
	Outras atividades de serviços	18	1,42	19	1,7
	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	14	1,1	10	0,9
Total		1268	100,0	1090	100,0

Fonte: IN- Portugal, Censos 2011 e 2021

A acompanhar esta redução da população empregada e da redução das taxas de atividade há, contudo, que destacar o abrandamento do **desemprego**, que como já mencionado, reduziu, entre 2011 e 2021, de 15,1% (apesar de na sequência da crise económica) para 6,3%.

A leitura dos dados disponibilizados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, relativos a 2011 e 2023, permite conhecer a evolução e as características mais recentes do desemprego em Fronteira.

Quadro 28: Características do Desemprego, 2011/2023

Caract.	Descrição	2011 (dez)		2023 (jan)		Taxa Variação 2011/2023 (%)	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sexo	Homens	88	41,3	54	44,3	-34	-38,6
	Mulheres	125	58,7	68	55,7	-57	-45,6
Grupo Etário	Jovens (<25 anos)	34	16,0	15	12,3	-19	-55,9
	Adultos (25-34 anos)	60	28,2	22	18,0	-38	-63,3
	Adultos (35-54 anos)	88	41,3	46	37,7	-42	-47,7
	Adultos (> 55 anos)	31	14,6	39	32,0	8	25,8

Caract.	Descrição	2011 (dez)		2023 (jan)		Taxa Variação 2011/2023 (%)	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Categoria	1º Emprego	20	9,4	9	7,4	-11	-55,0
	Novo Emprego	193	90,6	113	92,6	-80	-41,5
Tempo de Inscrição	< 1 ano	147	69,0	75	61,5	-72	-49,0
	1 ano ou superior	66	31,0	47	38,5	-19	-28,8
Nível de escolaridade	<1º CEB	6	2,8	3	2,5	-3	-50,0
	1º CEB	43	20,2	16	13,1	-27	-62,8
	2º CEB	43	20,2	22	18,0	-21	-48,8
	3º CEB	63	29,6	25	20,5	-38	-60,3
	Secundário	45	21,1	50	41,0	5	11,1
	Superior	13	6,1	6	4,9	-7	-53,8
Total de desempregados		213	100,0	122	100,0	-91	-42,7

Fonte: IEFP, Desemprego Registrado por Concelho - Estatísticas Mensais (<http://www.iefp.pt/estatisticas>)

Em janeiro de 2023 e de acordo com o IEFP, existiam 122 desempregados, menos 43% do que em dezembro de 2011. Tendo em conta que os dados do IEFP se reportam aos desempregados inscritos nos centros de emprego e os apurados pelo INE, em sede dos Censos, são com base nas respostas dos inquiridos, não é possível fazer comparações entre taxas de desemprego.

As características principais o desemprego registado são: i) a maioria são mulheres (56%); ii) e 93% dos mesmos procuram um "novo emprego"; iii) a maioria tem mais de 35 anos (70%) e iv) também a maioria dos desempregados (54%) não possui mais que o 9º ano de escolaridade.

5.2.8 Nível de instrução e qualificação do emprego

A taxa de analfabetismo de Fronteira era muito elevada em 2011, situando-se nos 13%. Isto é, naquela data, 13 pessoas (com 10 ou + anos) em cada 100 (com 10 ou + anos) não sabiam ler nem escrever no concelho de Fronteira. Esta taxa era superior em qualquer contexto geográfico tomado como referência: Alto Alentejo (11%), Alentejo (10%) e Portugal (5%). Contudo, **entre 2011 e 2021, verificou-se uma diminuição muito significativa** e, em 2021, este valor era de 7%, embora superior à média do Alto Alentejo e do Alentejo.

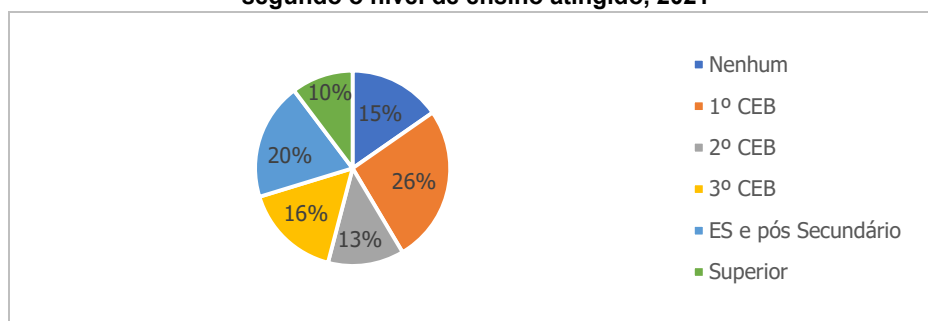
Quadro 29: Evolução da taxa de analfabetismo, 2001/2021

Unidade Territorial	2001	2011	2021
Portugal	9,0	5,2	3,1
Alentejo	15,9	9,6	5,4
Alto Alentejo	17,6	11,0	6,3
Fronteira	21,2	12,7	7,0

Fonte: INE-Portugal, Censos 2011 e 2021

Em Fronteira, os **níveis de instrução e de qualificação do emprego** apresentam-se ainda baixos para o desejável. Em 2021, 41% da população residente (incluindo todas as crianças) não possuía mais do que o 1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário), sendo que destes, 15% não possuía qualquer nível de ensino. Por sua vez, 20% possuía o ensino secundário ou pós-secundário e apenas 10% o ensino superior. Comparativamente a 2011, não se verificaram alterações de assinalar.

Gráfico 14: População residente no concelho de Fronteira, segundo o nível de ensino atingido, 2021

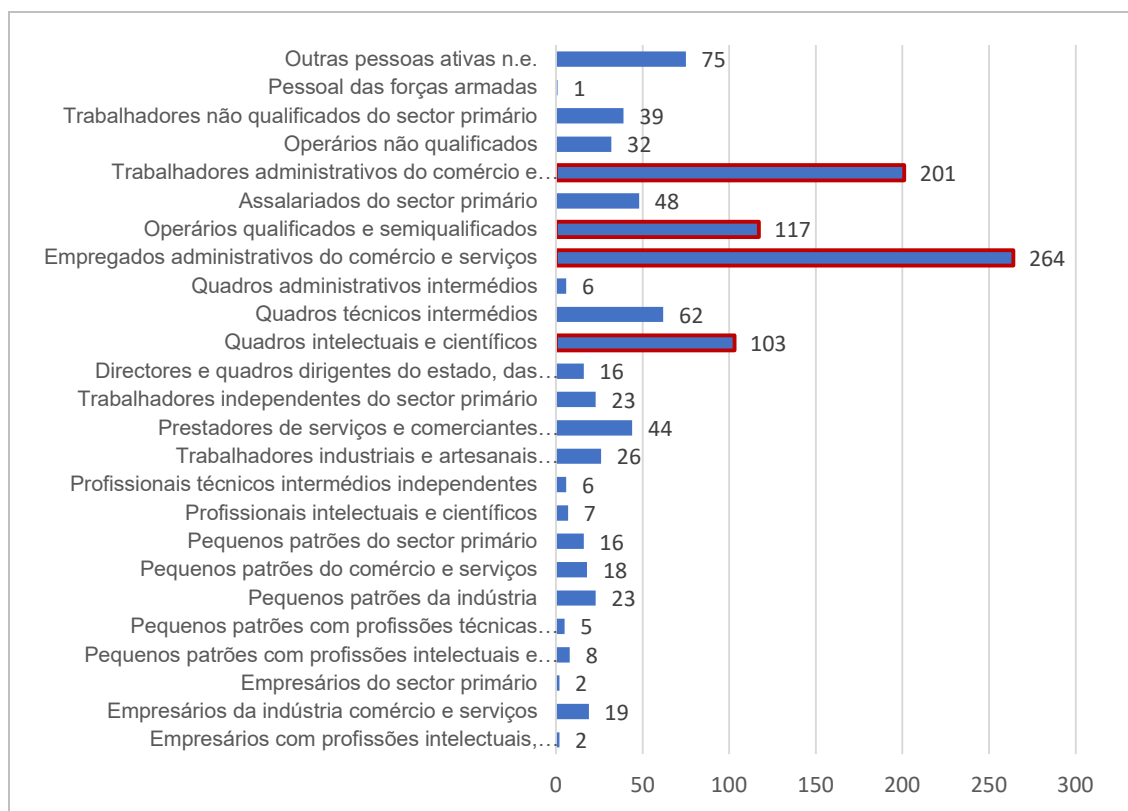


Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

O nível de qualificações, que tem em conta, para além das habilitações, a complexidade das tarefas desempenhadas é fundamental para a avaliação global dos recursos humanos, sendo que estes podem revelar-se como uma importante mais-valia no arranque e sustentação de processos de desenvolvimento (se qualificados), ou uma dificuldade a ultrapassar (se pouco habilitados).

Considerando o grupo socioeconómico da população como uma variável que permite aferir, indiretamente, o nível de qualificações da população residente, verifica-se que no universo de população ativa, os grupos mais significativos, reunindo 59% da população ativa, são os “empregados administrativos do comércio e dos serviços” (23%), os “trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados” (17%), os “operários qualificados e semiquaificados” (10%) e os “quadros intelectuais e científicos” (9%).

Gráfico 15: População ativa, segundo o grupo socioeconómico, 2021



Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

5.2.9 Mobilidade pendular: complementaridades interconcelhias

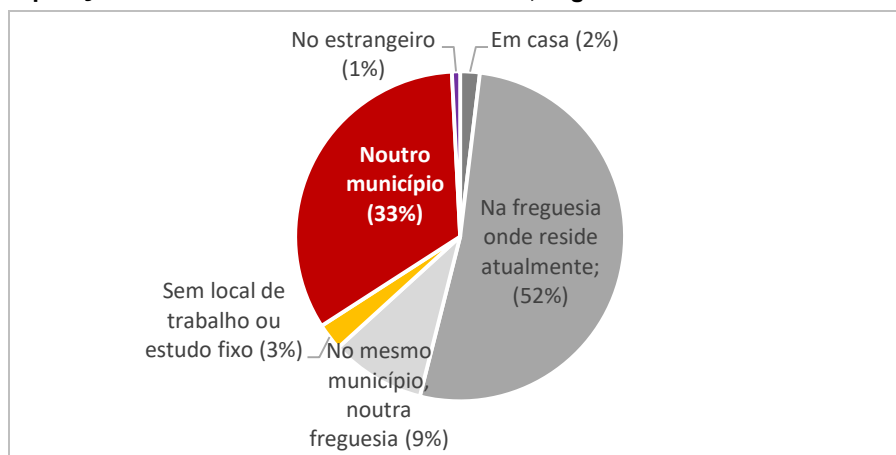
O grau de integração de um território, avaliado entre outros aspetos, pelas interdependências territoriais com o território envolvente é uma análise essencial para a compreensão dos domínios económico, social e até urbanístico. Essa avaliação pode ser feita com recurso ao estudo dos fluxos de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e todo o restante território regional e nacional. Apesar do sistema estatístico nacional não se encontrar vocacionado para a apreensão das dinâmicas económicas intermunicipais, é possível captar algumas tendências, nomeadamente a mobilidade, através da análise dos fluxos de pessoas, partindo dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

A avaliação da mobilidade no presente documento, nomeadamente através da análise das deslocações pendulares, é feita utilizando os dados estatísticos dos Recenseamentos Gerais da População (INE), nos quais a desagregação dos movimentos de entradas e saídas se faz em duas vertentes, nomeadamente "por motivo" e "espacialmente". Assim, o motivo desagrega-se em estudo ou trabalho e espacialmente, as deslocações são para o interior e para o exterior do concelho. Importa referir que

os dados quantitativos utilizados integram alguns casos de indivíduos (trabalhadores ou estudantes) que não têm local de trabalho ou estudo fixo ou habitual, sendo que nestes casos se considerou o local da empresa ou estabelecimento para quem o indivíduo trabalha ou presta contas. Em virtude deste facto, é possível identificar alguns casos de “deslocações” pendulares para e de concelhos bastante distantes. Assim, quando no texto seguinte se faz referência a “deslocação pendular”, esta pode ser uma deslocação diária efetiva casa/trabalho ou casa/estudo ou uma relação profissional ou de estudo com uma empresa ou instituição localizada em qualquer ponto do país, embora estas últimas tenham muito pouco peso no total das deslocações pendulares quantificadas.

A título de enquadramento, é importante dar a noção das proporções das situações existentes quanto às deslocações diárias para o trabalho ou para o estudo da população de Fronteira. Assim, consideram-se 6 situações possíveis, sendo que **quase 2/3 da população residente no concelho de Fronteira trabalha e/ou estuda no próprio concelho** (63%), 4% da população não tem local fixo ou relaciona-se profissionalmente com um país estrangeiro e **33% trabalha ou estuda noutro município** (502 pessoas).

Gráfico 16: População residente no concelho de Fronteira, segundo o local de trabalho ou estudo, 2021



Fonte: IN - Portugal, Censos 2021

É do balanço entre a população que sai de Fronteira e a que entra diariamente para trabalhar ou estudar (saldo pendular) que é possível avaliar o grau de atratividade ou repulsão deste município para o emprego e/ou para o estudo, sendo que Fronteira não está bem posicionado neste balanço. Desde logo, **o saldo pendular é negativo em cerca de 2,5 centenas de pessoas**, isto é, entram em Fronteira 246 pessoas (209 para trabalhar e 37 para estudar) e saem 502 pessoas (334 para trabalhar e 168

para estudar). Em termos relativos, estes movimentos traduzem a entrada de 8,6% e a saída de 17,6% relativamente à população residente no município de Fronteira.

Quadro 30: Evolução das deslocações pendulares, de e para o concelho de Fronteira, 2011/2021

MOTIVO	2011			2021		
	Entradas	Saídas	Saldo pendular	Entradas	Saídas	Saldo pendular
Trabalho	209	270	-61	209	334	-125
Estudo	15	97	-82	37	168	-131
Total	224	367	-143	246	502	-256

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Este balanço negativo agravou-se na última década censitária em mais de uma centena de pessoas, evidenciando a incapacidade de criação de emprego e a dependência de Fronteira relativamente a outros concelhos vizinhos. Esta complementaridade e interdependência verifica-se nos seguintes moldes:

- De **Fronteira**, saem diariamente para trabalhar **334 pessoas**, sobretudo, para os concelhos de **Avis, Portalegre, Alter do Chão, Estremoz, Monforte e Sousel**; e saem diariamente para estudar 168 pessoas, predominantemente para Estremoz, Portalegre, Lisboa e Évora;

Quadro 31: Destino e origem das deslocações pendulares para e de Fronteira, 2021

SAÍDAS PARA TRABALHO	N.º	ENTRADAS PARA TRABALHO	N.º
Avis	57	Portalegre	27
Portalegre	40	Sousel	26
Alter do Chão	39	Monforte	16
Estremoz	31	Avis	14
Monforte	25	Ponte de Sor	13
Sousel	23	Alter do Chão	12
Lisboa	18	Crato	10
Campo Maior	14	Elvas	10
Ponte de Sor	12	Restantes concelhos do Alto Alentejo	23
Outros 38 concelhos	75	Alentejo Central	46
		Norte	2
		Centro	5
		AML	5
TOTAL	334	TOTAL	209
SAÍDAS PARA ESTUDO	N.º	ENTRADAS PARA ESTUDO	N.º
Estremoz	41	Alto Alentejo	34
Portalegre	25	Alentejo Central	3
Lisboa	17		
Evora	16		
Alter do Chão	14		
Sousel	11		
Para outros 19 concelhos	44		
TOTAL	168	TOTAL	37

Fonte: INE - Portugal, Censos 2021

- **Entram diariamente em Fronteira para trabalhar 209 pessoas**, oriundas, sobretudo, de **Portalegre, Sousel, Monforte e Avis**; **para estudar apenas entram 37 alunos**, quase todos, dos municípios do Alto Alentejo.

As principais dependências e complementaridades do município de Fronteira em matéria de emprego ocorrem a nível regional e os principais relacionamentos dão-se com os concelhos vizinhos de Sousel, Avis, Monforte, Alter do Chão e com a capital de distrito. Ao nível dos locais de estudo, destacam-se as principais dependências dos municípios de Fronteira relativamente a Portalegre, Lisboa e Évora.

5.3 ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL

O conhecimento da estrutura económica e empresarial de qualquer território é sempre importante enquanto base da atuação municipal, no domínio da política de apoio à atividade económica, nomeadamente ao nível dos apoios às atividades existentes ou a atrair para o Concelho, como sejam a concessão de incentivos à instalação de novas empresas e à melhoria das infraestruturas e de equipamentos.

A informação utilizada para caracterizar a estrutura económica do concelho, nomeadamente, a análise da do número de empresas sedeadas no concelho por atividade económica (CAE Rev.3), e do pessoal ao serviço, provém do INE e reporta a 2021.

5.3.1 Empresas, emprego, volume de negócios e VAB

As dinâmicas do mercado de trabalho de Fronteira espelham as dinâmicas que têm ocorrido, de uma forma generalizável, a nível nacional. No período compreendido entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento do número de empresas instaladas no concelho, na ordem dos 14%, que foi praticamente acompanhado pelo respetivo crescimento do emprego. O aumento do número de empresas, reflete, essencialmente, a criação de empresas unipessoais.

Quadro 32: Evolução das empresas, emprego, volume de negócios e VAB no concelho de Fronteira, 2011/2021

	2011	2021	Var. 2011/2021 (%)
Emprego	704	791	12,4
Empresas	376	429	14,1
Volume de negócios (€)	37.637.250	46.100.983	22,5
VAB (€)	7.479.130	14.594.925	95,1

Fonte: INE - Portugal, Sistema de contas integradas das empresas

A atividade económica do Concelho, à data de 2021, evidencia uma **concentração do emprego**, em torno do ramo de **“agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (36%)**, sendo também expressivos os ramos do **“Comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos” (16%)** e **“Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (12%)**.

Destes três ramos de atividade, no espaço de 10 anos, registaram-se quebras no emprego gerado pelas atividades comerciais e no alojamento e restauração. Contudo, verificou-se um aumento muito expressivo do emprego gerado pelo setor dos Transportes e Armazenagem e das atividades administrativas e dos serviços de apoio; o emprego na agricultura, produção animal, caça e floresta manteve-se praticamente inalterado entre 2011 e 2021.

Quadro 33: Empresas e Emprego no concelho de Fronteira, por atividade (CAE Rev.3), 2011/2021

Atividades (CAE Rev.3)	EMPREGO					EMPRESAS				
	N.º		(%)		Var. (%)	N.º		%		Var (%)
	2011	2021	2011	2021		2011	2021	2011	2021	
Agricultura, prod. animal, caça, floresta e pesca	233	257	33,1	32,5	10,3	102	153	27,1	35,7	50,0
Indústrias Transformadoras	75	67	10,7	8,5	-10,7	25	20	6,6	4,7	-20,0
Construção	...	56		7,1		26	22	6,9	5,1	-15,4
Comércio; repar. de veíc. aut. e motoc.	140	111	19,9	14,0	-20,7	78	70	20,7	16,3	-10,3
Transporte e armazenagem	21	115	3,0	14,5	447,6	4	5	1,1	1,2	25,0
Alojamento, restauração e similares	58	36	8,2	4,6	-37,9	48	29	12,8	6,8	-39,6
Atividades imobiliárias	...	7		0,9		1	3	0,3	0,7	200,0
Ativ. de consult, científicas, técnicas e simil.	25	34	3,6	4,3	36,0	20	22	5,3	5,1	10,0
Atividades administ. e dos serviços de apoio	32	52	4,5	6,6	62,5	26	52	6,9	12,1	100,0
Educação	14	6	2,0	0,8	-57,1	14	6	3,7	1,4	-57,1
Atividades de saúde humana e apoio social	20	22	2,8	2,8	10,0	19	19	5,1	4,4	0,0
Ativ. artísticas, espetác., desport. e recreat.		4		0,5		1	4	0,3	0,9	300,0
Outras atividades de serviços	13	24	1,8	3,0	84,6	12	24	3,2	5,6	100,0
Total	704	791	100,0	100,0	12,4	376	429	100,0	100,0	14,1

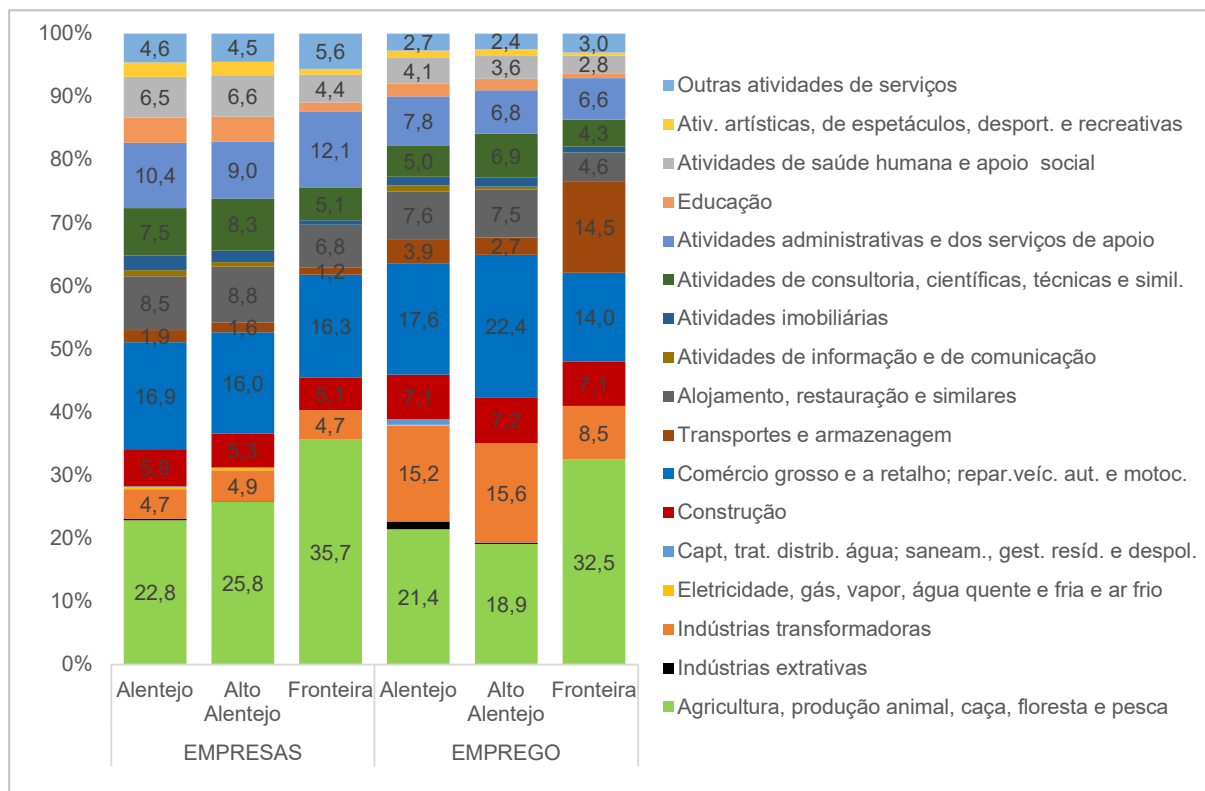
... Dado confidencial

Fonte: INE - Portugal, Sistema de contas integradas das empresas

As maiores dinâmicas ocorridas, em matéria de criação de empresas, ocorreram nas atividades ligadas ao setor primário e nas atividades administrativas e dos serviços de apoio.

No contexto regional, o concelho de Fronteira destaca-se, à data de 2021, pela maior proporção de empresas e de emprego gerado na agricultura, produção animal, caça e floresta, com proporções bastante superiores (36% e 33%, respetivamente) tanto às registadas pelo Alto Alentejo como pelo próprio Alentejo, conforme evidencia o gráfico seguinte.

Gráfico 17: Empresas e emprego no Alentejo, Alto Alentejo e concelho de Fronteira, por atividade (CAE Rev. 3), 2021



Fonte: INE - Portugal, Sistema de contas integradas das empresas

No que se refere ao volume de negócios das empresas sedeadas no concelho e pela riqueza gerada (Valor Acrescentado Bruto), o destaque vai para o facto de o volume de negócios ter aumentado 23% entre 2011 e 2021, mas, sobretudo, para o aumento de 95% da riqueza gerada pelas empresas no mesmo período.

Neste contexto, os setores que mais se destacam ao nível do volume de negócios foram o “Transporte e Armazenagem”, as “Atividades de saúde humana e apoio social” e a “Agricultura, produção animal, caça e floresta”; com exceção das “Indústrias transformadoras, que registaram um ligeiro acréscimo, todos os outros setores de atividade registaram redução da proporção do volume de negócios.

Ao nível da riqueza gerada, sobressaem os mesmos setores referidos anteriormente, embora seja de salientar variação da riqueza gerada pelo “Comércio; reparação de veículos automóveis”, apesar de ter registado uma redução expressiva do volume de negócios.

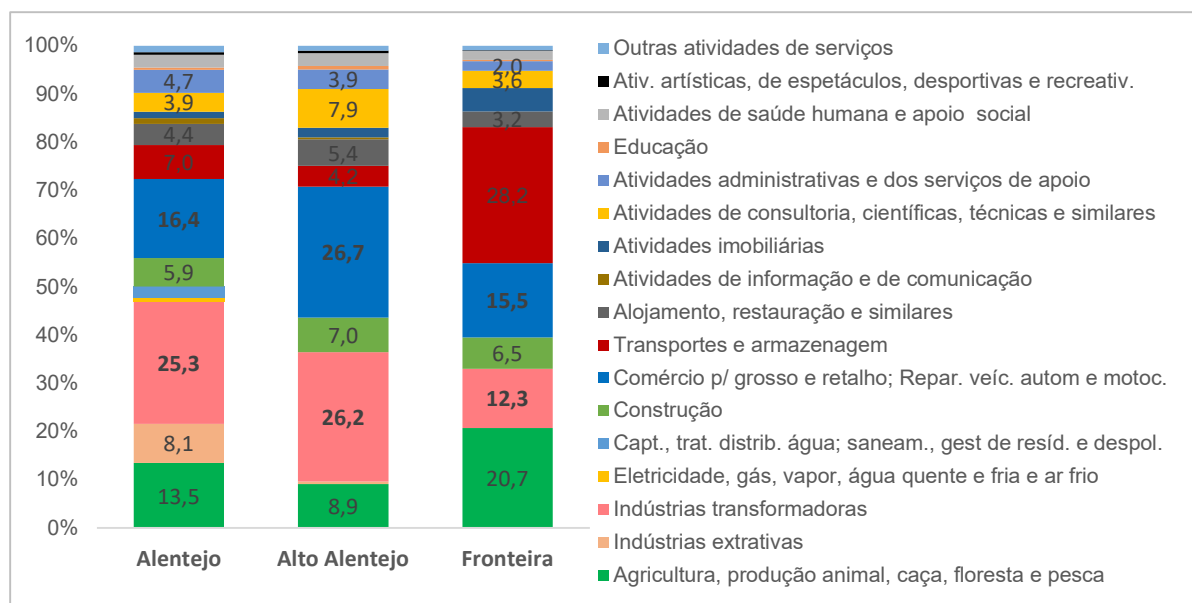
Quadro 34: Volume de Negócios e Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas de Fronteira, por atividade (CAE Rev. 3), 2011/2021

Atividades (CAE Rev.3)	VOLUME DE NEGÓCIOS			VAB		
	2011	2021	Var. %	2011	2021	Var. %
Agricultura, prod. animal, caça, floresta e pesca	23,4	25,2	31,7	22,7	20,7	77,9
Indústrias Transformadoras	16,1	14,2	8,1	22,8	12,3	4,9
Construção	(...)	5,1			6,5	
Comércio; repar. de veíc. aut. e motoc.	41,7	23,7	-30,4	15,8	15,5	91,4
Transporte e armazenagem	2,4	23,0	1062,7	3,8	28,2	1358,6
Alojamento, restauração e similares	4	2,1	-35,7	11,7	3,2	-46,1
Atividades imobiliárias	(...)	2,1			4,8	
Ativ. de consult. científicas, técnicas e símil.	2,2	1,6	-7,4	6,7	3,6	4,3
Atividades administ. e dos serviços de apoio	4,6	1,4	-62	4,0	2,0	-2,8
Educação	0,2	0,1	-40,7	0,9	0,3	-41,1
Atividades de saúde humana e apoio social	0,4	0,9	157,7	1,2	1,9	198,5
Ativ. artísticas, espetác., desport. e recreat.	(...)	0,1			0,2	
Outras atividades de serviços	0,7	0,5	-7,2	2,2	1,0	-15,4
Total	100,0	100,0	22,5	100,0	100,0	95,1

Fonte: INE - Portugal, Sistema de contas integradas das empresas

A riqueza gerada pelas empresas de Fronteira quanto integrada no quadro regional, à data de 2021, põe em evidência a enorme preponderância do setor dos “Transportes e armazenagem” (28%), da “agricultura, produção animal, caça e floresta” (21%), face aos mesmos setores do Alto Alentejo e do Alentejo, conforme ilustra o gráfico seguinte.

Gráfico 18: Valor acrescentado Bruto (VAB) das empresas sedeadas em Fronteira e no contexto regional, por atividade (CAE Rev. 3), 2021



Fonte: INE - Portugal, Sistema de contas integradas das empresas

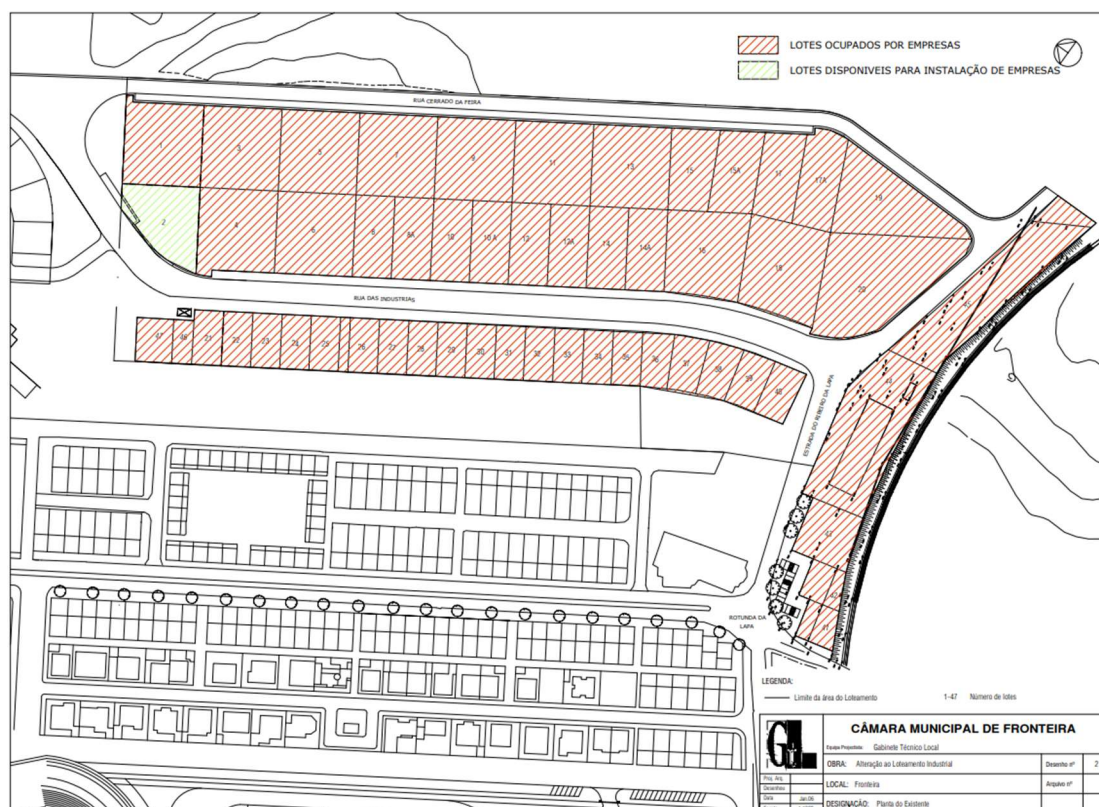
Quanto à dimensão média das empresas, a **esmagadora maioria (98,4%)**, são **micro-empresas** (menos de 10 pessoas ao serviço), sendo que existem apenas 6 pequenas empresas (10-49 empregados) e apenas 1 média empresa (50 e 240 empregados).

Um aspeto positivo nesta matéria tem a ver com a “taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes” que em Fronteira em 2021, rondava os 78%, valor acima dos registados a nível regional (60% do Alto Alentejo e 57% do Alentejo).

5.3.2 Áreas de acolhimento empresarial

O Concelho de Fronteira dispõe de duas áreas de acolhimento empresarial, uma em Fronteira e a outra em Cabeço de Vide. Presentemente, a área de acolhimento empresarial de Fronteira tem uma oferta disponível de 37 lotes industriais (Fase II), com uma área total aproximada de 20600m². No caso de Cabeço de Vide não existem lotes disponíveis.

Figura 13: Área de acolhimento empresarial de Fronteira - Fase I (sem escala)



Fonte: Câmara Municipal de Fronteira

LEGENDA:

- Área Total de Área de Intervenção
- Área de Intervenção: 60.862,29m²
- 1 Lote Equipamento 3,4m 30,0 x 60,0m 30 m Lote: 60.862,29m²
- Área Total de Loteamento: 1.143,00m²
- Área Total de Captação: 2.047,29m²
- Área Total de Estacionamento: 3.496,00m²
- 47 Lotes Industriais/Comerciais/Residenciais: 44.442,00m²
- Área Total de Intervenção: 16.345,71m²
- Área Total de Captação: 28.280,71m²
- Área Total de Estacionamento: 30.888,00m²
- Área de Estação Elevatória: 7.700,00m²
- Área de Estação Elevatória: 30.137,00m²
- Área Total de Intervenção: 29.382,33m²
- Área Total de Estacionamento: 3.746,00m²

LOTES OCUPADOS POR EMPRESAS

LOTES DISPONÍVEIS PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESAS

O mapa mostra um loteamento industrial com várias ruas e lotes. As ruas são: Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Rua 5, Rua 6, Rua 7, Rua 8, Rua 9, Rua 10, Rua 11, Rua 12, Rua 13, Rua 14, Rua 15, Rua 16, Rua 17, Rua 18, Rua 19, Rua 20, Rua 21, Rua 22, Rua 23, Rua 24, Rua 25, Rua 26, Rua 27, Rua 28, Rua 29, Rua 30, Rua 31, Rua 32, Rua 33, Rua 34, Rua 35, Rua 36, Rua 37, Rua 38, Rua 39, Rua 40, Rua 41, Rua 42, Rua 43, Rua 44, Rua 45, Rua 46, Rua 47, Rua 48, Rua 49, Rua 50, Rua 51, Rua 52, Rua 53, Rua 54, Rua 55, Rua 56, Rua 57, Rua 58, Rua 59, Rua 60, Rua 61, Rua 62, Rua 63, Rua 64, Rua 65, Rua 66, Rua 67, Rua 68, Rua 69, Rua 70, Rua 71, Rua 72, Rua 73, Rua 74, Rua 75, Rua 76, Rua 77, Rua 78, Rua 79, Rua 80, Rua 81, Rua 82, Rua 83, Rua 84, Rua 85, Rua 86, Rua 87, Rua 88, Rua 89, Rua 90, Rua 91, Rua 92, Rua 93, Rua 94, Rua 95, Rua 96, Rua 97, Rua 98, Rua 99, Rua 100. Os lotes são numerados de 1 a 100. As áreas ocupadas por empresas são indicadas por hachuras diagonais e as áreas disponíveis para instalação de empresas são indicadas por hachuras diagonais cruzadas.

Câmara Municipal de Fronteira

1ª Revisão do PDMF – Caracterização da Situação de Referência (v4) – abril 2023/maio 2026

5.3.3 Setores de atividade económica

Agricultura, produção animal, caça e floresta

Embora se assuma que o Alentejo está em fase de profunda mudança a vários níveis (base económica agrícola, sociedade rural e a organização do território associada), ainda é indelével a presença desses aspetos na economia e nos modos de vida da população de Fronteira. Um desses aspetos é a ainda importante afetação da população ativa às atividades primárias, quando comparada com outras regiões do país e com algumas sub-regiões do próprio Alentejo. Com efeito, em 2021, o concelho de Fronteira ainda afetava cerca de 16% da sua população às atividades agrícolas e pecuárias, tal como acontecia em 2011. É, com efeito, um facto que a tradição agrícola persiste até à atualidade um pouco por todo o Alto Alentejo, como uma importante fonte de rendimento e de emprego para parte significativa da população, sobretudo para a que vive nos concelhos mais rurais da sub-região, como é o caso de Fronteira.

A comparação entre os anos 2011 e 2021 relativamente ao número de empresas e ao número de trabalhadores no sector primário é ilustrativo do dinamismo recente verificado nestas atividades. No espaço de 10 anos, o emprego nas atividades ligadas ao setor primário cresceu cerca de 10%, enquanto o número de empresas aumentou 50%, o que é bastante expressivo da importância desta atividade.

No âmbito das atividades do setor primário, a atividade que têm mais representatividade é a “agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados”, que concentra 33% das empresas sediadas no município, e daquele grupo, dominam as empresas cuja atividade se refere a “agricultura e produção animal combinadas”. Em 2021, apenas se encontravam 2 empresas dedicadas à exploração florestal.

Quadro 35: Empresas e emprego na Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, 2021

Atividades (CAE Rev.3)	Empresas	Emprego
01 - Agricultura, produção animal, caça e ativ. dos serviços relacion.	151	...
. Culturas temporárias	8	
. Culturas Permanentes	4	
. Produção Animal	20	
. Agricultura e produção animal combinadas	113	
. Atividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal	5	
. Caça e repovoamento cineético e atividades dos serviços relacionados	1	
0.2 - Silvicultura e exploração florestal	2	...
. Exploração Florestal	2	
Total	153	257

... Dado confidencial

Fonte: INE - Portugal, Sistema de contas integradas das empresas (última atualização em 27/2/2023)

Indústria transformadora e Construção Civil

O sector secundário, na última década, perdeu importância na estrutura da população ativa, representando, em 2021, 16% do total concelhio, enquanto em 2001 correspondia a 22% dos ativos, facto que não é alheio à crise económica do início da década de 10, que afetou sobretudo, os ramos do imobiliário e da construção civil.

Os dados de 2021, relativos ao emprego gerado no concelho pelas empresas com sede em Fronteira já demonstram uma importância similar em termos de empresas e de emprego da indústria transformadora e da construção. Os **dois setores em conjunto concentram 15% do emprego e 10% das empresas concelhias.**

Apesar da sua diminuta dimensão, as indústrias transformadoras mais expressivas em termos de número de empresas e de emprego são as indústrias alimentares e das bebidas. Na construção civil, destacam-se as empresas de promoção imobiliária.

Quadro 36: Empresas e emprego na Indústria Transformadora e na Construção, concelho de Fronteira, 2021

Atividades (CAE Rev.3)	Empresas	Emprego
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	20	67
. Indústrias alimentares	4	16
. Indústrias das bebidas	3	12
. Indústrias da madeira e da cortiça	1	...
. Fabricação de pasta de papel e cartão	1	...
. Impressão e reprodução de suportes gravados	2	...
. Fabric. de outros produtos minerais não metálicos	1	...
. Fabricação de produtos metálicos	5	6
. Fabricação de mobiliário e colchões	1	...
. Outras indústrias transformadoras	1	...
. Reparação de máquinas e equipamentos	1	...
CONSTRUÇÃO	22	56
. Promoção imobiliária	14	38
. Atividades especializadas de construção	8	18
Total	42	123

... Dado confidencial

Fonte: INE - Portugal, Sistema de contas integradas das empresas (última atualização em 27/2/2023)

A evolução destes subsectores, no período de 2011-2021, materializou-se num decréscimo de aproximadamente 20% de empresas ligadas à indústria transformadora e de -15% à construção civil.

Comércio e serviços

O dinamismo das atividades comerciais e de serviços – setor terciário - é evidente na estrutura da população ativa que, em 2021, representava 69% da mão-de-obra concelhia, quando em 2001 representava 58%. Esta evolução está em consonância com a tendência atual de terciarização dos sistemas económicos, materializada na retração do sector primário e na expansão dos sectores comerciais e de serviços, embora como se sabe e as heranças do passado o demonstram, este sector não apresenta maior desenvolvimento dada importância que as atividades agrícolas e pecuárias ainda possuem neste concelho e na sub-região em que se insere. A atividade terciária concentrava, em 2021, 55% das empresas e 52% do emprego concelhios.

Dentro do setor das atividades terciárias, a atividade comercial é, presentemente, a mais representativa, com um peso de cerca de 16% ao nível do volume de empresas, mas ao nível do volume de emprego é o setor do Transporte e armazenagem o mais representativo (15%), mas logo seguido pelo comércio. As atividades administrativas e dos serviços de apoio também têm alguma expressão ao nível das empresas (12% do total).

Excetuando alguns estabelecimentos mais qualificados no centro da Vila, a maioria das unidades de comércio a retalho são de pequena dimensão e de natureza familiar, com pequenas áreas de influência, o que também é resultado da grande proximidade a Évora e a Portalegre, a qual funciona como um fator inibidor da afirmação de algumas atividades. As atividades comerciais cobrem um vasto leque de funções, quando ponderado com a população residente.

Quadro 37: Empresas e emprego no Comércio e Serviços, concelho de Fronteira, 2021

Atividades (CAE Rev.3)	Empresas	Emprego
Comércio Grosso e a Retalho	70	111
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	13	16
Comércio por grosso, exceto de veículos	11	23
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	46	72
Transportes e armazenagem	5	115
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	4	...
Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes	1	...
Alojamento, restauração e similares	29	36
Alojamento	6	9
Restauração e similares	23	27
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	22	34
Atividades jurídicas e de contabilidade	12	21
Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	1	...
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins	1	...

Atividades (CAE Rev.3)	Empresas	Emprego
Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3	...
Atividades veterinárias	5	8
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	52	52
Atividades de aluguer	2	...
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas	2	...
Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	7	7
Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	41	41

... Dado confidencial

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (última atualização em 27/2/2023)

Não obstante a importância dos subsetores do transporte e armazenagem do comércio, na estrutura de emprego do terciário, há que evidenciar alguma diversificação, sendo, também, relevante o emprego gerado pelas atividades administrativas e dos serviços de apoio.

No contexto da evolução ocorrida, entre 2011 e 2021, destaca-se o crescimento muito positivo do emprego no subsetor dos transportes e da armazenagem (+448%), bem como das atividades administrativas e dos serviços de apoio (+63%). Por sua vez, as atividades administrativas e dos serviços de apoio e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, registaram também crescimentos importantes ao nível do emprego; o alojamento e restauração e o comércio, diminuíram o volume de emprego na década em referência, tanto ao nível do emprego como das empresas.

Turismo e Lazer

A inserção de Fronteira no quadro turístico regional e nacional processa-se em dois planos: i) pela proximidade a Cidades como Évora (cidade do património e da cultura e da atratividade turística internacional) e Portalegre (cidade multifuncional e porta de entrada no Parque Natural de São Mamede ii) pela existência de alguns empreendimentos turísticos de qualidade, das Termas da Sulfúrea, do Centro Hípico, do Parque de Ciências e Observatório Astronómico, entre outros equipamentos, que conferem ao concelho de Fronteira um carácter diferenciador e de reconhecimento nacional. Estes produtos turísticos são complementados pelo património municipal natural (Praia fluvial da Ribeira Grande, Praia Fluvial da Represa, etc.), histórico, artesanato gastronomia, feiras e romarias, não esquecendo, naturalmente, o Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, importantes produtos turísticos em termos de atratividade de visitantes e turistas.

A tradição da promoção de eventos desportivos e recreativos como “24h horas de Todo-o-Terreno”, o Encontro Internacional de Balões de Ar Quente, o Campeonato Nacional de Kayak Pólo, o Concurso Nacional de Saltos, o Encontro Motard, o Challenger Trophy, entre outros, aliada a este e outros

projetos turísticos de qualidade poderá contribuir para a importante criação de uma forte oferta turística, capaz de atrair muitos visitantes e ampliar a procura de alojamentos de usos sazonal.

Ainda assim, este setor tem um desenvolvimento incipiente e pouco expressivo a vários níveis no contexto do Alto Alentejo, como o comprovam os indicadores, relativos a 2021, patentes no quadro seguinte, de onde se destaca a sua reduzida capacidade, a muito baixa proporção de hóspedes estrangeiros e os baixos rendimentos por quarto.

Quadro 38: Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico, 2021

	Estada média de hóspedes não residentes	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	% de hóspedes não residentes	% de dormidas entre jul-set	Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes	Rendimento médio por quarto (Rev Par)
	N.º de noites	N.º		%		N.º	Milhares de €
Alto Alentejo	1,8	40,5	1,7	13,7	45,9	334,2	25,7
Fronteira	2,4	22,3	0,6	0,6	57,7	127,8	17,0

Fonte: INE-Portugal, Anuários Estatísticos Regionais, 2021

Não obstante, **o alojamento** é um domínio essencial do sector turístico em si mesmo ou como complemento de outras atividades turísticas e, nesta matéria, o concelho de dispõe de **4 empreendimentos turísticos** classificados pelo Turismo de Portugal, I.P, traduzindo-se numa dotação incipiente, atendendo sobretudo, não ao número de empreendimentos, mas à sua capacidade de alojamento (medida em n.º de pessoas), sendo mesmo o concelho com menor capacidade de alojamento turístico.

Quadro 39: Empreendimentos turísticos no Alto Alentejo, por concelho, 2023

	Total		ETER- Casa de Campo		E. Turismo de Habitação		ETER - Agroturismo		EH - Hotel		ETER - Hotel Rural		EH - Pousada		Pq. Campismo e Caravanismo		Aldeam. Turístico		Apart. Turístico	
	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.
Alter do Chão	6	266	3	30					3	236										
Arronches	4	126					2	18	1	58					1	50				
Avis	7	642	2	17			3	36	1	60					1	529				
Campo Maior	8	640	3	16			1	16	1	48	1	20			2	540				
Cast. de Vide	14	563	6	88	1	20	1	14	5	381					1	60				
Crato	8	156	1	8	5	82	1	18					1	48						
Elvas	23	1101	6	66			5	126	7	684	3	109			1	90			1	26
Fronteira	4	52	3	40			1	12												
Gavião	6	231	1	8	3	51	1	24							1	148				
Marvão	36	643	26	265			3	54	3	72			1	62	3	190				

	Total		ETER - Casa de Campo		E. Turismo de Habitação		ETER - Agroturismo		EH - Hotel		ETER - Hotel Rural		EH - Pousada		Pq. Campismo e Caravanismo		Aldeam. Turístico		Apart. Turístico	
	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.	N.º	Cap.
Monforte	5	86	2	18	1	8					1	38					1	22		
Nisa	13	166	11	50			1	16	1	100										
Ponte de Sor	5	1521	2	16					2	305					1	1200				
Portalegre	21	343	10	94	1	22	5	63	4	146	1	18								
Sousel	4	65	1	12	3	53														
Alto Alentejo	164	6601	77	728	14	236	24	397	28	2090	6	185	2	110	11	2807	1	22	1	26

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. (https://mt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_ET.aspx?FiltroVisivel=True); extraído em outubro/2023

Efetivamente, Fronteira dispõe de 3 Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural – Casa de Campo (Herdade da Ordem, Quinta do Cabeçote e Segredo D'Alecrim) e 1 Estabelecimento de Turismo em Espaço Rural - Agroturismo (Monte dos Aroeirais) que, no total, permitem uma oferta de 24 unidades de alojamento e uma capacidade para 52 pessoas. O Hotel Candelária, importante empreendimento turístico (com capacidade de 104 camas), encontra-se encerrado, não tendo efetuado até ao momento a revisão da classificação do estabelecimento, a que está obrigado pelo DL n.º 80/2017, de 30/6.

Quadro 40: Empreendimentos turísticos no concelho de Fronteira, 2023

Tipologia	Designação	Ano Abertura	N.º unidades alojamento	Capacidade
ETER - Casa de campo	Herdade da Ordem	2022	6	12
ETER - Casa de campo	Quinta do Cabeçote	2001	8	16
ETER - Casa de campo	Segredo D'Alecrim	2016	6	12
ETER - Agroturismo	Monte dos Aroeirais	2011	6	12
Total			24	52

ETER – Empreendimento Turístico em Espaço Rural; EH – Estabelecimento Hoteleiro

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. (https://mt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_ET.aspx?FiltroVisivel=True); extraído em 14/3/2023

Estão em curso dois processos para novos empreendimentos turísticos: 1) Histórias no Castelo, Lda. - Turismo em Espaço Rural – Casa de Campo (Fronteira), com 10 unidades de alojamento e 2) Castelomós – Investimentos Imobiliários SA - Turismo em Espaço Rural – Casa de Campo (Cabeço de Vide), com 8 unidades de alojamento.

Complementarmente, o **Alojamento Local**, à imagem do que vem acontecendo em todo o país, tem registado um enorme crescimento nos últimos 5 anos, como o comprovam os dados do Turismo de Portugal, I.P. À data do 1º trimestre de 2023, estavam registados em Fronteira 14 alojamentos locais, com um total de 57 unidades de alojamento (quartos) e capacidade para 140 pessoas.

Quadro 41: Alojamento Local (AL), concelho de Fronteira, 2023

Nome do Alojamento	Ano Abertura ao público	Modalidade	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos
Outeiro do Álamo	2022	Moradia	8	8	4
Alecrim d' Aldeia	2022	Moradia	2	6	2
Residência D'Atalaia	2022	Quartos	16	30	9
Casa do Cabeço	2021	Moradia	3	6	2
Casas nas Termas	2021	Apartamento	5	6	2
Casas nas Termas	2021	Apartamento	5	6	2
Monte do Rochinha	2020	Moradia	6	10	4
Casa do Alentejo	2019	Moradia	6	8	4
Monte das Antas	2019	Moradia	13	14	5
Monte dos Calços	2018	Moradia	10	10	5
Casa dos Sobreiros	2018	Moradia	4	5	3
Casa da Cisterna	2018	Moradia	7	12	6
Herdade das Pintas	2017	Moradia	14	14	7
Alojamento Local	2013	Moradia	4	5	2
Total			103	140	57

Fonte: Turismo e Portugal, I.P. (https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_AL.aspx?FiltroVisivel=True); extraído em 14/3/2023

Os hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico em Fronteira, no ano de 2021, representaram 1% do total dos hóspedes, 1% das dormidas e 0,8% dos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico do Alto Alentejo, num contexto em que Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr dominaram em todos estes domínios.

No mesmo ano, os hóspedes dos estabelecimentos de alojamento turístico foram quase exclusivamente portugueses; dos 1814 hospedes contabilizados, apenas 10 eram estrangeiros. Na mesma medida, das 3665 dormidas em 2021, apenas 24 foram de estrangeiros.

A procura/visitação de focos de interesse turístico, tanto naturais, como culturais e recreativos apontam para uma expressiva procura exterior, atendendo à dimensão demográfica da população concelhia. Assim, dados de 2022 da autarquia, contabilizam os seguintes volumes de visitas: Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros (1086 pessoas), Piscina Municipal Descoberta (3500 pessoas), Festa da Juventude (4000 pessoas), Festas de Verão (12000 pessoas) e 24 Horas TT2022 (50000 pessoas). Ao nível da procura das Termas de Cabeço de Vide, contata-se que nos últimos 4 anos se verificou um comportamento marcado pela pandemia e, embora em crescimento desde 2020 (861 pessoas), ainda não foi possível recuperar os valores registados em 2019 (2209 pessoas), sendo que em 2021 foram contabilizados 1371 aquistas e, em 2022, 1752 pessoas.

Ainda no âmbito da análise da atividade turística, será também de salientar a pouca importância do subsector “Alojamento e restauração e similares” ao nível do emprego gerado (36 trabalhadores em 2021), tendo registado uma quebra de 38%, relativamente a 2011.

O turismo tem sido encarado por muitos concelhos, e mais ainda nos territórios em perda demográfica, como uma forma ou a única forma de promover o desenvolvimento económico e por arrastamento o desenvolvimento social. Mas esta ideia demasiado generalizada encontra em Fronteira uma oportunidade acrescida não só pela fragilidade da base económica (embora dando sinais no sector terciário e no próprio secundário de alguma animação), como pelo leque de recursos apropriáveis para a atividade turística, alguns deles ainda não explorados de forma adequada, e também pela experiência adquirida da autarquia na promoção de eventos culturais e turísticos, progressivamente complementados por uma oferta de alojamento de qualidade.

Num contexto de necessidade de diversificação das valências de apoio ao turismo, de referir a intenção da Autarquia da instalação de uma área de serviços de autocaravanas junto às Termas de Cabeço de Vide, sendo que o concelho ainda não dispõe até ao momento de nenhuma infraestrutura desta natureza.

5.3.4 Principais projetos e investimentos recentes

A Câmara Municipal de Fronteira candidatou ao Portugal 2020 um amplo conjunto de projetos, tendo sido financiados 19 candidaturas, num montante global de 4.650.475,73€, os quais foram financiados em 78%. Encontram-se todos concluídos, com exceção da Fase 2 da Requalificação da entrada nascente de Fronteira, que se encontra em execução, e da “Remodelação e Beneficiação da Escola Básica Frei Manuel Cardoso, que aguarda aprovação.

Constata-se que, pelo teor das obras, Fronteira se encontra predominantemente numa fase de requalificação de espaços públicos e de reabilitação de infraestruturas/equipamentos existentes, ao invés de períodos/quadros comunitários anteriores, em que a preponderância foi a da criação e construção de infraestruturas, como foi o caso do período dos projetos do observatório astronómico, do centro cultural, do centro hípico, da biblioteca e o arquivo municipais, do centro de estágios, do terródromo, do campo de kayak polo, do campo de futebol de praia, do estádio municipal com relvado sintético e pista de atletismo.

Quadro 42: Projetos financiados e montantes envolvidos pelo Portugal 2020 no concelho de Fronteira

OPERAÇÃO	VALOR TOTAL	COMPARTICIPAÇÃO
Reabilitação do Antigo Albergue de Cabeço de Vide	263 405,04 €	210 049,11 €
Requalificação do Largo Heróis da Pátria - Fronteira	154 431,61 €	123 836,67 €
Centro Polivalente de Atividades Sociais de Fronteira	660 681,87 €	430 061,30 €
Requalificação da entrada nascente de Fronteira-Fase 1	999 503,89 €	754 422,53 €
Requalificação da entrada nascente de Fronteira-Fase 2	469 226,29 €	376 266,36 €
Reabilitação da Escola Básica de Cabeço de Vide	158 543,95 €	114 433,50 €
Requalificação da Estação da CP de Fronteira como Escola de Arte e Tradição de Fronteira	569 112,42 €	483 745,56 €
Requalificação do Espaço Envolvente à Antiga Escola de Vale de Seda	75 893,98 €	60 858,39 €
Remodelação e Beneficiação da Escola Básica Frei Manuel Cardoso	(Aguarda aprovação)	
Ecopista - Atoleiros/Sulfúrea	246 293,30 €	209 349,31 €
Circuito Pedonal entre o núcleo urbano de Fronteira e o Centro Ecoturístico da Ribeira Grande	264 703,58 €	212 262,31 €
Circuito Pedonal entre o núcleo urbano de Cabeço de Vide e as Termas da Sulfúrea	291 468,23 €	233 724,53 €
Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos - SAMA - Capacitação das entidades da Administração Pública (Alentejo)	90 919,92 €	77 281,93 €
Requalificação do Largo 25 de Abril de Cabeço de Vide	126 838,15 €	101 709,83 €
Requalificação do Largo do Bairro do Espírito Santo	76 407,46 €	61 270,13 €
Requalificação do Largo D. Manuel I - Cabeço de Vide	78 906,53 €	63 274,10 €
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL	52 597,92 €	44 708,23 €
PEPAL	25 628,72 €	23 578,42 €
Requalificação do Espaço Envolvente à Casa da Cultura e Recreio de Fronteira	45 912,87 €	36 816,93 €
Total	4 650 475,73 €	3 617 649,14 €

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira

5.4 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

O concelho de Fronteira é um território, cada vez mais, de baixa densidade, em resultado de perdas demográficas sucessivas, embora esta evolução tendencial esteja enquadrada pelo mesmo contexto da sub-região onde se integra. As perdas sucessivas têm consequências óbvias em vários domínios do funcionamento e estabilidade do concelho, destacadamente a nível económico e social.

O fato de ter atingido, em 2021, os 2858 habitantes torna-se no principal constrangimento ao desenvolvimento de Fronteira. A este inexpressivo volume populacional estão-lhe inevitavelmente associadas outras debilidades, como é o caso do fraco desenvolvimento industrial e da, ainda, elevada

taxa de analfabetismo, bem como outras mais estruturais como o envelhecimento demográfico, pautado pela redução da população jovem e pelo aumento da população idosa. O envelhecimento gera preocupações e necessidade de investimentos acrescidos, não só na dotação de mais apoios à população envelhecida, dependente e maioritariamente com problemas de saúde, como se torna imperioso adaptar espaços, outrora dedicados à população jovem (por exemplo as escolas que vão encerrando) para responder a outros tipos de necessidades.

Contudo, sendo o reduzido volume populacional, maioritariamente desqualificado e envelhecido, o principal obstáculo, pode também ser encarado como o principal desafio. E o concelho de Fronteira assim o tem entendido e enfrentado. Ao continuar a apostar na requalificação dos espaços públicos e na reabilitação de equipamentos de apoio às necessidades da população local, tem promovido e apostado naquele que é o setor que poderá ter o efeito de alteração/viragem da herança pesada que tem em mãos, que é o setor turístico/ recreativo. É com certeza este o domínio de alavancagem do desenvolvimento do concelho. E é chegado o momento decisivo de viragem, aproveitando todo o conjunto de alterações que se estão a verificar em todo o território Alentejano: a sua forte valorização turística tendo como pilares o empreendimento do Alqueva e o potencial do Litoral Alentejano, a proximidade a Espanha e as crescentes relações transfronteiriças, a proximidade e influência de Lisboa, a crescente valorização do Alentejo como espaço privilegiado de 2^{as} residências, associada à crescente procura de locais no interior do país e em zonas de baixa densidade para instalação de pessoas em teletrabalho, etc.

Neste momento da vida coletiva local, passada a fase dos grandes investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos, a aposta e investimento dominantes tem sido no reforço da promoção de eventos que extravasam a escala concelhia e que têm atraído muita população ao concelho, permitindo a Fronteira ser uma referência em alguns domínios específicos do desporto aventura (também para destacar os mais emblemáticos: 24 horas de Todo-o-terreno, o Encontro Internacional de Balões de Ar Quente, o Campeonato Nacional de Kayak Pólo, o Concurso Nacional de Saltos, o Encontro Motard, o Challenger Trophy).

Na senda da dotação de estruturas diferenciadoras no contexto regional, Fronteira apresenta o Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros e o Parque de Ciências. Complementando esta aposta encontra-se a presença de uma outra infraestrutura muito importante ao nível do turismo termal, nomeadamente as Termas da Sulfúrea.

Por sua vez, as atividades primárias, ainda com forte presença em Fronteira e com manifesto dinamismo, revelado pela evolução recente (2011/2021) das empresas e do emprego nas atividades agrícolas com produção animal associadas, deverão continuar a ser potenciadas, tirando partido das

condições favoráveis atuais, nomeadamente a existência de algumas propriedades agrícolas autossuficientes ao nível do consumo de água, boas condições naturais para a vinha, internacionalização de marcas locais, elevado nível tecnológico de algumas propriedades, existência de novos sistema de rega nos olivais, adesão dos agricultores, de uma forma geral, às medidas agroambientais e a existência de atividades sazonais geradoras de postos de trabalho.

6. SISTEMA BIOFÍSICO E PAISAGEM

6.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A caracterização biofísica visa detalhar os aspetos estruturantes do funcionamento do território, no sentido de identificar e diagnosticar os valores presentes, as aptidões do território enquanto suporte de atividades humanas e, também, as potencialidades e os condicionalismos existentes sob o ponto de vista biofísico e paisagístico.

Através da análise de diversas variáveis, designadamente de enfoque físico, ecológico e cultural, referentes a elementos passivos em ordenamento do território, e, em função das suas características intrínsecas e das características socioeconómicas do local de ocorrência, é possível determinar a aptidão ou potencialidade biofísica para o desenvolvimento de ações de ordenamento. Assim, é possível alcançar conclusões que fundamentem uma intervenção adequada, obrigatoriamente compatível com a permanência dos valores presentes e que limite potenciais impactes negativos.

A implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável implica garantir a permanência dos valores que determinam a qualidade da paisagem e a sustentabilidade dos sistemas físico e ecológico, considerados essenciais para um modelo territorial de referência.

O presente capítulo corresponde a uma breve caracterização dos aspetos fundamentais das componentes biofísicas e é complementado pelo relatório da REN bruta que está a ser elaborado em simultâneo, onde são aprofundadas temáticas como a rede hidrográfica, hidrogeológica, declives, etc.

6.2 BREVE E CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

6.2.1 Climatologia

A caracterização dos dados climatológicos foi baseada nos estudos efetuados por Fernando Correia Pina, no seu livro “Fronteira, subsídios para uma monografia”, de 2001.

Segundo os estudos de Pina, *“o município de Fronteira insere-se numa zona de clima temperado continental com características mediterrânicas e tendências para a semiaridez, com acentuados contrastes térmicos entre o Verão e o Inverno e entre os períodos diurno e noturno, com ocorrência de temperaturas negativas durante os meses de dezembro a março e temperaturas máximas sempre superiores a 25° nos meses de Verão. As amplitudes térmicas anuais, mais elevadas nos anos secos que nos húmidos e no Verão que no Inverno, apresentam oscilações entre 15° e 18°.”*

Ainda de acordo com o mesmo trabalho refere-se que *"a humidade relativa é mínima no Verão, em agosto, e máxima nos meses de Inverno, apresentando, no seu conjunto, valores médios anuais entre os 65 e 70%, conduzindo estas circunstâncias há ocorrências de geadas durante 4 ou 5 meses."*

Para a precipitação, os mesmos estudos revelam que *"o regime pluviométrico caracteriza-se pela deficiência das chuvas (500 mm) e pela sua irregularidade anual e interanual, alternando as sequências de anos húmidos com as de anos secos."*

"A conjugação dos elementos temperatura e humidade, diretamente relacionados com os fatores de insolação (2800 h/ano) e de radiação solar (150 Kcal/cm²/ano) permite estabelecer o índice de conforto climático da área em estudo. Assim, entre as 6 e as 9 horas da manhã, só os meses de Verão são confortáveis. Entre as 12 e as 15 horas consideram-se confortáveis os meses de maio, junho, setembro e outubro variando, entre as 18 e as 21 horas, o número de meses confortáveis de estação para estação e de ano para ano." (Pina, 2001).

Tendo em consideração estes elementos de caracterização do clima, podemos afirmar que, segundo a classificação de Köppen, o clima do município de Fronteira considera-se temperado chuvoso e moderadamente quente, com chuvas preponderantes de Inverno (tipo Cs). Como a temperatura de agosto é superior a 22° C, o Verão é seco e quente, por isso o clima de Fronteira é atribuído ao subtipo Csa.

Porém, importa considerar as conclusões a que chegou o PIAAC-AA nas suas projeções elaboradas em 2022. No que diz respeito às projeções climáticas (médias e extremas), o PIAAC-AA projeta um aumento da temperatura média, mínima e máxima até ao final do século. O cenário é inverso relativamente à variável precipitação. Ambos os cenários projetam uma diminuição generalizada da precipitação média anual. Mesmo tendo em consideração o grau de incerteza associado à modelação climática do vento, o PIAAC-AA, aponta em ambos os cenários para uma diminuição da velocidade máxima do vento. Por fim, estima-se que a tendência para a variação média da radiação global seja também de crescimento.

É esperado um aumento dos dias de verão entre 25 e 33 dias para meio do século e 24 a 55 dias para o fim do século. Para as noites tropicais, estima-se também um aumento de 6 a 11 dias para meio do século e 6 a 32 para o final do século. Já no caso de dias de geada, a tendência é decrescente, esperando-se uma redução de 13 a 16 dias para o meio do século e 17 a 26 para o final do século. O número de dias de onda de calor e de ondas de frio apresentam tendências inversas já que no caso das ondas de calor a tendência é aumentarem entre 5 a 8 dias para meio do século e 5 a 14 dias para o fim do século e as ondas de frio irão diminuir em 1 dia tanto para o meio do século como para o fim do século. Relativamente aos dias de precipitação, perspetiva-se também um decréscimo que pode

chegar aos 11 dias para meio do século e 14 dias para o final do século. Para o índice de seca projeta-se que evolua de uma categoria de seca normal para uma categoria de seca extrema a partir de meio do século. No que respeita aos índices climáticos do vento é antecipada uma redução do número de dias de velocidade moderada do vento (entre 1 e 3 dias para meio do século e entre 3 a 4 dias para final do século), não sendo esperada qualquer alteração para os dias de velocidade do vento muito forte. Por fim, é esperado um aumento do índice de risco de incêndio classificado como elevado (2 dias para o meio século e 3 a 4 dias para o final do século).

No quadro seguinte encontram-se sistematizados os cenários climáticos para os períodos futuros de médio e longo prazo.

Quadro 43: Cenários climáticos RCP4.5 e RCP 8.5 para os períodos de médio e longo prazo

Variável Climática	Sumário	Alterações Projetadas
Período futuro de médio prazo (cenário climático RCP4.5)		
Precipitação	Diminuição da precipitação média anual	Média anual Diminuição da precipitação média anual em cerca de 9%. Manutenção do número médio de dias com precipitação.
Temperatura	Aumento da temperatura média anual; ocorrência de ondas de calor mais duradouras	Média anual Subida da temperatura mínima, média e máxima anual entre 1,7°C e 1,8°C. Dias de verão e noites tropicais Aumento do número médio de dias de verão em 25% e aumento em 3 vezes do número médio de noites tropicais. Dias de geada Diminuição do número médio de dias de geada em 45%. Ondas de calor e de frio Aumento da duração das ondas de calor de 8 para até 13 dias. Não são esperadas ondas de frio.
Risco de incêndio	Ocorrência de períodos de seca extrema	Secas mais intensas Aumento do índice de seca de normal para extremo. Risco de incêndio Manutenção do número médio de dias com risco elevado de incêndio.
Período futuro de longo prazo (cenário climático RCP4.5)		
Precipitação	Diminuição da precipitação média anual	Média anual Diminuição da precipitação média anual em cerca de 2%. Manutenção do número médio de dias com precipitação.
Temperatura	Aumento da temperatura média anual; ocorrência de ondas de calor mais duradouras	Média anual Subida da temperatura mínima, média e máxima anual entre 1,7°C e 1,8°C. Dias de verão e noites tropicais Aumento do número médio de dias de verão em 24% e aumento em 3 vezes do número médio de noites tropicais. Dias de geada Diminuição do número médio de dias de geada em 59%. Ondas de calor e de frio Aumento da duração das ondas de calor de 8 para até 13 dias. Não são esperadas ondas de frio.
Risco de incêndio	Ocorrência de períodos de seca extrema	Secas mais intensas Aumento do índice de seca de normal para extremo. Risco de incêndio Aumento do número médio de dias com risco elevado de incêndio em 6%.

Variável Climática	Sumário	Alterações Projetadas
Período futuro de médio prazo (cenário climático RCP8.5)		
Precipitação	Diminuição da precipitação média anual	Média anual Diminuição da precipitação média anual em cerca de 5% e do número médio de dias com precipitação em 12%.
Temperatura	Aumento da temperatura média anual; ocorrência de ondas de calor mais duradouras	Média anual Subida da temperatura mínima, média e máxima anual entre 2,2°C e 2,3°C. Dias de verão e noites tropicais Aumento do número médio de dias de verão em 33% e aumento em 5,5 vezes do número médio de noites tropicais. Dias de geada Diminuição do número médio de dias de geada em 55%. Ondas de calor e de frio Aumento da duração das ondas de calor de 8 para até 16 dias. Não são esperadas ondas de frio.
Risco de incêndio	Ocorrência de períodos de seca extrema	Secas mais intensas Aumento do índice de seca de normal para extremo. Risco de incêndio Aumento do número médio de dias com risco elevado de incêndio em 3%.
Período futuro de longo prazo (cenário climático RCP8.5)		
Precipitação	Diminuição da precipitação média anual	Média anual Diminuição da precipitação média anual em cerca de 7% e do número médio de dias com precipitação em 15%.
Temperatura	Aumento da temperatura média anual; ocorrência de ondas de calor mais duradouras	Média anual Subida da temperatura mínima, média e máxima anual entre 3,9°C e 4,0°C. Dias de verão e noites tropicais Aumento do número médio de dias de verão em 55% e aumento em 16 vezes do número médio de noites tropicais. Dias de geada Diminuição do número médio de dias de geada em 90%. Ondas de calor e de frio Aumento da duração das ondas de calor de 8 para até 22 dias. Não são esperadas ondas de frio.
Risco de incêndio	Ocorrência de períodos de seca extrema	Secas mais intensas Aumento do índice de seca de normal para extremo. Risco de incêndio Aumento do número médio de dias com risco elevado de incêndio em 4%.

Fonte: PIAAC Alto Alentejo, SPI e Universidade de Aveiro, 2022

No contexto do processo de revisão do PDM esta cenarização não pode ser ignorada, dando especial ênfase à importância de ponderar adequadamente as orientações provenientes do PIAAC-AA (já referidas em capítulo anterior) na adoção de opções de planeamento que contribuam para a mitigação e adaptação do território às alterações previstas.

6.2.2 Geologia e solos

O município de Fronteira está inserido no subdomínio do sector Alter do Chão - Elvas, no qual o limite a norte coincide com o cavalcamento de Alter do Chão e a sul é marcado pelo carreamento da Juromenha.

A região faz parte da extensa superfície de erosão Alentejana - Zona de Ossa-Morena - com testemunhos da antiga cobertura Terciária onde se destacam alguns relevos residuais e cristas sublinhando a deformação Hercínica. Tem fraca rede de drenagem.

Na zona de Fronteira predominam as deformações Silúricas e os maciços eruptivos, existindo também depósitos atribuídos ao Terciário indiferenciado.

No município de Fronteira ocorrem unidades geolitológicas desde o Câmbrio até ao Moderno/Holocénico. A divisão lito-estratigráfica das formações é resultante da interpretação e cartografia das seguintes Cartas Geológicas de Portugal: 32 A - Ponte Sôr (1982), 32 B - Portalegre (1973), 32 C - Avis (2007) e 32 D - Sousel (1975). A carta 32 C ainda não tem a notícia explicativa publicada pelo que é feita unicamente a sua identificação através da legenda. As unidades litológicas segundo as notícias explicativas da cada carta que o município de Fronteira inclui são caracterizadas da seguinte forma:

Carta 32A

TERRENOS DE COBERTURA

Paleogénico:

Ø - Conglomerados de Pontinha, calcários, margas e argilas

O conjunto sedimentar corresponde ao chamado «complexo margoso» e compreende a parte inferior do complexo montmorilonítico e a totalidade do «complexo atapulgítico». O Paleogénico aflora na área da carta em três tipos de situações que têm a ver com as morfologias atual e antiga da região. Na área abrangida pelo município de Fronteira corresponde aos afloramentos sobre a superfície planáltica, na periferia da bacia, às vezes conservados ao abrigo de compartimentos abatidos entre falhas.

Inferiormente aos arenitos arcósicos esverdeados, ou seus equivalentes laterais (Miocénico inferior), observam-se conforme os locais, arenitos argilosos, arenitos finos com concreções calcárias, margas, calcários margosos, argilas margosas com concreções calcárias, mais ou menos areníticas, com tonalidades, no geral amarelo-esbranquiçadas. Estes materiais sucedem-se lateralmente, por variação relativa das frações arenosa, argilosa e carbonatada, outro tanto sucedendo em profundidade, ao acaso das condições locais de sedimentação.

SUBSTRATO HERCÍNICO

Ordovício e Silúrico:

OS - Filitos e grauvaques subordinados, com algumas intercalações de liditos e quartzitos

São terrenos essencialmente pelíticos que contêm intercalações de liditos, raramente, quartzitos. As rochas predominantes são xistos finos (xistos lustrosos), de tons cinzento-esverdeados, associados a filitos quartzo-micáceos e, subordinamente, a grauvaques.

A composição mineralógica destes filitos é a seguinte: quartzo, clorite, sericite, turmalina e óxidos de ferro. Algumas pontuações escuras são devidas à presença destes óxidos e de agregados cloríticos.

Carta 32B

HOLOCÉNICO

A' - Depósitos de vertentes

Os materiais de vertente dispõem-se de cada lado dos relevos em crista relacionados com quartzitos do Ordovícico inferior e com os conglomerados da parte superior do Câmbrio de Elvas. São visíveis na envoltória do marco geodésico de Arneirinhos.

MIO PLIOCÉNICO

MP - Calcários Margosos; arenitos feldspáticos, cascalheiras

Trata-se de depósitos continentais pertencentes à bacia terciária do Tejo. Os calcários margosos e concreções calcárias a que se sobrepõem arenitos feldspáticos têm sido atribuídos ao Miocénico. É provável que os arenitos e siltitos vermelhos, subjacentes a eles, sejam mais antigos, provavelmente, paleogénicos. Sobre os arenitos, em geral soltos, no topo do depósito, jazem cascalheiras de elementos, quase sempre, mal calibrados e angulosos, provenientes das formações antigas vizinhas. Estas cascalheiras de planalto que assentam, às vezes, diretamente sobre o substrato antigo, constituem delgada película, descontínua, sobre os depósitos atribuídos provisoriamente ao Miocénico.

SILÚRICO INFERIOR

S - Xistos luzentes com intercalações de liditos e xistos grafitosos, com Monograftus; quartzitos e calcários cristalinos associados.

Sob o manto de carreamento está a série, essencialmente pelítica, do Silúrico, muito espessa, com largo desenvolvimento para ocidente.

São frequentes as intercalações de liditos a que se associam, às vezes, quartzitos e, mais raramente, leitos calcários. Predominam os xistos de tons cinzentos, em geral, escuros, luzentes. São filitos com frequência quartzo-micáceos, constituídos por bandas largas, predominantemente, micáceas alternantes com faixas estreitas quartzo-micáceas ou essencialmente quártzicas.

GEORGIANO E PROVÁVEL ACADIANO

Cbi

Na atividade vulcânica do Câmbrio pode-se considerar (provisoriamente segundo os autores) ciclos relacionados com as três unidades geológicas presentes no Norte do concelho (Metavulcanitos, conglomerados e arcoses, calcários e dolomitos, cristalinos):

- Vulcanismo de base, associado a conglomerados e arcoses, relacionado, talvez, com a orogenia assintica;
- Vulcanismo intercalado na série flischóide, sob conglomerados, relacionado, talvez, com a fase toledânica;
- Horizonte espilitico representante de atividade vulcânica pré-orogénica relacionada, provavelmente, com a fase sárdica.

ROCHAS METAMÓRFICAS DE CONTACTO

Corneanas quartzíticas, pelíticas e calco-silicatadas - Podem observar-se nas auréolas de metamorfismo de contacto dos granitos de Aldeia da Mata-Nisa-Castelo de Vide e do maciço de Alter do Chão.

ROCHAS MAGMÁTICAS

γ - Ultrabásitos

Os ultrabásitos são piroxenitos, dunitos e peridotitos. Os piroxenitos são formados, quase exclusivamente, por piroxena, contém, acessoriamente, olivina, epidoto, calcite e minério. Os dunitos são constituídos por cristais de olivina dispersos em rede serpentínica, podendo conter, ainda, biotite e óxidos de ferro. Os peridotitos têm olivina, piroxena, minerais metálicos e alguma plagioclase. Nos serpentinitos os minerais dominantes são antigorite e crisótilo. As rochas do maciço têm grau de alteração muito variável. Os tipos de alteração encontrados são escapolitização, anfibolização e serpentinização. O estudo com base em análises químicas põe em evidência a tendência toleítica do magma original.

ROCHAS FILONIANAS

δ z - Metadoleritos

O filão situado a NE e SW de Arneirinhos, assinalado, por lapso, como metadolerito é provavelmente, diorito quártzico hornblênico, de grão fino.

Carta 32C

Para esta carta não é possível fazer a descrição das unidades geológicas visto ainda não ter sido publicada a sua nota explicativa.

PALEOZÓICO/SILÚRICO

SDA - Filitos e quartzo filitos cinzentos

CENOZÓICO - Paleogénico (Eocénico-Oligocénico):

ΦVG - Formação de Vale do Guizo: conglomerados, areias, arcoses e pelitos, frequentemente calcificados

Carta 32D

HOLOCÉNICO

a - Aluviões atuais

Como a maior parte das linhas de água, que atravessam a região, são pouco importantes, não existem, a não ser na ribeira da Leonor, depósitos aluviais que mereceram ser cartografados na escala adotada.

PALEOGÉNICO E MIOCÉNICO INDIFERENCIADOS

PgM - Calcários margosos: arenitos feldspáticos, cascalheiras

Trata-se na realidade de um complexo, sobretudo paleogénico, constituído por dois tipos de depósitos sobrepostos, às vezes com passagem quase insensível de um ao outro.

Na parte superior observa-se série detrítica constituída por cascalheiras com predominância de elementos angulosos (quartzos, liditos, xistos, etc.) alternantes com arenitos argilosos e argilas avermelhadas e acastanhadas. O complexo apresenta, muitas vezes, aspeto de formação de «raña», constituído à custa de material paleozoico da região. Na parte inferior desenvolve-se série de arenitos grosseiros, argilo-margosos, acastanhados ou amarelados, às vezes concrecionadas, formando frequentemente crosta na superfície do substrato paleozoico, cujas irregularidades estão, deste modo, preenchidas e impregnadas de calcário.

SILÚRICO INFERIOR

S - Xistos com intercalações de liditos e xistos grafitosos com Monograftus; quartzitos e calcários cristalinos associados

Entre os terrenos câmbricos de Elvas e Estremoz existe série xistenta, muito espessa, onde na base, são frequentes rochas vulcânicas e, para a parte superior, intercalações de ftanitos e xistos grafitosos

com Monograftus. A série vulcânica compreende desde termos ácidos a básicos, aglomerados e brechas vulcânicas, nalguns casos, assentando diretamente em calcários câmbricos, noutros, alternantes com eles ou com xistos do Silúrico. Tanto as intrusões de rochas graníticas como de rochas básicas produziram orlas metamórficas na série xistenta do Silúrico com formação de corneanas e xistos mosqueados, nalguns pontos, cobertas por depósitos recentes, sobretudo a SE de Fronteira.

S - Metavulcanitos

A diferenciação cartográfica em relação aos xistos mencionados no item anterior pretende apenas mostrar a sua posição e extensão não sendo possível, na maior parte dos casos, isolá-las dos xistos com os quais formam um complexo sedimento-vulcânico.

CÂMBRICO

Câmbrico de Elvas

Cb1 - Xistos, quartzitos e grauvaques conglomerados; Cb1 - Metavulcanitos; Cb1 - Conglomerado de base

Na região observa-se toda a sucessão litológica do Câmbrico fossilífero. Assim, o conglomerado de base aflora a NW do vértice de geodésico Esquerdos (fora do município de Fronteira). A série carbonatada, que lhe sucede, é cortada pela estrada de Monforte-Vaiamonte. Para SW desta povoação estende-se a série xisto-arenítica onde se considera duas divisões: «Xistos de Vila Boim», série flyschóide que, na base, se revelou fossilífera para SE da área mapeada, e «Xistos de Terrugem», série essencialmente vulcano-sedimentar, particularmente, rica de rochas verdes na parte superior.

Existe certa diversidade na natureza dos elementos rolados do conglomerado, os quais podem ser: arcoses, arenitos, silitos, pórfiros ácidos, vulcanitos vários, quartzitos, etc. O que parece predominar entre estes tipos de rochas conglomeráticas é o arcósico, ou seja, o de elementos constituídos por grãos de contornos irregulares de quartzo, feldspatos alcalinos e calco-alcalinos unidos por matriz, geralmente abundante, sericítica ou argilo-sericítica. Por sua vez, os metavulcanitos, embora já um tanto desfigurados por ações metamórficas intensas, parecem ter sido de natureza ácida, de tipo riolítico, microgranítico e traquítico.

ROCHAS METAMÓRFICAS DE CONTACTO

Corneanas diversas - As intrusões de rochas granitóides originaram nas formações sedimentares antigas orlas de metamorfismo de contacto, representadas por corneanas diversas e xistos mosqueados. Os xistos do Silúrico apresentam desvios nas direções de xistosidades nas vizinhanças dos maciços básicos de Veiros e de Vale Maceira que os metamorfizam mais ou menos intensamente.

ROCHAS MAGMÁTICAS

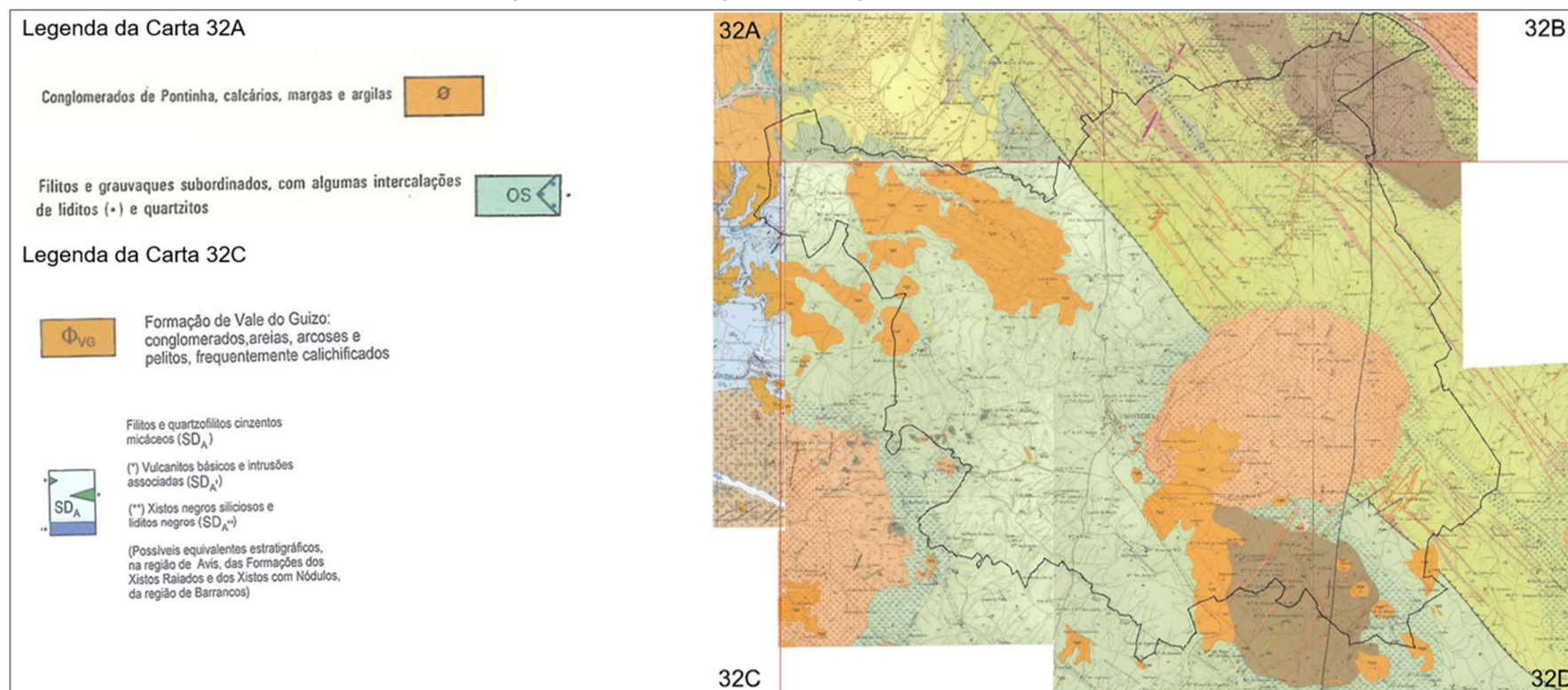
σ” z - Afloramentos hiperalcalinos - Ortognaissess graníticos e sieníticos hiperalcalinos, alcalinos afins, às vezes, com estrutura blastomilnítica, γπ - Granitos calco-alcalinos, com tendência alcalina, biotíticos, porfiróides

As rochas graníticas estão largamente representadas, sobretudo, por maciços circunscritos de forma circular ou oval, cuja intrusão se admitiu estar relacionada com tectónica anelar, à semelhança do que se observa noutros maciços da Meseta, destaca-se, no entanto, a presença do maciço eruptivo de Fronteira que se passa a descrever.

Maciço eruptivo de Fronteira

O maciço granítico de Fronteira situa-se cerca de 1 km a E da vila, no alinhamento tectónico W-E entre os maciços de Santa Eulália e Ervedal. Tem configuração aproximadamente circular, com cerca de 6 km de diâmetro. O maciço encontra-se quase totalmente arrasado, contudo, destacam-se pontualmente alguns afloramentos. Nos locais onde há afloramentos são bem visíveis as formas de erosão em caos de blocos, aspeto típico e comum nestas paisagens graníticas, blocos esses que constituem figuras curiosas e chegam a atingir dimensões consideráveis. As altitudes médias dentro do maciço oscilam entre 200 e 220 m, sendo a mínima de 182 e a máxima de 238 m. A sudoeste encontra-se recoberto em parte por depósitos do Paleogénico e Neogénico indiferenciados. O aspeto da rocha é muito homogéneo em todo o maciço, trata-se de granitos de grão médio, leucocráticos, biotítico, com feldspatos brancos e/ou acinzentados e quartzo abundante. Nalguns locais a granularidade torna-se um pouco mais grosseira, atingindo às vezes ligeiro carácter porfiróide. Observam-se ainda alguns encraves microgranulares ricos em biotite. Mas tanto os megacristais como os encraves são bastantes escassos. Existem também alguns filonetes a recortarem o granito regional. Trata-se de filões aplíticos, leucocráticos, micrograníticos, com alguns centímetros de espessura, difusos em alguns casos, noutros com contactos bem nítidos e, às vezes, ainda como que bifurcados ou a envolver restos do granito regional.

Figura 16: Carta Geológica de Portugal 32A, 32B, 32C e 32D



Fonte: 32A - Direção Geral de Geologia e Minas e Serviços Geológicos de Portugal, 1982; 32B - Direção Geral de Geologia e Minas e Serviços Geológicos de Portugal, 1973, 32D - Direção Geral de Geologia e Minas e Serviços Geológicos de Portugal, 1975

Legenda da Carta 32B

	Calcários margosos (-) arenitos feldspáticos; cascalheiras.	Mio-plioceno
	Xistos luzentes com intercalações de lótilos (-) e xistos grafíticos, com <i>Monozygites</i> ; quartzitos e calcários cristalinos associados.	Silício inferior
	Conglomerados de base, quartzitos (-) e xistos luzentes.	Ordovício inferior
	Xistos, quartzitos e gnaissos; cloritizados; conglomerados interformacionais - i (-).	Gurgueia e perfil lacustre
	Calcários e dolomitos, cristalinos.	
	Conglomerados (-) e arcues (+) de base.	
	Metavulcânicos.	Fischbach
	Xistos e gnaissos, cloritizados.	
	Metasedimentos detriticos e metavulcânicos de natureza porfírica.	
	Xistos metamórficos e metagnaissos com quartzitos negros (-) e calcários cristalinos; metacalcários (-).	
	Rochas ultrametamórficas.	Rochas metamórficas de contacto
	Concreções quartzíticas pelíticas e calc-silicatadas.	
	Ortoproximas graníticas biotíticas, derivadas de granitos porfíricos de grão médio a grosso (T_{Eu}) e de grão fino (T_{Eu}) (-) e não porfíricos de grão médio a grosso (T_{Eu}) (+) às vezes, com estrutura blastomórfica (400 ± 10 M. A.).	Rochas magmáticas
	Ultrabásitos (peridotitos, dunites, serpentinitas) e basaltos (gabros, gabros olivinos e anortositos) (T) parcial ou totalmente serpentinizados (serpentinitas -).	
	Ortoproximas graníticas e sieníticas hipercalcínicas, alcalinas afins (T_{Eu}) às vezes, com estrutura blastomórfica (400 a 400 M. A.).	
	Brechas angulosas.	
	Granitos alcalinos gnaissoides, porfíricos (T_{Eu}) e não porfíricos (T_{Eu}) (-); biotíticos (ou biotitos e microclinos) (Δ) (+) associados, da estrutura subvolcânica de Caracul.	
	Granitos alcalinos gnaissoides, não porfíricos, mesocristais (mci).	
	Granitos alcalinos, não porfíricos, mesocristais (350 ± 44 M. A.).	
	Granitos calco-alcalinos, porfíricos, de grão médio a grosso (T_{Eu}) biotíticos (290 a 300 M. A.).	
	Quartzos (Q).	Rochas ígneas
	Granitos, pórfiros graníticos e sienitas (c).	
	Metagabros (T_{Eu}) e Metadiabásitos (T_{Eu}).	

Legenda da Carta 32D

	Aluviões actuais.	Mioceno
	Calcários com fauna limosa; brechas calcárias.	Pleistoceno
	5 - 10 m	
	30 - 40 m	
	Calcários margosos (-); arenitos feldspáticos; cascalheiras.	Paleogénico e Miocénico indiferenciados
	Xistos com intercalações de lótilos (-) e xistos grafíticos com <i>Monozygites</i> ; quartzitos (-) e calcários cristalinos (-).	Silício inferior
	Metavulcânicos.	
	Xistos, quartzitos e gnaissos; conglomerados - i (-).	Cárnicas
	Metavulcânicos.	
	Calcários cristalinos, às vezes, vestigiais (-) e silicificados.	
	Conglomerado de base.	
	Dolomitos e calcários dolomíticos cristalinos, provavelmente, penecontemporâneos.	Rochas câmbrias dolomitizadas
	Xistos e gnaissos, com intercalações de lótilos.	Precâmbrio superior (Série negra do SW Peninsular)
	Concreções diversas.	
	Ortoproximas graníticas biotíticas, derivadas de granitos porfíricos de grão médio a grosso, às vezes, com estrutura blastomórfica (400 ± 10 m.a.).	Rochas magmáticas
	Ortoproximas graníticas e sieníticas hipercalcínicas, alcalinas afins, às vezes, com estrutura blastomórfica (400 a 400 m.a.).	
	Granitos alcalinos gnaissoides, não porfíricos, mesocristais.	
	Basaltos (gabros, gabros olivinos, gnaissos, hipercalcínicos - T) e ultrabásitos (peridotitos, dunites, serpentinitas).	
	Granitos calco-alcalinos, com tendência alcalina, biotíticos, porfíricos.	
	Granitos calco-alcalinos, com tendência alcalina, biotíticos, com hornblenda, não porfíricos, de grão médio a fino.	
	Granitos alcalinos, incluindo granitos normatíticos, não porfíricos, de grão médio a grosso, biotíticos.	
	Quartzos (Q).	Rochas ígneas
	Microgranitos (T_{Eu}), pórfiros graníticos (m).	
	Microdiabásitos (Δ_{Eu}), microclinitas (Θ_{Eu}).	

6.2.3 Capacidade de uso do solo

Pedologicamente, ocorrem juntamente com solos xistosos, os solos mediterrâneos pardos de materiais não calcários de quartzo-dioritos com uma relativa capacidade agrícola, de acordo com o trabalho de Pina. Do ponto de vista produtivo são, no seu conjunto, solos com mediana capacidade produtiva em sequeiro.

Após análise da Carta Complementar de Capacidade de Uso do Solos (369, 370, 371, 382, 383, 384, 397 e 398) à escala 1/25000, e de acordo com a notícia explicativa da respetiva carta, disponível no sítio da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, conclui-se que os solos existentes no concelho abrangem as cinco classes da Capacidade de Uso do Solo. No entanto, as classes com melhor capacidade de uso, classes A e B, apenas existem junto a linhas de água, em manchas muito confinadas e com diminuta expressão espacial. As classes existentes no concelho são as seguintes:

- Classe de Capacidade de Uso do Solo A:

São solos com poucas ou nenhuma limitações para a atividade agrícola, sem riscos de erosão ou com riscos muito ligeiros, suscetíveis de utilização agrícola intensiva. Localizam-se principalmente junto aos principais cursos de água do concelho. Dentro do município de Fronteira apenas existe a classe A, sem subclasse;

- Classe de Capacidade de Uso do Solo B:

São solos com limitações moderadas e riscos de erosão no máximo moderados. São suscetíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva. Surgem no município de Fronteira isolados, em conjunto com os solos A, em conjunto de duas ou três subclasses da classe de solos B, ou, em casos pontuais, associados a subclasses da classe de solo D, também com muita proximidade aos cursos de água. Pertencem a este grupo as seguintes subclasses: Be, Bh, Bs;

- Classe de Capacidade de Uso do Solo C:

São solos que apresentam limitações acentuadas à atividade agrícola. Os riscos de erosão são no máximo elevados. Podem, no entanto, ser utilizados para agricultura pouco intensiva, desde que sejam trabalhados no sentido de melhorarem as suas condições pedológicas. Surgem por todo o concelho em manchas isoladas, manchas associadas a subclasses da classe de solos A, B, pontualmente com solos D ou E, ou em manchas de duas ou três subclasses de solos C. Pertencem a este grupo as seguintes subclasses identificadas no concelho: Ce, Ch, Cs;

- Classe de Capacidade de Uso do Solo D:

São solos com limitações severas ao uso agrícola. Os riscos de erosão são no máximo elevados a muito elevados e não são suscetíveis de utilização agrícola, salvo casos muito especiais. Apresentam poucas ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal. Surgem por todo o concelho em manchas isoladas, pontualmente em manchas associadas a subclasses da classe de solos B, e de uma forma mais generalizada em manchas associadas a subclasses de solos C e E. Pertencem a este grupo as seguintes subclasses identificadas no concelho: De, Dh, Ds;

- Classe de Capacidade de Uso do Solo E:

São solos com limitações muito severas para a utilização agrícola. Os riscos de erosão são muito elevados o que limita fortemente a utilização agrícola. Também apresentam severas a muito severas limitações para pastagens, matos e exploração florestal. Servem basicamente para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação ou não são suscetíveis de qualquer utilização. Surgem por todo o concelho em manchas isoladas ou associadas em duas subclasses, pontualmente associados a subclasse de solos B e C, e de uma forma mais geral aparecem manchas associadas a subclasse de solos D. Pertencem a este grupo as seguintes subclasses identificadas no concelho: Ee, Es.

As classes com maior representatividade dentro do concelho são a C, D e E, o que confere capacidade de produção agrícola reduzida a muito reduzida, sendo poucas as culturas possíveis de executar nestes solos. Sendo que estas três classes representam mais de 60% do solo do território, pode considerar-se esta como uma zona de utilização florestal. As subclasses representadas no concelho são e, h e s. Estas acrescentam características aos solos existentes, nomeadamente: e - solos com risco de erosão e forte escoamento superficial; h - solos com excesso de água; s - limitações do solo a nível da zona radicular.

6.2.4 Análise fisiográfica

A análise fisiográfica aborda três aspetos que, em conjunto, permitem caracterizar o relevo, designadamente festos/talvegues, hipsometria e declives.

Desde já, é importante referir que o relevo de Fronteira é muito aplanado, com cerca de 50% das cotas altimétricas do concelho inseridas no intervalo dos 200 aos 250 m (a cota máxima é de 370 metros e a mínima de 140 metros), praticamente homogéneo em termos de declives, sendo somente recortado pelo entalhe da rede hidrográfica, sobretudo pelo talvegue da Ribeira Grande. Os festos são todos pouco relevantes em termos de expressão fisiográfica, sendo apenas de destacar o festo da Serra das Penas, a Oeste de Cabeço de Vide, pelos seus declives mais acentuados.

A rede hidrográfica do concelho tem a sua principal linha de água na Ribeira de Avis, localmente conhecida por Ribeira Grande. Esta ribeira nasce 18 km acima da vila de Monforte, onde na sua parte inicial corre com o nome de Ribeiro do Freixo. É este ribeiro que ao juntar-se à Ribeira de Assumar toma o nome de Ribeira Grande ou de Avis. Depois de passar a norte da vila de Fronteira, a curta distância desta, a Ribeira Grande prossegue o seu curso, conflui com o Rio Sôr e passa a correr com o nome de Rio Sorraia, o qual por sua vez desagua no Tejo.

A Ribeira Grande, no seu curso no interior do município de Fronteira, é assinalada pela existência de alguns locais de maior profundidade onde, em maior ou menor quantidade, a água se acumula mesmo durante os meses mais quentes do Verão.

Todos os restantes cursos de água do concelho desaguam na Ribeira Grande e apresentam um regime torrencial, correndo com maior caudal nas épocas das chuvas e chegam a secar o seu leito durante o Verão. De entre as linhas de água secundárias destacam-se pelo seu maior caudal a Ribeira de Sarrazola e a Ribeira de Vide, na margem direita e, na esquerda, o Ribeira das Vinhas, a Ribeira de Ana Loura e o Ribeiro do Lupe.

A rede hidrográfica do concelho é o reflexo das características geomorfológicas, já analisadas, nomeadamente a altimetria e os declives muito pouco acentuados. Este facto tem justificado uma intervenção humana, nomeadamente através da construção de barragens e açudes com o principal objetivo de reter as águas para posteriormente servirem para a rega dos campos agrícolas. Os talvegues mais importantes estão cartografados na planta de situação existente n.º 2 que acompanha o presente relatório (Síntese Fisiográfica) e mencionados no quadro seguinte.

Quadro 44: Sistematização da rede hidrográfica principal do concelho de Fronteira

Nome do talvegue	Classificação decimal
Ribeira Grande ou de Avis	301 21 35 31
Ribeira de Sarrazola	301 21 35 35
Ribeira de Vide	301 21 35 31 08
Ribeira das Vinhas	301 21 35 31 23
Ribeira de Ana Loura	301 21 35 31 19
Ribeiro do Lupe	301 21 35 31 11
Ribeira do Verdigão	301 21 35 31 08 01
Ribeira da Chaminé	301 21 35 31 25 08 02
Ribeiro dos Pascoais	301 21 35 35 07
Ribeira do Vale de Seda	301 21 35 35 05
Ribeira do Almentolios	301 21 35 31 10
Ribeira do Pau	301 21 35 31 12 01

Nome do talvegue	Classificação decimal
Ribeira dos Arneiros	301 21 35 31 12
Ribeira do Juncal	301 21 35 31 12 02
Ribeira de S. Saturnino	302 21 35 31 21
Ribeira do Carvalho	301 21 35 31 17
Ribeira da Matinca	301 21 35 31 15
Ribeira do Bringelo	301 21 35 31 13

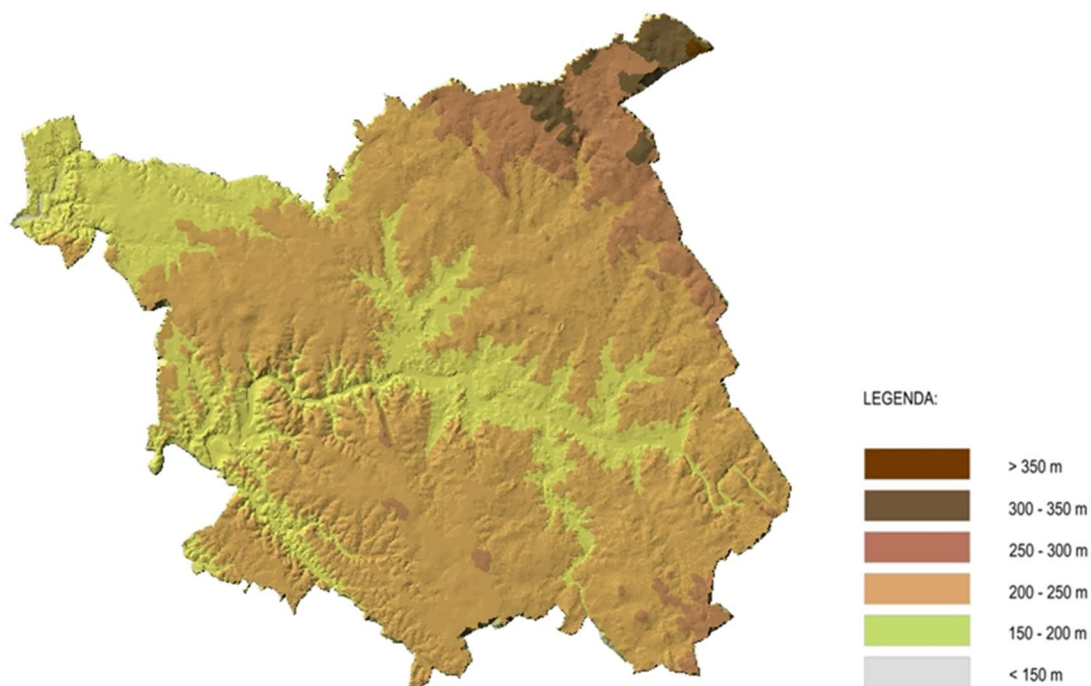
Fonte: Índice Hidrográfico e Classificação decimal dos cursos de água de Portugal, D.G.R.A.H, 1981, Lisboa.

A hipsometria permite compreender o desenvolvimento altitudinal do relevo. Sendo assim, e atendendo à escala do trabalho, considerou-se suficiente a definição de seis classes, designadamente:

- <150 metros - abrange uma ínfima parte do território e corresponde uma pequena porção do leito de duas das referidas linhas de água: Ribeira de Sarrazola e Ribeira Grande;
- 150-200 metros - corresponde essencialmente à continuidade do leito das linhas de água referidas anteriormente, bem como às zonas de interceção dos cursos de água seus afluentes;
- 200-250 metros - refere-se às zonas a Norte e a Sul da Ribeira Grande. É neste intervalo altimétrico que se encontram as povoações de Fronteira, Vale de Seda e Vale de Maceira. Corresponde a uma área muito aplanada com declives raramente superiores a 8%;
- 250-300 metros - corresponde à zona de implantação da área mais recente da povoação de Cabeço de Vide. A Sul do concelho as manchas desta classe hipsométrica são praticamente inexpressivas;
- 300-350 metros - esta classe hipsométrica apenas existe na extremidade Nordeste do concelho. Abrange a parte velha da povoação de Cabeço de Vide. Nas zonas de maior altitude dentro desta classe, já se atingem com facilidade declives da ordem dos 16%;
- > 350 metros - inclui apenas uma pequena área no extremo Nordeste do concelho.

A análise de declives visa constituir um parâmetro auxiliar para a avaliação de aptidões, potencialidades e condicionalismos relativamente à preservação dos valores naturais e à implementação de atividades humanas. Os limites estabelecidos para as classes de análise atendem a diversos critérios, designadamente, risco de erosão e estabilidade física, conforto para utilização humana e capacidade de absorção visual.

Figura 17: Modelo digital do terreno do concelho de Fronteira



Fonte: Mundo às Riscas, Lda., 2023

Para o território em análise considera-se adequada a definição de seis classes, descritas no quadro seguinte.

Quadro 45: Caracterização das classes de Declives

Classes	Descrição	Caracterização
0 a 3%	Plano	Sem condicionalismos.
3 a 8%	Pouco declivoso	É o limite médio para o traçado de estradas, caminhos de peões e movimentos de terra moderados.
8 a 16%	Medianamente declivoso	É o limite máximo aceitável para o traçado de infraestruturas urbanísticas gerais em boas condições económicas, limitações para circulação pedestre, risco mínimo de erosão.
16 a 25%	Declivoso	Limite máximo para edificação/agricultura sem necessidade de terraceamento, risco médio de erosão.
25 a 30%	Muito declivoso	É o limite máximo para a exploração economicamente viável do terreno em socacos, agrícolas e florestais, sem riscos muito graves de erosão.
> 30%	Escarpado	Trata-se de zonas sujeitas a graves riscos de erosão e, como tal, deveram o ser incluídas no regime da REN.

Na peça desenhada que acompanha o presente relatório, com n.º 02 (Síntese Fisiográfica) estão representados os declives do município de Fronteira, sendo possível verificar que os declives mais expressivos no concelho pertencem às classes inferiores. Os declives de classe superiores encontram-se, sobretudo, junto a troços das margens das linhas de água.

6.2.5 Recursos hídricos

O concelho de Fronteira insere-se na sua totalidade na bacia hidrográfica do Tejo, mais concretamente na bacia do Rio Sorraia, sub-bacias hidrográficas da Ribeira Grande e da Ribeira do Vale de Seda, e cujas principais linhas de água são as Ribeiras do Terrujo, Ana Loura, Sarrazola e Ribeira Grande. O concelho de Fronteira apresenta uma dureza total da água muito dura, com valores na ordem dos 300-400 mg/l de CaCO_3 .

Relativamente às águas superficiais naturais da Região Hidrográfica, algumas sofreram alterações de delimitação e/ou natureza, nomeadamente, a Ribeira Grande, no seu troço em estado natural, sofreu correção na delimitação da Albufeira do Maranhão e Albufeira de Veiros e Albufeira de Condes (Sousel) /Herdade da Madalena, e a Ribeira de Sarrazola, que também se encontra em estado natural, sofreu correção na delimitação da Albufeira do Maranhão.

A Ribeira Grande, quanto a pressões qualitativas, apresenta cargas pontuais por setor de atividade, em que a Indústria alimentar e do vinho contribui com 41,62 N_{total} (kg/ano) e 1,72 P_{total} (kg/ano) e a ETAR Urbana contribui com 6121,06 N_{total} (kg/ano) e 595,55 P_{total} (kg/ano), enquanto que as cargas difusas por setor de atividade correspondem a 55682,23 N_{total} (kg/ano) 12203,02 P_{total} (kg/ano) para o setor da Agricultura, 4363,91 N_{total} (kg/ano) e 109,1 P_{total} (kg/ano) para o setor da Floresta e valores muito mais elevados para o setor da Pecuária, nomeadamente, 160778,51 N_{total} (kg/ano) e 62095,41 P_{total} (kg/ano). No que diz respeito a pressões biológicas, existe a introdução de espécies e doenças, nomeadamente espécies exóticas, através de invasão (ou potencial invasão) por doze espécies de peixes e duas espécies de plantas terrestres. No geral, a avaliação do estado do potencial ecológico desta linha de água, de acordo com elementos biológicos considera-se excelente/máximo, de acordo com elementos hidromorfológicos considera-se bom, em termos de elementos físico-químicos gerais considera-se bom e em termos de poluentes específicos considera-se bom. No geral, o estado é bom e o nível de confiança é elevado.

A Ribeira de Sarrazola, quanto a pressões qualitativas, apresenta cargas difusas por setor de atividade, em que a Agricultura contribui com 5171,03 N_{total} (kg/ano) e 904,49 P_{total} (kg/ano), a Floresta contribui com 721,65 N_{total} (kg/ano) e 18,04 P_{total} (kg/ano), e a Pecuária apresenta valores muito superiores, nomeadamente, 16306,58 N_{total} (kg/ano) e 6173,01 P_{total} (kg/ano). No que diz respeito a pressões biológicas, existe a introdução de espécies e doenças, nomeadamente espécies exóticas, através de

invasão (ou potencial invasão) por uma espécie de invertebrados e oito espécies de peixes. No geral, a avaliação do estado do potencial ecológico desta linha de água, de acordo com elementos biológicos considera-se razoável devido à presença de macroinvertebrados, de acordo com elementos hidromorfológicos considera-se bom, em termos de elementos físico-químicos gerais considera-se razoável devido à presença de fosfatos e fósforo total, e em termos de poluentes específicos a presença é desconhecida. No geral, o estado é razoável e o nível de confiança é elevado.

Ainda no que diz respeito a recursos hídricos, mas agora efetuando a análise de massas de água subterrâneas, o concelho de Fronteira é abrangido pelo Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo e pela massa de água subterrânea de Monforte - Alter do Chão.

A massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo corresponde a aquíferos insignificantes - água subterrânea com importância local, com uma área de 14268,15 km² e recarga média anual a longo prazo de 562,65 hm³/ano. Abrange diversos concelhos e é uma zona designada para a captação de água destinada ao consumo humano. Esta massa de água foi a testes devido a estações apresentarem valores médios superiores às normas e aos limiares dos parâmetros arsénio total, bentazona, chumbo total, ferro total, fósforo total, nitrato, zinco total e soma dos pesticidas. O teste da avaliação global do estado químico teve como resultado bom e o teste de proteção das águas de consumo também teve como resultado bom.

Quanto à massa de água subterrânea de Monforte - Alter do Chão corresponde a aquíferos fissurados incluindo cárlicos - moderadamente produtivo, com uma área de 97,88 km² e recarga média anual a longo prazo 10,56 hm³/ano. Abrange os concelhos de Alter do Chão, Fronteira e Monforte, e é uma zona designada para a captação de água destinada ao consumo humano. Esta massa de água foi a testes devido a estações apresentarem valores médios superiores às normas de qualidade ou limiares dos parâmetros desetilazina, ferro total, fósforo total, fluoreto, nitrato, zinco total e soma dos pesticidas. O teste da avaliação global do estado químico teve como resultado medíocre e o teste de proteção das águas de consumo também teve como resultado medíocre. É necessário aplicar medidas para reverter as situações em que os parâmetros ultrapassam as normas de qualidade e / ou limiares.

6.3 UNIDADES DE PAISAGEM

A definição de Unidades de Paisagem (UP) surge da análise conjunta de vários fatores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macrounidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de classificação mais operativo, com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso atual do solo e as suas potencialidades de utilização.

Para além destas considerações, consultou-se uma obra de referência nesta área: “*Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*”, Universidade de Évora, DGOTDU, Volume IV, 2002. Segundo este documento, o município de Fronteira insere-se integralmente na Unidade de Paisagem UP 89 - Peneplanície do Alto Alentejo. Esta paisagem caracteriza-se pela extensa peneplanície suavemente dobrada, onde as formas de relevo são suaves. As paisagens são dominadas pelos montados de azinho, uma vez que a humidade atmosférica manifesta valores inferiores aos necessários para o bom desenvolvimento do montado de sobro. O montado apresenta densidades variáveis, mas no geral é bastante aberto, quase só interrompido por um mosaico agrícola mais diversificado na proximidade dos aglomerados. No geral trata-se de um montado bem cuidado, que se prolonga por grandes extensões, sendo estas manchas de montado bem perceptíveis a partir do alto de pequenas elevações. Entre os montados encontram-se ainda manchas representativas de olival, sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, por vezes algumas superfícies de eucalipto. Os raros relevos que se destacam na paisagem têm uma orientação dominante noroeste-sudeste. Algumas das linhas de água mais expressivas apresentam galerias ripícolas bem constituídas e há vários casos de intervenções para o seu aproveitamento recreativo através de praias fluviais. O povoamento é concentrado em aglomerados de média dimensão, situados normalmente numa elevação, a distâncias quase regulares uns dos outros. Estes aglomerados constituem conjuntos interessantes do ponto de vista do património construído, sendo geralmente encimados por um castelo, de onde se obtêm boas panorâmicas. Na envolvente destes aglomerados surge uma cintura de policultura onde o olival tem normalmente uma forte expressão, como é o caso de Fronteira, onde este aspeto é particularmente notório. São frequentes as ermidas situadas em pontos altos de onde se obtêm amplas panorâmicas. Como exemplo destaca-se a ermida de Nossa Senhora da Vila Velha, próxima de Fronteira.

No que diz respeito a orientações para a gestão, esta é considerada uma unidade de paisagem com usos extensivos e, no geral, coerentes entre eles e em relação às características biofísicas presentes, embora com alguns problemas relativos à erosão do solo. A diversidade biológica desta unidade será média a elevada, embora não se trate de uma unidade de paisagem rara. Apresenta traços comuns a outras paisagens alentejanas, a que estão associadas sensações de grandeza e de tranquilidade, de profundos contrastes cromáticos e climáticos ao longo do ano, de uma relativa desertificação humana. Em termos genéricos, o montado com uma exploração pecuária extensiva preenche os objetivos de gestão equilibrada. No entanto, deverá ser complementado por matas nas zonas mais declivosas ou de cabeceiras e por sistemas agrícolas ou pratenses mais intensivos nas zonas de vale. A valorização das linhas de água e respetivas galerias ripícolas contribuirá também para equilibrar os processos biofísicos essenciais à sustentabilidade destas paisagens. A multiplicação ou alastramento generalizado das manchas de eucalipto ou de outras espécies florestais exóticas deverá ser evitada. A

presença destes sistemas mais artificializados terá de ser concebida de acordo com os princípios de ordenamento que reduzam ao mínimo os riscos e efeitos negativos sobre a paisagem.

Foto 1: Mosaico agrícola



Foto 2: Mosaico florestal

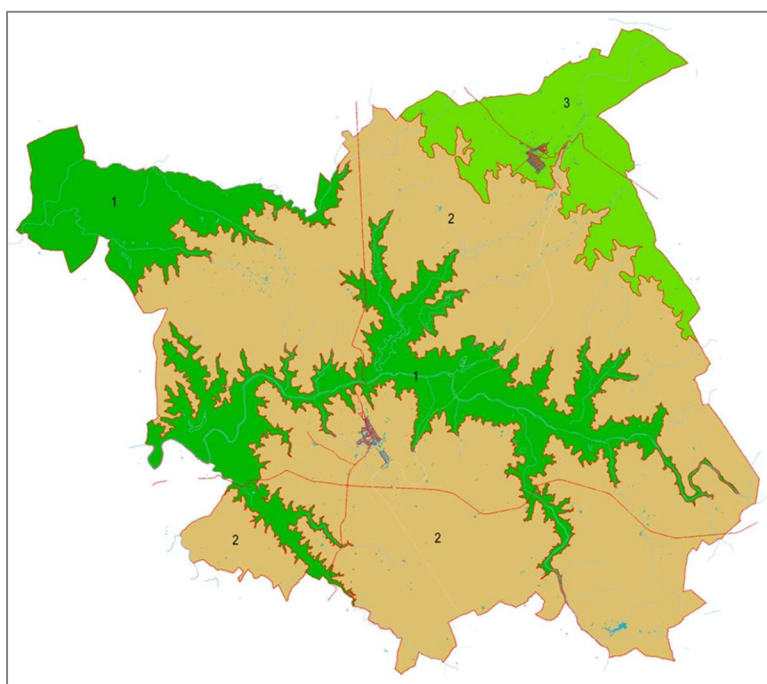


Analisando especificamente o concelho, é possível constatar que, dentro desta unidade foram consideradas três subunidades, representadas na figura a descritas de seguida, “Mosaico Florestal”, “Mosaico Agrícola” e “Elevações de Cabeço de Vide”, por estas se adequarem melhor a realidade/escala de Fronteira.

- UP1 - Mosaico Florestal - associado às principais linhas de água do concelho e a cotas inferiores a 200 metros de altitude, estas manchas do concelho caracterizam-se sobretudo pelo coberto arbóreo, com vegetação que varia entre a galeria ripícola, montado, olival, eucalipto, etc., ou seja, sistemas agro-silvo-pastoris. A esta unidade estão também associados, em alguns troços das margens das linhas de água, declives de maior amplitude, chegando em certos troços a atingir os 25% de inclinação. Apesar dos solos com melhores características agrícolas se localizarem junto às linhas de água, como foi referido anteriormente, estes são apenas pontualmente aproveitados para agricultura, pois são manchas de dimensões muito pequenas e por vezes dispostas entre a linha de água e um declive acentuado em solo de piores características, tendo como resultado uma maior ocupação florestal;
- UP2 - Mosaico Agrícola - zona mais aplanada, com declives suaves e ocupação do solo, principalmente, agrícola com culturas anuais e agroflorestal, onde a propriedade atinge a maior dimensão. São aproveitados para a agricultura solos com características pouco propícias para esta atividade, sobretudo porque são áreas aplanadas e as culturas usadas pouco exigentes em termos de qualidade do solo. A altitude varia entre os 200 e os 250 metros. Na zona urbana destaca-se a povoação de Fronteira;

- UP3 - Elevações de Cabeço de Vide - nesta área voltamos a atingir declives de classes superiores e cotas acima dos 250 metros de altitude. A ocupação do solo é composta sobretudo por montado e olival, prevalecendo, assim, a ocupação arbórea. A principal diferença entre esta UP e a UP1 é a ausência de linhas de água de dimensão relevante bem como a vegetação típica associada. Na zona urbana destaca-se a povoação de Cabeço de Vide.

Figura 18: Unidades de Paisagem: 1-Mosaico Florestal; 2-Mosaico Agrícola; 3-Elevações de Cabeço de Vide



Fonte: Mundo às Riscas, Lda., 2023

6.4 VALORES NATURAIS

O património natural do município de Fronteira é enriquecido por uma diversidade de ecossistemas naturais e seminaturais, resultantes de uma heterogeneidade biofísica, na qual as pequenas manchas de azinhal, o matagal mediterrânico, a vegetação ribeirinha termomediterrânica e os montados de azinhal e sobreiro, compartimentam pastagens seminaturais e áreas de planície cerealífera relativamente extensas. Com estas características existe uma área que se inclui na lista de áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000, que abrange o concelho, embora numa área de muito reduzida dimensão, onde estão identificados ecossistemas sensíveis que têm de ser protegidos para preservar a sua existência e garantir a biodiversidade do concelho. Os valores naturais encontram-se

cartografados na peça desenhada n.º 4 da caracterização da situação existente que acompanha o presente relatório.

6.4.1 Áreas de valor natural

ZPE de Monforte (PTZPE0051)

A designação da ZPE de Monforte ocorreu em 2008. Esta é uma zona com 1.887,25 ha, sendo que apenas 2,64 ha abrangem o concelho de Fronteira. É uma área dominada por pastagens extensivas e pelo cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo e ainda por algumas culturas de regadio. As pastagens são aproveitadas para a pecuária de bovinos ou ovinos. Encontram-se ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso com cereal no sob coberto, ou aproveitamento das pastagens por bovinos ou ovinos.

Trata-se de uma zona identificada como importante para a conservação das aves estepárias, destacando-se a reprodução de abetarda (*Otis tarda*) e também a nidificação de sisão (*Tetrax*).

Como principais fatores de ameaça identificam-se a conversão da agricultura cerealífera de sequeiro em regadio e no cultivo de culturas permanentes, assim como o aumento do encabeçamento.

A gestão da ZPE de Monforte deve ser dirigida prioritariamente para a conservação das aves estepárias. Neste âmbito é fundamental a manutenção da cerealicultura extensiva assente numa rotação cultural e a promoção de uma gestão de pastagens e de gado compatível com a conservação destas aves. Por outro lado, deverá ser assegurada a manutenção de manchas florestais de montado de sobro e azinho, particularmente as menos densas, e dos olivais tradicionais. Nesse sentido, a viabilização e disponibilização de mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e social das atividades que a sustentam, constitui um passo importante na garantia da concretização destes objetivos.

Segundo o trabalho de caracterização da Agenda XXI, encontram-se representados em Fronteira os principais biótopos que ocorrem no Alentejo, ou seja, biótopos florestais (montado de sobro e azinho e vegetação ripícola); zonas estepárias associadas às culturas extensivas de sequeiro; zonas ripícolas e lacustres (rios, ribeiras e albufeiras); zonas de matagal; e biótopos agrícolas. O concelho apresenta também uma fauna diversificada, incluindo aves estepárias, o que revela um bom estado de preservação dos ecossistemas naturais e seminaturais existentes.

Important Bird Area (IBA) de Monforte (PT018)

Corresponde a uma área não classificada a nível legal, mas onde ocorrem valores naturais importantes, no caso em concreto, ao nível de aves estepárias, sendo que a IBA existente é coincidente em grande parte (mais de 80%) com a área da Zona de Proteção Especial de Monforte PTZPE0051. Apenas uma pequena parte da área do Município de Fronteira integra esta IBA.

Esta é uma área de planície aberta, onde existem também alguns montados de azinho e olivais. Apresenta grande importância para a conservação de diversas aves estepárias, quase todas com estatuto de conservação desfavorável, sendo de destacar a existência de populações importantes de sisão (*Tetrax tetrax*), assim como de águia-caçadeira ou tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*). Para além das espécies referidas, destaca-se também a presença da Abetarda (*Otis tarda*) e do Alcaravão (*Burhinus oedichnemus*). Esta IBA ocupa uma área de 1593 ha.

As ameaças possíveis à conservação são: florestação, intensificação agrícola, construção de barragens ou diques, perturbação.

Biótopos Corine

Em 1985 surge uma política de Conservação da Natureza comunitária que, embora não represente um papel legal de grande destaque, resulta da Resolução do Conselho da Europa n.º 85/338/EEC, com a finalidade de identificar áreas com particular interesse ambiental e que tivessem uma certa riqueza ecológica, seguindo um conjunto de critérios rigidamente definidos que incluíam espécies vulneráveis de flora e fauna, o valor das áreas relativamente aos grupos taxonómicos existentes, e ainda tinham em consideração o valor geológico, geomorfológico e paisagístico dos locais.

Como resultado final do programa CORINE (1985), surge o projeto Biótopos Corine 2000, que teve como objetivo efetuar uma compilação das componentes físicas e biológicas mais importantes para a Conservação do Meio Ambiental na Comunidade Europeia, onde foi possível compilar a informação recolhida e elaborar uma base de dados sobre o estado do ambiente comunitário, elaborar um sistema cartográfico de referência europeia e organizada num programa operacional de SIG (Sistema de Informação Geográfica), tendo esta informação servido de base à elaboração da Rede Natura 2000 (1992). É por este motivo que a sua distribuição geográfica coincide com estas áreas.

Embora os Biótopos Corine não tenham valor legal são indicativos da sensibilidade de determinadas áreas.

Estão presentes no concelho de Fronteira parte do Biótopo Corine Monforte e o Biótopo Corine Alter do Chão, também parcialmente.

Áreas de Sobreiro e de Azinheira

As áreas de montado de sobreiro e de azinheira são indiscutivelmente um importante valor patrimonial. Predominam abundantemente na zona Norte do concelho, em maior área o montado de azinheira. Os montados são sistemas agroflorestais extensivos, que combinam uma elevada importância socioeconómica com uma diversidade biológica, deles dependendo populações de diversas espécies ameaçadas a nível nacional e europeu. O que torna os montados extraordinários é precisamente a forma como as atividades humanas moldaram, a partir dos bosques de carvalhos mediterrâneos originais, um sistema de uso múltiplo da terra tão rico do ponto de vista biológico, conciliando economia e ambiente. Os montados de sobreiro, em particular, garantem a produção da cortiça, elemento importante dos recursos naturais renováveis nacionais, de cuja exploração depende a sustentabilidade de todo o sistema e, portanto, a sua biodiversidade. Para além disto estão legalmente protegidos, pelo DL n.º 169/01, de 25 de maio (alterado pelo DL n.º 155/2004, de 30 de junho).

Nalgumas zonas, a vegetação natural sofreu uma degradação apreciável, ainda e sobretudo resultante de práticas agrícolas. Mantém-se, no entanto, no estrato arbóreo natural, o domínio da azinheira. As formações arbustivas são dominadas pela esteira, a giesta e o rosmaninho, entre outras. Esta diversidade florística proporciona um vasto leque cromático durante a Primavera, que constitui um importante recurso paisagístico.

A fonte da informação cartográfica apresentada na peça desenhada teve como base a planta da Carta Ocupação Solo (COS), (2018, DGT), conjugada com a ocupação do solo incluída no PMDFCI (2021-2030). As categorias de solo da COS 2018 e do PMDFCI consideradas como Valor Natural para cada sistema agro-silvo-pastoril foram agregadas da seguinte forma:

Montado de azinheira	Montado de sobreiro	Montado de sobreiro e azinheira
SAF* de azinheira com culturas temporárias de sequeiro	SAF de sobreiro com culturas temporárias de sequeiro	SAF de Sobreiro e Azinheira com culturas temporárias de sequeiro
SAF azinheira com pastagens	SAF sobreiro com pastagens	SAF de Sobreiro e Azinheira com pastagens
SAF azinheira com culturas permanentes	SAF sobreiro com culturas permanentes	SAF de sobreiro com azinheira
SAF de azinheira	SAF de sobreiro	
Floresta de azinheira	Floresta de sobreiro	
Floresta de azinheira com folhosas	Floresta de sobreiro com folhosas	
Floresta aberta de azinheira	Floresta aberta de Sobreiros	
Floresta aberta de azinheira com folhosas	Novas plantações de sobreiro	
Novas plantações de azinheira		

*SAF: Sistema Agroflorestal

Posteriormente, a informação cartográfica apresentada na peça desenhada teve ajustes com base na Carta Ocupação Solo (COS), (2023, DGT), conjugada com a aferição efetuada com levantamento de campo pelos técnicos do município.

Galeria ripícola

Na presente carta de valores naturais, apenas as galerias ripícolas de maior porte e continuidade foram marcadas. Além destas, existem outras linhas de água que apresentam este ecossistema nas suas margens, embora estejam com grandes descontinuidades ou sejam compostas maioritariamente por espécies arbustivas. A existência de vegetação ripícola permite a interligação de comunidades biológicas diferentes, o que confere às margens dos cursos de água uma riqueza biológica única no concelho. Esta flora específica permite então a possibilidade de existência de uma fauna também específica a nível de aves, mamíferos, répteis e peixes, sendo a biodiversidade muito elevada.

Foto 3: Folhosas da galeria ripícola de Ana Loura



Foto 4: Galeria ripícola da Ribeira Grande



Lagoas/ Albufeiras e Leitos dos Cursos de Água e ecossistemas associados às zonas húmidas

Também a riqueza e a diversidade faunísticas constituem um apreciável recurso destas áreas. Aves como a cegonha branca, a garça-real, o milhano, a par de mamíferos como a lontra são facilmente observáveis, proporcionando, por vezes, imagens espetaculares como os bandos de garças nos seus locais de pernoita junto a pequenos lagos nas ribeiras. Estas lagoas são muito importantes para a fauna quando os cursos de água secam durante a época de maior calor. Foram delimitadas, na respetiva peça desenhada, a partir dos regolfos das albufeiras representados na cartografia do concelho, bem como na delimitação da Reserva Ecológica Nacional.

Estão também representados os principais leitos dos cursos de água do concelho, delimitados a partir da cartografia, bem como leitos dos cursos de água delimitados na Reserva Ecológica Nacional, leitos

esses que formam planos de água com alguma expressividade no território, destacando-se a Ribeira Grande.

Deve ser promovida a salvaguarda e regeneração da vegetação ripícola de forma a garantir a proteção dos ecossistemas associados às zonas húmidas onde potencialmente podem ocorrer os habitats 3130, 3150, 3170, 3290, 4020 e 92A0 e as espécies de fauna designadamente *Alytes cisternasii*, *Bufo bufo*, *Bufo calamita*, *Emys orbicularis*, *Hyla meridionalis*, *Mauremys leprosa*, *Natrix maura*, *Pelobates cultripes*, *Pelodytes punctatus*, *Pelophylax perezi*, *Pleurodeles waltl*, *Salamandra salamandra*, *Triturus boscai*, *Triturus marmoratus* e de flora *Marsilea batardae*.

No que concerne às espécies de flora com estatuto de ameaça, e de acordo com o Livro Vermelho da Flora Vascular de Portugal Continental, verifica-se que a “*Lathyrus setifolius* é uma leguminosa anual de ampla distribuição mediterrânica e macaronésica, que em Portugal continental apenas era conhecida de Trás-os-Montes e Beira Alta, na bacia superior do rio Douro, assinalando-se recentemente a sua presença no Alto Alentejo. A informação existente sobre a situação da planta em Portugal continental é muito reduzida e embora existam poucos registos, não é possível efetuar uma estimativa do tamanho da população nacional, nem identificar a sua tendência, nem identificar, ao certo, eventuais ameaças ou os seus efeitos. A sua área de ocupação é algo incerta, dado ser passível de confusão com outras espécies similares do mesmo género e ocorrer em áreas onde a prospeção é ainda insuficiente, contudo a sua raridade parece ser corroborada pela escassez de registos. Por esse motivo, assume-se uma abordagem preventiva e avalia-se a planta como Quase Ameaçada, pois cumpre o critério B2a para Vulnerável, dado que a área de ocupação será seguramente inferior a 2000 km² e por ora, identificam-se apenas 8 localizações, contudo não existe informação que permita identificar qualquer declínio continuado. (...)”

Dentro das espécies piscícolas destaca-se o Barbo-comum (*Luciobarbus bocagei*), espécie endémica da Península Ibérica com estatuto na lista vermelha do IUCN e estatuto de conservação em Portugal: Pouco Preocupante (LC). São peixes potamódros, isto é, sobem para as cabeceiras dos rios, onde a água é mais fresca e oxigenada, para se reproduzirem, sendo que as fêmeas se reproduzem pela primeira vez aos 6-8 anos. Na época da reprodução os machos apresentam pontuações esbranquiçadas à volta do focinho. As maiores ameaças são a construção de barragens, a poluição da água nos locais de desova e a pesca.

Áreas de relevante interesse para a conservação da natureza

Para além das áreas descritas anteriormente, ocorrem igualmente no concelho de Fronteira, outras áreas de relevante interesse para a conservação da natureza, nomeadamente para a conservação de aves estepárias, grupo particularmente ameaçado a nível nacional, e onde, no âmbito do trabalho

de monitorização desenvolvido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, têm vindo a ser registadas ocorrências de algumas espécies relevantes, tais como a abetarda (*Otis tarda*), o sisão (*Tetrax tetrax*) e o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), protegidas de acordo com o Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril, na sua atual redação.

A Abetarda (*Otis tarda*) é uma ave de grande porte, considerada a mais pesada das aves europeias. Ocorre em áreas extensas, abertas e planas, preferencialmente em zonas de mosaico formadas por searas, pousios, restolhos e pastagens, que possibilitam uma grande diversidade alimentar. Durante o Inverno alimenta-se em forragens, sementeiras, restolhos e olivais. Na Primavera alimenta-se, sobretudo, nos pousios, sendo também estas as áreas que os machos procuram para realizarem as suas paradas nupciais.

O Sisão (*Tetrax tetrax*) é uma espécie com 40 a 45 cm de comprimento. Ocorre em planícies abertas e montados pouco densos. Ocupa extensas áreas de mosaico agrícola com cerealicultura extensiva, pousios e pastagens.

O Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*) é uma águia com 40-45 cm de comprimento e 97-115 cm de envergadura. O habitat em Portugal é constituído por áreas onde predomina a cerealicultura extensiva, na qual ocorre a maior parte da população portuguesa e cujos biótopos de nidificação são as searas de trigo e aveia e, mais raramente, as searas de cevada, pastagens ou pousios, trigo de regadio.

De uma forma geral, a delimitação destas áreas foi efetuada com base na informação prestada pelo ICNF, tendo sido posteriormente efetuadas aferições com base em ortofotomapas.

Área de ocorrência de *Centaurea beturica* e *Linaria oblongifolia* subsp. *haenseleri*

Destaca-se, ainda, a presença no norte do concelho de Fronteira da espécie, denominada *Centaurea beturica*, listada no Livro Vermelho da Flora Vascular de Portugal Continental (LVFVPC) com o estatuto de Vulnerável, que importa proteger. Tal como descrito no LVFVPC, esta espécie “é uma planta endémica do sudoeste e centro da Península Ibérica, com uma distribuição restrita em Portugal continental, estando confinada ao Alto Alentejo (Cabeço de Vide e Alter do Chão). É avaliada como Vulnerável porque apresenta uma área de ocupação restrita (cerca de 16 km²) e existem ameaças plausíveis que, caso se venham a concretizar, poderão provocar um rápido e acentuado declínio da população nacional. Face à restrita área ocupada, a população nacional apresenta-se muito suscetível a ameaças como a intensificação da pressão pastoril ou a instalação de explorações florestais ou agrícolas no local de ocorrência dos núcleos conhecidos. A alteração do uso do solo nos locais de ocorrência da planta deverá ser condicionada nos instrumentos de ordenamento territorial em vigor (...).”

No que concerne às espécies de flora com estatuto de ameaça, salienta-se que, para além da *Centaurea beturica* já, regista-se, ainda, a presença da *Linaria oblongifolia* subsp. *haenseleri*. A *Linaria oblongifolia* subsp. *Haenseleri*, de acordo com o Livro Vermelho da Flora Vascular de Portugal Continental, “é uma planta anual, endémica do sul da Península Ibérica, que em Portugal ocorre em zonas interiores, entre a Beira Baixa e o Algarve, em prados anuais e clareiras de matos, sobre substratos muito pedregosos, geralmente de origem calcária. É avaliada como Quase Ameaçada, uma vez que se aproxima da categoria Vulnerável pelos critérios B1ab (ii,iii)+2ab (ii,iii), pela sua extensão de ocorrência inferior a 20 000 km², pela área de ocupação reduzida (cerca de 110 km²) e por se inferir um declínio na área do seu habitat. Contudo o número de localizações será seguramente superior a 10, não cumprindo por isso o critério a. Como principais ameaças assinala-se a expansão da atividade agrícola intensiva, com destaque para os olivais intensivos, bem como, o crescimento dos matos concorrentes que diminuem a qualidade do seu habitat. Para reverter este cenário propõe-se a gestão de matos, através de corte, bem como a criação de incentivos económicos aos proprietários. (...)”.

De uma forma geral, a delimitação desta área foi efetuada com base na informação prestada pelo ICNF, tendo sido posteriormente efetuadas aferições com base em ortofotomapas.

6.4.2 Outros valores naturais

A identificação dos valores naturais é feita com base em aspetos considerados importantes, em resultado da observação empírica do território, baseados essencialmente nos seguintes pontos: locais com interesse paisagístico, vistas panorâmicas, percursos com interesse paisagístico e, por fim, de elementos singulares da paisagem.

No concelho existem alguns **Locais com interesse paisagístico**, que se evidenciam pela morfologia do território ou pela vegetação. Estas áreas apresentam elevada aptidão para pontos/zonas de recreio e lazer ou apenas pontos de contemplação. Destacam-se:

- Praia Fluvial da Ribeira Grande - localizada junto à Ponte Romana, só por si um elemento de interesse, apresenta-se como um espaço muito agradável, em termos de vegetação e plano de água. Na praia fluvial existe um parque de merendas, um restaurante, uma piscina, estando em projeto a implementação de um clube náutico. Esta praia tem uma grande afluência nos meses de Verão, não só por parte da população do concelho, como também pela população de concelhos vizinhos;
- Praia Fluvial da Represa - tal como a anterior praia fluvial, também esta permite o desfrute da proximidade com a vegetação, num local com grande qualidade ambiental;

- Troço de estrada ladeada por plátanos - localizado na EN 243, junto a Monte da Talha, apresenta-se com plátanos de grande porte de ambos os lados da estrada, tornando a circulação nesta via muito agradável, principalmente nos meses mais quentes.

Foto 5: Troço de estrada ladeada por plátanos



Foto 6: Piscina e praia fluvial da Ribeira Grande



O concelho apresenta um relevo bastante plano e homogéneo, sendo muito poucos os pontos de vista dominantes para a paisagem envolvente. No entanto, conseguem-se distinguir algumas situações, de **Vistas panorâmicas**, das quais se destacam:

- Senhora da Vila Velha, a partir da igreja de Nossa Senhora da Vila Velha apresentam-se vistas extensas, abrangendo campos de oliveiras, a frondosa galeria ripícola da Ribeira Grande, bem como a praia fluvial e respetivas infraestruturas desta mesma ribeira;
- Vista para Leste da povoação de Fronteira, situado a uma cota ligeiramente superior em relação à zona envolvente do lado leste, são diversos os pontos neste aglomerado onde se avistam extensos campos agrícolas, principalmente oliveiras. Os principais pontos de visibilidade começam na zona por trás da GNR de Fronteira, passando pelo Largo Heróis da Pátria e prolonga-se pela Rua António Borralho Murça e Rua de São Pedro;
- Zona Industrial de Fronteira, a partir desta zona, e uma vez que se apresenta como uma área muito aplanada, é possível ter vistas sobre os terrenos envolventes, com oliveiras e montado, embora o campo de visão seja de menor profundidade que o anterior, pois o ponto de visão não é tão elevado;
- Largo da Torre do Relógio, a partir deste largo a vista é extremamente ampla, observando-se as edificações mais recentes de Cabelo de Vide, bem como áreas de montado e outras áreas florestais e agrícolas;

- Miradouro da Barbacã, este miradouro localizado no castelo de Cabeço de Vide, permite ver uma extensa área rural, para Leste de Cabeço de Vide, principalmente com cobertura arbórea.

Foto 7: Vista a partir do largo da Torre do Relógio



Foto 8: Vista a partir do miradouro da Barbacã



6.4.3 Percursos

Para além de pontos específicos de observação de vistas panorâmicas já mencionadas, existem **Percursos**, nomeadamente, percursos com interesse paisagístico ao longo de algumas vias e percursos pedonais, a partir dos quais é possível perceber o território e apreciar a paisagem.

Considera-se que as vias que oferecem maior riqueza e diversidade paisagística pelas vistas que proporcionam sobre a paisagem tipicamente alentejana são as que intercalam, sobretudo, vistas sobre vastas áreas de montado com olivais, onde a planura do terreno permite visualizar amplas e extensas áreas, apenas impedidas por uma maior densidade de vegetação junto às bermas das estradas. A beleza ornamental destas áreas também varia com a estação do ano, pois quando o substrato arbustivo começa a florir, estes campos ganham animação estética, com diferentes cores. São também visíveis, a partir de alguns pontos das estradas, algumas das lagoas (albufeiras) existentes no concelho, bem como partes de galerias ripícolas quando as estradas se aproximam de linhas de água. Estas vias são:

- EN 245 a Norte de Fronteira, com direção N-S;
- EN 243, que atravessa todo o concelho passando a Sul de Fronteira e com direção E-O;
- EM 504, a Sul de Fronteira e com direção N-S;
- EM 504-2, a Norte de Vale de Maceira e com direção N-S;
- EM 540, a Oeste de Cabeço de Vide e com direção E-O.

Em relação aos percursos pedonais, estes encontram-se definidos e marcados pela Câmara Municipal, tendo sido delimitados de forma a permitir que sejam observados elementos relevantes, tanto a nível de património construído como arqueológico ou natural, denominando-se no geral como percursos megalíticos. Estes percursos são:

- PR1- Rota Megalítica - inicia-se junto à Igreja Matriz de Fronteira e tem como finalidade chegar junto da Herdade Grande, onde nas suas imediações é possível observar várias Antas. Pelo caminho é atravessado o leito da Ribeira Grande duas vezes, onde pode ser observado todo o potencial da flora e fauna que esta ribeira comporta;
- PR2- Rota da Ribeira Grande - o percurso inicia-se na Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha, passa por quatro moinhos e termina junto do quinto moinho, sendo possível observar ao longo da caminhada uma grande riqueza faunística e florística, bem como locais de interesse histórico e cultural, nomeadamente inscrições e sepulturas em rochas;
- PR3- Rota dos Atoleiros - com partida junto à estação de caminho de ferro de Fronteira, este percurso segue por vários caminhos existentes, tendo como objetivo chegar junto do Monte dos Atoleiros, local onde se travou a Batalha dos Atoleiros. Pelo caminho são visíveis espelhos de água, diversos Montes e grande diversidade florística;
- PR4- Rota Sulfúrea - saindo do Largo do Espírito Santo, este percurso tem como principais pontos de interesse as Termas da Sulfúrea, estação de caminho de ferro de Cabeço de Vide e o Sítio Arqueológico de São Pedro. O facto deste percurso se desenrolar maioritariamente entre paisagem de montado, torna a caminhada muito agradável;
- PR5- Rota Serra das Penas - partindo da Azinhaga de São Domingos, este percurso tem como principal atração a Serra das Penas. Esta elevação abrupta apresenta uma altura até cerca de 40 metros de diferença da envolvente, contrastando com a restante planura envolvente.
- PR6- Rota de Santiago - Esta etapa do Caminho de Santiago desenrola-se entre Fronteira e Alter do Chão. Inicia-se em Cabeço de Vide e é aparentemente mais “curta” e fácil que outras etapas, mas serão realizados alguns quilómetros por terrenos mais acidentados. O percurso tem como atração o castelo de Cabeço de Vide.

Relativamente a **Elementos Singulares** que se destacam na paisagem e se evidenciam no contexto concelhio e regional assinala-se a Ribeira Grande.

6.5 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

O clima do município de Fronteira é, historicamente, considerado temperado chuvoso e moderadamente quente, com chuvas preponderantes de Inverno, mas com temperatura superior a 22°C em agosto, resultando em Verões secos e quentes. Nesta matéria importa considerar as alterações climáticas, previstas nos estudos efetuados no âmbito do PIAAC-AA que projetam um aumento da temperatura média, mínima e máxima até ao final do século e a diminuição generalizada da precipitação média anual. Os cenários delineados indicam, também, a diminuição da velocidade máxima do vento e a tendência para que a variação média da radiação global seja também de crescimento. Estes dados são determinantes para as estratégias e modelos territoriais a adotar no sentido de fazer face às alterações esperadas que têm implicações nos diversos recursos naturais, nos setores de atividades e nas condições de vivência das populações.

Quanto à capacidade dos solos, do ponto de vista produtivo são, no seu conjunto, solos com mediana capacidade produtiva em sequeiro. Conclui-se que os solos existentes no concelho abrangem as cinco classes da Capacidade de Uso do Solo. No entanto, as classes com melhor capacidade de uso, classes A e B, apenas existem junto a linhas de água, em manchas muito confinadas e com diminuta expressão espacial.

O concelho de Fronteira é um território de relevo muito aplanado, praticamente homogéneo em termos de declives, sendo somente recortado pelo entalhe da rede hidrográfica, sobretudo pelo talvegue da Ribeira Grande. Os declives são pouco relevantes em termos de expressão fisiográfica, destacando-se apenas o festo da Serra das Penas, a Oeste de Cabeço de Vide, pelos seus declives mais acentuados.

A rede hidrográfica do concelho tem a sua principal linha de água na Ribeira de Avis (conhecida por Ribeira Grande), que no interior do município de Fronteira, é assinalada pela existência de alguns locais de maior profundidade onde, em maior ou menor quantidade, a água se acumula mesmo durante os meses mais quentes do Verão. Todos os restantes cursos de água do concelho desaguam na Ribeira Grande e apresentam um regime torrencial, correndo com maior caudal nas épocas das chuvas e chegam a secar o seu leito durante o Verão. A rede hidrográfica do concelho tem justificado a intervenção humana, nomeadamente através da construção de barragens e açudes com o principal objetivo de reter as águas para posteriormente servirem para a rega dos campos agrícolas.

A paisagem é caracterizada por 3 unidades em que domina o Mosaico Agrícola. A nordeste identifica-se uma unidade denominada Elevações de Cabeço de Vide. Já na zona central, associada aos vales das linhas de água mais expressivas, e numa zona a noroeste, a paisagem é dominada pelo Mosaico Florestal.

Do ponto de vista dos valores naturais, apesar de se referenciar uma área integrada na ZPE de Monforte (PTZPE0051) esta não tem qualquer expressividade do território do concelho. O mesmo sucede com a *Important Bird Area* (IBA) de Monforte (PT018) que está associada à ZPE e não tem representatividade digna de registo no concelho. Desta forma, os valores naturais do concelho que devem ser salvaguardados e valorizados nas propostas de ordenamento correspondem às áreas de montado, às lagoas, albufeiras, e cursos de água e respetivas galerias ripícolas, destacando-se a Ribeira Grande. Importa referenciar os recursos minerais com especial destaque para as águas minerais nas termas de sulfúrea. Miradouros, percursos e zonas de vistas panorâmicas contribuem para enriquecer e valorizar o património natural do concelho.

7. VALORES CULTURAIS

7.1 NOTA INTRODUTÓRIA

O património cultural, segundo a legislação em vigor, integra *“todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização”*, designadamente por possuírem interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, sendo particularmente notáveis pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e por isso devem ser objeto de especial proteção e valorização.

O regime de proteção e valorização do património cultural é estabelecido na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Lei de Bases do Património), que pretende promover a política do património cultural, visando garantir *“a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural”*.

A proteção legal dos bens culturais imóveis tem por base a sua classificação e inventariação. Os bens culturais imóveis são classificados como:

- De **interesse nacional** sejam monumentos, conjuntos ou sítios, adotando-se a designação “Monumento Nacional”, quando representam um valor cultural de significado para a Nação. Podem ainda incluir bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial;
- De **interesse público** quando representam ainda um valor cultural de importância nacional, mas para os quais o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostra desproporcionado;
- De **interesse municipal** quando representam um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Os bens culturais são agrupados nas seguintes categorias (de acordo com a Lei de Bases do Património e com a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 5/91, de 23 de janeiro):

- **Monumentos** – construções, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que delas fazem parte integrante;
- **Conjuntos** – agrupamentos homogêneos de construções, urbanas ou rurais, suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;

- **Sítios** – obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objeto de uma delimitação topográfica.

O procedimento de classificação de bens culturais imóveis, a definição do regime de proteção e o estabelecimento das regras para a elaboração de plano de pormenor de salvaguarda, seguem o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro.

Com particular relevância para o contexto das competências da administração local, este diploma, vem finalmente consagrar a possibilidade de os municípios aplicarem o regime geral de proteção de bens culturais imóveis, aos imóveis classificados ou em vias de classificação como de interesse municipal.

Conforme a legislação em vigor enunciada anteriormente (fundamentalmente a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), sobre os imóveis classificados ou em vias de classificação, pendem regimes de proteção específicos, estando por isso, pelo menos do ponto de vista teórico (e legal), assegurada a sua preservação.

Os proprietários destes imóveis, quer se trate de entidades públicas ou privadas, deverão executar todas as obras e intervenções necessárias à salvaguarda dos bens.

A proteção legal dos bens com valor cultural classificados é fixada por Decreto, quando se trate de monumento nacional, por Portaria quando se trate de um bem com interesse público, e por competência da Câmara Municipal quando são de interesse municipal.

Por seu lado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro existem três tipos de zonas de proteção:

- a) Zona geral de proteção (ZGP), de que beneficiam automaticamente os bens imóveis em vias de classificação, e que tem 50m contados a partir dos limites externos do bem imóvel;
- b) Zona especial de proteção provisória, de que podem beneficiar os bens imóveis em vias de classificação, em alternativa à zona geral de proteção, e que será fixada quando esta se revele insuficiente ou desadequada para a proteção e valorização do bem imóvel; poderá incluir zonas *non aedificandi*;
- c) Zona especial de proteção (ZEP), de que beneficiam os bens imóveis classificados; até que esta seja fixada (publicada através de Portaria) mantêm-se os efeitos da zona geral de proteção ou da zona especial de proteção provisória.

Relativamente à ZEP, esta tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado, podendo especificar, entre outras zonas *non aedificandi*. Nos casos em que não existe ZEP estabelecida, delimita-se no plano (planta de condicionantes) a zona geral de proteção, cujos limites são validados pela entidade competente.

Nas zonas de proteção, a Autarquia não pode conceder licença para operações urbanísticas, admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização, sem parecer prévio favorável da entidade com tutela sobre o património cultural, estando o regime jurídico relativo aos estudos, projetos, obras ou intervenções em bens culturais classificados ou em vias de classificação previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

Para além da necessidade de preservação do próprio imóvel, é fundamental salvaguardar a sua envolvente, de forma a contrariar a existência de elementos dissonantes que acabam por descaracterizar o imóvel.

Quanto ao **património arqueológico**, consideram-se elementos integrantes “*todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, de vida e dos seres humanos*”:

- Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;
- Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.”

Uma última referência para o património imaterial, cujo regime jurídico se encontra definido no Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho (em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), que estabelece a salvaguarda das manifestações do património cultural imaterial, através da definição de medidas de salvaguarda e do procedimento de inventariação, abrangendo os seguintes domínios: (i) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; (ii) expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; (iii) práticas sociais, rituais e eventos festivos; (iv) conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; e (v) competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais. Considera-se, no entanto, que esta temática de cariz tão específico deverá ser tratada no âmbito da elaboração de uma Carta/Regulamento do Património, por forma a garantir um tratamento adequado do património em causa.

Em conformidade com os artigos 74.º a 79.º, 103.º e 107.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro e Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, importa ainda ter em consideração o Regulamento de

Trabalhos Arqueológicos previsto no âmbito do Regime Especial de Proteção Legal do Património Arqueológico.

7.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA⁷

Antes mesmo de identificar o património cultural importa efetuar um breve apanhado histórico que permitirá compreender a presença humana neste território e o enquadramento dos valores culturais em presença.

Esta breve panorâmica histórica é baseada nos trabalhos de prospeção desenvolvidos pelo Dr. André Carneiro, permitindo afirmar com alguma segurança que, pelo menos há aproximadamente dez mil anos (desde o Paleolítico) a área do município de Fronteira foi alvo de presença humana continuada.

De acordo com a *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, elaborada pelo Dr. André Carneiro, são muito escassos os vestígios atribuídos ao **Paleolítico**, quer no interior do município de Fronteira, quer na área regional em que se insere. É possível estabelecer dois momentos que caracterizam a ocupação no concelho durante este período da **Pré-História Antiga**: (i) numa primeira fase a ocupação ter-se-á efetuado nos terraços sedimentares de cursos de água de grande dimensão, em zonas abertas junto ao leito de cheia, beneficiando da proximidade de água e dos recursos nela existentes (por exemplo os sítios da *Malhada do Burrinho*, *Vale de Paredes Novo 1* ou *Ribeira do Valverde*); (ii) posteriormente terão surgido os primeiros pequenos habitats, junto de cursos de água secundários, em cotas mais elevadas. Podemos afirmar que, em Fronteira, estamos em presença de um *Paleolítico ribeirinho* ou *fluvial*.

Apesar da zona central do concelho apresentar condições naturais propícias a sedentarização das primeiras comunidades (rede hidrográfica densa, solos fáceis de trabalhar, relevos suaves e afloramentos graníticos capazes de servir de abrigo e matéria prima) são praticamente inexistentes os vestígios de sítios arqueológicos atribuídos ao **Neolítico Antigo/Médio**. O facto de ser uma zona sem atividade agrícola que envolva revolvimento do solo e por estar simultaneamente exposta a elevado grau de erosão ajuda a explicar a ausência de vestígios identificáveis. Apesar de não ter sido localizado qualquer sítio que inequivocamente possa ser atribuído a este período, sítios como *Cavaleiros 3*, *Penedo Gordo* ou *Pedra Malha 3*, apresentam o tipo de implantação do local, que permitem presumir que a ocupação se tenha efetivamente iniciado no Neolítico Antigo prosseguindo pelos momentos seguintes.

⁷ Informação retirada de “Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira” (André Carneiro, 2005) e “Fronteira – Subsídios para uma monografia” (Fernando Correia Pina, 2001)

Apesar de em Fronteira não se ter identificado qualquer povoado de grandes dimensões datado do **Neolítico Final/Calcolítico**, como existem noutros concelhos, nomeadamente no Alentejo Central, nem mesmo habitats relacionados com manchas de monumentos megalíticos ou com aparelhos defensivos complexos, observam-se alguns povoados de pequenas dimensões originários deste período. Os povoados da *Tapada do Vaz*, da *Herdade do Braga* e dos *Arneiros 4*, apresentam algumas características que nos permitem associar aos padrões de ocupação do Neolítico Final/Calcolítico nomeadamente: Ocupação nos topos das elevações, adquirindo maior defensibilidade em detrimento da ocupação das plataformas e meia encosta e maior extensão dos povoados. Observar-se também, designadamente nos povoados de *Vale de Maceiras 1* e *Monte das Oliveiras 2*, uma relação evidente entre o espaço de habitação e o monumento funerário, algo que é também comum em povoados deste período.

Embora a mecanização agrícola tenha destruído muitos monumentos ao longo dos últimos anos, os monumentos megalíticos são os mais bem representados no município de Fronteira, possibilitando prever um pouco de como seria a paisagem e as relações povoadas/necrópole. Durante os trabalhos de campo levados a cabo para a elaboração da Carta Arqueológica de Fronteira foram localizados na *Herdade Grande* a implantação de dez monumentos bem como um conjunto de antas até então inéditas (*Anta dos Aroeirais*, *Mortágua*, *Caldeira*, *Penas* e o microcomplexo das *Antas da Ladeira*), com elevada heterogeneidade. Independentemente da variedade formal, parece haver “manchas” de necrópoles em determinados pontos da paisagem, parecendo formarem microterritórios preferenciais, pontos âncora na estruturação da paisagem, como são os casos da *Serra das Penas* (onde se prolonga para norte na direção de Alter do Chão), o eixo *Pocilgaís/Arneiros* e a *Herdade Grande* e suas ramificações (*Aroeirais*, *Cavaleiros*, *Horta das Antas*).

A localização, regra geral em locais elevados e de difícil acesso, por vezes encobertos por vegetação persistente, contribui para que existam poucos vestígios da **Idade do Bronze** e da **Idade do Ferro** (II e I milénio a.C.). Em Fronteira deteta-se uma preferência por outeiros com excelente visibilidade para todas as direções, sem, no entanto, assumir grande destaque na paisagem.

Em *São Miguel*, em grande parte do perímetro, ainda é visível um anel de muralhas que envolve a área construída. Outros locais, beneficiando de uma localização criteriosa e condições de defesa privilegiadas voltaram a ser ocupados em períodos de maior instabilidade e em épocas mais recentes (*Castelo Mau Vizinho 4*, *Outeiro dos Coelho*s). Nota-se, no entanto, a ausência de “um grande sítio” (como é frequente no Alentejo Central), um lugar central que ordenasse e estruturasse o sistema de controlo do território. Os dados permitiram identificar outros povoados da época, localizados junto de linhas de água e bons solos agrícolas, implantados em pequenas plataformas a meia encosta, sem preocupações defensivas o que nos permite afirmar que Fronteira terá provavelmente sido uma área

densamente ocupada, onde os povoados de altura se assumiam como dominantes nas estratégias de domínio de território, mas sem constituir um modelo exclusivo.

Na **Idade do Ferro**, as povoações voltam a localizar-se em espaços abertos, próximo de pequenas várzeas. Os vestígios de ocupação desta época observam-se em sítios anteriormente habitados, nomeadamente em *São Miguel* e *Vila Velha*. *Pascoais* e *Castelo Mau Vizinho 2* são também dois sítios datados desta era.

Ao contrário dos primeiros povoados que, de uma forma mais ou menos discreta, controlavam o território, a presença romana no concelho caracteriza-se por um impacto visual marcante. A presença **romana** caracterizou-se por uma grande estabilidade política e consequente desenvolvimento material. Alguns destes sítios para além de se evidenciarem na paisagem apresentam panos de muralha ainda hoje visíveis. Apesar de escassos (*Malhada 1 e 2* e *Beijúdos 1*) os sítios romanos de Fronteira são bastante ricos em conteúdos. Em Fronteira encontram-se as mais diversas tipologias de sítios especificamente as (i) *Villa*, ou seja os elementos urbanos da paisagem rural, que incorporam elementos de luxo e ostentação (*Horta da Torre*, *São Francisco*, *São Pedro*, etc.), os (ii) *Casais* que são unidades de exploração de média dimensão, muito disseminadas pelo território e que apresentam diferentes “classes”, uns que se aproximam mais dos *villae* de segunda ordem, localizados a meia encosta, virados a sul junto de linhas de água no sopé com vales de aluviões (*Talha de Baixo 1* e *Farrusco*) e outros, mais rústicos apresentam semelhanças aos dos pequenos sítios, localizados em topos com boa visibilidade, junto a solos com pouca aptidão (*Picanços 1*, *Nora*). Apesar da funcionalidade das (iii) *Cabanas* ser desconhecida, a sua localização leva a crer que tenham sido utilizados como pontos de apoio ao pastoreio. Regra geral trata-se de pequenas manchas de vestígios que consistem essencialmente em concentrações de cerâmica de construção, pequenos potes, etc., localizados em topos elevados, sem destaque visual, mas com domínio sobre a envolvente.

Foram também identificados diversos elementos comprovativos da presença romana (cantarias, restos de construções, pesos de tear, sepulturas, etc.), nas herdades da *Palhinha*, *Talha de Baixo*, *Samarruda*, *Farrusco*, *Porto dos Melões*, *Monte do Judeu* e *Outeiro de São Miguel*.

É pouco ou nenhum o conhecimento do que se passou na região no período entre **meados do século V e início do II milénio d.C.** Talvez devido à forte identidade das comunidades cristãs que se mantiveram na zona, não se subjugando influência em primeiro lugar dos bárbaros e à posterior ocupação muçulmana. Em todo o município de Fronteira apenas no sítio de Igreja da *Vila Velha*, foram encontrados vestígios muçulmanos.

Na sequência das guerras que caracterizaram o período de **reconquista cristã**, o vasto território alentejano foi doado à *Ordem de São Bento de Avis*. Antes de se sediar em Évora, o exército situou-se

no lugar de Avis. Terá sido por essa altura que terá sido construída uma fortaleza sobre o *Outeiro de São. Miguel*. Em 1236, no texto de um acordo entre a *Ordem de Avis* e a *Diocese de Évora*, surge a primeira referência escrita à vila de Fronteira e mais concretamente à sua igreja matriz. Em 1263 a *Ordem de Avis* instituiu uma comenda na vila. A instabilidade do **século XIV** não teve grandes repercussões na vila tendo, no entanto, a Peste Negra provocado prejuízos humanos e materiais assinaláveis, que viriam a ser agravados com o agudizar da situação político-militar do final do século. Foi em abril de 1384 que ocorreu o principal acontecimento histórico do município de Fronteira – a **Batalha dos Atoleiros**, que teve lugar numa pequena zona plana, a *Folha da Consciência*, próximo do *Cabeço do Caldeirão*, junto ao ribeiro das *Águas Belas*, e que marcou uma mudança fundamental na arte da guerra. Envolveu as tropas de Castela (cerca de 5000 homens) e um exército de aproximadamente 1200 soldados comandado por Nuno Álvares Pereira. Perante a inferioridade numérica, D. Nuno, mestre de Avis, recorreu à técnica do quadrado, sendo esta a primeira vez que se recorreram a novas técnicas de defesa de forças de infantaria em inferioridade numérica perante uma cavalaria pesada muito superior. Apesar das forças de Castela terem sofrido pesadas perdas, o lado português não sofreu uma única morte, nem se registaram feridos.

Com a dinastia de Avis instalada no trono, Fronteira recuperou da estagnação demográfica e económica que atravessava, tornando-se a mais rentável das trinta e oito comendas da Ordem. O vinho, o azeite, os cereais e a pecuária eram os pilares deste desenvolvimento. Em **junho de 1512**, D. Manuel concede o foral à vila. Nesse século, paralelamente ao produto interno da vila, o capital proveniente do comércio oriental, constituem-se como os principais responsáveis pelo progresso demográfico e material observado nesse período.

No século seguinte, a presença espanhola coincide com um novo período de recessão. Para além da destruição do gado provocada pela passagem dos exércitos espanhóis, a inquisição e consequente impacto na comunidade cristã-nova teve repercussões evidentes na estrutura económica de Fronteira uma vez que esta comunidade para além de ser responsável pelo fabrico e comércio de panos integrava também grande parte dos mercadores.

A revolução de 1640 e as Guerras da Restauração agudizaram este cenário de crise. Em 1670 foi criado por alvará de D. Pedro o título de Marquês da Fronteira, tendo sido instituído a D. João Mascarenhas. O Mestre de Campo Dinis de Melo foi, entretanto, mandatado para assumir o cargo. Seguiram-se anos de forte oposição dos moradores de Fronteira contra o senhor da vila uma vez que suspeitavam que ele desejava apropriar-se das suas coutadas, que só terminariam em 1678 quando, por sentença judicial, foi garantido o total respeito pelas propriedades das Coutadas do Povo.

Com o fluxo de ouro do Brasil, ocorreu no **século XVIII** novo período de prosperidade. Foi durante a primeira metade desse século que se ergueram alguns dos exemplares arquitetónicos mais

interessantes do concelho como por exemplo a Igreja do Senhor dos Mártires, Hospital da Misericórdia, as abóbadas e capela-mor da Matriz e Misericórdia, bem como algumas residências particulares de feição erudita. O terramoto de 1755, apesar de muito ter impressionado os habitantes, pouco prejuízo causou no concelho.

Com a entrada do **século XIX** e as convulsões políticas que se associaram na primeira metade de oitocentos fizeram-se sentir no município de Fronteira. A aliança com Inglaterra no conflito com o bloco franco-espanhol colocou o Alto Alentejo na rota de invasão dos exércitos de Godoy. Fronteira bem como outras localidades alentejanas, viria a ser invadida em meados de 1801, por um destacamento militar sob o comando de Dr. Baltasar Vilalba (Guerra das Laranjas). Seguiram-se as invasões francesas. Embora não exista muita documentação sobre este período julga-se que Fronteira não terá escapado à fúria napoleónica. Seguiram-se períodos conturbados com conflitos constantes entre liberais e absolutistas, ficando a década de 30 e 40 marcada por intensos combates entre forças regulares, guerrilhas liberais e miguelistas, principalmente na década de 40 durante a contestação ao ministério de Costa Cabral. As reformas políticas implantadas e o levantamento do cadastro da propriedade rústica desencadearam tumultos um pouco por todo o país. A adesão de Fronteira a este movimento ocorreu na sequência de uma decisão democraticamente tomada. Todas estas convulsões serviram para agudizar a extrema miséria da classe camponesa.

Na segunda metade do século, pacificada a vida nacional, desencadeou-se um longo período de progresso material. O rumo de Fronteira ficou intimamente ligado à evolução da agricultura o que condicionou todas as tentativas de desenvolvimento local. A especialização nos cereais e especialmente no trigo geraram fragilidades cujos efeitos chegaram aos nossos dias. Desde o início do século XIX observou-se um aumento da área cultivada, secundado pela introdução de adubos e consequente aumento da produção interna. No entanto, o aumento da importação e consequente falta de competitividade do mercado nacional viria a despoletar uma crise que levaria ao estabelecimento de medidas protecionistas para o trigo português. A segunda metade do século ficou marcada pelo aparecimento de grandes explorações agrícolas, pelo enriquecimento da burguesia local e pelo agravamento da tensão social (devida nomeadamente ao desemprego). No final do século é criada a Escola Prática de Agricultura de Fronteira, tendo-se procedido na altura à expropriação das herdades dos Reboredos, Cardosa e Clérigos. O projeto não viria a ter o desenvolvimento esperado acabando por cair no esquecimento.

Foi durante o século XIX que as fronteiras físicas do concelho sofreram alterações significativas. Durante cerca de dois séculos, Fronteira integrava as freguesias de Nossa Senhora da Atalaia e São Saturnino, mas a partir de 1836 registaram-se alterações administrativas sucessivas, com permutas constantes de freguesias entre concelhos vizinhos, tendo mesmo em 1867, o concelho de Fronteira

sido anexado a Alter do Chão. A independência foi recuperada um ano depois, mas as alterações só cessaram em 1932, ano em que a composição administrativa do concelho passou a ser a que hoje se conhece.

No início do **século XX**, Fronteira não se alheou da euforia revolucionária associando-se à Proclamação da República de forma memorável. Seguiram-se períodos de instabilidade política, travados pelo golpe militar de 1926. Apesar disto, o crescimento da vila foi notório, alicerçado na expansão da mancha cerealífera, no crescimento demográfico económico e consequente expansão urbana da vila. Durante a histórica “campanha do trigo” as culturas de 1934 e 1935 ficaram na história como das mais produtivas de sempre. Nos anos seguintes vários momentos sublinharam a projeção que a vila granjeava: a primeira cabine telefónica (1933), a instalação da rede elétrica (1938), a intensa atividade cultural da vila (duas bandas de música, teatro, concertos de jazz, etc.).

Nos finais do século XX, a agricultura alentejana atravessava uma crise profunda, completamente desajustada das novas realidades, incapaz de se adaptar à quebra de fronteiras económicas e de responder aos fluxos globais de produtos e serviços. Observa-se o esvaziamento populacional, a migração para as principais cinturas industriais e o natural envelhecimento da população. Apesar de se ter observado um abrandamento desta perda populacional na década de 70, as perspetivas de crescimento demográfico continuam a ser problemáticas e são um dos maiores desafios que se colocam ao município de Fronteira.

7.3 PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

O património cultural classificado e em vias de classificação encontra-se representado na peça desenhada n.º 5 da caracterização da situação de referência que acompanha o presente relatório (Valores Culturais) e constará também na Planta de Condicionantes uma vez que é objeto de proteção legal.

No concelho de Fronteira existem três monumentos nacionais, seis imóveis de interesse público (três Imóveis de Interesse Público, dois Monumentos de Interesse Público e um Conjunto de Interesse Público) e uma Zona Especial de Proteção a saber:

Interesse Nacional

- Pelourinho de Cabeço de Vide (MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910);
- Cruzeiro de Cabeço de Vide (MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910);
- Terreiro da Batalha dos Atoleiros – Fronteira (MN, Decreto n.º 3/2023, DR, 1.ª série, n.º 27, de 7-02-2023). A área classificada foi também considerada Área de Sensibilidade

Arqueológica (ASA) pelo que está, ainda, sujeita às restrições decorrentes do Artigo único da Portaria n.º 50/2023, DR, 1.ª série, n.º 34, de 16/02/2023 e Decreto n.º 3/2023, DR, 1.ª série, n.º 27, de 07/02/2023.

Interesse Público

- Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha - Fronteira - e respetiva zona especial de proteção (MIP e ZEP, Portaria n.º 277/2014, DR, 2.ª série, n.º 81, de 28-04-2014);
- Pelourinho de Fronteira (IIP, Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933);
- Igreja matriz de Fronteira (IIP, Decreto n.º 35 532, DG, I Série, n.º 55, de 15-03-1946);
- Igreja do Senhor do Mártir – Fronteira (IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997);
- Solar dos Simas Cardoso - Cabelo de Vide (MIP, Portaria n.º 626/2013, DR, 2.ª série, n.º 182, de 20-09-2013);
- Torre do Relógio, Capela e Arco dos Santos - Fronteira (CIP, Portaria n.º 959/2014, DR, 2.ª série, n.º 221, de 14-11-2014).

Interesse Municipal

- Monte do Barrocal - Fronteira (IM, Deliberação de 12-04-2005 da CM de Fronteira);
- Ponte sobre a Ribeira Grande – Fronteira (MIM, Declaração de Retificação n.º 1033/2024/2, DR, 2.ª série, n.º 232, de 29/11/2024 / Aviso n.º 25993/2024/2, DR, 2.ª série, n.º 225, de 20/11/2024).

Para além do património cultural já classificado, há ainda outros imóveis no concelho que estão propostos para classificação, ou seja, em vias de classificação.

Encontra-se nesta situação a Estação da CP de Fronteira (Anúncio n.º 225/2013, DR, 2.ª série, n.º 118, de 21-06-2013).

Recentemente, juntou-se a estes um conjunto de 28 sítios⁸ identificadas ao abrigo da abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, que abrange inúmeros sítios nos distritos de

⁸ De referir que, apesar de Vale de Maceiras 2, integrado no Megalitismo Alentejano em vias de classificação cf. Anúncio n.º 61/2024, DR, 2.ª série, n.º 68, de 05/04/2024 / Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13/02/2023, se situar na freguesia de Santo Amaro, concelho de Sousel, foi representada a respetiva a Zona Geral de Proteção, parcialmente, no concelho de Fronteira.

Évora, Portalegre, Beja, Setúbal e Santarém (alguns já classificados, outros apenas inventariados) –
Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023:

- Anta 1 da Herdade de São Domingos – Fronteira;
- Anta da Herdade da Barbosa – Seda;
- Anta das Penas/Coutada – Cabeço de Vide;
- Anta do Caldeira/Serra dos Arneirinhos 1 – Cabeço de Vide;
- Cavaleiros 1 – São Saturnino;
- Cejo das Carreiras – Cabeço de Vide;
- Coutada/Serra dos Arneirinhos 2 – Cabeço de Vide;
- Herdade dos Arneiros 1 – Cabeço de Vide;
- Herdade dos Arneiros 2 – Cabeço de Vide;
- Herdade dos Pocilgais 1 – Cabeço de Vide;
- Herdade dos Pocilgais 2 – Cabeço de Vide;
- Herdade dos Pocilgais 3 – Cabeço de Vide;
- Herdade Grande 1/Eira – São Saturnino;
- Herdade Grande 2 – São Saturnino;
- Herdade Grande 3 – São Saturnino;
- Herdade Grande 4/Malhada dos Porcos – São Saturnino;
- Herdade Grande 5/Estacaria – São Saturnino;
- Herdade Grande 6/Ferragial do Monte – São Saturnino;
- Herdade Grande 7/Alto dos Palhocos – São Saturnino;
- Herdade Grande 8 – São Saturnino;
- Herdade Grande 10 – São Saturnino;
- Horta das Antas – Fronteira;
- Ladeira 1 – Fronteira;
- Ladeira 2 – Fronteira;
- Monte dos Aroeirais – Fronteira;
- Mortágua – Fronteira;

- Tapada Alta – Cabeço de Vide;
- Vale de Maceiras 1 – São Saturnino;
- Vale de Maceiras 2 – São Saturnino ⁸.

Breve descrição dos imóveis de Interesse nacional

O Pelourinho de Cabeço de Vide (Foto 9), provavelmente do início do século XVI, localiza-se junto às ruínas do castelo de Cabeço de Vide, diante da antiga casa da câmara e cadeia comarcã. O pedestal é composto por três degraus rústicos e desgastados. A base da coluna é constituída por um paralelepípedo simples com os cantos superiores chanfrados, rematado por dois anéis. O fuste, liso e octogonal, sustenta diretamente o capitel. Na junção entre ambos, destacam-se quatro ferros em cruz, terminados em serpes. O capitel cónico e truncado no topo, é rematado por uma pinha, sobre a qual teria existido uma esfera armilar em granito. Nas faces do capitel figuram dois escudos em relevo, apresentando as armas de Portugal e as armas do concelho.

O Cruzeiro de Cabeço de Vide (Foto 10), também conhecido por cruzeiro do Espírito Santo, localiza-se junto à Igreja do Espírito Santo, no largo com o mesmo nome, no limite noroeste do aglomerado de Cabeço de Vide. Este cruzeiro quinhentista assenta num soco de três degraus quadrados, de arestas boleadas, estando o primeiro imerso no pavimento. É composto por coluna da ordem toscana – base moldurada, coluna de fuste cilíndrico liso, e capitel formado por coxim simples e ábaco quadrado. O coxim é decorado com estrias e sobre o capitel destaca-se a cruz, pateada, de perfil achatado e braços largos. Na frente e no verso do braço inferior estão figurações de Cristo e da Poeta, sendo ambas encimadas por uma pomba, representação do Espírito Santo, rematando o braço superior da cruz.

Foto 9: Pelourinho de Cabeço de Vide



Foto 10: Cruzeiro de Cabeço de Vide



Foi no Terreiro da Batalha dos Atoleiros, localizado a sul de Fronteira, junto à EM504, numa zona plana próximo do Cabeço do Caldeirão junto à ribeira das Águas Belas, que, no dia 6 de abril de 1384, se travou uma batalha que ficaria na história da arte de guerra medieval como a primeira vez que na Península Ibérica se recorreu à técnica do quadrado. Em clara inferioridade numérica, aproximadamente 1500 portugueses comandados por D. Nuno Álvares Pereira derrotaram cerca de 5000 castelhanos.

Breve descrição dos imóveis de Interesse público

Na sequência do foral atribuído por D. Manuel no ano de 1512, foi erguido no Largo do Município o Pelourinho de Fronteira (Foto 11) onde hoje ainda se conserva, embora que parcialmente. O soco, muito divergente da tipologia do soco original, é constituído por três degraus quadrangulares em alvenaria lajeados com placas de mármore da região. A maior parte dos elementos que assentam no soco foram recolhidos da antiga picota e remontados em 1940. A base da coluna é prismática e de planta octogonal e a coluna é decorada com moldurações horizontais e completada por escócia e bocel. O fuste é composto por dois troços de altura idêntica, o inferior oitavado e de faces lisas, o superior torso espiralado para a esquerda, unidos por anel central duplo. O capitel é poligonal e duplo, com boleados nas faces, e dois pequenos escudos (um portando as armas régias e outro as da ordem de São Bento de Avis). Tal como acontece com o soco, o remate é novamente resultado da intervenção do séc. XX, sendo constituído por uma pinha com pequeno fogacho.

Tendo constatado que a antiga igreja da Vila, a Igreja de Santa Maria, localizada no interior do Castelo, se apresentava pequena para a população abrangida, D. Sebastião ordenou em 1571 que fosse construído um novo templo ou ampliado o existente. O comendador da Vila, D. Francisco de Portugal, optou pela construção de um novo templo, a Igreja Matriz de Fronteira/ Nossa Senhora da Atalaia (Foto 12). As obras de construção iniciaram-se em 1576, sobre a direção do mestre António Góis e 18 anos depois, em 1594 ficou concluída. O projeto, tipicamente executado por engenheiro militar, obedece ao modelo *hallenkirchen*. O templo apresenta planimetria longitudinal dividido em três naves de cinco tramos cada assentes sobre pilares. O espaço interior é coberto por três abóbodas autónomas, construídas posteriormente à edificação do templo. A fachada divide-se em três registos, com o corpo principal ladeado por dois torreões maciços. Entre as duas torres apresenta uma interligação sobre a galilé que forma o espaço aberto para o interior do templo, constituindo o coro. No séc. XVIII, o interior da igreja foi remodelado no âmbito de uma campanha decorativa barroca ao nível dos altares, tendo-se estendido também ao frontão da fachada. No século passado foram muitas as obras de reparação e de reconstrução, assumindo maior destaque as executadas entre 1944 e 1948 que alteram significativamente a fisionomia exterior do mesmo.

Foto 11: Pelourinho de Fronteira



Foto 12: Igreja Matriz de Fronteira/ N. Sr.^a da Atalaia



A construção da Igreja do Senhor do Mártir, em Fronteira (Foto 13) deve-se ao padre Miguel dos Santos, no primeiro quartel do séc. XVIII. A fachada principal concentra no seu eixo central o portal principal, óculo e frontão. O frontispício é cortado por pilastras que o dividem em três panos correspondendo os laterais às torres sineiras. As torres são abertas por frestas de reduzidas dimensões, desenvolvendo-se a sineira sobre a cimalha. Terminam em cúpula seccionada por plinto de divisão quadrada onde assentam os cata-ventos. Os cunhais são marcados por pilastras que se estendem formando pináculos de secção também quadrada. Ao centro destaca-se o portal principal, de verga reta e rematado por frontão de volutas interrompido por cruz. O óculo faz elevar a linha do entablamento, que desenha um semicírculo, terminando o conjunto num frontão de volutas sobrepujado por cruz, que une ambas as torres. No interior, destaca-se a capela-mor em de mármore de diferentes tonalidades. A nave apresenta dois altares de alvenaria e dois púlpitos. A tribuna encontra-se envolvida por quatro colunas salomónicas, com uma pintura mural representado Cristo crucificado.

Foto 13: Igreja do Senhor do Mártir



Foto 14: Solar dos Simas Cardoso



O Solar dos Simas Cardoso (Foto 14) está implantado no topo da atual Avenida da Libertação, Largo do Rossio de Cabeço de Vide, sendo a casa senhorial mais imponente da localidade. Foi residência de uma das mais importantes famílias da vila, estando ligada ao período de relativa prosperidade que esta registou no início do século XVIII, data da construção do imóvel. O solar apresenta traços barrocos, estando hoje adaptado a turismo de habitação. Trata-se de um solar urbano com grande importância em arquitetura civil, apresentando mobiliário e azulejos neoclássicos datados do final do século XVIII.

A Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha (Foto 15) foi erguida no local da antiga ermida de Nossa Senhora de Vila Velha de Fronteira do século XIII, da qual restam eventualmente os contrafortes que apoiam a estrutura atual, algumas cabeceiras de sepultura e uma tampa de sarcófago com inscrição muito apagada, talvez do século XVIII. Não se conhece com exatidão a data da reestruturação, mas o registo de azulejos sobre o arco triunfal, representando a Virgem, exhibe a data de 1648. A fachada principal exhibe galilé de cinco arcos de diferentes dimensões, a que se sobrepõe um janelão. O volume correspondente à capela-mor, coberto por lanternim, é rematado por uma alternância de coruchéus e esferas. No interior, a nave retangular e a capela-mor, de planta circular, são revestidas por azulejos de padrão, que enquadram as pinturas murais e os arcos de cantaria, terminando na sanca, a partir da qual se projeta o teto em caixotões com pintura de temática religiosa. O coro ergue-se sobre a galilé, e os arcos da nave exibem telas com a representação de cenas da vida de Cristo e de Nossa Senhora a que se acrescenta uma Visão de Santo António. Os dois altares colaterais são em talha dourada e em alvenaria.

A Torre do Relógio, Antigos Paços do Concelho e Cadeia, Cabeço de Vide (Foto 16), localiza-se junto ao Pelourinho, nas imediações do Castelo. Trata-se de uma torre de planta quadrangular, em alvenaria, com cunhais em granito, quatro aberturas e um sino. O mostrador do relógio mais antigo, em mármore com ponteiro em ferro forjado, data de 1570. No edifício adjacente funcionava no primeiro andar os antigos Paços do Concelho e no piso térreo a cadeia.

Foto 15: Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha



Foto 16: Torre do Relógio, Antigos Paços do Concelho e Cadeia



Breve descrição dos imóveis de Interesse municipal

Embora não existam referências históricas relativas à construção do edifício, supõe-se que o Monte do Barrocal (Foto 17 e Foto 18) tenha sido construído em finais do século XIX. Localiza-se na herdade com o mesmo nome. Trata-se de um conjunto rural de características populares, constituído por um Monte tradicional alentejano, possuindo um único piso e que se encontra agregado a uma estrutura linear contínua. A fachada principal apresenta características tipicamente regionais sendo caiado a branco. Como forma de remate do edifício, o soco, as molduras dos vãos exteriores e os cunhais são pintados nas cores tradicionais do Alentejo – ocre. Na fachada principal destacam-se duas chaminés alentejanas. Os restantes alçados são simples e tradicionais sem elementos arquitetónicos relevantes. Importa, também, referir outro conjunto edificado no Monte do Barrocal, de qualidade e singular arquitetura rural, as “Duas Torres”. Trata-se de uma instalação com funções de apoio à atividade agrícola (dois silos) muito rico volumetricamente, em que todos os volumes que o constituem apresentam duas águas.

Foto 17: Monte do Barrocal



Foto 18: Monte do Barrocal



Fonte: Processo de Classificação a Imóvel de Interesse Municipal – Monte do Barrocal | Fronteira, CMF, 2004

A Ponte da Ribeira Grande (Foto 19) - Desconhece-se ao certo a data da sua construção. Poderá ter sido construída no século XV ou anteriormente (há quem atribua a sua construção aos romanos). A ponte, com 90 metros de comprimento por 4 de largura, assenta em 10 arcos, 9 dos quais visíveis. Muito bem encaixada na envolvente, serve de enquadramento para a praia fluvial criada na sua proximidade. Foi destruída em finais do século XVI, nas Guerras das Restauração. De acordo com o auto de reconstrução, a ponte foi reerguida no século XVI, ainda que com algumas diferenças de

construção, designadamente no tabuleiro. Ao longo dos séculos sofreu outras destruições com o por exemplo nas cheias de 1604 e 1699. Em dezembro de 2022 a ponte foi parcialmente destruída pelas fortes intempéries, as quais causaram danos estruturais que inviabilizaram a sua reconstrução.

Foto 19: Ponte da Ribeira Grande



Fonte: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/>, 2024

Breve descrição do imóvel em vias de classificação

Estação dos Caminhos-de-ferro de Fronteira (Foto 20) – Localiza-se junto à entrada sul da vila, junto dos silos de cereais. No edifício principal, de um só piso, destacam-se os painéis pintados por L. Batistini, com representações do das tarefas quotidianas da população de Fronteira. A estação que apresenta muitos traços característicos das estações de caminho-de-ferro do Estado Novo (beirados, entrada mais valorizada, a aplicação do escudo português por cima da porta, a varanda saliente, etc.) contém um edifício adjacente de dois pisos, um grande alpendre, algumas casas para funcionários, um pavilhão, um espaço murado destinado aos animais, armazéns gares e um grande logradouro.

Foto 20: Estação de Caminhos-de-ferro de Fronteira



Os restantes imóveis em vias de classificação correspondem a um conjunto de ocorrências arqueológicas integradas num projeto de classificação do Megalitismo Alentejano.

7.4 OUTRO PATRIMÓNIO IMÓVEL INVENTARIADO

Tendo como base de trabalho o inventário efetuado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o inventário do Património com interesse no município de Fronteira elaborado pela Câmara Municipal e o trabalho de campo dos técnicos da equipa da revisão do PDM, foram identificados alguns imóveis que se considera possuírem valor patrimonial, devendo, por isso, ser objeto de proteção e preservação.

Alguns dos imóveis possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, tendo os diferentes exemplos sido agrupados em: (i) Arquitetura Religiosa; (si) Arquitetura Civil (pública e privada) e (si) Estruturas de Apoio.

Arquitetura Religiosa

Igreja Matriz de Cabeço de Vide – Situa-se no centro histórico da vila, junto ao castelo de Cabeço de Vide. Apesar do traçado com que chegou aos nossos dias ser do século XVI, foram encontrados diversos vestígios que apontam para a pré-existência de uma igreja mais antiga e pequena. A igreja tem duas naves (a nave principal, de meia cana terá sido construída depois do terramoto de 1755 e a nave lateral, apresenta ser mais antiga observando-se vestígios de uma porta virada para o castelo, bem como três degraus) batistério, altar-mor (barroco), duas capelas (uma das quais com do símbolo da Ordem de Avis, no terminar da sua abóbada nervurada), sacristia, sala de arrumações e um quintal nas traseiras.

Igreja do Espírito Santo, Cabeço de Vide (Foto 21) – Esta igreja do início do século XI, localiza-se no largo com o mesmo nome, junto ao Cruzeiro de Cabeço de Vide. Trata-se de um templo de duas naves, transepto, capela-mor com abside octogonal e uma capela no seu lado esquerdo, a Capela da Ordem Terceira. O que hoje é a casa mortuária e escritórios de apoio à igreja foi em tempos uma antiga enfermaria e seis dependências anexas. No interior a nave central é mais baixa e é separada da lateral por três arcos de volta perfeita. Ambas as naves são abobadas com arcos góticos em granito. Embora apresente características do século XVI (altura em que sofreu de obras), poderá ser um dos templos mais antigos da Península Ibérica.

Igreja do Carmo, Cabeço de Vide – Esta igreja situa-se na parte sudeste da zona antiga, sendo a sua fachada virada para a zona mais recente da vila. Somente depois da sua reconstrução, no início do século XIX passou a ser conhecida por igreja do Carmo, uma vez que, anteriormente era designada

por Ermida de São Brás. É uma igreja de uma só nave, com abóbada de berço (desaparecida), altar-mor sobrelevado, sala (provavelmente seria a sacristia) e outra pequena sala por detrás do altar. Atualmente é propriedade particular.

Capela do Calvário, Cabeço de Vide (Foto 22) – Esta capela que se presume ser do século XVI, localiza-se junto ao limite poente da vila, na rua do Alto do Rossio, em pelo centro histórico de Cabeço de Vide. Património da Misericórdia de Cabeço de Vide implanta-se virada para a Igreja da Misericórdia. Apresenta forma circular, sendo o teto de meia laranja, pintado de azul-escuro. O púlpito apresenta um admirável trabalho em granito, assente numa coluna bojuda no mesmo material. O adro da capela é, hoje em dia, um quintal privado. No exterior destaca-se um cruzeiro, que em tempos limitava um dos lados do adro da capela, oferecido por uma família ilustre nos séculos XVII ou XIX.

Foto 21: Igreja do Espírito Santo



Foto 22: Capela do Calvário



Capela Senhora dos Anjos, Cabeço de Vide (Foto 23) – Insere-se também no casco histórico de Cabeço de Vide, embora junto ao limite poente do mesmo. Apesar de se desconhecer a data da sua construção, sabe-se que foi reconstruída em 1726. Trata-se de uma capela de uma só nave abobadada com uma sala à sua esquerda. Escasseiam os elementos decorativos, existindo apenas quatro colunas pintadas no altar e, ao centro, um nicho com a imagem da Senhora dos Anjos. Do lado do frontispício existe um pequeno campanário.

Ermida da Senhora da Saúde, Cabeço de Vide – Situada no pátio das termas, trata-se de uma pequena ermida junto a uma das nascentes de água sulfurosa que abastece as termas. No lado direito da capela encontra-se uma pequena abertura que dá acesso a uma espécie de poço por meio de um túnel empedrado, da época dos romanos. Por ter uma fachada muito semelhante à da Igreja da Misericórdia, poderão ser edifícios da mesma época (Século XVIII).

Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia/Lar da Misericórdia, Cabeço de Vide (Foto 24) – Em plena zona histórica de Cabeço de Vide, nas imediações do Castelo, Igreja Matriz e Pelourinho, implanta-se a Igreja e Hospital da Misericórdia. Este conjunto, edificado em 1498, incorpora uma lista de onze igrejas criadas a quando da fundação da Misericórdia pela rainha D. Leonor. Construída em alvenaria de pedra é constituída por uma só nave. No seu interior destacam-se o altar-mor, composto por colunas em mármore cinzento que contrastam com um suporte claro, terminando com arcos contracurvados. O púlpito tem uma base em cantaria e gradeamento em madeira trabalhada. O coro está assente em cachorros de mármore e tem parapeito de alvenaria trabalhada com relevos pintados em tons de azul e amarelo.

Foto 23: Capela Senhora dos Anjos



Foto 24: Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia



Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia/Centro de Dia, Fronteira (Foto 25) – Este conjunto construído no século XVI, localizado na Avenida da República, apresenta planta irregular. A igreja é composta por nave, sala do consistório e sacristia. A fachada principal, de pano único é delimitada por cunhais em granito de aparelho rusticado intervalado com aparelho almofadado. Ao centro apresenta um portal granítico de verga reta e entablamento sobre duas colunas toscanas sobre plintos. Sobre a arquitrave dispõe-se uma composição arquitetónica de granito formada por nicho, albergando uma imagem de Nossa Senhora do Amparo, que é ladeada por aletas com enrolamentos e pináculos no coroamento das colunas. Por cima do nicho, existe um janelão retangular com moldura em granito. De ambos os lados do portal, existe uma cruz de pedra sobre base tendo relevado o símbolo do calvário. O remate em frontão é recortado com volutas, ladeado por pináculos sobre altos plintos no coroar dos cunhais, e encimado por cruz. O interior é de nave única de três tramos definidos pela abóbada de aresta com penetrações e tirantes em ferro. O coro-alto assenta sobre três arcos, o central de volta abatida e os laterais de volta perfeita, descarregando sobre duas colunas compósitas e mísulas. A Capela-mor à

face é sobrelevada, e antecédida por quatro degraus, com duas portas laterais, a da Epístola de acesso à Sacristia e a do Evangelho a corredor de ligação com a porta de acesso ao púlpito.

O Antigo Hospital apresenta também planta irregular, uma fachada de três panos, delimitados por pilastras em alvenaria, e dois registos; panos laterais rasgados, cada, por duas janelas sobrepostas. No pano central rasga-se portal de granito de verga reta com pilastras, encimado por janela de sacada com moldura curvilínea. O remate em frontão curvilíneo tendo no tímpano brasão.

Antiga Igreja de Santa Catarina, Fronteira – Esta igreja do século XVII, encontra-se transformada numa residência particular. Houve em dois períodos distintos da história, duas igrejas com o mesmo nome. Este templo foi encerrado ao culto em 1830. Posteriormente a igreja foi utilizada para diversos fins, nomeadamente para a apresentação de peças de teatro.

Foto 25: Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia



Foto 26: Capela do Espírito Santo



Capela do Espírito Santo, Fronteira - (Foto 26) – As ruínas desta Capela localizam-se junto à EN245, no limite noroeste da vila de Fronteira. Na década 70 do século passado, foi ordenado pelo presidente da câmara a demolição de parte da capela. Assim, atualmente resta da estrutura do templo parte da fachada principal e uma fachada lateral. Esta capela, fundada em 1577, apresentava planta retangular, composta por nave e capela-mor sendo a sua estrutura exterior marcada pela disposição de contrafortes nas fachadas laterais. O frontispício possuía um pórtico de gosto renascentista ladeado por pilastras e rematado por um frontão com volutas e urnas. No lintel da porta foi gravada a inscrição: "Esta caza se fez de esmolas de povo e era 1577", o que demonstra o envolvimento do povo de Fronteira na sua construção.

Capela Senhor das Almas, Fronteira – Construída pela irmandade que lhe deu o nome, em data incerta, foi reconstruída no início do século XX.

Arquitetura Civil Pública

Castelo de Cabeço de Vide (Foto 27) – Localiza-se na parte mais elevada da vila. Lamentavelmente aos nossos dias apenas chegaram algumas paredes com alturas desiguais, consumidas pelo tempo e pela intervenção do homem. No seu interior existe um inestético depósito de água que em tempos abasteceu a vila. De acordo com os dados disponibilizados pelo extinto Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), alguns autores defendem que a ocupação do local remonta à era romana, não tendo, no entanto, sido recolhidos vestígios dessa época nas duas escavações efetuadas no seu interior. Não são conhecidos os motivos que levaram à sua construção, provavelmente durante o século XIV. O portal de entrada ostenta a Ordem de Avis. No interior identificam-se estruturas habitacionais, uma cisterna, um poço e alguns silos que sugerem ocupações baixo-medievais, a rondar os séculos XV e XVI. A barbacã que envolve o castelo deve corresponder a este período. Os conflitos entre Portugal e Espanha durante o século XVII podem ter contribuído para uma recuperação parcial do castelo.

Foto 27: Castelo de Cabeço de Vide



Foto 28: Estação de Caminhos-de-ferro de Cabeço de Vide



Estação de Caminhos-de-ferro de Cabeço de Vide (Foto 28) – Localizada junto à estância termal, dista aproximadamente 2 km da vila de Cabeço de Vide. Tal como acontece em Fronteira, o edifício principal tem um piso e o anexo, que se destinava à habitação do chefe da estação e dois alternantes. Trata-se de um belo exemplar de arquitetura dos meados século XIX, com características muito próprias das casas típicas (os beirados, a entrada valorizada pelo Escudo Português, a varanda saliente, etc.). Os 23 painéis que se dispõem à volta do edifício, para além de representarem cenas do quotidiano dos habitantes de Cabeço de Vide, representam também alguns dos espaços de maior destaque da vila (Largo do Pelourinho, Largo do Espírito Santo, etc.).

Forca, Cabeço de Vide (Foto 29) – Localiza-se numa propriedade à entrada de Cabeço de Vide denominada “O curral do Rei”. Apesar de se desconhecer a época da sua construção, sabe-se que era neste local que eram executados os principais criminosos condenados pelos tribunais. A sua implantação, no topo de um outeiro, permitia que a população assistisse à execução servido desta forma de exemplo. Restam da Forca, duas colunas retangulares de alvenaria.

Termas da Sulfúrea, Cabeço de Vide – Construídas no início do século XIX, as termas localizam-se num vale repleto de vegetação a nascente de Cabeço de Vide. É dos locais mais afamados e procurados do concelho, principalmente pelo poder medicinal das suas águas sulfurosas. Segundo alguns autores, na época romana, os que por aqui passavam, desciam o vale e mergulhavam as patas feridas dos cavalos nas águas e estas depressa saravam. Assim sendo, aqui ergueram, no ano 118 a. C. um complexo termal, que ainda hoje existe, por baixo do atual edifício termal.

Cadeia Comarcã de Fronteira (Foto 30) - A antiga cadeia da Comarcã e atual posto da GNR, localiza-se no extremo norte da vila, junto à Igreja dos Mártires e trata-se de um exemplar arquitetónico de meados do século passado.

Foto 29: Forca



Foto 30: Cadeia Comarcã de Fronteira



Centro Cultural, Fronteira (Foto 31) – Localiza-se na principal artéria de Fronteira, na confluência das ruas Miguel Bombarda, 5 de Outubro e do Rebelo. É um belo exemplar de Arquitetura civil, com influências populares, barroca, rococó e contemporânea. Dois edifícios dos séculos XVI e XVII foram ligados entre si por uma estrutura contemporânea. Estas casas de habitação adaptadas a centro cultural, integram uma de cariz popular da região alentejana, com recurso a granito nas molduras de vãos, faixas pintadas a amarelo a cercar os panos e os vãos. As molduras dos vãos são curvilíneas, em mármore, setecentistas e azulejos rococó com conchados, asas de morcego, cenas profanas, de galanteio e de caça. O corpo central, da ala sul, contemporâneo, recorre a linhas retas, volumes simples e articulados, e a materiais como a madeira, o ferro e vidro.

Cruzeiro de São Bráz, Fronteira (Foto 32) – Localizado no Rossio de São Bráz, este é atualmente o único cruzeiro existente na vila de Fronteira, apesar de existirem referências a outros cruzeiros junto a caminhos e encruzilhadas fora da localidade (Cruz de Tirano, Cruz de Alter, a Cruz dos Barreiros e a Cruz Bento Sardinha). Inicialmente localizava-se mais a sul, na confluência com a rua dos Trigueiros. Todos os anos, em maio, comemora-se junto do cruzeiro, a Festa de Santa Cruz.

Edifício dos Correios, Telégrafos, Telefones e CTT, Fronteira (Foto 33) – Localiza-se na Avenida da Libertação, um pouco mais à frente da Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia. Este equipamento construído em 1951 constitui um excelente exemplar da arquitetura pública do século XX.

Foto 31: Centro Cultural



Foto 32: Cruzeiro de São Bráz



Edifício dos Paços do Concelho, Fronteira (Foto 34) – Localizado na Praça do Município, nas imediações do Pelourinho, Torre do Relógio e Arco dos Santos, este edifício foi construído no período compreendido entre 1831 e 1841. O edifício, em alvenaria, apresenta as características de um edifício nobre de dois pisos. A porta principal é ladeada por duas janelas emolduradas com mármore branco. O piso superior apresenta 5 janelas de balcão. Sob a janela central, surge o Escudo com as armas de Portugal. No interior, quase todas as salas são decoradas com ornamentos pintados ao estilo D. Maria.

Foto 33: Edifício dos Correios (CTT)



Foto 34: Paços de Concelho



Palácio da Justiça de Fronteira – Tribunal da comarca de Fronteira (Foto 35) - Na zona de expansão mais recente da vila, a sul, mais precisamente no Largo Professor Antunes Varela, localiza-se o Tribunal da Comarcã de Fronteira, cujo projeto é da autoria do arquiteto Ernesto Korrodi.

Foto 35: Palácio da Justiça



São dois os obeliscos alusivos à Batalha dos Atoleiros, ambos do século XX. Um localiza-se no local onde decorreu a batalha (Foto 36), a sul da sede de Fronteira e o segundo (Foto 37), localiza-se no topo da Avenida Heróis dos Atoleiros. A título de curiosidade podemos referir que o que se encontra na vila, foi encomendado pela Câmara Municipal na década de quarenta, mas só no ano de 2000 foi recuperado pela autarquia e colocado no local onde hoje o encontramos.

**Foto 36: Obelisco alusivo à
Batalha dos Atoleiros, na
Herdade dos Atoleiros**



**Foto 37: Obelisco alusivo à
Batalha dos Atoleiros, Fronteira**



Arquitetura Civil Privada

Casa mais antiga de Cabeço de Vide – Situada na rua do quebra-costas, construída provavelmente algures no século XIV, é um excelente exemplo da arquitetura da época. Afortunadamente a casa chegou aos nossos dias sem intervenções que adulterassem a sua traça original. Para além da sua composição interna humilde, exteriormente apresenta dois muros de suporte de grandes dimensões que ajudam as paredes portantes a sustentar o peso da estrutura da casa. Na fachada destaca-se a porta com arco ogival em granito (com forte influência árabe), assim como o triplo beirado, pouco frequente na região.

Casa da Rua de Avis, nº 74, Cabeço de Vide (Foto 38) – Esta casa situada numa das ruas privilegiadas dos séculos XIV e XV, terá sido construída entre o final do século XIV e o início do século XV. Para além da chaminé de grandes dimensões, destaca-se o portal que integra a fachada. Apesar de rudimentar, apresenta uma traça que relembra os desenhos dos artífices muçulmanos.

Casa Olivério Rosa, Cabeço de Vide – Este palacete do século XVIII, localiza-se na parte antiga da vila, mais concretamente na rua dos Ferreirinhos. A particularidade desta casa reside no facto de um homem sem conhecimentos arquitetónicos e com materiais que qualquer um tem acesso, transformar uma casa num exemplar de arquitetura (ou de decoração de fachada) bastante interessante. O autor desse trabalho, coveiro de profissão, recolhia bens deixados por civilizações que ocuparam o território de Fronteira e trazia-os para casa. Alguns fazem parte da fachada, como se de pequenas molduras se tratassem, outros, como uma pedra tumular romana, tem utilizações mais práticas – o banco junto da entrada.

Palacete da Avenida da Libertação, Cabeço de Vide (Foto 39), implantado praticamente em frente do Solar Simas de Cardoso constitui também um belo exemplar dos palacetes do século XVIII.

Foto 38: Casa da R. de Avis, nº 74



Foto 39: Palacete da Avenida da Libertação



Quinta e Cerca do Convento de Santo António, Fronteira – Localiza-se na vertente sudoeste da vila de Fronteira nas imediações da ribeira de Martinca. O edifício, do século XVII, foi vendido em hasta pública em 1879, depois de por volta de 1834 se terem extinguido as ordens religiosas e o convento e a cerca terem sido tomados pela Fazenda Nacional. No início do século XX, com o edifício já em ruína, foi adquirido por um privado e convertido em edifício habitacional, graças a um projeto da autoria de Ernesto Korrodi. A cerca começou a descaracterizar-se desde o desaparecimento do convento e introdução da agricultura.

Externato Rainha Santa, Fronteira (Foto 40) – Localizada naquela que é a rua mais nobre do Centro Histórico de Fronteira (a rua dos Trigueiros), este edifício apresenta características do estilo Arte Nova. Com dois pisos e águas furtadas, é revestido a azulejo. A cobertura é em telha cerâmica do tipo Marselhesa e o beirado é sustentado por uma estrutura de madeira trabalhada.

Solar da família Soares Franco, Fronteira (Foto 41), talvez a casa mais nobre da vila.

Solares na Travessa Maximiano H. Copeto Barradas, Fronteira – estes dois edifícios localizam-se a sul da Igreja Matriz, ocupando uma grande área desse quarteirão. Apesar de não ter sido possível observar detalhadamente os edifícios, pois trata-se de uma propriedade privada, a dimensão do lote em que se inserem (provavelmente o maior da vila) e a grandiosidade dos edifícios levou a que os considerássemos nesta inventariação.

Foto 40: Externato Rainha Santa



Foto 41: Solar da família Soares Franco



Estruturas de Apoio

Fonte do Borbolegão, Fronteira – Situa-se junto à estância termal das termas da sulfúrea. Esta fonte de difícil acesso poderá ter sido erguida nos últimos anos da era antes de Cristo. Esta estrutura foi edificada para proteger as águas da nascente que se situa junto ao solo. Com planta retangular, apresenta dois arcos abatidos sustentados por uma coluna quadrangular de granito trabalhado. O teto é formado por duas abóbadas com nervuras. No poial observam-se duas covinhas resultantes do pousar das bilhas.

Fonte do Zambujo, Cabeço de Vide – Esta fonte, fortemente influenciada pelo estilo romano, é construída em alvenaria, tem um arco a proteger a bica de onde escorre água para um pequeno depósito seguindo depois para um tanque retangular onde os animais beberiam água. No lado oposto encontra-se o poial, aproximadamente com as mesmas dimensões.

Fonte Nova, Fronteira (Foto 42) – Localiza-se junto à EN245. Foi construída em 1892 e inicialmente era em alvenaria e estava colocada junto à parede. Mais tarde foi transferida para o local onde hoje se encontra tendo-lhe sido colocado o mármore e as quatro bicas.

Fonte do Areeiro, Fronteira – Esta fonte construída no século XVI, localiza-se fora do aglomerado, junto à Quinta de São Francisco. Esta fonte, também conhecida como Fonte do Outeiro, destaca-se pela sua dimensão, enquadramento e por ser um excelente exemplar de como era feito o abastecimento de água na época.

Moinhos, Fronteira – Ao longo da ribeira Grande, junto à ponte, dispõem-se quatro moinhos que representam a memória da atividade de moagem dos cereais recorrendo à força das águas da ribeira.

Coreto de Fronteira (Foto 43) – De base octogonal, estrutura em alvenaria e cobertura em ferro trabalhado, foi construído em 1845 e foi inicialmente propriedade da Igreja Matriz. Tendo em vista a comemoração da mudança de século sofreu obras em 1899. Dezoito anos depois procedeu-se à substituição das colunas de madeira por outras metálicas. Finalmente, em 1941, voltou a ser intervencionado de forma a reparar os danos provocados pela passagem de um ciclone.

Pombal de São Saturnino, São Saturnino (Foto 44) – Este pombal construído em 1936 e recuperado em 2006, localiza-se no Monte Vale de Paredes, a sul de São Saturnino, junto do cruzamento da EM504-2 com a EN243. Para além da sua grande dimensão, destaca-se por ser um exemplar do estilo “Português Suave”, em ambiente rural.

Foto 42: Fonte Nova, Fronteira



Foto 43: Coreto de Fronteira



Foto 44: Pombal de São Saturnino



7.5 ÁREAS, SÍTIOS E CONJUNTOS COM INTERESSE

Destacam-se alguns Conjuntos notáveis de imóveis arquitetónicos que, pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico, se julgam de suma importância. São, então, de referir, como detentores de bons exemplos da arquitetura tradicional e popular, assim como pela conservação de núcleos urbanos que apresentam ainda coerência original, no seu traçado e edificado. Foram também identificadas **Áreas e Sítios** por constituírem uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, com valor histórico, arqueológico, natural ou social, e que se assumem como uma mais-valia do ponto de vista patrimonial.

7.5.1 Áreas e Sítios

S1. Praia da Represa, Cabeço de Vide – Esta praia fluvial, junto às Termas da Sulfúrea, permite o desfrute da proximidade com a vegetação, num local com grande qualidade ornamental. É proposta a reabilitação da envolvente e reforço dos equipamentos de apoio a esta praia fluvial. O Vale da Sulfúrea está ainda associado a um antigo balneário termal romano.

S2. Praia Fluvial e Ponte da Ribeira Grande – Situada a norte de vila, na estrada para Alter do Chão, a Ponte da Ribeira Grande e a sua envolvente servem de enquadramento à Praia Fluvial. A meio da encosta, na margem direita da ribeira, implanta-se o Observatório Astronómico. O local apresenta elevado valor histórico e cénico, pelo que se prevê a realização de obras de conservação da ponte, nos equipamentos e valorização paisagística da envolvente.

S3. Forca, Cabeço de Vide – Junto à entrada poente de Cabeço de Vide, isolada no topo de um outeiro, com excelente vista panorâmica sobre a vila, situa-se a Forca, local onde durante séculos criminosos foram executados. É o único exemplar conhecido em Portugal que escapou à destruição após a abolição da pena de morte em 1857. Para além da recuperação da estrutura, pretende-se a criação de

um centro interpretativo que para além explicar a função deste monumento permita também entender a forma com se processou a evolução urbana vila de Cabeço de Vide.

S4. Terreiro da Batalha dos Atoleiros – Área correspondente a todo o sítio classificado do Terreiro da Batalha dos Atoleiros - Fronteira (MN, Decreto n.º 3/2023, DR, 1.ª série, n.º 27, de 7-02-2023) e respetiva zona geral de proteção considerada como de grande sensibilidade arqueológica. É também na proximidade deste sítio que se localiza o obelisco alusivo à Batalha.

S5. Herdade Grande, São Saturnino – Este local riquíssimo do ponto de vista arqueológico, situa-se junto do limite poente da freguesia de São Saturnino, nas imediações da ribeira de Ana Loura. Nesta Herdade foram identificados e classificados 18 sítios arqueológicos, nomeadamente uma numerosa quantidade de antas, pinturas rupestres, um habitat e outros vestígios diversificados. Identifica-se como objetivo a criação de um complexo arqueológico com diversas valências integradas.

S6. Horta da Torre – sítio que corresponde a uma estação arqueológica associada a uma villa romana onde têm vindo a ser colocadas a descoberto várias estruturas edificadas e que revela potencial de progressão para novos trabalhos arqueológicas que coloquem a descoberto novas estruturas.

7.5.2 Conjuntos

C1. Núcleo Histórico de Cabeço de Vide (Foto 45, Foto 46 e Foto 47) – O núcleo histórico de Cabeço de Vide é talvez o mais rico do concelho em termos patrimoniais e culturais, destacando-se desde logo o Pelourinho, a Torre do Relógio, a antiga Casa da Câmara, a Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia, o conjunto edificado da Rua de Avis e as ruínas do Castelo. Apesar de se ter observado um esforço na recuperação da zona nobre da vila, alguns edifícios, espaços públicos, ruínas e outros vestígios deverão ser alvo de valorização, pelo que o PP em vigor deve ser revisto para assegurar a salvaguarda adequada do património cultural em articulação com a estratégia de reabilitação urbana.

Foto 45: Rua dos Anjos



Foto 46: Castelo de Cabeço de Vide



Foto 47: Habitações junto ao Castelo



C2. Núcleo Histórico de Fronteira (Foto 49 e Foto 50) – Este conjunto, em pleno centro de Fronteira abrange imóveis com elevado valor patrimonial, como por exemplo o Cruzeiro de São Bráz, o conjunto edificado da Rua dos Trigueiros (onde se localizam os edifícios mais nobres da vila), o Pelourinho, os Paços do Concelho, a Torre do Relógio, a Capela e Arco de Santos e a Igreja Matriz. Na proximidade desta, destacam-se ainda a Igreja da Misericórdia e Antigo Hospital e o coreto. Assim, tendo em vista a preservação e valorização deste conjunto, o Plano de pormenor deve ser revisto no sentido de estabelecer regras que articulem a salvaguarda do património de forma articulada com a necessidade de reabilitação urbana, quer ao nível do edificado, quer do espaço público, bem como proceder a remodelações e recuperações de edifícios dissonantes, desenquadrados da envolvente.

C3. Igreja de Nossa Senhora de Vila Velha, Fronteira (Foto 48) – Área da igreja classificada que se situa no num ponto alto e respetiva zona especial de proteção, localizada entra a vila de Fronteira e a Praia Fluvial da Ribeira Grande, no local onde se diz ter nascido Fronteira, a Igreja, a sua envolvente, acessos e área de possível dispersão de espólio arqueológicos justificam a delimitação de todo o conjunto como área a valorizar e proteger no contexto cultural.

Foto 48: Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha



Foto 49: Rua de Santa Maria



Foto 50: Rua dos Trigueiros



7.6 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O património arqueológico constitui um legado vivo das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, e essencial no âmbito do ordenamento do território.

A inclusão do património arqueológico como património a preservar visa, essencialmente, evitar que o desenvolvimento do concelho se realize à custa da destruição das memórias do passado.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objetos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou se suspeita, que existem ruínas ou objetos arqueológicos. A lavoura mecânica, os projetos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura e o alargamento de estradas e caminhos rurais, podem trazer efeitos devastadores para os sítios arqueológicos, daí a importância das cartas arqueológicas, as quais devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários, que geralmente estão associados a manifestações mais remotas.

Uma das medidas mais importantes é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos. A Câmara Municipal tem desempenhado um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu concelho, com a sensibilização da população. Os sítios arqueológicos refletem a história de uma comunidade anterior, independentemente do seu valor científico e do seu estado de conservação, pelo que é importante que se aposte na prevenção contra a destruição desta herança cultural.

O concelho de Fronteira possui um considerável número de sítios arqueológicos inventariados, que contribuem para o seu interesse histórico-científico. O material existente permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no concelho. Estão localizados e listados 248 sítios, destacando-se os 29 sítios em vias de classificação (na realidade são 28 porque um sítios localiza-se em Sousel e a respetiva zona geral de proteção é que abrange o território do município de Fronteira), identificados ao abrigo da abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano que, tal como referido, abrange inúmeros sítios nos distritos de Évora, Portalegre, Beja, Setúbal e Santarém (Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023):

Os sítios inventariados constam da Carta Arqueológica de Fronteira (Carneiro, 2005) e foram comunicados em relatórios do projeto Levantamento Arqueológico do concelho de Fronteira realizado entre 2000 e 2004, tendo os mesmos sido apresentados às instituições de tutela e aprovados.

Os critérios metodológicos e modos de obtenção da informação encontram-se descritos nos referidos suportes, estando a definição da categoria de sítios arqueológicos convenientemente explicitada e fundamentada. Ao contrário das práticas da arqueologia portuguesa, na publicação encontra-se também assinalada a área territorial objeto de prospeção intensiva e nas quais a fiabilidade de informação é considerada elevada, ficando as restantes áreas sob possibilidade de existência de sítios arqueológicos não identificados. Auscultados os responsáveis por esses trabalhos, cujo resultado foi

incorporado na revisão do PDM, os mesmos consideram que os critérios apresentados em sede própria são aí explícitos, e foram objeto de uma metodologia rigorosa na sua obtenção. Referem, ainda, que o sistema do Portal do Arqueólogo enferma de vários erros e imprecisões, já comunicados em ofícios à tutela, mas que persistem em estar presentes na consulta pública. As informações presentes no Portal do Arqueólogo devem ser confrontadas com a Carta Arqueológica de 2005, sendo este o documento correto de aferição.

Por este motivo, a base de dados do Património Cultural/instituição de tutela deve ser atualizada, incorporando estes sítios.

Assim, o documento de referência para o património arqueológico do concelho de Fronteira é a sua Carta Arqueológica publicada em 2005 em editora de expressão nacional, uma vez que nele se registam de forma rigorosa todos os indicadores patrimoniais de arqueologia. Deste modo, e por ter sido validada com trabalhos de campo, considera-se o documento base que condensa e reúne os indicadores patrimoniais existentes no concelho.

Inversamente, o Portal do Arqueólogo não explicita os modos de recolha de dados arqueológicos, que em algumas situações identificadas apresenta inclusões de sítios arqueológicos pertencentes a outros concelhos, bem como indicações sem sustentação no terreno.

A revisão do PDM é assim uma oportunidade para a tutela visitar esta situação e atualizar a Base de Dados Nacional de Referência que, atualmente não incorpora a informação nem reproduz corretamente o documento de referência do concelho publicado em 2005, ou seja, a Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira.

O resultado da identificação dos sítios consta da peça desenhada n.º 5 da caracterização da situação de referência, que acompanha o presente relatório. A respetiva listagem e descrição dos sítios arqueológicos considerados no âmbito da Revisão do PDM de Fronteira constam dos Anexos I e II do presente relatório, considerando no Anexo I os Sítios arqueológicos em vias de classificação (associados ao Projeto do Megalitismo Alentejano) e no Anexo II o restante património arqueológico não classificado.

7.7 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

No âmbito dos Valores Culturais salienta-se os seguintes aspetos:

- O concelho reúne um conjunto significativo de valores edificados, conjuntos e sítios arqueológicos (identificados no PDM), que contribuem para a preservação da identidade cultural e histórica deste território;

- A existência de uma carta arqueológica e o reconhecimento da quase 3 dezenas de sítios no contexto do projeto do Megalitismo Alentejano, bem como, o interesse de outros sítios associados à presença romana, dos núcleos históricos de Cabeço de Vide e Fronteira, da Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha com a sua localização privilegiada e do local da Batalha dos Atoleiros articulado com o respetivo Centro interpretativo, assumem particular destaque, potenciando a atratividade cultural e constituindo suporte a percursos e rotas culturais;
- Os núcleos urbanos de Cabeço de Vide e de Fronteira têm vindo a ser objeto de intervenções de requalificação e valorização de edificado, de espaços públicos e de infraestruturas no âmbito da delimitação das ARU que foram delimitadas em 2016. Em sede de Revisão do PDM, embora reconhecendo a sua importância enquanto Conjuntos Urbanos com Interesse, constata-se a necessidade de rever a regulamentação constante dos PP para evitar conflitos com as ARU e duplicação de regulamentação e de medidas tendo presente que a própria concentração de imóveis com interesse inventariados nesses conjuntos, e para os quais o PDM também define regulamentação de proteção ao imóvel e envolvente próxima, por si só, reforçam a proteção dos conjuntos urbanos onde se inserem.
- Os IGT são reconhecidamente identificados como instrumentos importantes do regime de valorização dos bens culturais, sendo assumido que estes bens constituem uma temática essencial no processo de desenvolvimento do território.
- O património deverá ser encarado na sua dimensão global, recomendando-se que assuma uma função de ancoragem estratégica para o município, uma vez que é um elemento que pode e deve contribuir para a valorização do território, abrindo-o a novas oportunidades (turismo cultural).
- A Revisão do PDM vem incorporar a atualização dos imóveis classificados e integrar os sítios arqueológicos inventariados no sentido de os salvaguardar e articular com as propostas de ordenamento.

8. DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO

8.1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente capítulo reúne- a análise das principais temáticas e indicadores que permitem criar uma base de avaliação da ocupação do território e das dinâmicas de transformação dessa ocupação e dos usos associados.

Constitui o ponto de partida para uma análise mais fina e sustentada a desenvolver no âmbito da proposta, e que irá justificar a futura classificação e qualificação do solo à luz do atual RJIGT.

O enquadramento regional, de forma mais abrangente, já foi efetuado. A contextualização estratégica, sócio económica, biofísica e cultural já consta dos capítulos anteriores e das peças desenhadas nº 1 a 5 que acompanham o relatório. Como tal, no presente capítulo é aprofundada a temática do uso e ocupação do solo na atualidade, do grau de comprometimento dos solos e da interpretação do sistema urbano local e a sua contextualização no sistema urbano regional.

8.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Optou-se pela designação da carta como “Uso e Ocupação do solo” (peça desenhada n.º 3 da caracterização da situação existente que acompanha o presente relatório), uma vez que no âmbito da revisão do PDM não se necessita de uma carta “clássica” de ocupação do solo, com o levantamento exaustivo de todas as existências que ocorrem no território, mas de uma carta que seja um elemento de base fundamental para o ordenamento do solo rústico e urbano.

A elaboração deste tema teve como base a Ocupação do Solo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2021 - 2030, complementado com a Carta de Uso e Ocupação do Solo - 2018 da Direção Geral do Território, que é a informação que melhor representa a realidade atual do território do Município de Fronteira. Na sequência do parecer do ICNF em sede de primeira reunião plenária da comissão consultiva da revisão do PDM, o gabinete técnico florestal da Câmara Municipal procedeu a retificações na delimitação das áreas associadas a sobreiros e azinheiras, sendo essa versão retificada a que contribui para a ponderação das propostas de ordenamento do solo rústico.

No caso das áreas sociais importa salientar que a COS 2018, não insere a totalidade das áreas artificializadas, delimitando umas, mas desprezando muitas outras na envolvente dos aglomerados ou dispersas pelo território, é disso exemplo a própria sede de freguesia de S. Saturnino que está inserida numa vasta área classificada como olival. Trata-se de áreas que podem não ser muito significativas em dimensão, mas que justificam redobrada atenção em fase de proposta de ordenamento no sentido de

serem devidamente classificadas e qualificadas para não inviabilizar o seu usos adequados. Na peça desenhada do uso e ocupação do solo foram também inseridos os perímetros urbanos em vigor no sentido de facilitar a análise, uma vez que algumas áreas não são reconhecidas nesta carta como tecido urbano, na realidade foram, entretanto, ocupadas ou sobre elas recaem planos em vigor e/ou alvarás de loteamento aprovados ao abrigo do PDM em vigor que lhes vão conferir a classificação como solo urbano.

De referir, que a partir das categorias da COS2018 houve ajustes necessários à realidade do município de Fronteira. São eles:

- As culturas anuais surgem agregadas (sequeiro e regadio), pois para o posterior ordenamento rural não se revela pertinente a diferenciação;
- No caso das áreas florestais, foi sempre considerada a espécie dominante para atribuir a categoria de ocupação do solo.

Assim, as classes de ocupação do solo agregam-se em vários usos dominantes, designadamente:

1. Áreas Sociais:

- Tecido urbano: é constituído por áreas contínuas e descontínuas, incluindo instalações desportivas, correspondendo principalmente aos aglomerados urbanos existentes em Fronteira;
- Indústria e comércio: estão incluídas nesta categoria zonas industriais ou de armazéns, bem como indústria ou comércio agrícola, dispersas pelo concelho. As áreas industriais de maior dimensão e mais importantes dentro do concelho são as de Fronteira e de Cabeço de Vide, bem como o aterro da Valnor. Estão ainda incluídas infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais;
- Áreas inertes: correspondem, sobretudo, no concelho de Fronteira, a áreas de estaleiro e zonas de construção, com relativa proximidade aos aglomerados urbanos;
- Espaços verdes urbanos: a esta categoria correspondem parques e jardins, associados aos aglomerados urbanos.

Foto 51: Relevo de ondulado suave, a Leste da zona industrial - Fronteira



2. Áreas Agrícolas:

- Agroflorestais: correspondem a sistemas culturais e parcelares complexos com consociação de diferentes espécies vegetais. As culturas anuais podem encontra-se associadas a pinheiros, azinheiras, sobreiros e outras folhosas, em que estes elementos arbóreos de encontram no terreno de forma muito dispersa. Estas manchas surgem principalmente na envolvente dos aglomerados urbanos de maior dimensão. Em sede de ordenamento são áreas que, eventualmente, vão ser integradas, no todo ou em parte, em subcategorias de espaços florestais à luz do Decreto Regulamentar nº 15/2015 que determina a qualificação do solo rústico;
- Culturas anuais: representam a maior percentagem da área agrícola. Correspondem a parcelas geralmente de grande dimensão, distribuídas pelas áreas aplanadas do concelho, com culturas temporárias de sequeiro ou regadio, que podem estar associadas a outras culturas como olival;
- Olivais: apresentam-se como extensas manchas nas áreas envolventes aos principais aglomerados urbanos;
- Pastagens: corresponde a manchas dispersas pelo concelho de pastagens permanentes. Estas pastagens são sobretudo para alimentação de animais e podem estar associadas a outras culturas como pomar ou olival;

Foto 52: Olival junto ao Largo Heróis da Pátria



Foto 53: Montado denso



- Vinhas: correspondem a áreas com pouca expressão no território do concelho de Fronteira;
- Sistemas agroflorestais de azinheira: povoamentos com azinheira como espécie dominante, em consociação com culturas temporárias ou permanentes e pastagens, distribuídos em manchas de dimensão muito significativa, mais concentradas a Norte a centro do concelho.

Trata-se de uma das ocupações mais significativas e de maior importância biofísica e económica para o concelho;

- Sistemas agroflorestais de sobreiro: povoamentos com sobreiro como espécie dominante, em consociação com culturas temporárias ou permanentes e pastagens, distribuídos sobretudo a Norte do concelho, com menor expressão territorial que a categoria anterior. A par da categoria anterior, representam áreas de enorme importância biofísica e ambiental;
- Sistemas agroflorestais de sobreiro e azinheira: também com localização sobretudo a Norte do concelho, estes são povoamentos mistos de sobreiros e azinheira, em consociação com culturas temporárias e pastagens. Têm as mesmas características que as categorias descritas anteriormente, bem como a mesma importância biofísica para o concelho.

3. **Áreas Florestais:**

- Azinheira: corresponde a povoamentos puros de azinheira, azinheira em consociação com folhosas em que a azinheira é dominante, em floresta aberta ou densa, cortes rasos e novas plantações. Localizam-se, sobretudo, na zona central do concelho;
- Sobreiro: corresponde a povoamentos puros de sobreiro, sobreiro em consociação com folhosas em que o sobreiro é dominante, em floresta aberta ou densa, e novas plantações. São manchas localizadas principalmente na zona central do concelho;
- Eucalipto: corresponde a povoamentos puros ou em consociação com outras folhosas, em floresta aberta ou densa, bem como novas plantações. Distribui-se em manchas de dimensão razoável, mas com pouca expressão territorial;
- Outras folhosas: localizam-se nas zonas marginais das linhas de água, onde proliferam espécies arbóreas e arbustivas pertencentes à flora típica de galeria ripícola (freixos, choupos, etc.). Distribuem-se sobretudo ao longo da Ribeira Grande. Nos cursos de água de menor expressão também existe em quase todas as galerias ripícolas, embora de pouca expressão fisiográfica. Correspondem a outras folhosas em floresta aberta ou densa, bem como novas plantações;
- Pinheiro manso: de pouca expressão territorial, correspondem a manchas de floresta aberta ou plantas ainda jovens, localizadas na zona sudeste do concelho.

4. **Áreas Naturais e Seminaturais:**

- Cursos de água: corresponde aos leitos dos cursos de água naturais, de maior relevância do concelho, nomeadamente a Ribeira Grande e os seus principais afluentes;
- Planos de água: corpos naturais ou artificiais de água doce, incluindo charcas, lagoas, superfícies de água represada, nomeadamente reservatórios de barragens, represas ou açudes. Apresentam-se com dimensões variáveis, sendo algumas de dimensão bastante considerável e distribuem-se por todo o concelho. Algumas têm como principal função a rega de áreas agrícolas;
- Vegetação natural: localiza-se sobretudo na zona central do concelho. Correspondem a manchas de vegetação naturalizada, composta por vegetação herbácea natural, vegetação esclerófita, vegetação esparsa e matos, correspondendo, em algumas situações, a espaços florestais degradados ou a antigas áreas agrícolas.

Genericamente

Segundo os estudos de Pina (2001), a agricultura surge como a principal atividade económica do concelho, tendo a sua expressão mais significativa na produção de cereais, especialmente do trigo, embora as condições edafoclimáticas do concelho sejam bem diferentes daquelas que podem garantir bons índices de produtividade deste cereal. A agricultura praticada no concelho destina-se quase na totalidade à comercialização.

Ainda de acordo com o mesmo estudo, o aumento das áreas cultivadas coincide com períodos de profundas alterações político-sociais. Assim, até meados do séc. XX, houve uma evolução agrícola distinguida por uma crescente especialização produtiva, culminando numa quase monocultura do trigo. A cultura do centeio, embora mais adequada às condições culturais do concelho, desapareceu dos campos agrícolas, devido ao maior preço de mercado do trigo. Na cultura da aveia aconteceu algo de semelhante, pois esta era abundante nos finais de 1800, mas pelas mesmas razões económicas e perda de força de trabalho animal, esta foi praticamente abandonada.

Juntamente com os cereais, as culturas mais difundidas no concelho são a vinha e a oliveira. Também tendo em conta o trabalho de Pina (2001) pode referir-se que a olivicultura é, atualmente, o sector agrícola local em que têm sido mais visíveis os efeitos dos investimentos efetuados no âmbito da Política Agrícola Comum. O olival existente em Fronteira, tendo sido, desde há longa data de sequeiro, começa agora, em especial nas grandes propriedades, a estar equipado com sistema de rega gota a gota. Este tem como principal objetivo a produção de azeitona que se destina exclusivamente à produção de azeite, não sendo explorada a produção de azeitona de mesa. Por outro lado, a vinha, cuja presença no concelho advém de tempos remotos, sofreu um declínio a partir do ano de 1960,

estando atualmente em franco ressurgimento. Segundo o autor, em 2001 já existia uma área de cerca de 40 ha de vinha de plantação recente, mas sem registo de uma produção significativa de vinho, sendo de prever que, atualmente, esta situação esteja alterada e já exista uma produção de vinho com algum interesse comercial.

Atualmente, o município de Fronteira está a recuperar culturas praticamente abandonadas, para ocupar os solos que deixaram de ser cultivados com as culturas cerealíferas de sequeiro. São então de salientar as proteaginosas, nomeadamente, o grão, a fava e o chícharo. Também a produção hortofrutícola apresenta boas perspetivas de crescimento, nomeadamente, a produção frutícola, atualmente sem qualquer expressão territorial, mas que outrora foi expressiva a nível de nozes, romãs e marmelos.

Os estudos de Pina (2001) referem também que, embora recentemente introduzida a cultura da beterraba, a sua produção em grande escala tem obtido bons resultados. Por sua vez o olival em produção intensiva ganhou expressão nos últimos anos.

Tal como referido no contexto das atividades económicas, as últimas décadas conhecerem um incremento da atividade agrícola e, segundo dados de 2021, o concelho de Fronteira afetava cerca de 16% da sua população às atividades agrícolas e pecuárias, tal como já acontecia em 2011. Entre 2011 e 2021 os dados disponibilizados traduzem um notório dinamismo recente das atividades agrícola, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados.

No que diz respeito ao consumo de água para as culturas de regadio este é satisfeito de diferentes formas: as grandes propriedades possuem barragens próprias, sendo a gestão dos recursos hídricos feita internamente; o pequeno e médio agricultor necessita de recorrer aos cursos de água do concelho, podendo verificar-se por vezes, na época de mais calor, um esgotamento de água nos ribeiros e cursos de água devido ao seu uso excessivo.

Em relação a culturas florestais, o montado de sobro é uma cultura bastante difundida no concelho, mas de pouca importância, uma vez que o retorno económico da extração de cortiça é muito lento em termos de rentabilização do investimento inicial. Outras culturas florestais foram tentadas no concelho, nomeadamente durante o séc. XIX onde se ensaiou a plantação de manchas de pinhal, mas a iniciativa não teve continuidade e os pinheiros acabaram por desaparecer quase por completo da paisagem. Em relação ao eucalipto, este também foi introduzido na mesma altura que o pinheiro tendo atingido uma grande expansão ocupando algumas centenas de hectares, embora atualmente não seja tão expressivo.

De acordo com os estudos do “Caderno I - Diagnóstico - Informação Base” do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2021 - 2030, é de referir que a floresta, no território de Fronteira, é o principal fator de sustento e desenvolvimento do território. Na realidade pode concluir-se que o setor primário é preponderante no concelho com a agricultura e as culturas florestais a assegurarem a estruturação, desenvolvimento e ocupação deste território

*“Dos 248,59 km² do território do concelho de Fronteira, 82,09 km² (cerca de 33%) estão localizados numa zona homogênea pela sua ocupação do solo, nomeadamente por floresta constituída essencialmente por quercíneas, nomeadamente Azinheiras (*Quercus ilex*) e Sobreiros (*Quercus suber*), marcam também presença em menor escala os eucaliptos e área inculta (matos). Existe igualmente, porém em menor abundância, outras espécies como os freixos, amieiros e salgueiros”, PMDFCI, 2021-2030.*

Quadro 46: - Espaços Florestais do Concelho de Fronteira (ha)

Povoamento Florestal	Cabeço de Vide	Fronteira	São Saturnino	Total Geral
Azinheira	835,92	3202,53	793,99	4832,43
Azinheira x Folhosas	27,07	165,11	2,63	194,80
Eucalipto	345,15	154,22	-	499,37
Eucalipto x Folhosas	3,60	1,07	-	4,67
Outras folhosas	15,99	115,66	35,94	167,58
Outras Formações Lenhosas	1,87	-	-	1,87
Outras misturas	-	5,88	-	5,88
Pinheiro Manso	28,03	-	257,34	285,37
Sobreiro	272,87	1020,33	108,06	1401,26
Sobreiro x Azinheira	179,71	557,92	14,80	752,44
Sobreiro x Folhosas	13,15	72,39	1,48	87,02
Total Geral	1723,35	5295,11	1214,23	8232,69

Fonte: Caderno I - Diagnóstico - Informação Base, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2021 - 2030

Ainda de acordo com o PMFDCI 2021-2030, a área Florestal do concelho é caracterizada pelas suas atividades rurais, nomeadamente a exploração pecuária em regime de silvo pastorícia, e a exploração florestal, principalmente do sobreiro, através da exploração da cortiça. Estas atividades são ameaçadas todos os anos pelos incêndios florestais, com todos os impactos negativos que os incêndios trazem.

8.3 PMOT, COMPROMISSOS E PARTICIPAÇÕES

Na peça desenhada n.º 7 que acompanha e complementa o presente relatório, encontra-se cartografada a informação que se considera relevante para analisar o grau de comprometimento do território e as intenções que sobre ele recaem, para além do que é a ocupação e uso efetivos no momento atual. Neste contexto foram considerados:

- Planos municipais de ordenamento do território que determinam a utilização do solo urbano;
- Áreas de reabilitação urbana;
- Compromisso urbanísticos;
- Intenções e participações particulares.

8.3.1 Planos municipais de ordenamento do território

Uma vez que o âmbito e principais diretrizes dos planos em vigor e em elaboração foram abordados no contexto do Quadro de Referência Estratégico QRE (capítulo 3), no presente capítulo importa apenas efetuar uma breve reflexão sobre o que representam, no momento atual, estes planos e a pertinência da sua manutenção (mantendo, ou não o compromisso sobre o uso e ocupação do solo), da sua revisão (adequando-os) ou revogação (por se encontrarem desadequados às orientações atuais ou constituírem um constrangimento à implementação da estratégia atual para o desenvolvimento do município). Conforme referenciado no capítulo QRE, encontram-se:

Em vigor:

- I - Plano de Pormenor de uma Parcela de Terreno Junto à Escola Primária de Fronteira;
- II - Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Fronteira;
- III - Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Cabeço de Vide;
- IV - Plano de Pormenor da Zona Sudoeste de Cabeço de Vide;
- V - Plano de Pormenor da Tapada do Pego;
- VI - Plano de Pormenor de D. Maria;

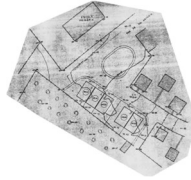
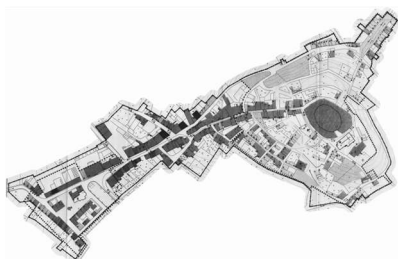
Em elaboração:

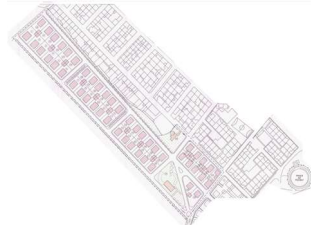
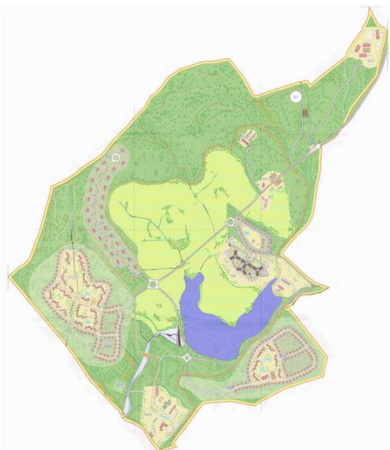
- VII - Plano de Pormenor de Monte Seco;
- VIII - Plano de Pormenor das Termas da Sulfúrea.

Para esta análise trazem-se também as duas áreas de reabilitação urbana aprovadas segundo Aviso n.º 5968/2016, de 9 de maio, publicado no Diário da República n.º 89/2016, Série II de 2016-05-09:

- A - ARU de Fronteira
- B - ARU de Cabeço de Vide

Relativamente aos planos em vigor (ponderando, também, a relação com as ARU em dois deles) constata-se que:

Plano	Situação	Planta Síntese (S/ escala)
I - Plano de Pormenor de uma Parcela de Terreno Junto à Escola Primária de Fronteira	Plano publicado em 1992. Foi elaborado num contexto legislativo completamente distinto do atual e é equiparável a um loteamento urbano de reduzida dimensão localizado, hoje, na malha urbana consolidada da Vila e, como tal, é um instrumento que não se justifica manter em vigor.	
II - Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Fronteira	Plano publicado em 2005. O seu principal objetivo é a preservação e reabilitação da zona histórica da Vila onde se concentram os principais valores culturais. O PP vincula as soluções arquitetónicas e materiais. Com a delimitação da ARU de Fronteira, em 2016, a zona do PP ficou integrada nesse contexto e a Câmara Municipal tem vindo a sentir diversos constrangimentos à implementação da estratégia de reabilitação urbana face à obrigatoriedade de cumprir determinadas regras do PP que considera excessivamente restritivas às intervenções que se pretende desenvolver. Desta forma, uma vez que decorreram quase 20 anos sobre a entrada em vigor do PP, e a recuperação e revitalização dos centros históricos é uma prioridade no contexto das estratégias nacionais e locais de reabilitação urbana e da habitação é importante rever a situação deste plano.	
III - Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Cabeço de Vide	Plano publicado em 2004. Tal como no caso de Fronteira, o seu principal objetivo é a preservação e reabilitação da zona histórica da Vila onde se concentram os principais valores culturais. Também neste caso o facto de a área do PP estar integrada na ARU traz o mesmo tipo de constrangimentos que ocorrem em Fronteira e como tal a abordagem e necessidade de revisão deverá ser semelhante.	

Plano	Situação	Planta Síntese (S/ escala)
IV - Plano de Pormenor da Zona Sudoeste de Cabeço de Vide	Plano publicado em 2009. Infraestruturas realizadas e encontra-se parcialmente edificado. Mantém-se válido nos objetivos e propostas, constituindo um instrumento de programação da ocupação em solo urbano.	
V - Plano de Pormenor da Tapada do Pego;	Publicado em 2012. Modalidade simplificada de Plano de Intervenção em Solo Rústico (PIER), teve como objetivo viabilizar a construção de um equipamento social numa área contígua ao perímetro urbano do aglomerado de Cabeço de Vide, deixando a restante com ocupação florestal. Está concretizado. Verificar se com a revisão do PDM se justifica manter este plano.	
VI - Plano de Pormenor de D. Maria;	Publicado em 2004 e alterado em 2008. Corresponde a um Plano de Intervenção em Solo Rústico que tinha como objetivo principal a construção de um campo de golfe e de diversos empreendimentos turísticos, complementados com outros usos e atividades complementares. Parte das infraestruturas estruturantes e de acesso foram concretizadas, bem como algumas edificações pontuais, mas os empreendimentos turísticos e o campo de golfe não tiveram qualquer desenvolvimento. Decorridos 20 anos da sua entrada em vigor, este é um modelo turístico e um conceito que devem ser revistos, até pelo nº de camas turísticas excessivo que consome da cota possível atribuída concelho e que desta forma fica cativa inviabilizando outras iniciativas que possam vir a surgir em contexto mais atual e adequado àquele território. O município deverá prever a revogação ou revisão do plano com redução do número de camas e alteração do conceito/equipamento de uso comum, estabelecendo um prazo para o efeito, findo o qual o plano poderá ser revogado. A revisão parece revelar-se a opção mais adequada face às infraestruturas que já estão implantadas no local.	

8.3.2 Compromissos urbanísticos

O conceito de compromisso urbanístico está associado ao conteúdo documental descrito na alínea c) do n.º 3 do artigo 97º do D.L. n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT), que refere a necessidade de inclusão de *“Planta ou relatório com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano.”*

Consideram-se válidas as operações urbanísticas que se encontram em curso, com informações prévias favoráveis e projetos aprovados.

A informação prévia é constitutiva de direitos ao licenciamento do projeto se: i) o pedido for apresentado no prazo de um ano (renovável por mais um) e ii) o projeto corresponder ao que foi apreciado em sede de PIP.

No concelho de Fronteira foram cartografados na peça desenhada 16 loteamentos aprovados:

- 1 - Loteamento Municipal do Castelo, Cabeço de Vide;
- 2 - Loteamento da Zona Industrial de Cabeço de Vide;
- 3 - Loteamento Municipal Rua das Flores Cabeço de Vide;
- 4 - Loteamento Bartolomeu Dias, Cabeço de Vide;
- 5 - Loteamento Sul de Cabeço de Vide;
- 6 - Loteamento Santa Casa da Misericórdia em Cabeço de Vide;
- 7 - Loteamento Municipal Sr.^a dos Mártires, Fronteira;
- 8 - Loteamento do Espírito Santo, Fronteira;
- 9 - Loteamento da Zona de Expansão Urbana a Sudeste de Fronteira;
- 10 - Loteamento Ampliação de 6 Moradias em Banda;
- 11 - Loteamento Municipal dos Atoleiros, Fronteira;
- 12 - Loteamento Municipal da Fonte Nova, Fronteira;
- 13 - Loteamento da Zona Industrial de Fronteira (1ª Fase);
- 14 - Loteamento da Zona Industrial de Fronteira (2ª Fase);
- 15 - Loteamento Municipal de Vale de Seda, Fronteira;
- 16 - Loteamento Municipal da Lameira, Vale de Maceiras.

Como seria expectável a maioria dos loteamentos são de iniciativa municipal e localizam-se na sede de concelho (com 8 loteamentos, alguns de grande dimensão) e em Cabeço de Vide (6 loteamentos), sendo a única exceção o loteamento municipal de Vale de Seda (n.º 15).

Globalmente apresentam um elevado grau de urbanização e edificação, excetuando-se os loteamentos 11 e 12 em Fronteira que, sendo s de maior dimensão, ainda apresentam algumas áreas por consolidar.

Em síntese, uma área significativa dos perímetros urbanos do PDM em vigor (cuja delimitação remonta a 1995), foi concretizada através dos referidos loteamentos uma vez que, na generalidade, realizaram-se as respetivas obras de urbanização e operações urbanísticas, ainda que parciais em alguns casos, contribuindo para justificar a manutenção do estatuto de solo urbano dessas áreas.

8.3.3 Intenções e participações

A intervenção ou participação dos particulares no procedimento de elaboração dos instrumentos de planeamento desempenha um papel fulcral na aproximação dos interesses públicos e privados para uma determinada área e os objetivos e propostas dos referidos instrumentos.

A atual legislação consagra, no âmbito dos PMOT, a participação pública dos cidadãos no decurso do processo de planeamento, devendo para tal a Câmara Municipal facilitar o acesso de todos os interessados aos elementos relevantes para que possam conhecer o estado dos trabalhos e formular sugestões. Dentro desta filosofia, a elaboração, revisão ou alteração, de um PMOT tem obrigatoriamente de ser precedida de uma consulta pública.

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 76º e n.º 2 do artigo 88º do RJIGT o período inicial de participação pública da Revisão do PDM, para formulação de observações e sugestões, decorreu por 15 dias úteis na sequência da publicação do Aviso n.º 4782/2022, publicado a 7 de março de 2022. Durante esse período foram apresentadas 2 participações, tendo posteriormente sido apresentadas mais 2 participações as quais se encontram resumidas no quadro seguinte e identificadas/localizadas na peça desenhada n.º 7 que acompanha o presente relatório.

Quadro 47: Participações rececionadas, por ordem de entrada

ID	Localização	Tipologia/síntese da participação
A	A norte de Cabeço de Vide	Área de solo rústico de grandes dimensões Solicita alteração de classificação do solo de rústico para urbano
B	A sul de Fronteira e da EN 243	Atividade pecuária instalada, pedido de alteração de indicadores para viabilizar atividade
C	A norte de Fronteira	Pequena área de solo rústico com edificado e acesso por caminho existente. Pede exclusão de REN em vigor
D	A nordeste de Fronteira	Pequena área em solo rústico com edificado na proximidade de outras áreas edificadas e com acesso por caminho existente. Pede exclusão de REN em vigor
E	A nascente de Cabeço de Vide, junto ao limite do concelho	Monte da Fontainhas onde é solicitada a viabilidade para instalação de uma unidade de exploração de águas minerais. Pede exclusão de RAN

Constata-se que o grau de participação é pouco expressivo e, globalmente, vai no sentido de libertar as parcelas dos condicionamentos de RAN e/ou REN. O pedido de alteração da classificação, num dos casos, de solo rústico para urbano, não encontra qualquer enquadramento possível no atual regime.

Quanto às exclusões de RAN e REN, o processo de revisão do PDM é acompanhado de nova delimitação para estas duas reservas o que trará, por si só, alterações aos limites das reservas que

estão em vigor. Qualquer pedido de exclusão sobre essas novas delimitações só poderá ocorrer em determinadas circunstâncias e com a fundamentação adequada.

Uma das participações menciona a necessidade de rever os parâmetros urbanísticos em solo rústico, situação que é também identificada como objetivo de revisão pelo próprio Município.

8.4 INTEGRAÇÃO DE FRONTEIRA NO SISTEMA URBANO REGIONAL

As características estruturantes da organização territorial e económica da região Alentejo ainda são fortemente marcadas por traços do século passado, nomeadamente a base económica agrícola, as características de uma sociedade rural e a própria organização do território.

Num quadro global das alterações significativas ocorridas no desenvolvimento do país nas últimas décadas, a Região Alentejo sofreu profundas transformações sociais, económicas e espaciais, sendo que as estruturas agrícolas perderam influência na base produtiva regional e deixaram de exercer o seu papel fundamental na estruturação da sociedade rural, bem como no padrão de uso do solo e da organização espacial.

Hoje, o Alentejo está inequivocamente numa fase de transição, basicamente por força da alteração das bases económica e social, as quais induzem óbvias transformações ao nível da organização espacial das relações económicas e sociais da Região. As consequências deste processo emergente apresentam já traços visíveis ao nível da dimensão territorial: i) por um lado, criando novas relações entre vários pontos do território (as emergências das cidades e dos centros urbanos principais, o progressivo despovoamento das aldeias e dos espaços mais marginais e as novas relações urbano-rural; ii) por outro lado, os novos contornos das relações estabelecidas entre alguns pontos do espaço regional alentejano com o exterior, nomeadamente o intensificar das influências provenientes da Área Metropolitana de Lisboa e das relações com os territórios de proximidade da fronteira espanhola, bem como os fluxos turísticos nacionais e internacionais.

Neste quadro global, a estruturação urbana da região Alentejo, segundo o PROTA, organiza-se, em torno de: um conjunto de corredores e polaridades regionais; uma tipologia hierárquica de centros urbanos; um grupo de subsistemas urbanos.

Os **corredores e polaridades regionais** desenvolvem posicionamentos competitivos diferenciados e permitem a estruturação do sistema urbano. Os corredores unem os principais centros urbanos, económicos e fronteiriços. Por seu turno, a malha urbana regional é estruturada por uma tipologia de centros urbanos, estabelecida em função de diferentes funcionalidades urbanas, que visa consolidar

um sistema urbano assumidamente policêntrico. No quadro do PROTA, são definidos três tipos de centros urbanos:

- **Centros Urbanos Regionais:** são os polos nucleares do desenvolvimento devendo assumir esta função de ancoragem e afirmação regional. Definem-se pela “concentração de população residente, pela importância da base económica e por um leque diversificado de equipamento e serviços”. Os Centros Urbanos Regionais são Évora, Beja, Portalegre, Elvas/Campo Maior e Sines/Santiago de Cacém/Santo André;
- **Centros Urbanos Estruturantes:** podem ser vistos como os “nós estruturantes do sistema urbano regional”, devendo desenvolver uma forte articulação com os centros urbanos regionais e com os centros urbanos complementares. Enquadram-se nesta tipologia os centros urbanos de Ponte de Sor, Nisa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Castro Verde, Aljustrel, Serpa, Moura, Odemira, Grândola e Alcácer do Sal;
- **Centros Urbanos Complementares:** correspondem a todas as sedes de concelho que não integram as restantes tipologias. Estes centros urbanos, ainda que hierarquicamente inferiores aos anteriores, são fundamentais para a sustentação dos territórios de baixa densidade e para a afirmação das relações urbano-rurais, devendo afirmar-se enquanto nós de estruturação e amarração local e de articulação com o restante sistema urbano regional.

Por fim, estabelecem-se aglutinações de centros urbanos e zonas nos seus raios de influência que suportam a coesão territorial, os subsistemas urbanos, vistos pelo Modelo Territorial como fundamentais para a consolidação do policentrismo do sistema urbano.

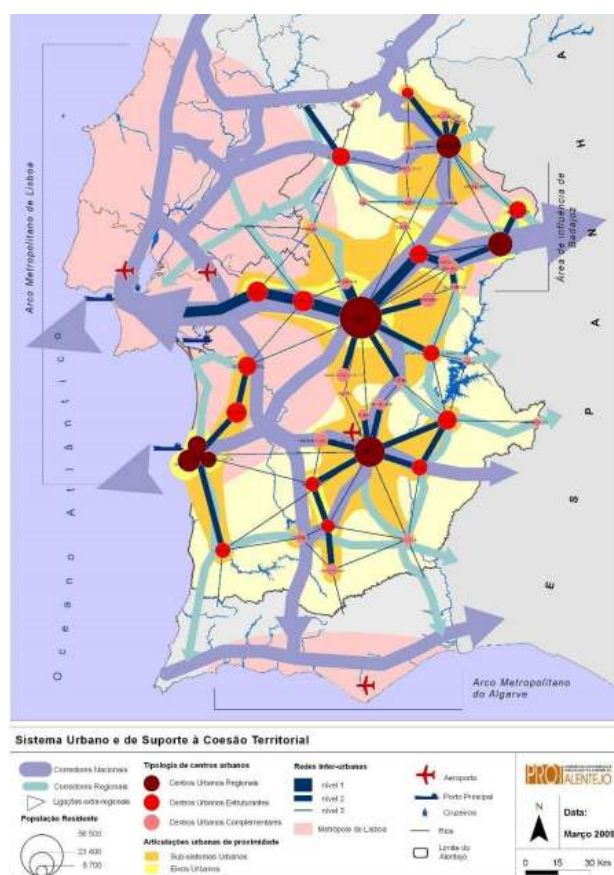
No âmbito da tipificação do **sistema urbano regional do PROTA, Fronteira integra-se** da seguinte forma:

- Na tipologia de centros urbanos: Centro Urbano Complementar.
- No conjunto de corredores e polaridades regionais: na proximidade do corredor transversal “Lisboa – Ponte de Sor – Alter do Chão – Portalegre – Mérida/Cáceres” e do corredor longitudinal “Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Algarve”.
- No grupo de subsistemas urbanos: Subsistema urbano do Norte Alentejano, que se estrutura em torno de Portalegre, Elvas/Campo Maior e Ponte de Sor.

O concelho de Fronteira, apesar da sua diminuta dimensão demográfica/funcional e, por isso, identificado como um centro urbano complementar, tem, contudo, um posicionamento relativamente

privilegiado no quadro dos corredores e subsistemas urbanos a consolidar no âmbito das atribuições conferidas pela PROTA, devendo de aí conseguir retirar dividendos, assim como ser contributivo para a esperada estruturação e amarração local e articulação com os restantes nós do sistema urbano regional.

Figura 19: Sistema Urbano do Alentejo



Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, 2009

8.5 SISTEMA URBANO DE FRONTEIRA

Tendo em conta a dimensão dos centros urbanos e a estrutura do povoamento do concelho de Fronteira definiram-se, como critério para a abordagem desta matéria, os 5 centros/aglomerados existentes no concelho: Cabeço de Vide, Fronteira, Vale de Maceiras e Vale de Seda e Sulfúrea (Termas), mesmo que estes últimos tivessem, em 2021, dimensões demográficas muito reduzidas.

De referir que o lugar de São Saturnino, embora correspondendo à sede de freguesia, é inexpressivo enquanto aglomerado urbano.

Os indicadores utilizados na determinação da hierarquia dos centros urbanos foram: Dimensão Demográfica; Funções Centrais do Sector Privado; e Funções Centrais do Sector Público.

As definições das expressões utilizadas ao nível da abordagem da estruturação funcional, são as seguintes: i) Centro Urbano - lugar (aglomerado) onde se localiza uma ou mais funções centrais; ii) Função Central - tipo de empresa comercial ou de serviços que exerce a sua atividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve; iii) Unidade funcional - cada unidade da função central.

A simplicidade da estruturação territorial do concelho de Fronteira quase fazia prescindir uma abordagem mais pormenorizada deste tema, já que é imediata a perceção dos diferentes níveis dos quatro centros urbanos existentes. Contudo, o conhecimento atualizado das variáveis que permitem caracterizar o sistema urbano concelhio, é um dado importante para a perceção da evolução da realidade local. Daí que, mais no sentido de dar a conhecer a realidade mais atual, se apresentam os dados demográficos (dos censos 2021), mas, sobretudo, os dados das funções centrais do sector público (equipamentos de utilização coletiva).

Dimensão demográfica e povoamento

A dimensão demográfica é o indicador que permite iniciar a abordagem de definição de diferentes níveis hierárquicos. Com efeito, a diferenciação dos níveis hierárquicos dos lugares, pela importância das suas funções, está intimamente associada à importância das funções demográficas dos próprios centros urbanos. Assim, a dinâmica do aparecimento de funções centrais relaciona-se com as flutuações populacionais.

Fronteira é um concelho com uma dimensão populacional muito reduzida e que tem vindo progressivamente a perder população, década após década, desde a segunda metade do século XX. Em 2021, possuía 2858 habitantes.

A distribuição populacional pelo território municipal tem sentido as consequências destas perdas demográficas, verificando-se, ao longo do tempo, não só a diminuição da população em todos os centros urbanos, incluindo Fronteira e Cabeço de Vide, como também o esvaziamento das aldeias. Dos oito aglomerados urbanos existentes na década de 60 e para um total de população de 7063 habitantes, verificou-se que em 2021, o número de aglomerados, assim como o número de residentes passaram, ambos, para menos de metade.

Na última década, o concelho de Fronteira registou, globalmente, um decréscimo populacional de 16,2% (menos 552 indivíduos), o qual atingiu, em termos relativos, de forma aproximada, todas as

freguesias. Ao nível dos aglomerados/centros urbanos, a evolução demográfica ocorrida, confirmou o que a evolução concelhia e das freguesias fazia prever, ou seja, todos os centros/aglomerados registaram decréscimos demográficos, sendo que o cenário global foi de perdas extensíveis a todo o território.

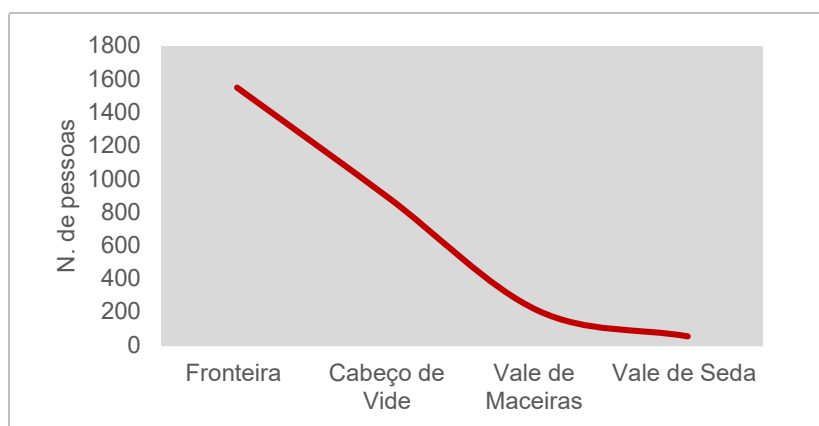
Em 2021, os cinco lugares⁹ do concelho concentravam 95% da população concelhia, apresentando-se, destacadamente, o centro urbano de Fronteira como o mais importante polo demográfico, representando 54% da população total do concelho, seguido, por Cabeço de Vide (31%), Vale de Maceiras (7%) e Vale de Seda (2%). A população isolada/dispersa representa os restantes 5%, ou seja, um volume na ordem das 1,5 centenas de pessoas.

Quadro 48: População do concelho de Fronteira, por lugar, 2001/2021

Lugares	População 2001		População 2011		População 2021		Tx. Var. 2011/21 (%)
	N.º	% no total concelho	N.º	% no total concelho	N.º	% no total concelho	
Cabeço de Vide	1109	29,7	1027	30,1	893	31,2	-13,0
Fronteira	2072	55,5	1849	54,2	1550	54,2	-16,2
Vale de Maceiras	302	8,1	250	7,3	209	7,3	-16,4
Vale de Seda	37	1	60	1,8	53	1,9	-11,7
Sulfúrea			2	0,1	4	0,1	100,0
Total Centros Urbanos	3520	94,3	3188	93,4	2709	94,8	-15,0
Total Concelho	3732	-	3410	-	2858	100,0	-16,2

Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

Gráfico 19: Escalonamento urbano, segundo a dimensão populacional dos centros urbanos, 2021



Fonte: IN - Portugal, Censos 2021

⁹ À data de 2021 não se considera o lugar de Sulfúrea como integrante do sistema urbano municipal.

Funções centrais do setor privado

O escalonamento urbano de uma rede de centros, tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto, se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos, ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do sector privado, quer do sector público.

As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta, com certa facilidade e rapidez, às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica.

Consideram-se funções centrais do sector privado aquelas que se referem, sobretudo, a serviços e unidades comerciais retalhistas e a sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique. A análise funcional teve como suporte a quantificação das funções centrais e das unidades funcionais que se encontram sistematizadas no quadro seguinte.

A análise da dotação funcional dos aglomerados traduz um razoável desenvolvimento funcional do conjunto do concelho face à população a servir, cujos dois principais polos urbanos (Fronteira e Cabeço de Vide) estão dotados de funções de apoio às necessidades locais de nível básico, de procura ou prestação de serviços de frequência diária, mas também outras de aquisição mais ocasional, num contexto de uma significativa diversificação de funções.

Funções centrais do setor público

As funções centrais do sector público são aquelas que dizem respeito, essencialmente, a serviços e equipamentos de uso coletivo, e enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende, essencialmente, de fatores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização, a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos coletivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e socioeconómica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos centros urbanos pela ocorrência de funções centrais do sector privado, deva ser feita em conjunto com as funções centrais do sector público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos (câmara municipal, juntas de freguesia, tribunal, conservatórias, etc.) porque, dadas as características do concelho, a quase totalidade dos existentes se localiza na sede concelhia.

A dotação de equipamentos sociais do concelho de Fronteira, à imagem da distribuição das funções centrais do sector privado, coloca, naturalmente, a sede concelhia em primeiro plano e relativamente destacada de Cabeço de Vide. Vale de Maceiras e Vale de Seda têm dotações muito reduzidas, em função dos quantitativos populacionais em presença.

Quadro 49: Funções centrais do setor Público, concelho de Fronteira, 2023

Centro urbano	Cabeço de Vide	Fronteira	Vale de Maceiras	Vale de Seda
Valência				
EDUCAÇÃO				
Pré-escolar	X	X		
1º CEB	X	X		
EB 2,3 e ES		X		
SAÚDE				
Centro de Saúde		X		
Extensão do Centro de Saúde	X		X	X
Farmácia	X	X	X*	
SOLIDARIEDADE SOCIAL				
Creche	X	X		
ATL	X			
Lar da 3ª Idade	X	X		
Centro de Dia		X	X	
Centro de Convívio	X	X	X	
Apoio Domiciliário	X	X		
DESPORTO				
Pequeno Campo Jogos			X	
Grande Campo Jogos	X	X		
Pavilhão/Sala de Desporto		X		
Piscina		X		
Pista de Atletismo		X		
CULTURA				
Centro Interpretativo Batalha Atoleiros		X		
Centro Cultural		X		
Cinema **		X		
Centro de exposições **		X		
Posto de Turismo**		X		
Biblioteca		X		
Espaço Internet		X		
Centro cultural recreativo			X	X
Associação	X	X	X	X
PREVENÇÃO E SEGURANÇA				

Centro urbano	Cabeço de Vide	Fronteira	Vale de Maceiras	Vale de Seda
Valência				
Bombeiros		X		
GNR	X	X		
TOTAL DE FUNÇÕES CENTRAIS	12	24	7	3

* Posto Farmacêutico Móvel

** Pertencentes ao Centro Cultural de Fronteira

X - Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira, outubro 2008, complementado com outras fontes em 2017 e em 2023.

Níveis do sistema urbano municipal

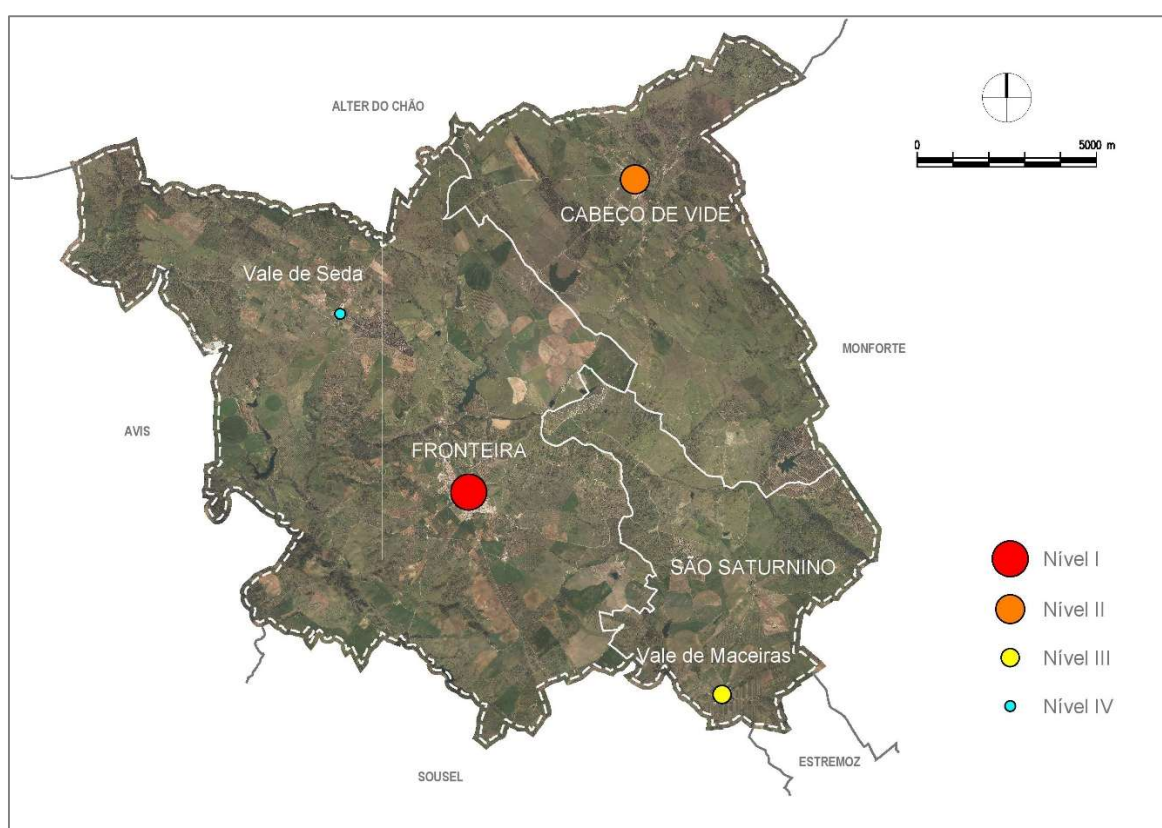
O sistema urbano municipal é polarizado pela sede concelhia, a qual concentrava cerca de 54% da população do concelho de Fronteira. Cabeço de Vide é, também, um centro importante no município, onde reside aproximadamente 1/3 da população concelhia. As duas restantes aglomerações humanas do concelho são pequenas localidades – Vale de Maceiras (209 pessoas) e Vale de Seda (53 pessoas).

O sistema urbano deste concelho de cariz rural e com funções, predominantemente, de apoio às necessidades básicas e de carácter ocasional de bens e serviços da população é marcado por dois aspetos fundamentais que podem ser considerados causa e consequência do seu nível de desenvolvimento, nomeadamente o seu povoamento concentrado e fortemente polarizado pelo centro urbano de Fronteira e as condições de acessibilidade que nem sempre favoreceram a deslocação ao centro urbano de nível superior mais próximo - Portalegre, para procura de bens e serviços de nível superior, favorecendo a dotação de unidades de comércio e serviços que proporcionam uma autonomia assinalável face a outros centros urbanos da região. Com efeito, apesar de Portalegre ser a cidade capital de distrito, a população só ali se desloca por questões administrativas/institucionais. Para funções comerciais e de serviços privados, o grande centro polarizador é Estremoz (mercado de rua aos sábados, supermercados, etc.).

Este apreciável apetrechamento de funções comerciais e de serviços do sector privado tem a ver não só com a diversidade de funções, como também com o número de unidades funcionais existentes e, sobretudo, quando dimensionadas com o volume populacional da sede concelhia e da totalidade do concelho. O mesmo se pode afirmar relativamente à dotação de equipamentos de utilização coletiva, sendo casos emblemáticos, os equipamentos de saúde, os equipamentos desportivos (8,7m²/habitante quando o recomendado são os 4m²/habitante), ou os equipamentos de apoio aos idosos, mesmo que se reconheça o desajuste entre a oferta existente e a procura emergente (falta de lares e excesso de centros de convívio), o concelho tem capacidade para apoiar 39% da população idosa.

No contexto territorial do concelho, a distribuição espacial dos centros revela uma estrutura relativamente equilibrada, polarizada por Fronteira no centro/sul do concelho e Cabeço de Vide, a norte. Assim, o sistema urbano atual é constituído pelos seguintes níveis hierárquicos: i) **Nível I – Fronteira**; ii) **Nível II – Cabeço de Vide**; iii) **Nível III – Vale de Maceiras**; iv) **Nível IV – Vale de Seda**.

Figura 20: Sistema Urbano do Concelho de Fronteira, 2023



Fonte: Mundo às Riscas, Lda. (elaboração própria)

Sendo este o sistema urbano atual, poderá vir a sofrer alterações, decorrentes da evolução e discussão das propostas a apresentar, sobretudo a nível urbanístico e de infraestruturas viárias, podendo vir a configurar-se uma nova hierarquia, em função não só dos aspetos referidos, mas também da própria estratégia de desenvolvimento a definir para o concelho, sendo certo que deve manter-se presente a importância da hierarquização dos centros urbanos enquanto estrutura orientadora da implantação espacial de equipamentos coletivos e de atividades económicas promotoras de desenvolvimento e atenuadoras das desigualdades espaciais.

8.6 ESTRUTURA DO POVOAMENTO

Como se sabe, a concentração da população num determinado território está diretamente ligada às características geomorfológicas e biofísicas do território objeto de povoamento. Num processo de planeamento de incidência alargada, como é o caso do Plano Diretor Municipal, importa identificar de que forma estas características potenciaram ou condicionaram a fixação humana no território, e em que medida ainda são determinantes na sua ocupação.

Fronteira encontra-se implantada no centro do país, na peneplanície alentejana. O relevo do concelho caracteriza-se por ser ligeiramente ondulado e pouco expressivo alternando formas suaves de aplanagem com contornos mais pronunciados, por vezes com configuração de colina. Embora pouco frequentes e com desníveis pequenos destaca-se a poente de Cabeço de Vide a Serra das Penas.

Tal como referido nos capítulos anteriores, a ribeira Grande é a principal linha de água do concelho, mas para além desta, destacam-se pelo seu maior caudal, o ribeiro de Sarrazola e a ribeira de Vide (na margem direita) e o ribeiro das Vinhas, a ribeira de Ana Loura e o ribeiro de Lupe (na margem esquerda). A rede hidrográfica caracteriza-se por vales bastante abertos e pouco profundos, quase aplanados. Constitui exceção a ribeira Grande, pela existência de alguns locais com maior profundidade (os pegos), onde a água se acumula, mesmo nos meses mais quentes.

Desta forma, a existência de água e o relevo, foram fatores que, à semelhança do que acontece em qualquer outro lugar, influenciaram decisivamente o estabelecimento humano.

No primeiro caso, a disponibilidade de água para consumo humano ou agrícola conduziu ao estabelecimento de aglomerados populacionais nas margens de linhas de água ou nas suas proximidades, até por se tratarem de locais mais férteis e, muitas vezes, planos, onde a atividade agrícola, que foi durante milhares de anos a principal base de sustentação dos povos, tinha facilidade em ser implementada.

Já o fator relevo terá desempenhado um papel mais dicotómico na fixação das populações: se por um lado as zonas mais altas ou inacessíveis apresentavam dificuldades ao estabelecimento humano e à implantação das suas construções, razões estratégicas, como a necessidade de proteção, conduziram frequentemente à ocupação dessas zonas. Assim, a procura de áreas mais ou menos elevadas, ou mais ou menos declivosas, variou com o tempo e com a estabilidade política da região, podendo dizer-se que, de uma forma geral, os povoamentos situados em zonas mais altas e com maior alcance visual, são mais antigos, e resultam, em grande medida, do período medieval e dos primeiros territórios feudais. Por outro lado, os aglomerados de desenvolvimento mais recente, associados a períodos de paz, ocuparam, preferencialmente, zonas mais planas e baixas, onde a fixação das populações foi mais

favorável. A primeira situação está perfeitamente espelhada no núcleo histórico de vila de Cabeço de Vide, enquanto a segunda é evidente no aglomerado de Vale de Seda, onde o relevo é bastante mais suave, o que, associado à existência de terrenos férteis, favoreceu fixação humana em situações de maior desafio e proximidade à atividade agrícola.

De um modo geral, a população distribui-se pelos aglomerados do concelho, sendo relativamente raras as situações de construções dispersas distantes destes com exceção dos Montes e Quintas e, em particular, da situação de Vale de Seda que corresponde a um caso particular de fragmentação da propriedade ocorrido no séc. XIX, pelo que, globalmente, o concelho apresenta características de um povoamento concentrado. Assim, pode-se considerar que a população de Fronteira se distribui por 4 aglomerados, sendo que, destes, apenas as vilas de Fronteira e Cabeço de Vide tinham mais de 1000 habitantes em 2011, mas atualmente com o decréscimo populacional verificado só Fronteira é que ultrapassa os 1000 habitantes (segundo censos 2021). Conjuntamente, estes aglomerados reúnem aproximadamente 95% da população do concelho, o que é, sem dúvida uma percentagem bastante significativa do total concelhio, não constituindo, no entanto, situação ímpar no panorama de outros concelhos do interior, onde os principais aglomerados (nomeadamente a sede do concelho) concentram a grande maioria da população.

A perda de população continuada a que se tem assistido, tem afetado sobremaneira os aglomerados rurais, provocando a sua desertificação progressiva e o abandono de diversos edifícios que detinham funções habitacionais ou que suportavam as atividades de subsistência da população. A título de exemplo podemos referir que, em 1960, para além dos aglomerados acima referidos, existiam os aglomerados de Sulfúrea (freguesia de Cabeço de Vide), Herdade Grande e São Saturnino (ambos na freguesia de São Saturnino).

A disposição dos aglomerados muitas vezes não obedece a nenhuma regra de estruturação urbana específica, desenvolvendo-se geralmente em torno de igrejas, de praças ou de ruas principais, frequentemente com uma evolução orgânica. Contudo, o papel estruturante das ruas parece ser respeitado, uma vez que os edifícios se justapõem e se organizam segundo os seus traçados, respeitando a orografia do terreno

O crescimento dos aglomerados fez-se sobre as vias de comunicação, ou, noutras situações, materializou-se sobre encostas mais suaves, sobre zonas planálticas ou junto a margens de linhas de água. As habitações são, maioritariamente, unifamiliares e os edifícios, nas zonas mais antigas, surgiram de forma espontânea e linear, permitindo o desencadear de arruamentos, que surgem estreitos e sinuosos, numa adaptação ao cadastro e à topografia, existindo, contudo, a preocupação de salvaguardar os terrenos com melhor aptidão agrícola. As zonas de expansão mais recente,

desenvolveram-se, naturalmente, na periferia dos aglomerados, em torno dos conjuntos urbanos originais ou ao longo dos arruamentos e vias mais importantes.

Em virtude das políticas de reabilitação e renovação urbana tem-se assistido a uma mudança de paradigma que tem conduzido à recuperação de edifícios existentes na estrutura urbana consolidada, como é desejável. No entanto, esta prática é ainda pouco expressiva, mas espera-se que venha a ser impulsionada, adequando para o efeito as ferramentas de planeamento disponíveis e os incentivos necessários.

8.7 CARACTERIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS

A este nível é feita uma análise da estrutura urbana dos aglomerados, particularmente da sua evolução recente, identificando a posição de cada núcleo face às redes urbana e viária e identificando, sempre que possível, as áreas preferenciais de ocupação.

Em geral, as habitações são moradias unifamiliares, implantadas em parcelas de pequenas dimensões, o que dificulta o processo de requalificação dos núcleos originais, pelo facto de não possuírem áreas compatíveis com as necessidades atuais.

No concelho encontram-se, essencialmente, duas tipologias de construção tradicional distintas: o Monte Alentejano e a Casa do Povoado ¹⁰.

A casa rural, associada a uma propriedade habitualmente designada por Monte, varia desde casas solarengas, com 2 ou 3 pisos, até outras, mais modestas e pequenas, ajustadas às necessidades das lavouras. De planta retangular e de dimensão muito superior à da Casa do Povoado, possui vários quartos, dispensas, amassaria e uma “sala de fora”. O forno do pão é geralmente exterior, coberto por um alpendre, sendo por vezes, uma construção cilíndrica. Outras dependências completam este tipo de habitação: celeiro, queijaria cavalaria, etc. Os materiais empregues são a alvenaria e o tijolo, sendo as paredes muitas vezes reforçadas por contrafortes. O telhado é de duas águas, coberto por telha, onde aparecem inúmeras chaminés.

A casa do povoado tem também planta retangular, com 1 ou 2 pisos. No piso térreo, para além da cozinha, localizam-se os quartos e a área de arrumação, através da qual se acede ao quintalão (pequena horta com galinheiro, curral, etc.). Quando existe um segundo piso, é ocupado por quartos e o acesso faz-se por uma escada que arranca da cozinha. Normalmente as janelas são de pequenas dimensões. Os materiais empregues são a taipa e o tijolo (sobretudo na construção das abóbadas e

¹⁰ In “A Arquitetura Popular Portuguesa”, Mário Moutinho, Editorial Estampa.

da chaminé). As paredes são rebocadas e caiadas a branco. O telhado é de uma ou duas águas, coberto de telha assente em canas.

O artesanato alentejano é transposto para a casa alentejana, quer através das enormes chaminés, implantadas na fachada principal, quer pelos nichos, pelos poais, pelos arcos, pelas abóbadas etc., sendo todas estas estruturas profusamente ornamentadas.

As descrições correspondem às casas típicas de arquitetura mais popular. No entanto, há que referir as casas de carácter mais erudito, e que normalmente se apresenta com 2 pisos. Os pisos térreos destinam-se essencialmente a atividades mais relacionadas com a lavoura, cozinhas e alguns espaços comuns, sendo o 1º piso, o piso nobre da habitação.

São as casas senhoriais, solarengas e brasonadas, que surgem sobretudo na vila de Fronteira, ou em quintas, muito marcadas por uma linguagem e decoração barrocas. Estas são características de uma arquitetura tradicional mais erudita, e correspondem a moradias de famílias nobres ou importantes. Distinguem-se pela sua dimensão, pelo acabamento, pelos materiais que empregam e pela forma como são trabalhados, por exemplo pelo trabalho da pedra nas cantarias, nos cunhais, nos embasamentos e nas cornijas. A utilização turística, que já vem ocorrendo em algumas situações, assim como a atribuição de outros tipos de uso (nomeadamente institucionais), poderão constituir formas de promover salvaguarda destes imóveis. De uma forma ou de outra, é importante que se intervenha no sentido de garantir a sua preservação, caso contrário perder-se-ão valores patrimoniais importantes.

Além das tipologias acima descritas que correspondem aos edifícios habitacionais de arquitetura tradicional, há ainda que referir duas tipologias de construção mais contemporâneas, a moradia unifamiliar e o edifício de habitação coletiva, por serem aqueles que, atualmente, têm maior representatividade no concelho.

Assim, a moradia unifamiliar, corresponde, na generalidade, a construções relativamente recentes, localizadas nas zonas envolventes aos núcleos antigos, ou mesmo, no centro das povoações, resultantes de um processo de renovação urbana ou de preenchimento. Esta tipologia, que está assim associada ao crescimento dos aglomerados, é caracterizada por edifícios de alvenaria de tijolo, apresentando uma estrutura interna muitas vezes baseada no betão armado. Os edifícios aparecem isolados ou em banda, podendo, neste último caso, intercalar com edifícios mais antigos formando ruas de fachadas alinhadas, onde o branco é, mais uma vez, dominante.

Já os edifícios de habitação coletiva, com 3 pisos, surgem em banda, e apenas na sede de concelho, em resultado de intervenções relativamente recentes.

Foto 54: Moradias unifamiliares, Fronteira



Foto 55: Habitação coletiva, Fronteira



Concluindo, pode-se dizer que os aglomerados, na generalidade, apresentam uma imagem de alguma homogeneidade, sendo o branco a cor dominante em todo o concelho. Na maioria dos aglomerados existe uma simbiose interessante entre a casa tradicional e a moradia unifamiliar contemporânea, não se verificando muitos casos de dissonâncias. É importante focar, uma vez mais, o gradual abandono a que têm sido votados alguns edifícios tradicionais e nobres destes núcleos.

De seguida, e em resultado dos trabalhos de reconhecimento efetuados, da análise do PDM em vigor, dos dados que a autarquia dispõe relativos às intervenções sobre o edificado e dos Censos, pretende-se efetuar uma breve abordagem dos principais aspetos que caracterizam a estrutura urbana de cada aglomerado e a sua evolução, assim como identificar, sempre que possível, as alterações mais significativas verificadas nestes últimos anos.

O estado de conservação dos aglomerados não depende somente das condições de habitabilidade dos edifícios, mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem. Paradoxalmente, a melhoria das condições de habitabilidade conduz, por vezes, à destruição arquitetónica de alguns núcleos primitivos dentro dos aglomerados. No município de Fronteira, contudo, e à exceção de algumas dissonâncias arquitetónicas pontuais introduzidas por edifícios mais recentes, esta situação assumiu pouco significado em virtude da pouca pressão construtiva e de alguma sensibilidade da sua população, que tem procurado manter a traça tradicional dos aglomerados.

A perda de população tem vindo a afetar essencialmente os núcleos mais antigos, que assim têm vindo a ser abandonados, ficando alguns edifícios votados ao abandono. É necessário continuar a implementar as medidas de reabilitação urbana e incrementar os incentivos que permitam inverter esta tendência, promovendo a recuperação destes imóveis, à luz dos parâmetros e das necessidades atuais, pois só assim se poderá evitar o abandono das zonas antigas.

A caracterização do estado de conservação dos edifícios é uma questão que envolve alguma subjetividade, verificando-se duas situações distintas: a parte mais antiga dos aglomerados, correspondendo ao núcleo original dos lugares, geralmente mais degradada e com um maior número de edifícios devolutos, e as zonas de ocupação mais recentes (quando existem) com edifícios em melhor estado de conservação. Apesar disso pode afirmar-se que, em geral, o parque edificado dos aglomerados do concelho da Fronteira se encontra em bom ou razoável estado de conservação, em particular nos edifícios de construção mais recente, sendo pontuais as situações de avançado estado de degradação.

Como se referiu, os núcleos primitivos têm alguma tendência para o despovoamento, observando-se o abandono de algumas edificações, que ou deixam de assumir funções habitacionais ou se encontram mesmo devolutas. O processo de requalificação e renovação urbana deverá ser complementado com a melhoria do espaço público e das acessibilidades, como aliás tem vindo a acontecer na sequência da implementação do PARU. Só assim se poderá evitar o abandono das zonas antigas e contrariar as expectativas de ocupação das áreas periféricas adjacentes aos eixos viários.

Conforme já referido as edificações novas localizam-se, tendencialmente, nas zonas envolventes ao núcleo antigo, ao longo dos eixos viários, sendo pouco frequentes os casos em que estas ocorrem nas zonas centrais dos aglomerados o que denota uma reduzida dinâmica de renovação urbana, exceção feita a casos pontuais nos núcleos antigos de Fronteira e Cabeço de Vide.

Para esta situação contribui a dificuldade de tornar as reabilitações atrativas para os proprietários face à rigidez do normativo constante dos PP dos Núcleos Históricos, sentido a autarquia que se estão a tornar instrumentos de constrangimento à aplicação das operações de reabilitação urbana enquadradas nas ARU.

8.7.1 Freguesia de Cabeço de Vide

A freguesia de Cabeço de Vide integra apenas o aglomerado de Cabeço de Vide, porém, as designadas Termas de Sulfúrea nas imediações do perímetro urbano de Cabeço de Vide constituem um pequeno núcleo edificado cuja revitalização é fundamental e urgente. Em sede de proposta, na estruturação da rede de aglomerados do concelho, deve ser ponderada a possibilidade de lhe conferir um papel estratégico potenciando o aproveitamento do recurso para dinamizar a atratividade do concelho, numa ótica de vocação turística e de intervenção muito controlada.

Cabeço de Vide

As origens de Cabeço de Vide remontam à época castreja, tendo posteriormente, durante a ocupação romana, a qualidade das suas águas, levado à construção das primeiras Termas. Depois de despovoada durante a ocupação árabe, a reconquista cristã fez com que, no topo de um outeiro se erguesse um castelo. A ocupação urbana em torno do castelo processa-se de forma concêntrica, excetuando para nascente, onde apenas se observa ocupação junto ao Largo da Misericórdia. Em termos de ocupação, destaca-se a Rua de Avis, pela maior densidade de ocupação, coincidindo as fachadas com os planos marginais da rua. Apesar de algumas intervenções recentes, continuam a existir algumas edificações devolutas. Referência ainda para a presença de pequenos olivais no interior do núcleo primitivo.

Foto 56: Vista geral de Cabeço de Vide



Fonte: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2012/03/cabeco-de-vide.html>

A partir do séc. XVI, Cabeço de Vide ganhou autonomia em relação à Ordem de Avis, tendo recebido Foral Manuelino em 1512. A necessidade de expansão levou à ocupação da encosta, estendendo-se entre o castelo e o Rossio. As edificações que aí se dispõem espelham este tipo de ocupação, nomeadamente, por variarem muitas vezes o número pisos. Nesta fase de crescimento, o tipo de ocupação manteve a baixa densidade, e as fachadas dos edifícios continuaram a coincidir com o plano marginal das ruas mais importantes. O topo norte da Avenida da Libertação (onde se localiza o Solar Simas Cardoso) e a zona envolvente do Largo do Espírito Santo, são os espaços mais significativos desta segunda fase da zona de expansão.

Foto 57: Núcleo antigo de Cabeço de Vide



Foto 58: Espírito Santo, Cabeço de Vide



A vila viria a sofrer períodos agitados durante as guerras da Restauração e só no séc. XVIII, impulsionada pelos banhos termais, terá sofrido nova fase de crescimento, que desencadeou o seu desenvolvimento ao longo da base do outeiro. Apesar desta expansão, o núcleo urbano primitivo manteve bem marcados os seus contornos, permitindo ainda hoje uma leitura clara do casco urbano antigo.

A partir desta altura, distinguem-se dois tipos de ocupação urbana distintos: uma estrutura urbana irregular em torno do Castelo e uma outra, assente numa malha urbana ortogonal, com quarteirões individualizados, revelando a preocupação de planear o crescimento futuro. Esta ocupação, na planície, ter-se-á iniciado a partir do final do século XIX, podendo designar-se como terceira fase de expansão da vila e ocorreu, sensivelmente, até meio da Avenida da Libertação (o espaço público mais importante da vila). O Largo 25 de Abril, paralelo à Avenida da Libertação, assume-se como outro espaço consolidado importante.

Foto 59: Malha urbana ortogonal, Cabeço de Vide



A ocupação em torno da Avenida da Libertação, pontua toda a zona urbana ao longo da planície a sudoeste do castelo, pelo que, a zona de expansão mais recente, desenvolveu-se ao longo desta Avenida. Apesar de respeitar a malha ortogonal, a expansão a sudeste da Avenida opta por quarteirões, com dimensões exageradas o que, de certa forma desvirtua os princípios originais (mais a norte, próximo do largo do Espírito Santo).

Foto 60: Avenida da Libertação, Cabeço de Vide



No extremo sul da Avenida da Liberação encontra-se um polo de equipamentos de utilização coletiva com dimensão à escala de Cabeço de vide, concentrando a Praça de Touros e o edifício da Santa Casa da Misericórdia, de apoio à terceira idade e com jardim de infância, a Escola Básica de Cabeço de Vide e o parque infantil.

Foto 61: Praça de touros de Cabeço de Vide



Foto 62: Escola Básica de Cabeço de Vide e parque infantil



Foto 63: Santa Casa da Misericórdia



O edificado em Cabeço de Vide está, em geral, bem conservado existindo, no entanto, alguns edifícios dissonantes, quer em termos de linguagem arquitetónica, quer em termos de materiais de construção. O predomínio de edifícios brancos com a moldura dos vãos e do soco a amarelo cria uma interessante imagem de conjunto em alguns arruamentos do aglomerado.

No interior do atual perímetro urbano de Cabeço de Vide encontra-se em vigor o Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Cabeço de Vide e o Plano de Pormenor da Zona Sudoeste de Cabeço de Vide, ainda em fase de implementação. Contíguo ao perímetro urbano, a sudeste, está em vigor o PP da Tapada do Pego que veio permitir contruir um equipamento social fora da área urbana do PDM em vigor, e que no âmbito da revisão do PDM deve ficar integrado em solo urbano.

Em Cabeço de Vide encontram-se aprovadas 6 operações de loteamento, designadamente:

- 1. Loteamento Municipal do Castelo - situado na encosta nordeste do Castelo, este loteamento aprovado em 2001 abrange 4.250m² e teve como objetivo a criação de 13 lotes, todos destinados a habitação. Os lotes apresentam moradias geminadas das seguintes tipologias: três fogos T1, quatro T2, dois T3, três T4 e um T5, sendo sete deles (3-T1, 2-T2, 1-T4, 1-T5) destinados a habitação de custos controlados. Este loteamento ainda se encontra por construir.
- 2. Loteamento da Zona Industrial de Cabeço de Vide – Através deste loteamento foram constituídos 9 lotes industriais, num total de 19777 m² de área de implantação e 7106 m² de construção. O loteamento localiza-se na zona noroeste da vila, junto ao campo de jogos de Cabeço de Vide. Este loteamento encontra-se implementado.
- 3. Loteamento Municipal Rua das Flores - A área de intervenção apresenta um total de 2.183,50m² e localiza-se na extremidade Sudeste do aglomerado urbano de Cabeço de Vide. A proposta aprovada é de 2007 e contempla 5 lotes de moradias com a frente virada para a Rua das Flores, destes, quatro são propostos e relativos a moradias isoladas e um é referente a uma moradia existente que faz parte de uma banda já existente. As moradias propostas ainda não foram construídas.
- 4. Loteamento Urbano Bartolomeu Dias - Este loteamento, de 2003, com uma área de intervenção de 2419m² localiza-se na rua com o mesmo nome, na zona sudeste da vila, este loteamento é composto por 7 moradias em banda, 5 das quais com um piso. As 7 moradias implantam-se numa área total de 496 m², sendo a área média do lote 124 m². A área de construção total é de 617 m². As tipologias variam entre o T1 (2), T2 (3), T4 (1) e t5 (1). Este loteamento encontra-se implementado.

- 5. Loteamento Municipal Sul de Cabeço de Vide – Através deste loteamento foram construídas 18 moradias isoladas de 2 pisos (5870 m² de área bruta de construção) e 15 moradias unifamiliares de 2 pisos (1881 m² de área bruta de construção). O loteamento, junto a limite sul do perímetro urbano de Cabeço de Vide, abrange uma área de aproximadamente 14000 m², 620 m² dos quais ocupados por espaços verdes.
- 6. Loteamento da Santa Casa da Misericórdia - Operação de loteamento desenvolvida para executar uma parte da área do PP Plano de Pormenor da Zona Sudoeste de Cabeço de Vide e está edificado.

A ponte do aglomerado urbano, em solo rústico é de referir a vasta área integrada no Plano de Pormenor de Dona Maria (plano associado ao uso turístico), do qual apenas foram construídos alguns dos acessos viários principais e algumas edificações.

Termas de Sulfúrea

Situado no vale da Ribeira da Vide, a cerca de um quilómetro a sudeste da vila, este pequeno aglomerado tem a sua génese na atividade termal que, segundo os vestígios arqueológicos, remonta à época romana (vestígios de um antigo balneário romano, que se supõe datar da época de César Augusto (119 a.c).

As águas curativas são aconselhadas para o tratamento de doenças do foro osteo-articular (reumatismo), respiratórias (asma, bronquite, sinusite, rinite), da pele, e as suas características ímpares, fizeram desta estância uma das mais frequentadas do país. Atualmente urge intervir no sentido de modernizar e dinamizar aquele núcleo.

O edificado existente é dominado pelo edifício termal propriamente dito que possui três pisos que, para além das zonas destinadas aos tratamentos, ainda contemplam as áreas de receção, piscinas interiores, zonas de arrefecimento, ginásio, SPA, bar/cafetaria e um pátio interior descoberto.

Na envolvente próxima do edifício termal existem outras instalações para alojamento turístico a necessitar de reabilitação, bem como habitações que estão, maioritariamente, afetas a alojamento local. Faz parte deste núcleo edificado o conjunto da antiga estação ferroviária, também adaptado a restauração e outros usos, mas sem exploração presentemente. Entre edifícios públicos e privados importa dar um novo sentido a este conjunto e conferir-lhe a dignidade que merece enquanto polo que poderá contribuir para dinamizar a vila e o concelho em geral. Deve ser objeto de intervenções adequadas à sensibilidade do local, face ao recurso “água minerais” e ao estatuto de proteção que sobre ele incide, criando sinergias e complementaridades com estabelecimentos turísticos que já existem no concelho

Foto 64: Conjunto de imagens do núcleo edificado das Termas da Sulfúrea



Fonte: pesquisa em Google 2023

8.7.2 Freguesia de Fronteira

A freguesia de Fronteira integra dois aglomerados, a Vila de Fronteira e Vale de Seda, conforme descritos de seguida.

Fronteira

Apesar de ainda existirem algumas dúvidas, a fundação de Fronteira é atribuída ao reinado de D. Dinis, havendo o registo de que em 1236 a igreja de Fronteira ou Frontaria fica na posse da diocese de Évora. Em carta régia de 1424 Fronteira é agraciada com vários privilégios e em 1512 D. Manuel I dá-lhe foral.

Inicialmente o crescimento da vila aconteceu de forma espontânea junto ao castelo e no interior da zona muralhada. Do Castelo, chegaram aos nossos dias, para além de alguns fragmentos da muralha, apenas uma das suas portas, o Arco dos Santos. Ao contrário de algumas vilas medievais planeadas, o núcleo original de Fronteira cresceu à custa da ocupação gradual do espaço disponível. O núcleo original da vila apresentava um traçado aproximadamente cruciforme, sendo que os principais eixos

eram as atuais ruas Cândido de Oliveira e Frei Manuel Cardoso. A rua do Poço, desenvolvia-se a nascente, paralelamente à rua Cândido de Oliveira, servindo de acesso ao então ex-líbris da vila – o Castelo. As restantes ruas seguiam aproximadamente o mesmo traçado que têm hoje. Regra geral, o casco histórico apresenta uma ocupação densa, com as fachadas dos edifícios coincidindo com o plano marginal das ruas.

Foto 65: Vista geral de Fronteira



Fonte: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2012/03/cabeco-de-vide.html>

A vila cresceu e houve a necessidade de se estender para fora das muralhas (o Foral da Vila). Nos séc. XVI e XVII, a vila viveu períodos de grande expansão. Por esta altura, a fachada poente das atuais ruas da Lagoa e Avenida da República, seriam o arrabalde de baixo. O local onde mais tarde viria a ser construída a igreja da Misericórdia seria um rossio. No final do séc. XVI, todas as ruas, com exceção das construídas nos dois últimos séculos, surgem referenciadas, sendo que em muitos casos apresentavam a extensão e traçados atuais. A construção junto da muralha, teve início na primeira metade do séc. XVII. No topo da rua de Santa Catarina, a construção foi mais tardia, provavelmente no final do séc. XVIII. Coincidindo com a construção do Hospital da Misericórdia, intensificou-se a ocupação do Adro, tendo surgido as designações de Adro de Baixo e Adro de Cima. Era nestes espaços que se localizavam os cemitérios da Misericórdia e o da Paróquia.

Foto 66: Rua D. Francisco de Portugal, Fronteira



Foto 67: Largo Marchal Carmona



Foto 68: Largo Marchal Carmona a tardoz da igreja



O panorama geral da vila no séc. XVI não diferia muito do de finais do séc. XIX. A vila dispersava-se para sul e poente do núcleo original, assente em quatro eixos principais: Rua dos Trigueiros, Rua de Avis, Rua da Lagoa e Rua do Mártir.

Foto 69: Rua de Santo António, Fronteira



Foto 70: Rua dos Trigueiros, Fronteira



A década de 40 ficou marcada pela construção de equipamentos sociais, no âmbito da política de edificação do Estado Novo. Neste período foram edificados os Correios, a Cadeia Comarcã de Fronteira, as Escolas Primárias e foi criado um campo de futebol no Rossio do Espírito Santo. Na década seguinte, a expansão iria ocupar a parte residual do Rossio da Feira, onde se viriam a localizar a Casa do Povo, o Palácio de Justiça, a Casa dos Magistrados. Nos anos 60 arrancou a empreitada da nova Avenida dos Atoleiros que viria a estar concluída em 1976, no mesmo ano em que foi inaugurada a então Escola Preparatória. Em meados dessa década, desenvolveu-se na zona poente da vila o Bairro Cerrado de Sousa. As edificações apresentam uma distribuição mais organizada, dispondo-se em quarteirões de configuração retangular. Apesar disso, a zona não é propriamente homogénea – se na zona sul as construções se dispõem em bandas contínuas, mais a norte implantou-se um conjunto de edifícios pré-fabricados, isolados e sem respeitar qualquer tipo de alinhamento.

No período pós-revolução, a expansão mais relevante ocorreu ao longo da Avenida Heróis dos Atoleiros. Este desenvolvimento planeado, distribui-se assimetricamente na zona sul da avenida. Do lado nascente, as edificações ocupam a frente dos lotes, confinando com o arruamento. Um caminho de serviço permite o acesso aos logradouros privados. Importa referir também, o quarteirão que engloba um grande espaço público central e separa esta zona habitacional da Zona Industrial. Do lado poente da avenida o cenário é bastante semelhante apesar do lado mais interior destes quarteirões ter sido ocupado por moradias geminadas ou unifamiliares isoladas com maior diversidade arquitetónica.

Foto 71: Avenida dos Atoleiros, Fronteira



Por esta altura, arrancou também a construção da Zona Industrial e foram progressivamente sendo previstos e construídos os mais diversificados equipamentos: Polidesportivo Cândido de Oliveira (1985), Quartel dos Bombeiros (1995), Mercado Municipal (1998), Lar da Terceira Idade (1999), Centro de Saúde (1999), Terródromo (2000) e Centro de Estágios Desportivos.

Ao longo da Avenida dos Atoleiros, fixaram-se os principais equipamentos de utilização coletiva de apoio à população da Vila e do concelho, criando um grande polo de equipamentos que separa a malha antiga das áreas de ocupação mais recente. Deste conjunto destaca-se o recente Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, implantado no jardim central, o tribunal e o mercado, situados a nascente da avenida e o complexo de equipamentos desportivos que se desenvolve a poente deste eixo, composto pelas piscinas, pavilhão, estádio, centro hípico e centro de estágios. Anexado a este complexo encontra-se a escola básica 1,2,3 Frei Manuel Cardoso, implantada isoladamente em frente do edifício da antiga estação de caminho-de-ferro, atualmente desativada.

Foto 72: Polo de equipamentos de utilização coletiva central apoiados na Avenida dos Atoleiros (Mercado, Tribunal, Santa Casa da Misericórdia e Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros)



Foto 73: Zona de equipamentos desportivo, a poente da Vila (estádio, piscinas e centro hípico)



A zona industrial de Fronteira situa-se no extremo sudeste do aglomerado e foi desenvolvida em duas fases, encontrando-se a primeira concluída e a segunda em fase de implementação. O nível de ocupação tem sido gradual, existindo ainda alguns lotes por ocupar resultantes da operação de loteamento aprovada.

Foto 74: Zona Industrial de Fronteira (1ª e 2ª fases)



Para além destes loteamentos, foram desenvolvidos diversos outros loteamentos para as áreas de expansão da Vila, situados nas imediações das zonas consolidadas mais antigas, tanto a norte do aglomerado como, e com maior expressão, a sul, baseados numa ocupação de baixa densidade, onde

a moradia unifamiliar se assume como a tipologia dominante. No entanto, é de salientar que a habitação coletiva no concelho, surge apenas na zona sul da Vila.

Foto 75: Ocupação recente, resultante da implementação de loteamentos



No aglomerado de Fronteira encontra-se em vigor o Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Fronteira e tal, como em Cabeço de Vide, em Fronteira foram também, posteriormente, à publicação do PDM em vigor, aprovados loteamentos com alguma expressividade na malha urbana da sede de concelho, a saber:

- 7. Loteamento Municipal do Sra. dos Mártires: localizado no extremo norte do perímetro urbano de Fronteira o loteamento prevê a constituição de 8 lotes para habitação e um para equipamento, num total de 1928m² de área de implantação e 3268m² de área de construção. As moradias, isoladas e todas com um piso, implantam-se em lotes com aproximadamente 470m² cada
- 8. Loteamento do Espírito Santo - loteamento projetado pelo GTL de Fronteira localiza-se junto ao limite noroeste do perímetro urbano de Fronteira, nas imediações do cemitério e das ruínas da Capela do Espírito Santo. Permitiu a constituição de 16 novos fogos, (tipologias entre T1 e T4), totalizando uma área máxima de construção de 1370m² e área de implantação de 848m².
- 9. Loteamento da Zona de Expansão Urbana a Sudeste de Fronteira - situado no centro da Vila, este loteamento no total define 53 lotes, 52 destinados a fins habitacionais e 1 para o equipamento de saúde. Este loteamento foi aprovado em 1997 e alterado em 2001.
- 10. Loteamento Ampliação de 6 Moradias em Banda na Rua Nossa Senhora da Vila Velha.
- 11. Loteamento Municipal dos Atoleiros - A área de intervenção apresenta um total de 75.108m² e localiza-se na zona Sudoeste do aglomerado urbano de Fronteira. A proposta aprovada em 2004 define 87 lotes, destinados a moradias unifamiliares isoladas, moradias

unifamiliars em banda (26 moradias T3 e 15 moradias a custos controlados), edifícios isolados destinados a habitação multifamiliar, com comércio e/ou serviços no piso térreo, 1 lote para comércio e serviços e 1 lote para equipamento coletivo (escola com polidesportivo descoberto).

- 12. Loteamento Municipal da Fonte Nova - A área de intervenção apresenta um total de 26.350 m² e localiza-se na extremidade Oeste do aglomerado urbano de Fronteira. A proposta, aprovada em 2016, contempla a criação de 10 lotes destinados a moradias unifamiliars, um lote destinado a comércio e/ou serviços e um lote para equipamento de utilização coletiva.
- 13. Loteamento da Zona Industrial de Fronteira (1ª Fase) - aprovado em 2001, este loteamento definiu 49 lotes industriais, destinados à instalação de pequenas e médias indústrias.
- 14 Loteamento da Zona Industrial de Fronteira (2ª Fase) - aprovado em 2007, este loteamento totaliza 88.062 m² e prevê a expansão da Zona Industrial da 1ª fase, com a criação de 1 lote destinado a equipamento e 47 lotes destinados a indústria, oficina e armazéns.

Foto 76: Loteamento do Espírito Santo, Fronteira



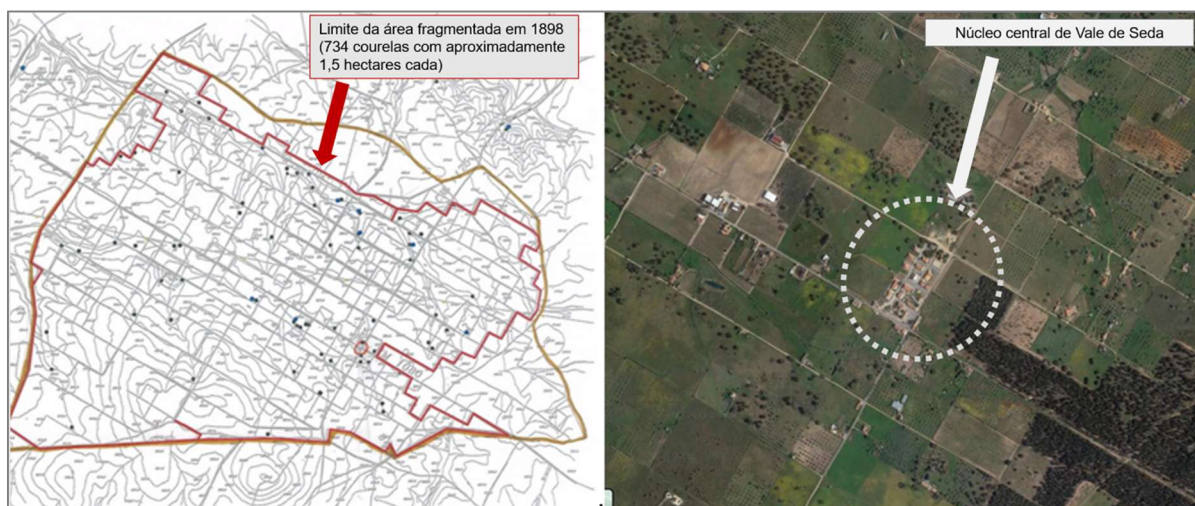
Vale de Seda

Este aglomerado, que faz parte da freguesia de Fronteira, localiza-se, aproximadamente, a 6km para Noroeste da sede de concelho.

As primeiras referências a este aglomerado datam do séc.XVI, por altura das delimitações de coutadas. Durante séculos, esta coutada manteve-se indivisa, ao contrário de outras que foram sendo progressivamente divididas e aforadas aos moradores do concelho.

A coutada inculta e economicamente subaproveitada, apenas foi subdividida no final em 1898 e desta fragmentação resultaram 734 courelas, duas das quais a Câmara reservou para o seu uso. Em média, cada uma apresentava uma área de 1,5ha. A evolução fundiária foi, desde sempre, marcada pela concentração de propriedade e pela grande mobilidade da posse da mesma. O processo de parcelamento adotado foi simples e estruturado por caminhos paralelos distanciados entre si cerca de 275 m, servindo parcelas em ambos os lados.

Figura 21: Área objeto de divisão em courelas e contextualização do aglomerado de Vale de Seda



Fonte: Mundo às Riscas, Lda. com informação facultada pela CMF, 2023

O aglomerado urbano propriamente dito, situa-se nas imediações do cruzamento do CM175 com o CM538, datando o início da sua construção da década de 50 do século passado. No largo formado pela confluência destes caminhos, criou-se um pequeno largo de forma retangular, cuja articulação com as outras ruas do aglomerado, não são muito claras. Nas décadas seguintes ter-se-á inaugurado a igreja (década de 60) e a escola primária (década de 70).

A tipologia dominante era a habitação unifamiliar com um piso, encontrando-se, de um modo geral, o edificado bem conservado.

O aglomerado ganhou consistência com a concretização de um loteamento municipal numa área de 21.083 m² que criou de 29 lotes em que 25 se destinam a habitações com dois pisos e 4 à implantação de equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva. O espaço está totalmente infraestruturado e maioritariamente edificado.

Foto 77: Exemplo de ocupação fora do Perímetro Urbano, Vale de Seda



Foto 78: Largo, Vale de Seda



Foto 79: Igreja e praça central de Vale de Seda



Foto 80: Moradias



Este núcleo constitui o aglomerado de apoio imediato e de proximidade à edificação dispersa que ocorre na envolvente e que é consequência da ocupação nas parcelas resultantes do “fracionamento” ocorrido no séc. XIX. A envolvente do aglomerado de Vale de Seda constitui, assim, um caso particular e excecional de ocupação do solo em que, tendencialmente os proprietários edificam na sua parcela mantendo a proximidade à atividade agrícola.

8.7.3 Freguesia de São Saturnino

A freguesia de São Saturnino integra o aglomerado de Vale Maceiras e o pequeno núcleo edificado de São Saturnino que, curiosamente, corresponde à sede de freguesia, conforme descrito de seguida.

Vale Maceira

Situa-se na zona sudeste do concelho, a sul da sede de freguesia, São Saturnino, que embora continue a ser sede de freguesia, foi relegado para segundo plano em virtude da crescente importância demográfica e administrativa de Vale de Maceiras. De acordo com o INE, a povoação de São Saturnino já não reúne, desde pelo menos os Censos de 1981, as condições mínimas para ser considerado aglomerado urbano.

Segundo relatos históricos, a fundação de Vale Maceiras terá ocorrido em meados do séc. XIX, provavelmente com moradores da sede de freguesia. O Largo 25 de Abril, antigo largo do Meio da Aldeia, deverá ter sido o local de origem do aglomerado.

Foto 81: Largo 25 de Abril, Vale de Maceiras



Foto 82: Rua estruturante de Vale Maceiras



A aldeia ter-se-á desenvolvido em seguida ao longo do catual CM504-2 que atravessa sensivelmente a linha de feito situada entre os dois afluentes da ribeira de Ana Loura, a rua General Humberto Delgado, no seu atravessamento pela estrutura urbana. Desta forma os terrenos mais baixos e férteis ficavam livres para o uso agrícola, cenário que se perpetuou até aos nossos dias

Apesar de não ter havido continuidade, em duas zonas a nordeste, perpendiculares à Rua de Veios, parece ter havido uma tentativa de parcelamento dos prédios aí situados. No período pós 25 de Abril, com a implantação das infraestruturas urbanas básicas, observou-se a recuperação de algumas habitações degradadas, a ampliação de outras e a construção de novos edifícios que preencheram os espaços intersticiais existentes ao longo do CM504-2.

O facto de a agricultura ser a principal atividade da população, reflete-se na forma como as habitações se dispõem nos lotes. A implantação dos edifícios no interior das parcelas está na maior parte das vezes associado à necessidade de servir de apoio à lavoura, ou constituindo pequenas hortas, alternado pontualmente com olivais e pequenos pomares.

No que se refere a equipamentos de utilização coletiva destaca-se um pequeno núcleo situado a nascente, onde se situa a junta de freguesia, o centro de dia e um parque infantil

Comparativamente aos outros aglomerados do concelho, Vale de Maceira é aquele em que se observa uma profusão de materiais e estilos que mais diferem dos tradicionais da região, o que tem contribuído para a descaracterização do aglomerado

Finalmente, no limite noroeste do aglomerado, na continuação da travessa do Valadeiro foi implementado o Loteamento Municipal das Lameiras, que totaliza 6.048 m², para construção de 10 moradias unifamiliares. Este loteamento encontra-se maioritariamente ocupado.

Foto 83: Rua General Humberto Delgado, Vale de Maceiras



Foto 84: Moradias unifamiliares, resultantes do loteamento



Foto 85: Conjunto de equipamentos de utilização coletiva (Junta de freguesia e Centro de dia)



São Saturnino

Tal como referido, este foi o núcleo sede da freguesia com o mesmo nome, onde se situa capela e cemitério, e que por alguma razão não se desenvolveu, concentrando-se a população em Vale Maceiras. Não apresenta características de aglomerado urbano, porém no contexto do solo rústico deve ser delimitado como aglomerado rural enquanto memória da sede de freguesia.

Foto 86: Rua General Humberto Delgado, Vale de Maceiras



Foto 87: Rua General Humberto Delgado, Vale de Maceiras



8.8 SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

A ocupação do solo é dominada pelas áreas agrícolas de olival e agroflorestais complementadas com um mosaico de pastagens e de áreas agroflorestais de sobreiro e azinheira. As áreas florestais estão associadas às zonas mais declivosas nos vales das ribeiras, na zona central e a Nordeste.

Na realidade pode concluir-se que o setor primário é preponderante no concelho com a agricultura e as culturas florestais a assegurarem a estruturação, desenvolvimento e ocupação deste território.

Quanto às áreas sociais, importa ter atenção em fase de proposta de ordenamento que não se esgotam nas áreas delimitadas como tecido urbano, indústrias e armazéns na COS 2018, uma vez que, um pouco por todo o território, existem outras áreas similares integradas em explorações agrícolas que não se encontram individualizadas nessa carta. Quanto ao tecido urbano é de referir que uma análise conjugada com os compromissos urbanísticos e planos em vigor indicarão outras áreas com características para adquirirem essa classificação.

Efetivamente, sobre os aglomerados urbanos do PDM em vigor cuja delimitação remonta a 1995, encontram-se em vigor diversos loteamentos que, na sua maioria, têm as obras de urbanização concretizadas e estão total ou parcialmente edificados, contribuindo para a manutenção do estatuto de solo urbano dessas áreas.

Acresce ainda o facto, de algumas áreas em perímetro urbano estarem abrangidas por Planos de Pormenor que continuam a manter a sua pertinência e adequabilidade à estruturação dos aglomerados.

Contudo, em sede de proposta de revisão do PDM há que ponderar o destino de outros planos de pormenor em vigor no sentido de serem revistos (PP dos núcleos históricos e PP de D. Maria) ou mesmo revogação no caso dos que já se encontram plenamente concretizados. Quanto aos planos que se encontravam em elaboração, o PP do Monte Seco não tem continuidade uma vez que é consentâneo entre o promotor e a autarquia que o seu programa e objetivos não se adequam à estratégia e realidade atuais. Por sua vez, o PP que envolve a Zona das Termas deve aguardar pelas propostas de revisão do PDM no sentido de se adequar à estratégia delineada.

Fronteira é considerada o um centro urbano complementar com um posicionamento relativamente privilegiado no quadro dos corredores e subsistemas urbanos a consolidar no âmbito das atribuições conferidas pela PROTA, devendo de aí conseguir retirar dividendos, assim como ser contributivo para a esperada estruturação e amarração local e articulação com os restantes nós do sistema urbano regional.

No contexto territorial do concelho, a distribuição espacial dos centros revela uma estrutura relativamente equilibrada, polarizada por Fronteira no centro/sul do concelho e Cabeço de Vide, a norte. Assim, o sistema urbano atual é constituído pelos seguintes níveis hierárquicos: i) Nível I – Fronteira; ii) Nível II – Cabeço de Vide; iii) Nível III – Vale de Maceiras; iv) Nível IV – Vale de Seda. Considera-se, ainda, com potencial emergente o aglomerado das Termas de Sulfúrea.

Os aglomerados, na generalidade, estão bem estruturados e consolidados, apresentando homogeneidade, sendo o branco a cor dominante em todo o concelho. Na maioria dos aglomerados existe uma simbiose interessante entre a casa tradicional e a moradia unifamiliar contemporânea, não se verificando muitos casos de dissonâncias. Continua a ser significativo o abandono a que têm sido votados alguns edifícios tradicionais e nobres dos núcleos antigos, pelo que é importante aferir, quer as estratégias de reabilitação urbana, quer os PP dos núcleos históricos.

Os perímetros urbanos em vigor necessitam, no essencial, de retificações nos seus limites para ajustar à ocupação existente e às opções estratégicas do município no que respeita à concretização de equipamentos de utilização coletiva e de atividades económicas. Verifica-se que diversas áreas dos perímetros urbanos em vigor não revelam, qualquer apetência para manterem o estatuto de solo urbano.

9. HABITAÇÃO

A questão habitacional é um dos principais fatores que levam à transformação do território, daí a importância da sua integração no âmbito do Plano Diretor Municipal.

À caracterização sumária do parque habitacional municipal, com base na evolução conhecida na segunda década do século XXI, associa-se a identificação das carências habitacionais existentes no município e apresentam-se as medidas de política habitacional municipal em curso.

9.1 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO

9.1.1 Evolução da População, alojamentos e edifícios 2011/2021

O parque habitacional do concelho de Fronteira era constituído, em 2021, por 2565 alojamentos familiares, suporte habitacional de 2858 pessoas e 1198 famílias, sendo que dos alojamentos familiares existentes, aproximadamente 47% eram ocupados como residência habitual. Relativamente à década anterior registou-se um decréscimo de 28 alojamentos (-1%), uma perda de 552 indivíduos (-16,2%) e de 152 famílias (-11,3%)

No contexto regional, e em termos de evolução recente, o concelho de Fronteira apresenta comportamentos estruturalmente semelhantes, mas com intensidades distintas relativamente ao Alto Alentejo, tanto em termos demográficos, como habitacionais. Entre 2011 e 2021, o Alto Alentejo registou uma perda populacional de dimensão inferior (-11,5%) e de alojamentos aproximada (-0,1%).

Quadro 50: População, alojamentos e edifícios, 2011/2021

Unidade Territorial	População		Alojamentos familiares		Edifícios	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Cabeço de Vide	1063	928	1021	1009	979	959
Fronteira	2069	1696	1354	1354	1326	1296
São Saturnino	278	234	218	202	214	199
Concelho de Fronteira	3410	2858	2593	2565	2519	2454
Alto Alentejo	118506	104923	81351	81247	68275	67444

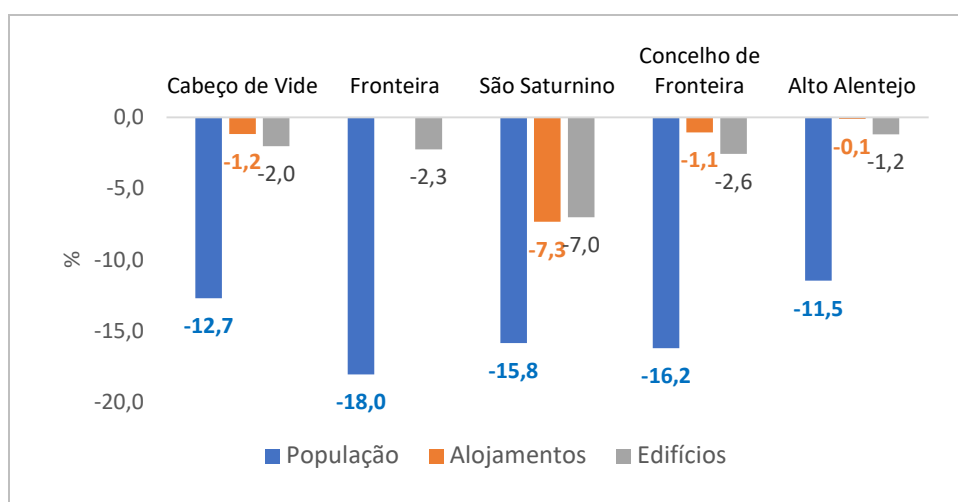
Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

Na última década censitária, a evolução demográfica das três freguesias foi marcada pela continuação do processo de despovoamento, oscilando as perdas entre os -12,7% registados na freguesia de

Cabeço de Vide e os -18% na freguesia de Fronteira. Por sua vez, ao contrário do que aconteceu entre 2001 e 2011, a dinâmica do parque habitacional foi igualmente negativa em todas, com valores a variar entre os -7,3% da freguesia de São Saturnino e os -1,2% em Cabeço de Vide, sendo que a freguesia de Fronteira manteve o mesmo volume de alojamentos.

Num quadro global de perdas demográficas, a freguesia de Fronteira continua a liderar a polarização demográfica em 2021, concentrando cerca de 59% da população concelhia, assim como em termos habitacionais (53%).

Gráfico 20: Variação da população, alojamentos e edifícios (%), 2011/2021



Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

Em 2021, o concelho de Fronteira detinha um parque edificado composto por 2454 edifícios com usos múltiplos (edifícios de habitação, de serviços, equipamentos, indústrias e mistos), tendo registado, relativamente a 2011, um decréscimo de 2,6% (-65 edifícios). Fazendo jus à sua matriz rural alentejana e à tipologia dominante neste contexto, o parque edificado do concelho de Fronteira é predominantemente constituído por edifícios com 1 piso (59%) e dois pisos (39%).

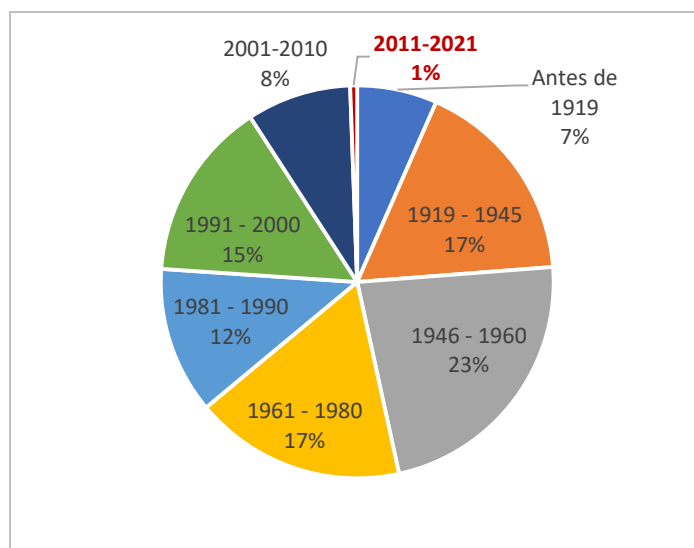
Ao contrário do que aconteceu na década anterior (2001/2011), todas as freguesias do concelho registaram uma dinâmica negativa ao nível da evolução do seu parque edificado.

9.1.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento

As dinâmicas demográficas de um território ditam, quase sempre, as dinâmicas construtivas, como é o caso de Fronteira. Não se justificando e não existindo, realmente, dinâmicas construtivas significativas

neste concelho, já que o declínio demográfico e o consequente abandono das habitações, predominantemente por causas naturais, tem sido uma constante, o parque edificado (edifícios de habitação, de serviços, equipamentos, indústrias e mistos) tem sido construído ao longo dos tempos de uma forma mais ou menos constante. Até 1960 construiu-se quase metade do parque de alojamentos (47%) e no século XXI, construiu-se apenas 9% dos alojamentos familiares, destaca-se o 1% de alojamentos construídos entre 2011 e 2021.

Gráfico 21: Alojamentos familiares clássicos por época de construção, 2021



Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

Até 1960 construiu-se quase metade do parque de alojamentos (47%) e no século XXI, construiu-se apenas 9% dos alojamentos familiares, sendo que destes, apenas 1% de alojamentos corresponde ao período 2011 a 2021. No subcapítulo anterior mencionou-se o decréscimo do número de alojamentos e de edifícios, embora agora se refira que entre 2011/2021 se construiu 1% do parque habitacional; esta diferença traduz o saldo entre a construção nova e as demolições/habitações que passaram a ruína.

9.1.3 Estado de conservação do parque edificado

O estado de conservação dos edifícios do concelho de Fronteira é globalmente razoável/bom, sendo que, de acordo com os dados do último Recenseamento da Habitação, em 2021, cerca de 3/4 dos edifícios (74%) não necessitavam de obras de reparação, ou seja, estavam em bom estado. Cerca de

26% necessitavam de obras, embora destes, só 75 edifícios (3% do total de edifícios) precisassem de obras profundas.

Quadro 51: Edifícios por necessidade de reparação, 2021

	Total	Sem necessidades de reparação	Com necessidades de reparação			
			Ligeiras	Médias	Profundas	Total
Cabeço de Vide	959	585	283	66	25	374
Fronteira	1296	1088	104	61	43	208
São Saturnino	199	155	24	13	7	44
Concelho	2454	1828	411	140	75	626

Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

O estado de conservação era ligeiramente variável quando analisada a sua distribuição por freguesia. Fronteira é, em termos relativos, a mais bem conservada, sendo que 84% dos edifícios não necessitavam de obras e só 43 estavam muito degradados; Cabeço de Vide era a freguesia que detinha o seu parque edificado em pior estado de conservação, pois só 61% dos edifícios não necessitavam de obras de reparação e 25 edifícios estavam muito degradados. São Saturnino, nesta matéria, encontrava-se numa situação intermédia, pois 78% dos edifícios não necessitava de obras e 7 edifícios necessitavam de reparações profundas.

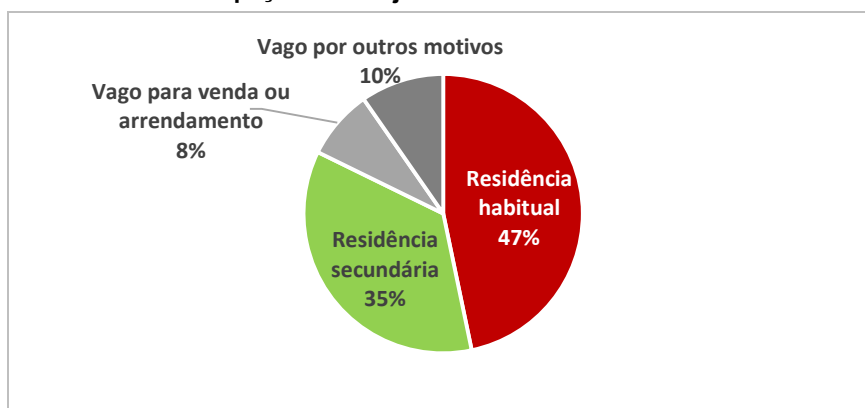
9.1.4 Tipos de alojamento e formas de ocupação

Em 2021, assim como já acontecia em 2011, o parque habitacional do concelho de Fronteira era constituído na totalidade por alojamentos clássicos, não estando recenseadas barracas e outras construções improvisadas/precárias em nenhuma das freguesias do concelho. No entanto, falar-se em alojamentos clássicos não quer dizer, forçosamente, que existam sempre condições dignas de habitabilidade, pois poderão existir outros contextos que perturbem a habitabilidade, como a partilha de um mesmo alojamento, situações de sobrelotação ou a degradação do alojamento.

Dadas as características do concelho de Fronteira, localizado no interior do país e no Alentejo, território em perda demográfica acelerada, num quadro de valorização crescente para a sua vocação de território turístico, a residência habitual, apesar de predominante, representa menos de metade que do parque habitacional do concelho (47%). Neste contexto, ganha, assim, especial relevância o peso dos alojamentos de uso sazonal ou secundário (35%), sendo que os fogos devolutos representam os

restantes 18% (8% encontrava-se no mercado de venda ou arrendamento e os outros 10% estavam devolutos por outros motivos não conhecidos.

Gráfico 22: Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Fronteira, 2021



Fonte: INE-Portugal, Censos 2021

A evolução mais recente (2011/2021) ditou uma significativa redução da residência habitual a favor, sobretudo dos alojamentos vagos, que passaram de 10% para 18%, sendo que a residência secundária reduziu ligeiramente. Relativamente aos fogos vagos, importa destacar que apenas 8% se encontra no mercado.

Quadro 52: Formas de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (N.º), 2011/2021

	Residência Habitual		Uso Sazonal ou Secundário		Vagos		Total Alojamentos (N.º)	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Cabeço de Vide	40,9	37,0	43,1	48,4	16	14,7	1021	1009
Fronteira	60,1	53,0	35,2	27,3	4,7	19,7	1354	1354
São Saturnino	53,7	53,5	27,5	26,7	18,8	19,8	218	202
Concelho	52,1	46,7	37,6	35,6	10,3	17,7	2593	2565
Alto Alentejo	58,0	54,2	27,0	28,5	15,0	17,4	81647	81117

Fonte: INE-Portugal, Censos 2011 e 2021

O concelho de Fronteira apresenta uma distribuição estrutural semelhante à da sub-região em que se insere, ainda que apresente um peso de alojamentos ocupados como residência habitual inferior em 7 pontos percentuais, ao que se verifica no Alto Alentejo. Ao contrário, na sub-região o uso sazonal e secundário é inferior, em 7 pontos percentuais, ao peso registado em Fronteira, demonstrando-se a apetência do concelho de Fronteira para a fixação de segundas residências, muitas vezes de pessoas que saíram do concelho e que utilizam estas habitações nas férias ou aos fins-de-semana.

9.1.5 Condições de habitabilidade e de acesso a cadeiras de rodas

As condições de habitabilidade são um importante indicador de avaliação de qualidade de vida da população. Podem ser avaliadas, genericamente, através de indicadores de dotação de infraestruturas básicas e de instalações existentes nos alojamentos e índices de lotação/ocupação.

Não muito longe vai o tempo onde se contabilizavam as habitações que não tinham abastecimento de água ou luz, esgotos, banho e/ou duche. Em 2021, os Censos já só apuram os alojamentos por existência de aquecimento e ar condicionado, e ainda, se são acessíveis a cadeiras de rodas, facto que evidencia a melhoria que se registou a este nível e, especialmente, as preocupações de integração da população com mobilidade condicionada.

Sucintamente, a situação do concelho de Fronteira, ao nível das condições gerais de habitabilidade, permite destacar o seguinte:

- **Existência de sistema de aquecimento:** Apesar de a grande maioria dos alojamentos de residência habitual disporem de aquecimento (4% aquecimento central e 79% aquecimento proveniente de lareiras, aparelhos fixos e móveis), verifica-se um importante nível de pobreza energética, na medida em que 17% dos alojamentos não possui qualquer sistema de aquecimento;
- **Existência de ar condicionado:** Sendo um território exposto a grandes amplitudes térmicas anuais, constata-se que apenas 44% dos alojamentos de residência habitual possuem ar condicionado, o que se repercutirá na ausência das melhores condições de conforto térmico ao longo do ano;
- **Indicadores de lotação /ocupação:** a distribuição por escalões de divisões por ocupante e área útil por ocupante denuncia a inexistência generalizada de condições de sobrelotação, antes pelo contrário, verifica-se a existência, por excesso, de divisões/ocupante e área útil /ocupante;
- **Existência de acesso a cadeira de rodas:** É ainda significativa a proporção de alojamentos familiares (de residência habitual) que não são acessíveis a cadeira de rodas (2/3). Dos 1198 alojamentos de residência habitual, portanto não se considerando os alojamentos de uso sazonal/secundário nem os alojamentos vagos, existiam apenas 395 alojamentos com acesso a cadeiras de rodas.

9.1.6 Regime de ocupação e encargos com a Habitação

O **regime de ocupação predominante** (dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual) de Fronteira é a **Propriedade (77%)**, sendo o **arrendamento representado por apenas 16% dos alojamentos familiares clássicos** (167 fogos). Os “outros casos” (90 alojamentos) apresentam valores menos relevantes, representando apenas 7,2% do total de alojamentos familiares clássicos.

Entre 2011/2021 registou-se uma ligeira evolução no sentido do aumento da proporção do parque arrendado (12% em 2011), em detrimento do proprietário (81% em 2011) ainda assim, verifica-se uma enorme desproporção entre os dois regimes.

Quadro 53: Regime de propriedade dos alojamentos familiares de residência habitual (%), 2021

	Total (N.º)	Propriedade* (%)	Arrendamento** (%)	Outra situação (%)
Cabeço de Vide	373	74,3	19,8	5,9
Fronteira	717	75,9	16,2	7,9
São Saturnino	108	91,7	1,9	6,5
Concelho	1198	76,8	16,0	7,2
Alto Alentejo	43925	72,4	19,2	8,3

*ou copropriedade; **ou subarrendamento

Fonte: INE - Portugal, Censos 2021

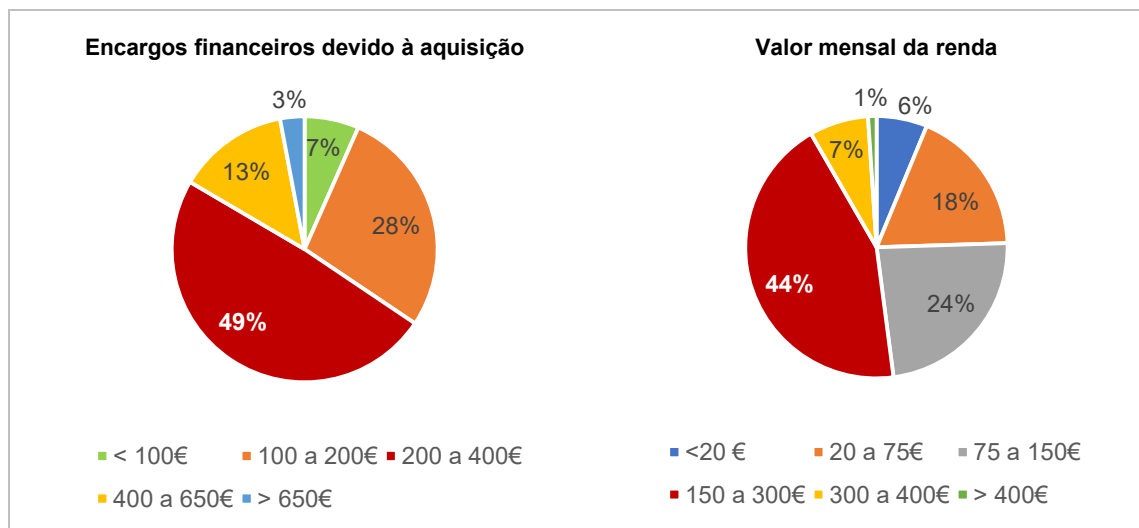
Os ocupantes proprietários que possuíam em 2021, **encargos com a aquisição de habitação**, representavam cerca de 33% do total. Destes, cerca de 7% tinha um encargo mensal inferior a 100€ e 3% um encargo superior a 650€. No meio destes valores, a maioria dos encargos (49%) situava-se entre os 200 e os 400€ mensais, sendo também expressivo o escalão que variava entre os 100 e os 200€ (28%).

O **valor dos encargos médios mensais** devido à aquisição de habitação própria nos alojamentos familiares de residência habitual propriedade dos ocupantes era, em 2021, de **273,26€**, no mesmo momento em que o Alto Alentejo registava 299,32€.

No **mercado de arrendamento**, a grande maioria das rendas situava-se entre os 150 e os 300€ (44%); as rendas inferiores a 20€, bem como as rendas superiores a 400€ eram praticamente residuais. Com significado expressivo são as rendas entre 75 e 150€ (24%) e entre 20 e 75€ (18%).

O **valor médio das rendas** dos alojamentos familiares clássicos arrendados era de **168,10€** e no Alto Alentejo era de 207,54€.

Gráfico 23: Escalões de encargos devido à aquisição de habitação e valores mensais de renda, 2021



Fonte: INE- Portugal, Censos 2021

As diferenças de valor, tanto dos encargos com a aquisição de habitação como do arrendamento de Fronteira relativamente ao Alto Alentejo traduzem a desvalorização do mercado da habitação neste concelho em 2021.

9.1.7 Habitação de cariz social propriedade da autarquia e de outras entidades

O concelho de Fronteira possui um volume significativo de **habitação social**, não só propriedade da autarquia, mas também de outras instituições, contando-se, no total, **66 fogos**.

De acordo com o diagnóstico elaborado no âmbito da Estratégia Local de Habitação de Fronteira:

- A **Câmara Municipal de Fronteira** possui 48 fogos de habitação social onde residem 48 famílias;
- O **Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social** possui 15 fogos de habitação Social em Cabeço de Vide;
- A **Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide** possui 3 fogos de habitação social arrendadas (+ 1 fogo desabitado).

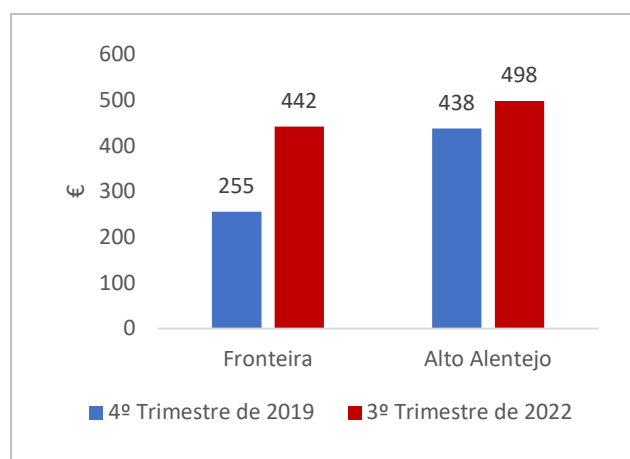
Apenas 45 das habitações da autarquia encontram-se em bom estado de conservação. As restantes 3 da Autarquia, as 15 habitações do IGFSS e as 3 casas da SCMCV necessitam de obras de reabilitação (a casa desabitada também).

9.1.8 Mercado imobiliário

A transação de imóveis no período compreendido entre o 4º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2022, apesar de ter sido marcado pela pandemia e, por isso, ter sentido, naturalmente, consequências a este nível, registou uma evolução expressiva no sentido do aumento do valor mediano das vendas/m², tendo sido mais expressiva em Fronteira do que no Alto Alentejo.

Os valores de Fronteira aumentaram 73% entre 2019 e 2022, tendo passado de 255€/m² para 442€/m², aproximando-se do valor registado pela média regional. Conto, o Alto Alentejo apenas aumentou o valor mediano das vendas/m², no mesmo período, em 14%.

Gráfico 24: Valor mediano das Vendas por m² dos alojamentos familiares (€), concelho de Fronteira e Alto Alentejo, 2019/2022



Fonte: INE - Portugal, Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local (última atualização: 02/02/2023)

Contrariamente ao que se afirmou quando à desvalorização do mercado da habitação de Fronteira, estes dados mais recentes e posteriores aos Censos, poderão ser sinal de início de um processo contrário, de crescente valorização.

Não há registo nas estatísticas do INE do **valor mediano das rendas/m²** de novos contratos de arrendamento para o caso de Fronteira no período compreendido entre o 1º semestre de 2019 e o 1º semestre de 2022. Apenas para o Alto Alentejo se constata que o valor mediano das rendas /m² de novos contratos de arrendamento passou de 2,78€/m² para 3,19€/m².

9.2 CARÊNCIAS HABITACIONAIS E ESTIMATIVA DE NECESSIDADES DE HABITAÇÃO

Fazendo a distinção entre carências (falta absoluta de habitação em determinado momento) e necessidades (habitações que previsivelmente virão a ser necessárias face à existência de fatores que as originem) e para além dos casos efetivos de carência habitacional, são várias as expectativas da autarquia acerca de necessidades habitacionais no futuro. Assim, de acordo com o plasmado na ELH, são elas:

CARÊNCIAS HABITACIONAIS

Foram identificadas 51 famílias que apresentam carências habitacionais, desagregadas do seguinte modo:

- **Famílias que precisam de uma habitação social.** São **25** famílias que esperam obter acesso a uma casa de habitação social.
- **Famílias que pretendem apoio para reabilitação das suas habitações.** São **5** famílias que pretendem apoio.
- **Fogos de habitação social com necessidade de reabilitação.** Do total das 66 habitações sociais ocupadas, **21** necessitam de obras de reabilitação (3 da autarquia, 15 do IGFSS e 3 da SCMCV).

NECESSIDADES HABITACIONAIS:

Para além das carências identificadas, a autarquia de Fronteira, estima que novas necessidades habitacionais sejam criadas no futuro, fruto de vários fatores, nomeadamente:

- **Novas famílias constituídas.** A autarquia estima que anualmente se constituam 3 a 5 novas famílias com necessidade de arranjar alojamento no concelho.
- **Novos residentes.** A autarquia tem como objetivo a atração de 30 a 50 novos habitantes, nomeadamente famílias de: i) estudantes que concluíram os seus estudos e pretendem regressar ao seu concelho; ii) Profissionais que numa determinada fase da sua carreira pretendem regressar às origens; iii) Reformados que pretendem retornar à terra; iv) funcionários em teletrabalho que pretendem desenvolver a sua atividade no Alto Alentejo.
- **Trabalhadores especializados.** A necessidade de recurso a mão-de-obra altamente especializada em setores que exigem profissionais altamente qualificados que necessitam de residência temporária, em particular ao nível dos trabalhos agrícolas e com a concretização

do perímetro de rega da Barragem do Pisão. A autarquia pretende criar condições adequadas de alojamento temporário e também que permitam a reunião e fixação de novas famílias no concelho.

- **Habitações privadas com necessidade de reabilitação.** A reabilitação de casa de particulares pelos próprios é uma das ambições da Câmara Municipal, sendo previsível a realização de 9 a 15 obras de reabilitação/ano.

9.3 MEDIDAS DE POLÍTICA HABITACIONAL EM CURSO

Em alinhamento com a nova geração de políticas de habitação, o município de Fronteira tem vindo a desenvolver várias medidas de intervenção e investimento no parque habitacional, algumas recentemente concretizadas e outras ainda a decorrer:

- **Adesão ao Programa Rede Social** que, embora com o objetivo central de erradicação da pobreza, possui uma natureza mais abrangente e, naturalmente integra a questão habitacional;
- **Disponibilização à população de loteamentos devidamente infraestruturados**, face a uma procura que se centraliza na autoconstrução;
- **Gestão e manutenção da habitação social propriedade da autarquia** (48 fogos);
- **Ações de regeneração e reabilitação urbana:**
 - Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Fronteira e de Cabeço de Vide e realização das respetivas Operações de Reabilitação Urbana;
 - Candidatura ao Plano de Regeneração Urbana de Fronteira e de Cabeço de Vide;
 - Candidatura ao Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD de Vale de Seda);
- **Realização e implementação da Estratégia Local de Habitação de Fronteira.**

9.4 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O parque habitacional do concelho de Fronteira era constituído, em 2021, por 2565 alojamentos familiares, 2454 edifícios, suporte habitacional de 2858 pessoas e 1198 famílias, sendo que, dos alojamentos familiares existentes, menos de metade eram ocupados como residência habitual. Relativamente à década anterior **registou-se um decréscimo de 552 indivíduos, de 152 famílias, de**

28 alojamentos e de 65 edifícios. No caso dos alojamento e edifícios este balanço negativo significa que a construção nova não conseguiu superar os alojamentos/edifícios que deixaram de poder ser habitados por estarem em mau estado/em ruína.

As dinâmicas demográficas de um território ditam, quase sempre, as dinâmicas construtivas, como é o caso de Fronteira. Até 1960 construiu-se quase metade do parque de alojamentos (47%) e no século XXI, construiu-se apenas 9% dos alojamentos familiares, destaca-se o **1% de alojamentos construídos entre 2011 e 2021.**

O estado de conservação dos edifícios do concelho de Fronteira é globalmente razoável/bom, sendo em 2021, cerca de 3/4 dos edifícios (74%) não necessitavam de obras de reparação, ou seja, estavam em bom estado. Cerca de 26% necessitavam de obras, embora destes, só 75 edifícios precisam de grandes obras (3% do total de edifícios).

O parque habitacional do concelho de Fronteira é constituído na totalidade por alojamentos clássicos, não existindo barracas ou outros alojamentos improvisados e são maioritariamente constituídos por edifícios com 1 e 2 pisos, fazendo jus à sua matriz rural alentejana.

Dadas as características do concelho de Fronteira, localizado no interior do país e no Alentejo, território em perda demográfica acelerada e com valorização crescente da sua vocação de território turístico, a **residência habitual, apesar de predominante, não chega a representar metade do parque habitacional do concelho (47%).** Neste contexto, ganha, assim, especial relevância o **peso dos alojamentos de uso sazonal ou secundário (35%),** sendo que os fogos devolutos representam os restantes 18%.

As **condições de habitabilidade do concelho, em 2021, são bastante melhores relativamente às duas décadas anteriores.** Nesta data destaca-se: i) **17% dos alojamentos de residência habitual não possui qualquer sistema de aquecimento,** ii) **56% dos mesmos não possuem ar condicionado;** iii) **cerca de 2/3 dos alojamentos de residência habitual não é acessível a cadeiras de rodas.**

O **regime de ocupação predominante** (dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual) dos alojamentos de Fronteira é o do **“ocupante proprietário” (77%),** sendo o **arrendamento representado por apenas 16% dos alojamentos familiares** clássicos (192 fogos).

Em 2021, das famílias que eram proprietárias e ocupantes dos alojamentos (920 alojamentos), apenas 33% tinham encargos com a aquisição da habitação, sendo que o valor dos encargos médios mensais era de 273,26€. No caso parque arrendado (192 alojamentos), o valor médio mensal das rendas era de 168,10€.

O concelho de Fronteira possui um volume significativo de **habitação social**, não só propriedade da autarquia, mas também de outras instituições, contando-se, no total, 66 fogos. Destes, a câmara municipal de Fronteira possui 48 fogos de habitação social onde residem 48 famílias; o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) possui 15 fogos de habitação Social em Cabeço de Vide; a Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide possui 3 fogos de habitação social arrendadas. Destes, 21 fogos necessitam de intervenções de reabilitação.

Os **valores do mercado imobiliário mais recente** (2019 a 2022) demonstram que se registou uma valorização do mercado de aquisição, traduzido pelo aumento do valor mediano das vendas/m² passou de 255€/m² em 2019 para 442€/m², em 2022.

Foram identificadas 51 famílias que apresentam carências habitacionais, desagregadas do seguinte modo: i) 25 Famílias que precisam de uma habitação social; ii) 5 Famílias que pretendem apoio para reabilitação das suas habitações; iii) 21 fogos de habitação social com necessidade de reabilitação.

Como **principais medidas de política habitacional em curso**, contam-se como as mais estruturantes: i) Adesão ao Programa Rede Social, ii) Disponibilização à população de loteamentos devidamente infraestruturados; iii) Gestão e manutenção da habitação social propriedade da autarquia (48 fogos), iv) Ações de regeneração e reabilitação urbana (1. delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Fronteira e de Cabeço de Vide e realização das respetivas Operações de Reabilitação Urbana; 2. Candidatura ao Plano de Regeneração Urbana de Fronteira e de Cabeço de Vide; 3. Candidatura ao Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas - PAICD de Vale de Seda); v) Realização e implementação da Estratégia Local de Habitação.

10. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

10.1 INTRODUÇÃO

O nível de desenvolvimento socioeconómico de qualquer população, mede-se não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos coletivos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos.

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A este papel determinante na organização do território acresce também a enorme importância na imagem e projeção exterior do espaço/território onde se localizam. Esta dupla função dos equipamentos coletivos reflete-se de alguma forma na competitividade dos lugares, concelhos e regiões. Assim, pode considerar-se que os equipamentos coletivos são, paralelamente, consequência e causa do processo de desenvolvimento económico e social de qualquer território.

O município de Fronteira encontra-se, em termos globais e quantitativos, bastante bem-dotado de equipamentos e serviços de utilização coletiva, quando avaliados e dimensionados em função da população residente e, conforme os casos, dos estratos etários potencialmente utilizadores de alguns equipamentos; em todo o caso, há, sobretudo, um domínio onde é clara a necessidade de ampliar a dotação atual, nomeadamente o dos equipamentos de apoio social aos idosos.

Na análise demográfica do presente relatório retratou-se a questão do envelhecimento demográfico do município. Esta é a questão demográfica preponderante e que determina fortemente todo o desenvolvimento de Fronteira, não só pelas necessidades emergentes de resposta a esta realidade, como pela falta de ativos para desenvolver a economia concelhia.

Esta dimensão do envelhecimento, é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de proteção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a necessitar de pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão

dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Na ótica da distribuição espacial, salienta-se a grande concentração de equipamentos coletivos e, naturalmente os de ordem superior, na freguesia de Fronteira, sendo que a freguesia de Cabeço de Vide também se encontra razoavelmente equipada e São Saturnino é a menos dotada pelo facto de não possuir o limiar populacional mínimo que justifique alguns dos equipamentos.

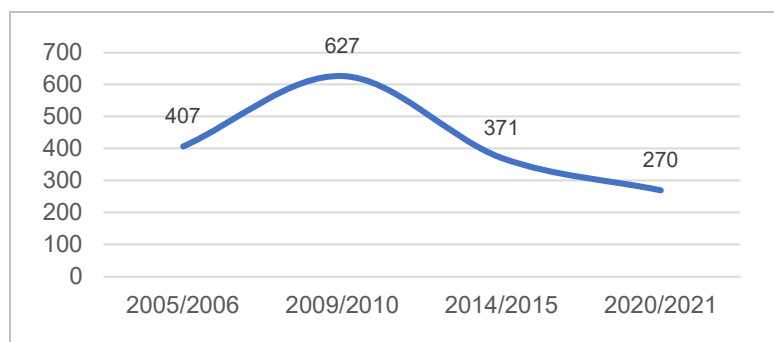
10.2 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Em conformidade com a legislação vigente nesta matéria, a “Carta Educativa” deve sustentar a definição da Política Educativa a nível autárquico, assim como deve ser parte integrante dos Planos Diretores Municipais. O município de Fronteira teve a sua primeira Carta Educativa aprovada em 2006, a qual foi revista e aprovada mais recentemente, sendo que a que se encontra atualmente em vigor tem um horizonte temporal de 10 anos (2023/2033).

A análise que se segue, ligeiramente anterior à revisão da Carta Educativa, teve em consideração os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), e pelo INE (Anuários Estatísticos), cujo último ano letivo disponível é 2020/2021.

A rede educativa municipal pública, organizada em torno do Agrupamento de Escolas de Fronteira, é composta por dois estabelecimentos de ensino que, em conjunto, lecionam desde a educação Pré-Escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente a Escola Básica Frei Manuel Cardoso (Fronteira) e a Escola Básica de Cabeço de Vide. Esta oferta, ao nível do pré-escolar, é complementada pelo Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira.

Gráfico 25: Nº de alunos matriculados nos estabelecimentos educativos de Fronteira, 2005/06 a 2020/21



INE, Anuários Estatísticos https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios&xlang=pt

A evolução do número de alunos no período 2005/06 a 2020/2021, demonstra a tendência para o declínio do número de alunos a frequentar os equipamentos de ensino do município; no entanto, importa salientar que a curva evolutiva é influenciada pela existência, na primeira década do século XXI, de ensino secundário, o qual deixou de existir na segunda década. No total do município, no quinquénio 2015/16 a 2020/21, o número de alunos reduziu, 27%.

Por nível de ensino, destacam-se para efeitos da abordagem do presente PDM, os seguintes aspetos:

Educação Pré-Escolar

Apesar de facultativa, têm sido realizados esforços para tornar a primeira etapa da educação universal e em condições de igualdade. No ano letivo de 2022/2023¹¹, estavam matriculados neste nível de ensino cerca de 58 alunos, 33 dos quais em estabelecimentos da rede pública e 25 na rede privada. Perante a oferta disponível (em capacidade de n.º de alunos), verifica-se uma taxa de ocupação de 58%.

Neste município existem 3 estabelecimentos de educação pré-escolar. Destes, existem 2 da rede pública: a Escola Básica de Cabeço de Vide e a Escola Básica Frei Manuel Cardoso. O outro estabelecimento, pertencente à rede privada, é o Infantário N.º Sr.ª da Vila Velha, da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira.

As áreas de irradiação dos estabelecimentos referidos são distintas. A EB Frei Manuel Cardoso tem uma área de irradiação que corresponde ao município, sendo que serve, principalmente, as crianças da freguesia de Fronteira e de São Saturnino, onde não existe nenhum estabelecimento que sirva a população com idade de frequentar este nível de ensino. Também no caso do JI da Santa Casa da Misericórdia, a área de irradiação corresponde igualmente ao município, mas serve maioritariamente crianças da freguesia de Fronteira. A área de irradiação da EB de Cabeço de Vide restringe-se à freguesia onde se localiza não exercendo atração sobre população das outras freguesias.

1º Ciclo do Ensino Básico

O município de Fronteira possui atualmente 2 estabelecimentos de ensino destinados ao 1.º ciclo do ensino básico, nomeadamente a EB Cabeço de Vide e a EB Frei Manuel Cardoso.

Tal como acontece com o pré-escolar, na freguesia de S. Saturnino não existe qualquer estabelecimento que assegure este nível de ensino, obrigando a que os alunos tenham de ser

¹¹ Fonte: Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio>)

transportados para a EB Frei Manuel Cardoso. Esta, como escola nuclear do município, atrai alunos de todo o município e a EB de Cabeço de Vide serve a população da freguesia onde se localiza.

No ano letivo de 2020/2021¹², estavam matriculados nestes estabelecimentos 76 alunos, de acordo com dados do INE. Outros indicadores, dão-nos o seguinte panorama: i) 10 docentes em exercício para as duas escolas existentes; ii) taxa de retenção e desistência baixa, na ordem dos 1,3%, verificando-se que no ano letivo de 2005/2006 esse valor estava nos 12,4%; iii) rácio de aluno/computador e de aluno/computador com Internet, ambos de 1,3.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

No município de Fronteira existe um estabelecimento de ensino que assegura a toda a população do município o acesso ao 2º e 3º ciclos de escolaridade - a Escola Básica Frei Manuel Cardoso. É um estabelecimento de tutela pública que, para além de integrar a educação pré-escolar e o 1º ciclo, integra o 2º e 3º ciclos do ensino básico e exerce a sua atividade em regime de funcionamento normal diurno e noturno. Em horário diurno são lecionados todos os anos de escolaridade e em horário noturno funciona o 3.º ciclo do ensino.

Em termos de oferta complementar ao ensino regular, destaca-se a existência de cursos vocacionais básicos de proteção civil, floricultura e jardinagem e produção agrícola e animal, que conferem o nível N2 no quadro nacional de qualificações.

No ano letivo de 2020/2021, estiveram matriculados nestes níveis de ensino 138 alunos, dos quais 47 no 2º CEB e os restantes 91 alunos no 3º CEB. O rácio de modernização tecnológica tem evoluído positivamente nos últimos anos e indicam-nos um valor de 1,2 alunos/computador e de 1,3 alunos/computador com Internet.

Ensino Secundário

O município de Fronteira não tem ensino secundário regular. Para os alunos que tem recorrido ao ensino secundário regular fora do município, a Câmara Municipal de Fronteira tem assegurado o transporte dos alunos até ao estabelecimento de ensino mais próximo, localizado no município de Estremoz.

**** Quando for temporalmente oportuno, serão introduzidos os novos elementos decorrentes da revisão da Carta Educativa, em curso.*

¹² INE, Anuários Estatísticos

10.3 EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

As instituições de Solidariedade e Segurança Social baseiam a sua ação no objetivo da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos, isto é, dos grupos sociais mais carentes ou dos escalões etários mais dependentes. No município de Fronteira, essa ação passa designadamente por:

- Apoio à Infância e Juventude: Creches e ATL;
- Apoio à População Idosa: ERPI, Centros de Dia, Centros de Convívio, Apoio domiciliário;
- Outras respostas sociais: Ajuda Alimentar a carenciados e Equipa de Cuidados Continuados Integrados.

Apoio à infância e juventude

As creches destinam-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 2 anos de idade, durante as horas de trabalho dos pais, visando proporcionar igualdade de oportunidades a todas as crianças, nomeadamente as que concorrem para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social.

Existem duas creches no município de Fronteira, localizadas nas freguesias de Fronteira e de Cabeço de Vide. Em janeiro de 2023¹³, prestavam apoio a 36 crianças, embora o município dispusesse de capacidade para acolher 70 crianças nestas unidades.

Os **centros de atividades de tempos livres** (CATL) destinam-se a acolher crianças com idade compreendida entre a idade legal de ingresso no ensino básico e os 12 anos e funcionam em dois grupos - manhã e tarde. Nestes centros são desenvolvidas atividades de animação sócio recreativa com o objetivo de prevenir situações sociais de risco.

Existia, em janeiro de 2023, no município de Fronteira uma unidade de ATL, localizada na freguesia de Cabeço de Vide. A dotação atual é suficiente, pois a ocupação desta unidade fica aquém da capacidade total (capacidade para 25 crianças e 18 utentes).

Embora não existam valores de dimensionamento objetivos para esta valência, a ocupação da unidade existente indica que não será necessário, em termos quantitativos, mais nenhum equipamento deste nível.

¹³ Fonte: Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio>)

Apoio à terceira idade

É cada vez mais preocupante, generalizada e problemática, a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos os problemas que lhes são inerentes. Estas questões começam a ser tratadas/consideradas com mais acuidade, impondo-se o equacionar do conjunto de condições, que forçosamente terão de vir a ser criadas ou ampliadas e diversificadas, de resposta a este fenómeno.

O chamado envelhecimento demográfico levanta múltiplos problemas, amplamente conhecidos, nomeadamente a redução de parte dos ativos criará dificuldades financeiras ao financiamento das pensões de reforma, porá em perigo o equilíbrio dos orçamentos de proteção social e aumentará a necessidade de serviços especializados de alojamento. Entre outras consequências, aparentemente mais importantes, coloca-se, precisamente, a questão que interessa nesta abordagem, da "necessidade de serviços especializados de alojamento".

O recurso às estruturas residenciais para idosos (lares) obriga ao abandono das casas e, normalmente, têm implícita uma maior dependência dos idosos. Os Centros de Dia têm por objetivo evitar o isolamento dos idosos, favorecendo as relações pessoais e permitem colocar, à disposição dos idosos, formas de ajuda adequadas à sua situação, não obrigando, desta forma, ao abandono das suas casas. O apoio domiciliário não implica o abandono do meio familiar, com as consequências psicológicas e sociais que daí advêm, como também a sua existência é menos dispendiosa do que a manutenção de lares. A ajuda domiciliária pode incluir serviços de alimentação, higiene e conforto, assim como trabalhos caseiros e percursos ao ar livre.

No município de Fronteira existe uma importante rede de apoio social aos idosos, nomeadamente 2 lares, 2 centros de dia, 3 Centros de convívio e é prestado Apoio Domiciliário a todo o concelho através de duas instituições (Santa Casa da Misericórdia de Fronteira e de Cabeço de Vide). A distribuição dos estabelecimentos faz-se pelas duas freguesias mais populosas, sendo que são Saturnino apenas possui um centro de convívio em Vale de Maceiras.

Quadro 54: Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), 2023

Freguesia	Estabelecimento	Entidade Proprietária	Capacidade	N.º Utentes
Cabeço de Vide	Lar Nossa Sra. das Candeias	Santa Casa da Misericórdia	63	63
Fronteira	Lar da 3ª Idade Nª Sra. Vila Velha	Santa Casa da Misericórdia	70	67
Total			133	130

Fonte: Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - última atualização em janeiro de 2023)

A valência de Estruturas Residenciais para Idosos é aquela que apresenta uma maior pressão, com uma taxa de ocupação na ordem dos 98%, desconhecendo-se, a esta data, as listas de espera existentes. Os Centros de Dia apresentam igualmente uma taxa de ocupação bastante inferior na ordem dos 56% e só apoiam 25 idosos do concelho.

Quadro 55: Centros de Dia, 2023

Freguesia	Estabelecimento	Entidade Proprietária	Capacidade	N.º Utentes
São Saturnino	Centro de Dia Vale de Maceiras	Santa Casa da Misericórdia	20	15
Fronteira	Lar da 3ª Idade Nª Sra. Vila Velha	Santa Casa da Misericórdia	25	10
Total			45	25

Fonte: Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - última atualização em janeiro de 2023)

A valência Centro de Convívio possui uma taxa de ocupação das unidades existentes em cerca de 68% e apoiam 77 idosos. Destaque para a unidade localizada em São Saturnino que apresenta uma taxa de ocupação de 84%.

Quadro 56: Centros de convívio, 2023

Freguesia	Estabelecimento	Entidade Proprietária	Capacidade	N.º Utentes
Cabeço de Vide	Centro de Convívio de Cabeço de Vide	Santa Casa da Misericórdia	38	20
Fronteira	Centro de Convívio de Fronteira	Santa Casa da Misericórdia	50	36
São Saturnino	Centro de Convívio de Vale de Maceiras	Santa Casa da Misericórdia	25	21
Total			113	77

Fonte: Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - última atualização em janeiro de 2023)

O apoio domiciliário apresenta uma grande capacidade de utência (capacidade para 86 utentes), embora sua utilização se fique pelos 56%.

Quadro 57: Apoio domiciliário, 2023

Freguesia	Estabelecimento	Entidade Proprietária	Capacidade	N.º Utentes
Cabeço de Vide	Lar Nossa Sra. das Candeias	Santa Casa da Misericórdia	20	11
Fronteira	Lar da 3ª Idade Nª Sra. Vila Velha	Santa Casa da Misericórdia	66	37
Total			86	48

Fonte: Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - última atualização em janeiro de 2023)

A capacidade instalada em termos de equipamentos de apoio a idosos, é, presentemente, muito satisfatória, dado que atualmente a taxa de utilização das estruturas existentes é de 74%. A valência estrutura residencial para idosos é aquela que apresenta uma maior taxa de utilização (98%), o que indicia fragilidades na cobertura, sobretudo se existirem listas de espera.

Quadro 58: Síntese das valências de apoio aos idosos, 2023

Tipologia	Capacidade Instalada	Nº de Utentes	Taxa de Utilização (%)
ERPI	133	130	97,7
Centro e Dia	45	25	55,6
Serviço de Apoio Domiciliário	86	48	55,8
Centro de Convívio	113	77	68,1
Total	377	280	74,3

Fonte: Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - última atualização em janeiro de 2023)

Em 2023, aproximadamente 29% da população idosa¹⁴ do município de Fronteira recebia apoio social (280 idosos), o que, no quadro nacional, pode ser considerado manifestamente bom. Com efeito, a taxa de cobertura média nacional, situava-se em 2020, nos 12,5%, de acordo com o Relatório de 2020 da Carta Social (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social). Analisando a oferta e a procura de valências de apoio à população idosa, salienta-se o facto, de apesar da boa cobertura existente, o município ter capacidade para apoiar mais 97 pessoas, ou seja, podendo atingir uma taxa de cobertura de 39% da população com mais de 65 anos.

Outras respostas Sociais

Complementarmente, existem mais duas valências de apoio social: ajuda alimentar a carenciados, com uma capacidade para 45 utentes e totalmente utilizada, e uma Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), com capacidade de apoio a 5 utentes e também esgotada.

10.4 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Os equipamentos de saúde existentes no concelho enquadram-se exclusivamente no âmbito dos cuidados de saúde primários e integram as seguintes tipologias: i) Centros de Saúde; ii) Extensões de Saúde e iii) Farmácias.

¹⁴ 957 idosos em 2021

Centro de Saúde e Extensões de Saúde

Reportando-se ao ano 2020/2021 para uma análise do enquadramento regional e em termos puramente quantitativos, verifica-se uma dotação e posicionamento do município em relação à sub-região bastantes mais favoráveis do que há 10 anos atrás: apresentava um rácio de 1,8 médicos/1000 habitantes (1,2 em 2013) e de 5,3 enfermeiros/1000 habitantes (3,1 em 2013). Apesar disso, estes são inferiores à média do Alto Alentejo (8,7 e 4,0, respetivamente).

A oferta pública de cuidados de saúde dirigida à população residente no concelho de Fronteira é assegurada pela **Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano** (ULSNA), entidade a quem compete promover e prestar cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados nesta sub-região.

A nível local, a oferta da ULSNA é materializada através da atividade de prestação de cuidados de saúde primários desenvolvida pelo Centro de Saúde de Fronteira, que pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde de São Mamede (ACES) e pelas 3 extensões de Saúde nas restantes freguesias e uma no lugar de Vale de Seda, os quais globalmente se encontram em razoável/bom estado de conservação.

O Centro de Saúde de Fronteira possui um total de 3022 utentes inscritos, adotando uma organização funcional centrada na sua atividade enquanto Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC).

Quadro 59: Centro de saúde e extensões de saúde, 2023

Tipologia	Tipo de Instalações	Estado de Conservação
Centro de Saúde de Fronteira – Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)	Próprias	Bom
Extensão de Saúde de Cabeço de Vide	Próprias	Bom
Extensão de Saúde de Maceiras	Adaptadas	Razoável
Extensão de Saúde de Vale de Seda	Adaptadas	Razoável

Fonte: <https://www.centrosdesaude.pt/centro/centro-de-saude-fronteira/>

As especialidades existentes no Centro de Saúde são: Medicina geral e familiar/clínica geral, Planeamento familiar, Saúde infantil e juvenil/pediatria e saúde materna/obstetrícia e aconselhamento a diabéticos (serviço de enfermagem).

Os cuidados de saúde secundários são prestados pelo Hospital Dr. José Maria Grande, em Portalegre (Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE), que constitui o hospital de referência para o concelho e que se encontra a uma distância-tempo de aproximadamente 25 minutos de Fronteira. Os acessos estão em razoável estado de conservação e o transporte de doentes é efetuado pelos

Bombeiros Voluntários de Fronteira ou da Santa Casa da Misericórdia. Aquele hospital não possui todas as especialidades pelo que, por vezes, é necessário transferir doentes para outros hospitais, nomeadamente para Lisboa. Existem dois hospitais privados relativamente próximos, nomeadamente em Ponte de Sor e em Monforte, o que é sempre uma mais-valia a nível local.

A nível privado, a oferta de serviços inclui três consultórios: um de clínica geral, um de Psicologias Clínica e um dentista, todos localizados no centro urbano de Fronteira.

Foto 88: Equipamentos de saúde, 2023

Centro de Saúde de Fronteira



Termas da Sulfúrea



As Termas da Sulfúrea, em Cabeço de Vide, complementam a oferta de serviços de saúde, embora obviamente com um carácter muito específico. Um dos emblemas do concelho, as Termas têm capacidade para atender 2230 utentes/dia, embora a média de atendimento seja de 1000 utentes e um volume anual de 16000 utentes. Encontra-se em bom estado de conservação e totaliza os 50 indivíduos ao nível do apoio médico e de enfermagem

Farmácias

As duas farmácias existentes no concelho localizam-se nas freguesias de Fronteira e Cabeço de Vide. Existe ainda um Posto Farmacêutico Móvel¹⁵ em Vale Maceiras, na freguesia de São Saturnino.

Indo ao encontro dos objetivos da política de saúde, nomeadamente da melhoria da acessibilidade do cidadão a todo o tipo de cuidados, incluindo, entre outros, da melhor cobertura farmacêutica da população, a Portaria n.º 352/2012, de 30 outubro, limita a capitação de 3500 habitantes por farmácias. Em relação a esta capitação, o concelho responde por excesso àqueles critérios, pois para a população

¹⁵ Os Postos Farmacêuticos Móveis (PFM) são estabelecimentos destinados à dispensa ao público de medicamentos, a cargo de um farmacêutico e dependentes de uma farmácia, podendo estes ser instalados em locais onde não exista uma farmácia ou posto farmacêutico móvel.

residente em 2021 (2858 habitantes) o município de Fronteira apenas necessitaria de uma farmácia. Contudo, estão em causa também critérios de proximidade dos serviços à população, assim se justificando a dotação existente.

10.5 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A prática desportiva é uma das apostas do município de Fronteira, sendo relevantes os esforços realizados no sentido de se criarem as condições para a sua prática, não só da população residente, mas de população do exterior, através da promoção de competições desportivas organizadas, sendo que as principais modalidades desportivas e recreativas praticadas no concelho são a natação, o atletismo, a canoagem, a equitação, o todo-o-terreno, o futebol, a pesca e caça, percursos pedestres, balões de Ar Quente e o ciclismo para deficientes.

Na análise da situação dos equipamentos desportivos do município de Fronteira consideraram-se todas as áreas desportivas existentes, cujo acesso à prática desportiva é permitido à população em geral. Estas áreas, designadas de “Área Desportiva Útil” ou “Dimensão Funcional Útil”, referem-se às superfícies delimitadas pelo traçado do jogo ou prática, acrescidas das áreas de segurança mínimas necessárias. Segundo as Normas para a Programação de Equipamentos Coletivos (ex. DGOTDU) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída a quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante. Esta quota global funciona como uma referência enquanto responsabilidade e capacidade da sociedade em proporcionar respostas às necessidades de equipamentos desportivos de acordo com a ocupação populacional do território e, desejavelmente, com os interesses dos seus habitantes. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem carácter rígido e que deve adaptar-se, com a necessária flexibilidade às variáveis específicas de cada território.

Quadro 60: Número e área das instalações desportivas, por freguesia, 2023

Freguesias	Grandes Campos de Jogos		Pequenos Campos de Jogos		Pavilhões e Salas de Desporto		Piscinas		Pista de Atletismo		Área total (m ²)
	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	
Cabeço de Vide	1	8000									8000
Fronteira	1	8000			1	1350	2	800	1	6000	16150
São Saturnino			1	800							800
Total	2	16000	1	800	1	1350	2	800	1	6000	24950

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira

A oferta de equipamentos desportivos de base formativos do município de Fronteira distribui-se pelos dois grandes campos de jogos, um pequeno campo de jogos, um pavilhão gimnodesportivo, duas piscinas (uma coberta e outra descoberta) e uma pista de atletismo (associada ao estádio municipal).

A área desportiva útil/habitante oficial atual é de 8,7m²/habitante, ultrapassando, assim, largamente o valor oficial de referência, isto se considerarmos os dados populacionais oficiais mais recentes (2021) e os dados das instalações/áreas desportivas, 2023. Não obstante, a freguesia de São Saturnino, possuindo apenas um pequeno campo de jogos, não consegue atingir os 4m²/habitantes, ficando nos 3,4m²/habitante, no entanto deve atender-se ao facto de ser a mais envelhecida do concelho e ainda identificada com modos de vida rural.

Quadro 61: Dimensão funcional útil, 2023

Freguesias	População 2021	Dimensão Funcional Útil (m ²)	DFU/Habitante (m ²)
Cabeço de Vide	928	8000	8,6
Fronteira	1696	16150	9,5
São Saturnino	234	800	3,4
Total	2858	24950	8,7

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira

No âmbito da distribuição tipológica recomendada e a existente no município, destaca-se a discrepância entre as áreas ao ar livre, em relativo défice, e as salas de desporto e as superfícies de plano de água, em excesso.

Quadro 62: Dimensão Funcional Útil, de acordo com tipologias, 2023

Tipologias	Área Recomendada (%)	Área Existente em Fronteira (%)
Ar livre	95%	91,4
Salas de Desporto	2 a 2,5%	5,4
Superfícies de plano de água	1,50%	3,2

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira

Tendo em consideração a dotação atual e as expectativas de evolução demográfica, o município de Fronteira não necessitará de ampliar a sua oferta de instalações/espacos desportivos, embora sejam sempre de favorecer todos os potenciais equipamentos informais e de proximidade, de utilização informal e tão livre quanto possível – podem passar pelo pequeno espaço com tabela de basquetebol ou baliza mural até ao circuito de manutenção ou espaços de fruição múltipla. Pela proximidade e

informalidade da utilização podem favorecer grandemente a prática desportiva frequente desde os mais jovens aos mais idosos.

Foto 89: Equipamentos desportivos de Fronteira

Estádio Municipal de Fronteira



Piscina Municipal de Fronteira



Pavilhão Gimnodesportivo



Pequeno Campo de Jogos de Vale de Maceiras



Colocando-se fora do âmbito dos Equipamentos Desportivos de Base Formativos, o Município de Fronteira oferece um conjunto relativamente vasto de outros recintos desportivos, igualmente importantes e complementares dos equipamentos desportivos de base formativos. Uns são os equipamentos informais de proximidade referidos anteriormente e outros são equipamentos mais especializados, nomeadamente: Centro Hípico de Fronteira; Terródromo (pista todo-o-terreno que abrange as freguesias de Fronteira e de São Saturnino); os Circuitos de Manutenção de Fronteira e de Cabeço de Vide; um Campo de Kayak Pólo; um Campo de Futebol de Praia; Ecopista Atoleiros/Sulfúrea; Circuito Pedonal entre o núcleo urbano de Fronteira e o Centro Ecoturístico da Ribeira Grande; Circuito Pedonal entre o núcleo urbano de Cabeço de Vide e as Termas da Sulfúrea.

Estes equipamentos permitem ao município de Fronteira posicionar-se no espaço regional, nacional e internacional, através da promoção de alguns eventos de relevo, em que estes equipamentos são o

palco de fundo, como é o caso das 24 horas de Todo-o-Terreno, o Encontro Internacional de Balões de Ar Quente, o Campeonato Nacional de Kayak Pólo, o Concurso Nacional de Saltos, o Encontro Motard, o Challenger Trophy, entre outros.

A complementar esta oferta, existe ainda o Centro de Estágios de Fronteira (funcionar desde 2002 e composto por 6 apartamentos T2), importante infraestrutura de suporte aos vários eventos desportivos promovidos no concelho.

Foto 90: Centro de Estágios de Fronteira



Fonte: <https://www.allaboutportugal.pt/pt/fronteira/desporto/complexo-desportivo-de-fronteira>

10.6 EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS

A dimensão cultural de um município não se mede necessariamente pelo número de estruturas físicas que possui, embora sejam de extrema importância, mas, sobretudo, pela política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas. Fronteira é um desses casos, em que para além das infraestruturas físicas, possui uma oferta muito diversificada de atividades culturais e desportivas de recreio.

Numa análise global e de integração na sub-região do Alto Alentejo, no ano de 2021, o município de Fronteira encontrava-se nos lugares inferiores da tabela relativamente à despesa em atividades culturais e recreativas por habitante, apresentando um valor de 42,3€/habitante quando a média sub-regional se situava nos 87,1€/habitante. Ainda assim, não se afasta muito de Portalegre, que apresenta um valor não muito superior (61,9€/habitante).

Em termos de equipamentos culturais (estruturas fixas), existe, no município de Fronteira uma oferta relativamente razoável quando aferida com o quantitativo populacional do município, nomeadamente: Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros; Casa da Cultura e Recreio (que possui Cinema, Centro de Exposições, Posto de Turismo, Gabinete UNIVA); Biblioteca (e Espaço Internet); Arquivo Municipal,

Parque de Ciências e Observatório Astronómico da Ribeira Grande; Centro Cultural Recreativo de Vale de Seda (Fronteira); Centro Cultural e Polivalente de Vale de Maceiras (São Saturnino); Escola de Arte e Tradição de Fronteira.

Das valências culturais existentes, pelas suas características singulares no contexto sub-regional e pelo seu papel preponderante na dinamização e afirmação cultural do município de Fronteira, deve ser dado especial destaque aos seguintes:

- **Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros**, uma infraestrutura moderna, dedicada a um acontecimento marcante da história de Fronteira – a Batalha dos Atoleiros, que permite uma descrição e explicação adequada da batalha bem como a preservação do local onde esta ocorreu.
- **Parque de Ciência e Observatório Astronómico**, por ser um equipamento único em todo o Alentejo, com elevado interesse pedagógico, de investigação e lazer;
- **Casa da Cultura e Recreio de Fronteira**, pelo seu papel central na dinamização cultural, através das diversas atividades e exposições que são promovidas ao longo de todo o ano e pela existência da valência Cinema;
- **Biblioteca Municipal**, pelo seu papel de interface fundamental de cultura e pelas atividades desenvolvidas no seu âmbito, salientando-se o acervo significativo e com várias áreas de interesse, os espaços multiusos, a biblioteca constitui um espaço de leitura e de estudo bastante aprazível e favorece o contacto com as novas tecnologias, possibilitando o acesso dos utentes à Internet (Espaço Internet).

Foto 91: Equipamentos culturais

Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros



Observatório Astronómico de Fronteira



Centro Cultural de Fronteira



Para além de política autárquica de promoção cultural, a atividade cultural de qualquer território é fortemente determinada pelo dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas. Em Fronteira, existe um importante conjunto de associações, com incidência para as atividades desportivas, culturais e recreativas desenvolvendo um importante papel na prática cultural deste território.

Quadro 63: Associações culturais e recreativas do município de Fronteira, 2023

Associação	Freguesia/Lugar	Atividades Desenvolvidas
Associação Jovem Fronteirense	Fronteira	Raid Hípico; Escola de Música; BTT; Canoagem; Equitação; Hipoterapia
Atlético Clube Fronteirense	Fronteira	Futebol; Natação; Andebol
Grupo Desportivo Vidense	Cabeço de Vide	Futebol com formação/escolinhas
Clube de Pesca Fronteirense	Fronteira	Convívios e concursos de pesca
Associação Columbófila de Fronteira	Fronteira	Treino e organização de provas com pombos correios
Associação de Caçadores	Fronteira	Atividades relacionadas
Teatro Espaço de Fronteira	Fronteira	Atividades Culturais
Centro Cultural Recreativo de Vale de Seda	Fronteira/ Vale de Seda	Atividades Culturais e Recreativas
Corpo Nacional de Escutas (Agrupamento 1056 de Fronteira)	Fronteira	Escutismo
Rancho Folclórico de Cabeço de Vide	Cabeço de Vide	Atividades Culturais e Recreativas
Grupo Desportivo e Comunitário de Vale de Maceiras	S. Saturnino/ Vale de Maceiras	Futebol de Salão; Pesca; Atletismo; Tiro Desportivo (Tiro aos Pratos)

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira

Complementarmente, são considerados importantes elementos da cultura e modos de vida local, todas as romarias, feiras ou acontecimentos culturais que têm lugar no município de Fronteira, nomeadamente a Festa da Senhora das Candeias, as Comemorações da Batalha dos Atoleiros, a Festa das Flores, a Festa da Santa Cruz, as Festas Populares de Vale de Maceiras, a Festa de Nossa Senhora de Vila Velha, as Festas Populares de Cabeço de Vide, a Feira de São Pedro, a Feira Nova e o concerto anual em memória a Frei Manuel Cardoso (atividade com maior notoriedade).

10.7 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Os equipamentos de segurança e proteção civil existentes no município de Fronteira são a Guarda Nacional Republicana, com um posto em Fronteira e um destacamento em Cabeço de Vide e os Bombeiros (Quartel de Bombeiros de Fronteira).

Existe também a Comissão Municipal de Proteção Civil que é constituída pelo Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, Corpo de Bombeiros de Fronteira, GNR de Fronteira, Delegado/a de saúde local, Diretor da ULSNA e pelos serviços de Segurança Social.

10.8 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município de Fronteira está bastante bem-dotado de equipamentos de utilização coletiva, quando dimensionados com a respetiva população, contudo, as atuais carências no domínio do apoio aos idosos e a esperada continuação do envelhecimento demográfico ditarão crescentes necessidade de ampliação e diversificação de respostas a este segmento da população. Uma avaliação-síntese, por equipamentos, permite as seguintes afirmações:

- Ao nível dos **equipamentos de educação**, o concelho encontra-se bem-dotado face aos quantitativos populacionais em presença. A rede educativa do Município de Fronteira integra (ano letivo 2020/21), 3 estabelecimentos dos diferentes níveis de ensino: a Escola Básica Frei Manuel Cardoso, a Escola Básica de Cabeço de Vide e o JI da Santa Casa da Misericórdia. A Carta educativa encontra-se em revisão.
- Ao nível do **apoio social** nos seus diferentes domínios, há a registar, no apoio à infância, a existência de duas creches, localizadas nas freguesias de Fronteira e Cabeço de Vide. Em janeiro de 2023, prestavam apoio a 36 crianças, num contexto de capacidade para 70 crianças, traduzindo-se numa taxa de ocupação de 51%. Ao nível das Atividades de Tempos Livres, existe uma unidade em Cabeço de Vide, cuja dotação atual é suficiente pois a sua capacidade não se encontra esgotada. No apoio à 3ª idade, existe uma rede considerável, nomeadamente 2 estruturas residenciais para idosos, 2 centros de dia, 3 centros de convívio e é prestado Apoio Domiciliário a todo o concelho através de 2 instituições (Santa Casa da Misericórdia de Fronteira e de Cabeço de Vide). No seu conjunto, os equipamentos e as valências de assistência à terceira idade, apoiam 29% da população com mais de 65 anos do concelho, o que é bastante satisfatório, embora a capacidade total do município seja de 39%. A dotação atual, não está, contudo, ajustada às necessidades da população local, já que, apesar de a taxa de utilização se ficar nos 74%, as estruturas residenciais para idosos funcionam no limite das suas capacidades, indiciando carências nesta valência.
- Os **equipamentos de saúde** no município de Fronteira, exclusivamente no âmbito dos cuidados primários, são prestados pelo Centro de Saúde (Unidade de Cuidados na Comunidade) e pelas três extensões localizadas em Cabeço de Vide, Vale de Maceira e Vale de Seda. O estado de conservação dos equipamentos é, na sua maioria, razoável/bom. Os

cuidados de saúde secundários são prestados pelo Hospital Dr. José Maria Grande-Portalegre (Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE), que constitui o hospital de referência para o concelho e que se encontra a uma distância-tempo de aproximadamente 25 minutos de Fronteira. Existem duas farmácias e um Posto Farmacêutico Móvel, os quais permitem que o concelho responda por excesso aos critérios que definem a melhor cobertura farmacêutica (3500 habitantes/farmácia).

- Na oferta de **equipamento desportivo** o município de Fronteira está bastante bem-dotado. A oferta de equipamentos desportivos do município de Fronteira distribui-se pelos dois grandes campos de jogos, um pequeno campo de jogos, um pavilhão ginnodesportivo, duas piscinas (uma coberta e outra descoberta) e uma pista de atletismo (associada ao estádio municipal). A área desportiva útil/habitante oficial atual é de 8,7m²/habitante, largamente excessiva, face aos valores de referência, que se situam nos 4m². Para além destes equipamentos, Fronteira oferece ainda uma gama de outras instalações desportivas, mas que não entram na contabilização da dimensão funcional útil e que complementam e diversificam amplamente a oferta desportiva, nomeadamente 1 Centro Hípico, 1 terródromo, 2 circuitos de manutenção, 1 Campo de Kayak Pólo, 1 Campo de Futebol de Praia, 1 ecopista e 2 circuitos pedonais;
- Rede de **equipamentos culturais**. Fronteira possui, para além de um conjunto significativo de infraestruturas físicas, uma oferta muito diversificada de atividades culturais e desportivas de recreio, nas quais o município investe e aposta especialmente. Existe, ainda, um importante conjunto de associações, com incidência para as atividades desportivas, culturais e recreativas e que desenvolvem um importante papel na prática cultural deste território. São também importantes elementos da cultura e modos de vida local, todas as romarias, feiras ou acontecimentos culturais que têm lugar neste município.
- Os **equipamentos de segurança e proteção civil** existentes no município de Fronteira são a GNR e os Bombeiros, ambos localizados na freguesia de Fronteira e um destacamento da GNR em Cabeço de Vide, consentâneos com a estrutura de povoamento e as características rurais do município.

Embora detendo volumes demográficos pouco expressivos, Fronteira tem vindo a desenvolver uma rede de equipamentos e eventos de carácter tradicional, científico, cultural e desportivos gerando cada um individualmente, uma capacidade de atração de procura qualificadas e interessadas. Todavia, ainda não está totalmente desenvolvida a integração da atividade e/ou ocorrência de cada um destes equipamentos e eventos, em termos de incorporação como produtos turísticos estruturados numa oferta diversificada, representando ainda um subaproveitamento económico para o concelho.

11. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES

O sistema de acessibilidade, mobilidade e transportes constitui uma componente estruturante de qualquer território, condicionando os fluxos de pessoas, bens e serviços, e consequentemente as dinâmicas sociais e económicas e a intervenção territorial que daí decorre.

Em Fronteira, por se tratar de um concelho eminentemente rural, com um reduzido efetivo populacional e um povoamento concentrado num reduzido número de aglomerado, os desafios que se colocam em matéria de acessibilidade e mobilidade prendem-se fundamentalmente com questões de equidade e coesão no acesso a equipamentos, bens e serviços

Pelo carácter estratégico, dimensão e abrangência intermunicipal, entende-se ser de fazer uma breve referência, neste domínio específico, ao **Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável Alto Alentejo** (PAMUSAA), instrumento elaborado em 2016, no âmbito do Acordo de Parceria do Portugal 2020 e que serviu de enquadramento ao apoio financeiro no âmbito do Programa Operacional Regional (PO Alentejo).

O Plano configurava um programa de ação que pretendia articular “*medidas de natureza técnica e política com intervenções infraestruturais*”, e fazia o seguinte diagnóstico à mobilidade regional:

- A cobertura territorial da rede viária é adequada e satisfatória;
- O transporte individual é o principal modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares;
- O transporte em modos suave tem uma forte expressão nas deslocações pendulares [no contexto regional, quando comparado com os indicadores nacionais];
- O transporte coletivo não é tido como alternativa de transporte;
- O reduzido efetivo populacional, a dimensão dos aglomerados e a distância entre si não tem permitido sustentar um sistema de transporte público operacional;
- A conclusão do IC13 permitirá uma melhoria significativa dos índices de acessibilidade regional, constituindo a ligação principal da região à AML.

A operacionalização da estratégia regional de mobilidade decorre da concretização de um vasto conjunto de ações articuladas para todos os modos de transporte e de enfoque maioritariamente local/municipal, sendo que o para o município de Fronteira foram previstas apenas três intervenções:

- Circuito pedonal Cabeço de Vide-Termas da Sulfúrea;

- Circuito pedonal Fronteira-Centro Ecoturístico da Ribeira Grande;
- Requalificação urbana da Rua da Lagoa e Rua António Borralho Murça;

Este plano encontrava-se particularmente orientado para os centros urbanos de nível superior, e por isso para Fronteira, tal como para outros concelhos, o PAMUSAA acabou por se revelar pouco ambicioso ao nível da concretização de projetos, pese embora a sua importância do ponto de vista de consolidação de uma estratégia de mobilidade para a região.

De referir por fim, que o PAMUSAA destacava a importância que a revisão/atualização dos PDM assume enquanto oportunidade de *“munir os municípios com os elementos essenciais para a prossecução dos seus objetivos estratégicos em termos de transporte”*.

11.1 PADRÕES DE MOBILIDADE

A forma como pessoas e mercadorias se movimentam decorre, em grande medida, da forma como o território é ocupado e utilizado. Assim, importa conhecer de que forma as dinâmicas sociais e económicas se traduzem na forma como a população se desloca, identificando, para onde, com que intensidade e de que forma o fazem.

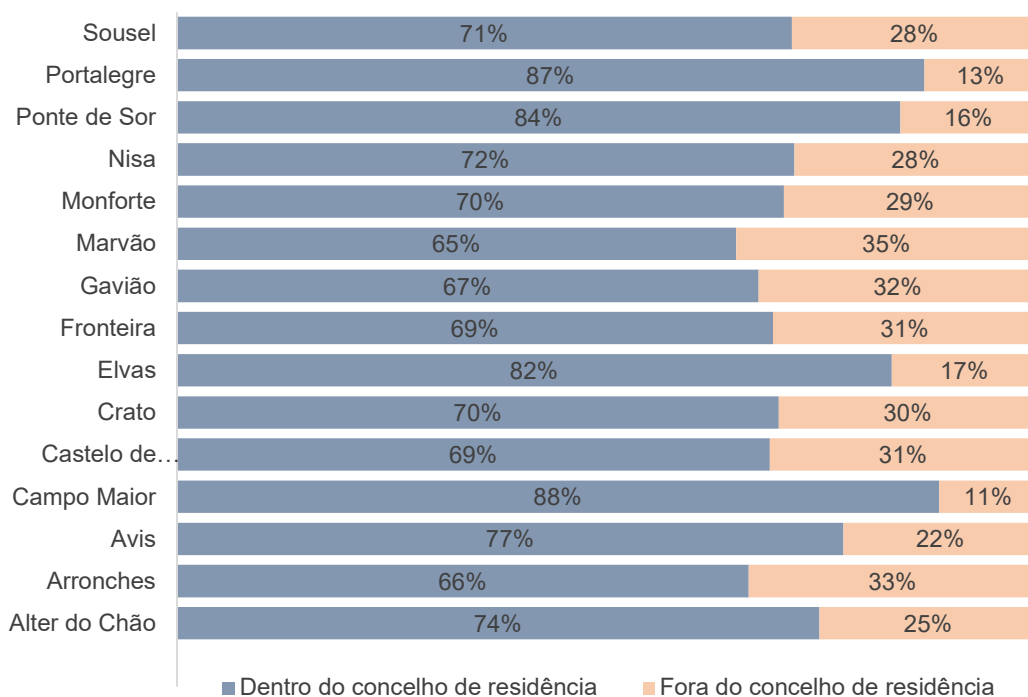
Em Fronteira, a população que em 2021 efetuava deslocamentos pendulares (para trabalhar ou estudar) representava 46,1% da população total residente no concelho, valor próximo do verificado para a globalidade do Alto Alentejo (47,6%). De entre esta população móvel 71,5% desloca-se por motivos de trabalho e apenas 27,5% por motivos de estudo, reflexo do reduzido peso da população jovem do concelho.

Dos 1.318 residentes que se deslocam diariamente, 69% realiza deslocamentos no interior do concelho, sendo que destes, 85% efetua deslocamentos na freguesia onde reside. Relativamente ao motivo da deslocação, a proporção de população estudante que sai do concelho é ligeiramente superior à população empregada (33,6% e 30,0%, respetivamente).

Comparando com 2011, verifica-se uma contração das deslocamentos interconcelhias – nesse ano 78% da população de Fronteira deslocava-se no interior do concelho para trabalhar ou estudar – o que reflete uma menor autonomia funcional interna. Este padrão é transversal à generalidade dos concelhos da região.

O saldo entre entradas e saídas era, em 2021, negativo, tendo-se registado uma diminuição da atratividade concelhia face a 2011 – em 2011 o fluxo de saída superou em 143 o fluxo de entrada, e em 2021 esse diferencial foi de 171 saídas a mais do que entradas.

Gráfico 26: População que se desloca, por local de trabalho ou estudo, por município, em 2021



Fonte: INE, Censos 2021

Nos movimentos de saída, destaca-se, a atratividade exercida por Estremoz e Portalegre (centros urbanos regionais estruturantes) e pelos municípios vizinhos de Avis, Alter do Chão e Sousel; estes cinco municípios mobilizam 2/3 do total das deslocações pendulares da população de Fronteira. A atratividade dos dois primeiros é mais expressiva junto da população estudante – metade da população que sai de Fronteira para estudar desloca-se para Estremoz e Portalegre – sendo os concelhos vizinho destino preferencial de quem se desloca para trabalhar.

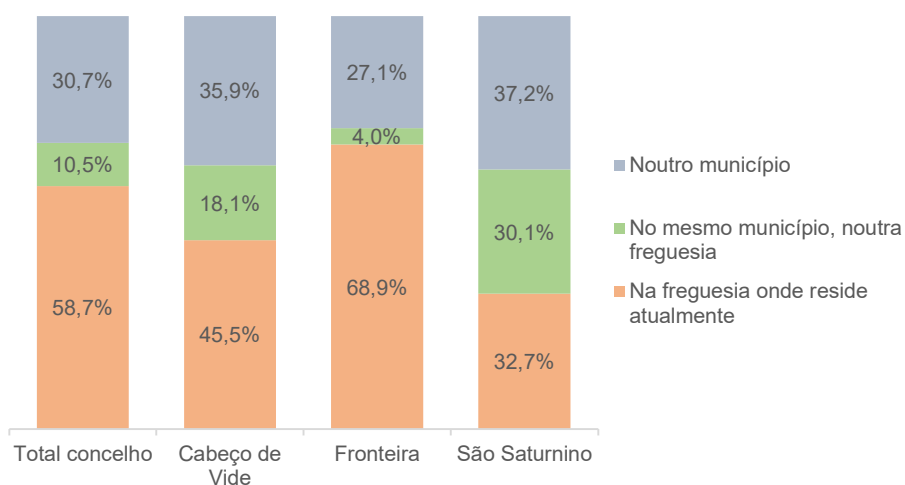
Em sentido inverso, 85% das entradas são feitas para trabalhar, sendo em Sousel e Portalegre que tem origem a grande maioria das viagens com destino a Fronteira (14% e 12% respetivamente).

A nível interno verificam-se assimetrias assinaláveis entre as freguesias, espelhando o forte efeito polarizador da sede e concelho e a fragilidade funcional de São Saturnino.

Quanto ao meio de transporte mais utilizado nas deslocações pendulares, verifica-se ainda uma elevada dependência do transporte individual, embora se observe uma ligeira diminuição da sua quota nas deslocações da população de Cabeço de Vide e São Saturnino. Notório é o reforço da utilização do transporte coletivo (transporte público ou transporte escolar) em todas

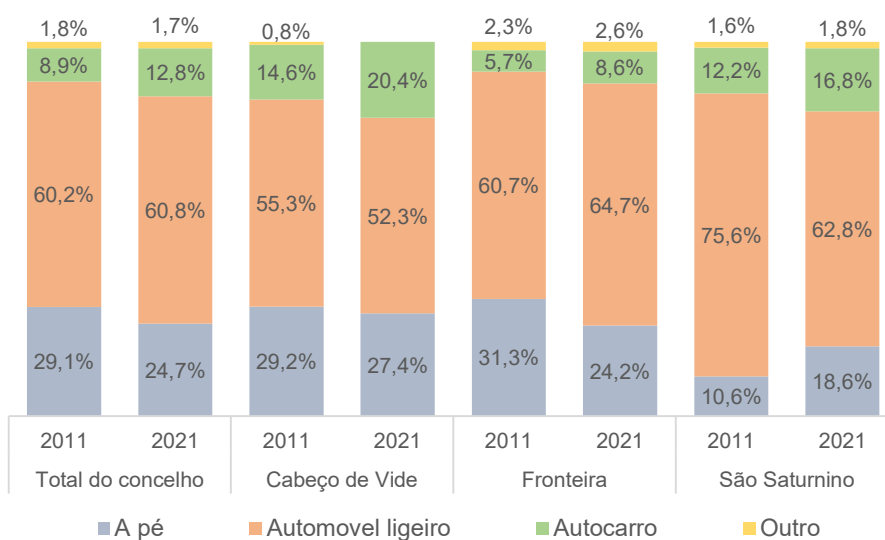
as freguesias, em contraciclo com o modo pedonal, que se viu reforçado apenas em São Saturnino.

Gráfico 27: População residente que se desloca, por local de trabalho ou estudo, por freguesia, em 2021



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 28: Repartição modal das deslocações, por freguesia, em 2011 e 2021



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Ainda relativamente à repartição modal destacar:

- 81% dos indivíduos que se deslocam a pé deslocam-se por motivo de trabalho; a proporção de população empregada que recorre ao modo pedonal supera a proporção de população estudante (28% contra 17%) em contraciclo com o que se verifica no Alto Alentejo e no país, em que são os estudantes a privilegiar este modo ativo.
- 89% da população que realiza deslocações diárias em transporte coletivo (transporte público ou transporte escolar) são estudantes; 42% dos estudantes recorre a este modo de transporte, enquanto entre a população empregada este modo capta apenas 2% das viagens;
- Em Cabeço de Vide e São Saturnino a quota de utilização de transporte coletivo entre a população estudantil atinge os 60%.

De assinalar, ainda, a quase total inexistência de deslocações em que a bicicleta é o principal meio de transporte utilizado, em consonância com o registado na generalidade do Alto Alentejo. Em 2021 apenas 10 pessoas utilizaram a bicicleta como meio de transporte em Fronteira (todas na freguesia sede de concelho), o que corresponde a apenas 0,76% do total das deslocações; na região a quota do modo ciclável foi inferior a 0,5%, mobilizando apenas 221 num total de quase 50 000 residentes que se deslocam, o que indicia, desde já, o esforço que será necessário fazer na promoção e sensibilização para a sua utilização junto da população

Em 2021, a duração média dos movimentos pendulares no concelho de Fronteira era de 16,43 minutos, valor ligeiramente superior à média do Alto Alentejo (15,03 min.) e dos concelhos limítrofes.

A nível interno, e tendo em consideração que o principal polo funcional do concelho é a vila de Fronteira, os residentes na freguesia sede de concelho beneficiavam de menores tempos de percurso (15,49 min.), que por sua vez aumentavam progressivamente para os residentes nas freguesias de São Saturnino (16,82 min.) e de Cabeço de Vide (18,23 min.). Estes reduzidos tempos de percurso, e relembrando que é o transporte individual que cativa a principal quota na repartição modal, permitem antever as dificuldades que o transporte coletivo terá em captar novos utilizadores se mantiver as características do serviço prestado.

11.2 INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

A rede rodoviária é suporte fundamental das dinâmicas territoriais, sociais e económicas, e a forma como estrutura a ocupação e assegura a acessibilidade das comunidades é um elemento diferenciador dos territórios que serve.

Neste contexto, e tendo em consideração o âmbito do PDM, mais do que caracterizar a infraestrutura propriamente dita importa apreender a forma como a rede conecta pessoas, atividades e funções e que condições oferece aos seus utilizadores, avaliando de que forma condiciona ou promove a ocupação.

As deslocações da população estão fortemente dependentes do transporte individual; a baixa densidade de ocupação do concelho dificulta a implementação de soluções de transporte coletivo atrativas e eficientes, em particular fora dos dois principais núcleos urbanos, o que justifica, em parte a fraca adesão da população a este meio de transporte. Assim é essencial avaliar o funcionamento da rede viária e a qualidade de serviço oferecida pela mesma, identificando fragilidades e possíveis pontos a melhorar, sempre com o objetivo de oferecer uma rede coesa e que responda às necessidades da população.

Apesar de ao longo dos anos terem vindo a ser feitas intervenções (manutenção e beneficiação) em algumas vias, persistem constrangimentos ao nível quer da acessibilidade (interna e externa), quer das condições estruturais e funcionamento da rede rodoviária. Note-se que relativamente a estas últimas a situação se viu recentemente agravada na sequência dos temporais de dezembro de 2022, cujos danos causados em inúmeras infraestruturas obrigou à interdição da circulação na ponte sobre a Ribeira Grande (EN245) e condicionamentos na ER243, obrigando à utilização de vias alternativas, com menor capacidade, com todos os prejuízos que daí advêm para a acessibilidade e mobilidade das populações.

11.2.1 Enquadramento no Sistema de Acessibilidades e de Conetividade

A rede de conetividade externa na região encontra suporte num conjunto de eixos estruturantes e de uma extensa rede complementar de vias que por sua vez sustentam uma vasta rede de vias de distribuição local de apoio às relações de proximidade e às dinâmicas internas dos municípios.

A situação da acessibilidade nacional de Fronteira, é condicionada quer pela sua inserção territorial, quer pelos atrasos na concretização de alguns itinerários da rede rodoviária nacional que deveriam proporcionar ligações mais vantajosas a diversos quadrantes do território nacional asseguradas presentemente por vias que, em parte do seu traçado, não garantem padrões de utilização e mobilidade adequados a estas funções.

No que respeita às ligações de **nível nacional** (e até internacional) destacam-se aqueles, que segundo o PROTA, assumem uma importância primordial na conectividade nacional e internacional da região e por conseguinte do concelho. Assim, salientam-se os seguintes eixos, embora Fronteira não seja atravessado por nenhum deles:

I. **IP6/A23: Peniche – Castelo Branco.** Este IP integra a Rede Nacional Fundamental e de Autoestradas (até ao polo urbano de Santarém) e estabelece a ligação transversal à região Oeste, permitindo a ligação ao IP1 e ao IP2, principais eixos de ligação longitudinal do país (o primeiro na faixa litoral e o segundo na faixa interior) e que garantem um conjunto alargado de ligações no contexto nacional e internacional.

II. **IP7/A6: Lisboa – Caia.** Este IP integra também a Rede Nacional Fundamental e de Autoestradas e estabelece a ligação transversal da AML a Espanha (fronteira Caia/Badajoz). Para além da sua importância ao nível nacional e internacional, constitui um eixo fundamental estruturante da região do Alentejo, uma vez que assegura a ligação (ainda que em alguns casos indireta) aos principais polos urbanos regionais.

III. **IP2/A23: Portelo – Faro.** Este IP integra a Rede Nacional Fundamental (e em parte do seu traçado integra também a Rede de Autoestradas) e estabelece a ligação longitudinal entre os principais polos urbanos situados ao longo da faixa interior do país. Representa uma ligação bastante importante, pelo facto de ser o único eixo viário com estas características que percorre o território interior, não existindo nenhuma alternativa viável que corresponda sensivelmente às mesmas funções.

Ainda de acordo com o estabelecido no PROTA foram identificados quatro subsistemas de nível regional, que possuem uma função complementar aos corredores de nível nacional e internacional e garantem uma acessibilidade direta a todos os centros urbanos regionais, articulando os espaços fundamentais da base económica regional.

Fronteira integra o subsistema rodoviário a norte do Corredor Central, que é constituído pelo eixo Elvas-Monforte-**Fronteira**-Avis-Ponte de Sor (ER246-**ER243**-ER244), com ligação à Lezíria do Tejo, à AML (IC13) e a Évora (EN251 e ER370) e, na faixa fronteiriça, com ligação a Espanha, pelo eixo Portalegre-Campo Maior.

Os eixos viários que permitem as ligações a **nível regional** compreendem uma lógica de articulação mais fina com as regiões envolventes, assim como, uma função de reforço da coesão e articulação intrarregional. Destacam-se dois eixos viários com estas características, que atravessam o território concelhio:

IV. **EN245: Alter do Chão – Estremoz.** Eixo viário que atravessa longitudinalmente o concelho cruzando a sua sede. Possui importância extrema no contexto concelhio, uma vez que permite ligação a Estremoz e a Portalegre (através do troço do IC13 – Alter do Chão/Portalegre) e ainda a ligação aos polos urbanos de Alter do Chão e Sousel. Para além de permitir estas ligações regionais, tem funções primordiais na rede viária concelhia, possuindo funções de via coletora.

V. **ER243: Avis – Campo Maior**. Eixo viário que atravessa transversalmente o concelho, a sul da vila de Fronteira, cruzando-se com a EN245. Permite a ligação aos polos urbanos de Avis, Monforte e Campo Maior, possibilitando também a ligação ao IP2, eixo de grande importância a nível regional.

Referir mais uma vez que o trânsito se encontra interdito e/ou condicionado em troços de ambas as vias, que sendo eixos estruturantes no contexto da acessibilidade regional, coloca Fronteira perante uma situação de grande fragilidade não só ao nível da conectividade intermunicipal, mas também da acessibilidade interna, com elevados prejuízos para as suas populações e atividades, com destaque para os habitantes de Vale de Seda e São Saturnino.

Relativamente às ligações de **nível local**, e complementarmente à acessibilidade garantida pela rede de nível regional (EN245 e ER243), são asseguradas a partir da rede municipal, que integra um conjunto de vias que garantem ligações exteriores de importância secundária a nível concelhio, servindo sobretudo o acesso de zonas mais periféricas aos concelhos limítrofes.

De entre estas ligações destacam-se no setor norte a EM538, EM540 e a antiga EN369, e no setor sul, a EM504-2. Estas vias asseguram a ligação aos centros urbanos de Alter do Chão, Sousel, Avis, Ervedal, Monforte, Santa Eulália, Figueira e Barros, Santo Amaro e Vaiamonte.

11.2.2 Conetividade externa

As funções desempenhadas pelos eixos viários apresentam-se como fator determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, devendo ser analisada a sua adequação à estrutura, características e importância dos troços que a constituem. Deste modo, a análise da sua inserção na rede exterior possibilita a compreensão das relações estabelecidas com os principais polos funcionais geradores e atratores de deslocações.

O concelho de Fronteira é servido, ainda que de forma indireta por vias de conectividade regional/nacional, que atendendo às funções desempenhadas, à estrutura viária existente e à sua inserção territorial, assumem um papel fundamental no contexto da rede viária e acessibilidade concelhias.

O sistema rodoviário do município de Fronteira é, essencialmente, composto por **três níveis hierárquicos** diferenciados de acordo com a sua categoria administrativa, a saber:

VI. **Rede Rodoviária Nacional – Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais);**

VII. **Estradas Regionais** (sob responsabilidade da IP, S.A.);

VIII. Rede Municipal (subcapítulo 11.2.3).

Da **Rede Rodoviária Nacional** faz parte a EN245, que desempenha um papel estruturante na acessibilidade de um conjunto de municípios do Alto Alentejo. Para além das ligações exteriores que a EN245 assegura, esta desempenha também funções estruturantes como eixo coletor no atravessamento longitudinal de toda a zona central do concelho (ligação aos aglomerados de Vale de Seda e Cabeço de Vide, através do CM1080 e da EM540), inclusive, o atravessamento da vila de Fronteira.

Deste atravessamento resultam alguns estrangulamentos ao fluxo de circulação na via, com prejuízos do ponto de vista funcional, e conflitos com as funções e dinâmicas urbanas que ocorrem ao longo desse atravessamento (circulação pedonal, estacionamento, etc.).

Referir que esta via se encontra sob gestão municipal entre os km e 43,007 e 44,222 – atravessamento da sede de concelho – nos termos do acordo de gestão homologado a 29/06/2020; na restante extensão do seu traçado a via é tutelada pelo IP, S.A.

O município de Fronteira é também servido pela ER243, **Estrada Regional** sob jurisdição da IP, S.A., que atravessa o concelho a sul da sua sede, assegurando a ligação à EN245, através de um nó localizado também a sul da vila de Fronteira. Para além das ligações à rede exterior, já identificadas, esta via estabelece a conexão a São Saturnino e a Vale de Maceiras, através da EM504-2.

Em síntese, a localização geográfica do concelho, associada ao facto deste não ser atravessado por nenhuma via integrada na Rede Nacional Fundamental, conferem-lhe condições de acessibilidade rodoviária pouco favoráveis, sobretudo a nível nacional e regional.

Esta situação poderia alterar-se com a construção de um conjunto de eixos viários estruturantes – **IC13** (troço Montijo/Alter do Chão), **IC9** (Ponte de Sor/Abrantes) e do novo traçado do **IP2** (ligação A23/A6) – em perspetiva há longos anos (e contemplados no PRN2000), mas cuja concretização não se antevê. Nenhum destes eixos consta do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, do Plano Nacional de Investimentos 2030 ou do Plano de Recuperação e Resiliência.

11.2.3 Acessibilidade interna

A configuração do sistema urbano concelhio e o posicionamento geográfico (central) da vila de Fronteira, motivam o desenvolvimento de um sistema viário municipal radial a partir desta, polo gerador dos principais fluxos e deslocações.

A dispersão territorial e o grau de cobertura proporcionado pela rede municipal são bastante satisfatórias atendendo ao facto da generalidade da população se concentrar em quatro aglomerados urbanos e das principais funções urbanas se encontrarem instaladas em Fronteira e Cabeço de Vide, ambos servidos por vias de nível superior (no contexto local, naturalmente) e com um papel reforçado pelas ligações que asseguram também ao exterior.

Referir também, que em termos das características geométricas das vias que integram a rede municipal se constata que a maior parte dos eixos apresenta dimensões adequadas às características do tráfego que nelas circula e à sua inserção territorial, pese embora ocorram troços de perfil transversal reduzido (faixa de rodagem inferior a 5m), que em situações de maior fluxo viário poderão constituir um constrangimento à circulação.

Na ótica da classificação administrativa, a rede municipal, é composta por estradas nacionais desclassificadas (e transferidas para a jurisdição da Autarquia), estradas municipais (EM), caminhos municipais (CM) e vias não classificadas. Em contexto urbano ocorrem ainda uma multiplicidade de vias, que embora também sejam da responsabilidade municipal, se considerem integrar os sistemas urbanos de cada um dos aglomerados.

Relativamente às estradas nacionais desclassificadas há apenas a referir a antiga EN369, que serve o aglomerado de Cabeço de Vide, assegurando a ligação às Termas das Sulfúrea e à antiga estação de caminho-de-ferro (Estalagem Rainha D. Leonor).

A restante rede municipal abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, destacando-se pelo papel que desempenham:

- a EM540, que serve Cabeço de Vide;
- a EM504-2, que serve Vale de Maceiras;
- a EM538, via que assegura a ligação ao aglomerado de Vale de Seda através do CM1080, e no contexto da acessibilidade externa permite a ligação aos concelhos de Avis e Alter do Chão;
- a EM504, que garante uma ligação de secundária ao concelho de Sousel.

A um nível inferior, deve referir-se ainda, a importância de alguns caminhos municipais e vias não classificadas no contexto da acessibilidade interna:

- o CM1080, que assegura a ligação de Vale de Seda à EN245 e por sua vez a Fronteira;
- o CM1081 que assegura uma ligação direta entre de Cabeço de Vide e a vila de Fronteira. Referir que fruto do encerramento da Ponte da Ribeira Grande, este é atualmente o principal eixo de ligação entre os dois principais núcleos urbanos concelhios.

- o CM1175 que estabelece a ligação do aglomerado de Vale de Seda à EN245;
- o CM1075 que assegura ligações ao exterior do concelho;
- os CM1081-1 e CM1081-2, que na proximidade de Cabeço de Vide possibilitam a ligação do CM1081 à antiga EN369;
- o CM1168 que estabelece a ligação da ER243 à EM504-2, sendo um caminho alternativo de acesso a Vale de Maceiras;
- eixo (urbano) Rua Frederico Laranjo- Rua do Espírito Santo- Rua do Cemitério, que pretende desviar o tráfego de atravessamento do centro da vila de Fronteira pela EN245;
- via de ligação entre Vale de Maceiras e Veiros (Monforte);
- via que assegura o acesso a São Saturnino a partir da ER243, e na direção norte estabelece uma ligação direta a Cabeço de Vide.

O concelho dispõe ainda de diversas vias de carácter local (vicinais/agrícolas) com características diferenciadas (perfil transversal, pavimentação, etc.) que atravessam e servem as zonas rurais, permitindo o acesso a montes isolados e propriedades agrícolas. Estas são na sua grande maioria vias particulares, em terra batida, mas com características adequadas às funções que desempenham.

Ainda no contexto da acessibilidade interna importa atentar aos constrangimentos provocados pelo atravessamento da vila de Fronteira pela EN245. Procurando minimizar esses constrangimentos foi intervencionado o eixo Rua Frederico Laranjo- Rua do Espírito Santo- Rua do Cemitério, com o intuito de o afirmar enquanto eixo preferencial de circulação para quem apenas pretende atravessar Fronteira. Ainda assim, quer este eixo, quer o troço “urbano” da EN245 (sob gestão municipal) poderão beneficiar da introdução de algumas medidas que permitam reduzir conflitos e harmonizar fluxos.

Em Cabeço de Vide o atravessamento da antiga EN369 (desclassificada) não representa um estrangulamento tão evidente como no caso da sede de concelho, pela sua posição marginal na malha urbana, porém, também aqui deverão minimizar-se os conflitos, incrementando a segurança da circulação (pedonal e rodoviária).

Ao nível da rede viária municipal, e na esfera de atuação da Autarquia, Fronteira tem vindo a promover ações de manutenção e beneficiação da rede viária municipal, fundamentais para a melhoria das condições de circulação e consequente melhoria da mobilidade dos seus utilizadores. Este tipo de intervenção, para além da permanente manutenção que procura responder a necessidades imediatas, tem contemplado sobretudo a pavimentação, a intervenção nos nós e cruzamentos com a construção de rotundas, colocação e reforço de sinalização (horizontal e vertical) e intervenções ao nível da iluminação pública

Conforme já referido, no momento presente a conectividade interna encontra-se fortemente condicionada pela interdição e condicionamento de circulação em alguns eixos viários.

A EN245, eixo fundamental de acessibilidade a Vale de Seda (e a nível externo a Alter do Chão), viu destruído o tabuleiro da ponte da Ribeira Grande, penalizando de forma significativa a acessibilidade em Fronteira. Com vista ao restabelecimento da circulação na EN245, a IP, S.A. deverá avançar em breve com a construção de uma nova travessia da Ribeira Grande a montante da atual. A atual ponte, elemento patrimonial notável, uma vez reabilitada passará a receber apenas circulação pedonal ou ciclável.

Os condicionamentos na ER243 penalizam sobretudo a população de São Saturnino e Vale Maceiras, e a acessibilidade externa a Monforte. A IP prevê também intervir nesta via, reabilitando e reforçando a infraestrutura viária.

Se não fossem estes estrangimentos, poderia concluir-se que, ao nível da acessibilidade interna, Fronteira beneficia de uma rede que assegura um bom nível de serviço nas ligações entre diferentes polos geradores e atratores de fluxos, pese embora a necessidade de proceder a intervenções de beneficiação e a uma continuada manutenção das infraestruturas.

11.3 TRANSPORTE PÚBLICO

A oferta de um sistema de transporte público constitui uma componente fundamental e estruturante da implementação de uma política de mobilidade e transportes integrada, sustentável, eficiente e inclusiva. A forma como esse sistema é implementado, constitui, porém, um desafio em territórios como Fronteira, e o Alto Alentejo em geral, onde a reduzida dimensão demográfica e a forma como a ocupação se dispersa em pequenos núcleos urbanos inviabilizam a adoção de um serviço de transporte público convencional atrativo.

A reduzida atratividade do transporte público coletivo, que, em 2021, era usado por apenas 7,1% da população de Fronteira, resulta, por um lado, da elevada atratividade do transporte individual, que tendo em conta as características das deslocações pendulares da população garante, para as distâncias percorridas, tempos de deslocação bastante mais curtos, e por outro da ausência de uma oferta de transporte público ajustada às atuais dinâmicas sociais e funcionais e que seja capaz de satisfazer as necessidades da comunidade, nomeadamente ao nível da oferta de horários.

A região encontra-se num momento de transição, com a CIMAA a assumir o papel de autoridade de transportes, por delegação de competências dos municípios (com exceção de Portalegre). Em meados

de 2022, o serviço público de transporte de passageiros passou a ser operado pela Transportes do Alto Alentejo (TAA), que irá disponibilizar 89 rotas na região.

Até à entrada da TAA na gestão do serviço, este era considerado bastante insatisfatório, sobretudo em termos de cobertura temporal – reduzido número de circulações diárias, encontrando-se orientado para servir, fundamentalmente, a população estudantil –, com elevados constrangimentos à mobilidade das populações e desigualdades no acesso a equipamentos, bens e serviços.

A atual operação da TAA mantém, para já, o modelo de operação anterior (rotas e horários) e a divisão da operação em período escolar e período não escolar, adaptando a frequência dos seus serviços às variações da procura ao longo do ano, contudo *“apesar da redução de linhas em atividade [no período não escolar] a TAA, através das linhas que permanecerão em normal funcionamento durante estes períodos, continuará a garantir a mobilidade no Alto Alentejo”*.

O funcionamento do serviço está a ser monitorizado pelo operador de forma a avaliar a adequabilidade do serviço prestado às necessidades e expectativas da população servida, porém o facto da operação, no concelho de Fronteira, manter as rotas e a frequência do anterior operador não antecipa uma mudança na qualidade do serviço prestado e na atratividade da utilização do transporte público.

O município deverá procurar sensibilizar a TAA para a necessidade de adotar soluções de transporte de passageiros alternativas, inovadoras e, sobretudo, flexíveis, colocando a tecnologia disponível ao serviço da comunidade.

Por fim, uma referência ao **transporte escolar**, responsabilidade e competência da Autarquia, que nos termos previstos na legislação, têm que elaborar, em cada ano letivo, um Planos de Transporte Escolar (PTE), *“instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário”*. O PTE tem como objetivos fundamentais *“assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar”* em articulação e complemento à rede de transportes públicos e/ou a outros planos de transportes de que os municípios possam dispor.

Tal como na generalidade do território nacional, as características da ocupação e os constrangimentos associados ao transporte público motivam a necessidade de garantir uma oferta de transporte escolar à comunidade estudantil residente no concelho e que não dispõe de alternativas. A forma como se organiza esta oferta do transporte depende das especificidades de cada território e das características da população a servir, mas também dos recursos (infraestruturais e financeiros) da autarquia.

Em Fronteira, e de acordo com o Censos 2021, o transporte escolar possui uma representatividade superior à da maioria dos concelhos do Alto Alentejo - de entre a população do concelho que se deslocava para estudar 16,5% (60 alunos) recorria a transporte escolar.

O serviço de transporte escolar é constituído por três rotas, assegurando a ligação a:

- Agrupamento de Escolas de Fronteira, com uma circulação diária em cada sentido e paragem em Cabeço de Vide, Vale de Seda, Vale de Maceiras e São Saturnino;
- Estremoz, com paragem em Fronteira (Av. República e CIBA) e com uma circulação no sentido Fronteira-Estremoz e duas circulações no regresso;
- Alter do Chão e Portalegre, com uma circulação diária em cada sentido e paragem em Fronteira e Cabeço de Vide.

Uma última nota para referir que o setor nascente do concelho é atravessado pelo antigo ramal ferroviário Portalegre-Estremoz, desativado há vários anos, tendo as estações e passado a servir funções distintas – na antiga estação de Cabeço de Vide funciona um empreendimento turístico e na estação de Fronteira encontra-se instalada a Escola de Artes e Tradições. Ante estes factos, pode afirmar-se que Fronteira apenas dispõe de serviço de transporte rodoviário.

11.4 MODOS SUAVES

Conforme já referido, a utilização de modos suaves nos movimentos pendulares da população residente em Fronteira limitava-se, quase em exclusivo, ao modo pedonal, uma vez que, em 2021 houve apenas 10 inquiridos a identificar a bicicleta como principal modo de transporte.

Embora tenha perdido representatividade face à década anterior (-4,4%), verifica-se que a população concelhia que se deslocava a pé, em 2021, para a realização das suas deslocações diárias, 24,7%, superava a média regional (23,4%).

O modo pedonal era também mais utilizado por aqueles que se deslocavam por motivo de trabalho (28%) do que por aqueles que se deslocavam para estudar (17%), o que poderá ser explicado pelo facto de haver um número significativo de alunos a frequentar estabelecimentos de ensino fora do concelho (Estremoz, Portalegre e Alter do Chão).

Pese embora o posicionamento relativamente favorável de Fronteira na utilização do modo pedonal por parte daqueles que efetuam deslocação pendulares, é determinante reforçar a sua atratividade junto da restante população, debelando as fragilidades da rede de circulação pedonal do concelho (em

contexto urbano), favorecendo a circulação em adequadas condições de conforto e segurança, e garantindo a acessibilidade para todos.

Apesar das intervenções de requalificação do espaço público que o município tem vindo a promover, um grande número de arruamentos urbanos ou não dispõe de passeios ou quando existem possuem largura útil manifestamente insuficiente para que a circulação se faça em condições de conforto e segurança para o peão, ocorrendo diversos pontos de descontinuidade e de conflito.

A dimensão dos aglomerados e as características fisiográficas do concelho assumem-se particularmente favoráveis à consolidação de uma rede pedonal acessível. Foi nesse sentido que foram implementados dois circuitos pedonais no concelho – Cabeço de Vide-Termas da Sulfúrea e Fronteira-Centro Ecoturístico da Ribeira Grande – na sequência das candidaturas ao PT2020 realizadas no âmbito do PAMUSAA, e que garantem a ligação pedonal entre importantes polos funcionais do concelho.

Conforme já referido, da análise realizada aos padrões de mobilidade da população concelhia resulta a ausência de adesão à bicicleta enquanto forma de locomoção nas deslocações pendulares, embora se verifique uma maior utilização em contexto de recreio e lazer.

Ainda assim, e à semelhança do modo pedonal, também a bicicleta possui algum potencial de utilização nas deslocações diárias da população, sobretudo atendendo à representatividade da população que trabalha ou estudo na freguesia em que reside, e tendo em consideração as características dos eixos de ligação entre polos funcionais (habitação/emprego/equipamentos) e os tempos de percurso associados às deslocações pendulares. Ainda assim, para que a bicicleta se possa afirmar enquanto modo de transporte será fundamental criar condições (infraestruturais) para que as deslocações se possam realizar de forma segura e eficiente.

Numa perspetiva de utilização recreativa, importa também referir a importância que as atividades de recreio ao ar livre assumem no Alto Alentejo, destacando-se, no contexto da utilização de modos ativos:

O percurso pedestre “À descoberta da Ribeira Grande” (7,3km), um dos 33 percursos pedestres integrados no projeto Alentejo Feel Nature, no âmbito da iniciativa PROVERE inMOTION- Alentejo, Turismo e Sustentabilidade;

A Ecopista Atoleiros-Sulfúrea (14km), projeto diferenciador que integra a rede nacional de ecopistas e se desenvolve sobre o troço desativado do ramal ferroviário Portalegre-Estremoz, e que constitui parte da Ecopista do Alto Alentejo (em perspetiva).

12. INFRAESTRUTURAS URBANAS

Os sistemas e redes de infraestruturas integram as infraestruturas territoriais – sistemas técnicos gerais de suporte ao funcionamento do território no seu todo – e as infraestruturas urbanas – sistemas técnicos de suporte direto ao funcionamento dos núcleos urbanos ou das edificações propriamente ditas. Tendo em consideração a escala e âmbito do PDM, as características do sistema urbano municipal e a forma como a ocupação se distribui, mais do que caracterizar os sistemas e as redes, importa perceber quais as suas fragilidades e constrangimentos e de que forma a intervenção neste domínio poderá contribuir para reforçar a sustentabilidade e coesão territoriais e sociais, e consequentemente, sustentar as propostas do plano.

Um dos desígnios associados à implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável decorre da melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos territórios com infraestruturas básicas e do nível de serviço por elas prestados. O acesso a sistemas de infraestruturas deverá ser um fator de equidade e coesão social e não um elemento indutor de assimetrias.

No momento presente, Fronteira apresenta uma situação muito favorável ao nível da dotação de redes e sistemas de infraestruturas, tanto ao nível da cobertura territorial, como da qualidade do serviço, pese embora persistam situações passíveis de melhoria.

Estando ultrapassada a generalidade das carências ao nível da implementação de redes e dotação de serviços dimensionados para as necessidades atuais, é fundamental assegurar a implementação de sistemas de monitorização e acompanhamento dos serviços prestados e da sua qualidade, otimizando a eficiência da intervenção nas redes e equipamentos, quer ao nível da sua manutenção, quer do seu redimensionamento com vista à satisfação das necessidades do momento.

A abordagem que se segue pretende contribuir para sustentar a revisão da proposta de ordenamento do território, assegurando, por um lado, a fundamentação das opções em matéria de classificação do solo, e garantindo, por outro, a salvaguarda de espaços que possam vir a ser necessários para responder às perspetivas de desenvolvimento e às metas em matéria de sustentabilidade, qualificação ambiental e de adaptação às alterações climáticas.

Na peça desenhada que acompanha o presente capítulo encontram-se representadas as principais componentes do sistema de abastecimento de água (reservatórios, estações elevatórias e condutas adutoras) e de drenagem e tratamento de águas residuais (coletores, estações elevatórias e ETAR) do concelho de Fronteira.

12.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A água constitui um recurso estratégico que importa preservar e administrar de forma eficiente, assegurando a equidade no acesso das populações a água segura para consumo e gerindo de forma integrada a sua utilização, tendo presentes as funções e fins múltiplos dos recursos hídricos.

O concelho Fronteira integra a Águas do Vale do Tejo, titular da concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo (*em alta*), contando com Águas do Alto Alentejo (AAA), uma das suas empresas agregadas, para a exploração e gestão integrada dos sistemas de abastecimento de água e saneamento dos municípios do Alto Alentejo.

Atualmente, a população do concelho de Fronteira encontra-se na sua quase totalidade servida por rede de abastecimento de água pública, sendo exceção alguns alojamentos isolados em que o abastecimento é assegurado com recurso a furos particulares.

A consulta aos indicadores de caracterização do serviço de abastecimento disponibilizados pela ERSAR (Relatório anual de Caracterização do setor de águas e resíduos) indicam para o concelho de Fronteira, no ano 2021, o seguinte:

- Acessibilidade física ao serviço: 98%;
- Alojamentos com serviço disponível não efetivo: 150 (5,8% do total de alojamentos existentes)
- Água não faturada: 68,6%;
- Ocorrência de avarias em condutas: 44/(100 km.ano);
- Condutas reabilitadas nos últimos 5 anos: 0,5 km;
- Capacidade de reserva de água na adução e na distribuição: 540 m³;
- Capacidade de reserva de água tratada 0,8 dias.

Muito relevante é o elevado volume de perdas reais de água – em 2021, 66,6% da água que entrou no sistema foi considerada como perda real.

O concelho de Fronteira integra o subsistema de Póvoa, que serve cerca de 54.000 habitantes, e cuja água tem origem na captação superficial de água da Albufeira de Póvoa e Meadas (no concelho de Castelo de Vide). Uma vez captada, a água é conduzida para a Estação de Tratamento de Água que serve o sistema (ETA da Póvoa, remodelada em 2014), de onde parte a adutora que atravessa transversalmente o concelho, acompanhando o traçado da EN245, e que abastece a vila de Fronteira, Cabeço de Vide e outra Vale de Seda.

Os constrangimentos atuais prendem-se apenas com a necessidade de promover intervenções de manutenção e conservação, e muito pontualmente com a necessidade de reforço da capacidade das redes e equipamentos existentes. Referir, neste contexto que grande parte da rede de distribuição (*em baixa*) é na sua maioria em fibrocimento, embora haja ramais/troços, sobretudo de instalação mais recente, em PVC ou PEAD.

À parte da exigência de contante manutenção e modernização, a grande fragilidade do sistema prende-se com o elevado volume de perdas e de água não faturada, devendo as entidades gestoras dos sistemas procurar intervir no sentido de diminuir progressivamente o volume de perda, otimizando o funcionamento do sistema e acautelando a preservação do recurso.

12.2 SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O desempenho do sistema de saneamento assistiu a melhorias muito significativas no decurso das últimas década, sendo atualmente o serviço prestado muito satisfatório, encontrando-se a totalidade dos aglomerados do concelho, exceto S. Saturnino, servidos por rede de drenagem e sistema de tratamento de águas residuais, embora Vale de Seda, à data, disponha apenas de ETAR compacta.

A gestão e exploração do sistema de saneamento de águas residuais é também intermunicipal e tem vindo a assistir a crescentes ganhos de eficiência. Segundo os dados do já referido Relatório anual da ERSAR, em 2021, em Fronteira a acessibilidade física do serviço através de redes fixas era 90% e a acessibilidade física ao tratamento era 97%.

Ainda segundo os dados da ERSAR, notar a ausência de rede separativa de águas pluviais, o que constitui uma das fragilidades do sistema. A progressiva implementação de uma rede separativa permitiria, por um lado, contribuir para a diminuição dos volumes de água conduzidos a ETAR com o consequente aumentando da eficiência no tratamento dos efluentes, e por outro, adotar soluções de reutilização das águas pluviais, diminuindo o consumo de água com qualidade para o abastecimento. Esta é, contudo, uma medida que acarreta um esforço financeiro expressivo e cujo balanço custo-benefício, num concelho com as características de Fronteira poderá não justificar; porém, qualquer

intervenção que venha a ser feita na rede – expansão ou substituição – deverá considerar a separação entre águas pluviais e águas residuais domésticas, procurando ganhos de eficiência.

A Águas do Alto Alentejo, EIM SA, concessionária do sistema de drenagem e tratamento de água residuais, tem previsto no seu plano de investimento a substituição da rede de drenagem de águas residuais domésticas em Vale de Seda e o fornecimento e aplicação de central de ETAR em Vale de Seda, intervenção com projeto executado e atualmente em fase de licenciamento (tratamento de travessias/aquisições de terrenos particulares para execução da obra).

12.3 RESÍDUOS

O setor dos resíduos tem vindo a assumir um cada vez maior protagonismo nas políticas e estratégias ambientais, designadamente pelo papel transversal que assume na preservação dos recursos naturais e pelo reconhecimento crescente do seu valor económico.

Ao nível nacional o planeamento em Resíduos encontra-se consagrado no Plano Nacional de Gestão de Resíduos, (PNGR 2014-2020) – estratégia integrada e abrangente que garante a eficácia de uma política nacional de resíduo – e num conjunto de planos específicos– Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030), Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI) e Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares (PERH) – que, complementarmente, estabelecem orientações estratégicas para o setor. Em 2020 foi apresentada a Estratégia para os Biorresíduos que, entre outros, *“aponta soluções de recolha e tratamento e prevê a articulação das várias entidades municipais com os SGRUs, com partes interessadas e com o cidadão, para devolver à terra o que é da terra, numa vertente de economia circular”*.

Na sequência da publicação da Diretiva (UE) 2018/851 (do Parlamento Europeu e do Conselho) e da consequente necessidade da sua transposição para a legislação nacional, o PNGR 2030 e o PERSU 2030, orientaram as suas políticas para princípios de autossuficiência e de proximidade na gestão dos resíduos, o que se espera venha a introduzir alterações significativas no setor, no médio prazo.

Fronteira, integra a VALNOR, empresa responsável pela concessão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos proveniente dos 25 municípios, servindo atualmente cerca de 243.000 habitantes; a Autarquia permanece responsável pela gestão do serviço *em baixa*.

Para além do equipamento para deposição de resíduos, os residentes e empresas de Fronteira têm acesso ao serviço prestado pelo Ecocentro.

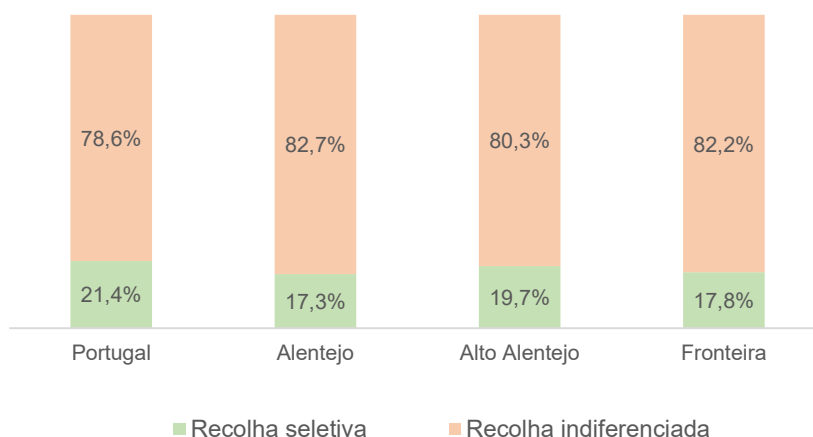
Em Fronteira, há já várias décadas que o sistema de recolha de RSU abrange a totalidade da população, e embora se tenha vindo a verificar uma aposta crescente na recolha diferenciada de resíduos – de acordo com a ERSAR, em 2021, 80% dos alojamentos existentes em Fronteira dispunha de serviço de recolha seletiva, indicador que traduz um bom nível de acessibilidade física do serviço – as metas locais neste domínio, à semelhança das regionais e nacionais, ainda se encontram longe de ser alcançadas.

Quadro 64: Indicadores ambientais – resíduos urbanos

	Proporção de RU preparados para reutilização e reciclagem	Proporção de RU depositados em aterro	Proporção de RUB depositados em aterro
Portugal	38,0%	53,5%	40,9%
Alentejo	51,0%	59,7%	36,2%
Alto Alentejo	57,3%	63,8%	23,3%
Fronteira	54,8%	65,9%	23,3%

Fonte: Estatísticas dos Resíduos Urbanos, INE 2020

Gráfico 29: Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab), 2020



Fonte: Estatísticas dos Resíduos Urbanos, INE 2020

Ainda de acordo como os dados disponíveis (INE/APA), em 2020, a captação de resíduos urbanos no município de Fronteira era de 1,69kg/hab.dia, valor acima do registado nas unidades territoriais em que

se insere, e acima da meta nacional estabelecida para o ano de 2020, que era de 1,13 kg/hab.dia; esse valor representa também um acréscimo de 5,5% da captação média diária face a 2011.

No domínio da educação e comunicação ambientais, quer a VALNOR, quer o município desenvolvem ações orientadas para a sensibilização da população para a sustentabilidade e boas práticas ambientais, sendo a questão da separação, reciclagem e reutilização dos resíduos um tema central da sua atuação.

Por fim, referir que o facto de o setor dos resíduos se encontrar num momento de transição terá, inevitavelmente, consequências na forma como os sistemas são geridos e a rede é planeada. Numa perspetiva de transição para uma modelo de economia circular e tendencialmente neutra em carbono é importante atribuir aos resíduos o potencial de valorização que possuem, assumindo que a que a gestão de resíduos vai muito para além de assegurar condições de deposição, recolha e transporte dos resíduos. O planeamento do sistema de gestão de resíduos deve procurar atender às necessidades das populações, elevando o nível de serviço prestado, introduzindo maior eficiência e eficácia em todo o processo, e intervindo, por um lado, na redução da quantidade de resíduos produzidos e, por outro, aumentando a ambição em matéria de tratamento e valorização.

12.4 ABASTECIMENTO DE ENERGIA

O concelho encontra-se bem-dotado de infraestruturas elétricas, não havendo registo de constrangimentos, sendo, contudo, necessário manter uma constante monitorização da situação existente e do funcionamento do serviço.

Neste contexto referir que entre 2011 e 2020 se registou, no concelho, uma diminuição do consumo de energia elétrica de cerca de 11%, apesar do número de consumidores no mesmo período ter diminuído apenas 3,2%, reflexo não tanto de uma maior racionalidade na utilização dos recursos energéticos, mas sobretudo da expressiva diminuição do número de consumidores não domésticos, com destaque para os consumidores industriais e agrícolas que diminuíram -25,6% e -46,2%, respetivamente.

Destacar ainda neste contexto, que embora o consumo com a iluminação das vias públicas tenha diminuído, entre 2011 e 2020, 33,3%, o consumo com iluminação no interior dos edifícios do Estado aumentou 59,8%, o que determina a urgência de implementação de soluções de eficiência energética.

Ainda no domínio da rede elétrica, o atravessamento do concelho pela linha de Muito Alta Tensão Falagueira-Estremoz (tensão de isolamento de 400kV e tensão de exploração atual de 150kV), que por integrar a **Rede Nacional de Transporte de Eletricidade** (tutelada pela REN) tem associado um regime específico de servidão administrativa.

O abastecimento de gás no concelho de Fronteira é maioritariamente feito com recurso ao gás de botija. Em situações pontuais, genericamente em espaços e estabelecimentos com maiores volumes de consumo, recorre-se ao abastecimento através de gás a granel, por intermédio de depósitos próprios e da responsabilidade dos proprietários, instituições ou particulares.

Apesar da relativa proximidade ao gasoduto de primeiro escalão da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (que atravessa os concelhos de Monforte e Alter do Chão), não há perspetiva de curto/médio prazo de dotar o concelho de serviço de abastecimento de gás natural, tendo em consideração a sua reduzida expressão populacional e os elevados custos associados à instalação da rede de distribuição de gás.

Em Fronteira a implantação de infraestruturas de produção de energia com recurso a fontes renováveis é inexpressiva, pese embora o elevado potencial do concelho para o aproveitamento de energia solar.

12.5 SISTEMA DE COMUNICAÇÕES

No momento atual, o funcionamento das redes de infraestruturas e serviços de comunicação constitui um elemento impulsionador ou condicionador do desenvolvimento de qualquer território, sendo determinante para a sua qualificação e para o incremento da sua capacidade de atração de pessoas e atividades económicas. A recente pandemia de COVID-19, com mudanças significativas nas dinâmicas sociais e profissionais de famílias e empresas veio reforçar a importância dos serviços de comunicação no desenvolvimento económico e social dos territórios e das suas comunidades.

Notar, contudo, que este é um domínio tutelado ao nível da gestão, operação, regulação e fiscalização por entidades, organismos e empresas externos ao município, pelo que o papel deste resulta, no essencial, num acompanhamento do grau de aprovisionamento dos serviços e da sua adequabilidade às características do território, das populações, instituições e atividades económicas.

Relativamente à rede de prestadores de serviços de comunicações há um vasto conjunto de empresas registadas nos diversos serviços e segmentos, verificando-se que o concelho de Fronteira dispõe de uma oferta diversificada de serviços de comunicação.

De acordo com a informação disponibilizada pela ANACOM, em 2018 as freguesias de Cabeço de Vide e de Fronteira dispunham de cobertura de redes de alta velocidade fixas superior a 50%, contudo, em São Saturnino a cobertura era menor ou igual a 1%, o que reflete um forte desequilíbrio territorial em matéria de acessibilidade digital. Não foi possível apurar se a situação se mantém, o que a verificar-se importa melhorar com relativa urgência, uma vez que o acesso a uma boa cobertura de rede é um fator determinante na promoção da equidade social e da igualdade de oportunidades.

Analisando também a informação geográfica disponível ao nível do grau de cobertura dos três principais operadores de rede móvel é possível verificar que a generalidade do concelho possui muito boa ou boa cobertura de rede, sobretudo na tecnologia 4G (dados móveis), embora haja alguns locais onde a cobertura da rede móvel é limitada.

13. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

A temática dos riscos e da proteção civil tem vindo a adquirir ao longo dos últimos anos uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, encontra-se intrinsecamente associada à questão da ocupação do espaço e dos danos inerentes à ocorrência desses fenómenos, tendo por isso toda a pertinência que esta temática seja abordada no âmbito da disciplina das intervenções no território.

Conforme refere o Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal *“a identificação, a caracterização e a avaliação metódica dos riscos naturais, tecnológicos e mistos que condicionam a segurança das comunidades são passos fundamentais no adequado desenvolvimento dos procedimentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território”*.

A reforçar esta ideia, a Lei de Bases do Ordenamento do Território considera que *“acautelar a proteção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana”*, constitui uma das finalidades da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Consequentemente, os IGT são conduzidos no sentido de respeitar todo este enquadramento, traduzindo as disposições e orientações emanadas da legislação.

O PNPOT estabelece como medida prioritária definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de PMOT, e atendendo aos objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.

Também o PROTA, em respeito às disposições do RJIGT e em consonância com as orientações do PNPOT, nos seus modelos de organização do território regional, identifica e estabelece diretrizes relativamente às zonas de risco. A caracterização dos riscos ao nível da região Alentejo encontra-se sistematizada no capítulo 3.

Regista-se ainda a figura de planos de proteção civil que podem ser planos de emergência de nível nacional, regional, supra distrital, distrital, supramunicipal ou municipal, gerais ou especiais, e que necessitam de cartografia de riscos para a sua elaboração.

No presente contexto assume particular importância a articulação do PDM com o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Fronteira (PMEPC), documento fundamental para a identificação e gestão dos riscos a nível municipal. Este Plano foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal,

realizada no dia 29 de novembro de 2024 e publicada em Diário da República pelo Edital (extrato) n.º 111/2025, de 21 de janeiro, encontrando-se a decorrer o período de Discussão Pública.

No presente capítulo uma breve identificação das diferentes tipologias de risco presentes no território concelhio, com relevância no contexto da revisão do PDM, tendo-se centrado nos riscos com grau moderado ou superior. A informação sistematizada é ainda acompanhada pela peça desenhada n.º 6, onde se encontram identificados os riscos suscetíveis de serem cartografados. Constan também da peça desenhada os equipamentos de segurança e proteção civil identificados pelo PMEPC, nomeadamente o quartel dos bombeiros, as instalações da GNR e as zonas de aterragem previstas no caso de ocorrência de catástrofe.

Em sede de Proposta de Plano serão identificadas as possíveis situações de conflito entre os riscos presentes e as propostas de ordenamento, e a eventual introdução ou agravamento de riscos e a conformidade do PDM com os normativos do PROT Alentejo nesta temática. Serão também, se necessário, definidas medidas restritivas e/ou mitigadoras de riscos e conflitos, bem como identificadas restrições e condicionantes ao uso do solo decorrentes dos riscos presentes.

De acordo com a cartografia de risco que consta do PROT Alentejo, o concelho de Fronteira encontra-se sujeito aos seguintes riscos:

- a) Suscetibilidade à desertificação (clima, solo, vegetação e uso do solo);
- b) Risco de incêndio alto ou muito alto, ainda que com pouca expressão no concelho.

Foram, então, identificados na no concelho os seguintes riscos, cujo cruzamento do grau de probabilidade com o grau de gravidade resultaram num grau de risco superior a moderado: onda de frio, secas, onda de calor, sismos (riscos naturais); acidentes rodoviários, incêndios urbanos, acidentes em transportes de mercadorias perigosas, acidentes industriais, ameaça nuclear, radiológica, biológica e química (riscos tecnológico) e epidemias/pandemias/situações epidémicas, incêndios rurais e degradação e contaminação de aquíferos e águas superficiais (riscos mistos)

13.1 RISCOS NATURAIS

O risco de origem natural advém dos fenómenos suscetíveis de dar origem a acidentes graves ou catástrofes, sobre os quais o homem tem pouca ou nenhuma influência. Embora alguns eventos, como inundações e cheias ou incêndios, dependam fortemente de fenómenos naturais (clima e orografia, entre outros), o facto é que poderão encontrar-se igualmente associados, de forma mais ou menos indireta, à atividade humana (ex.: impermeabilização dos solos resultante de edificações e

infraestruturas viárias ou ignições resultantes de comportamentos negligentes). Estes riscos dependem de forma fundamental de eventos naturais.

Conforme referido anteriormente o PMEPC de Fronteira identifica um conjunto de fenómenos de origem natural suscetíveis de desencadear, no território concelhio, catástrofes capazes de afetar o sistema social, nomeadamente, onda de frio, secas, onda de calor, sismos. Os fenómenos naturais elencados não têm representação cartográfica.

Um **sismo** é um fenómeno natural causado pela libertação repentina de energia na crosta terrestre. Esse processo ocorre devido a uma rutura, que pode ser mais ou menos intensa, resultando em vibrações na superfície. No Alto Alentejo, a atividade sísmica é frequente, embora a maioria dos sismos passe despercebida pelos seres humanos e, quando sentidos, raramente causem danos materiais.

A **seca** consiste numa diminuição temporária da disponibilidade de água devido à insuficiência de precipitação. Em termos gerais, é entendida como uma condição física transitória associada a períodos mais ou menos prolongados de precipitação reduzida, com impactos negativos nos ecossistemas e nas atividades socioeconómicas. A duração de um período com precipitação anormalmente baixa, juntamente com a amplitude dos desvios em relação à norma climatológica, determina a intensidade de uma seca e a extensão dos seus efeitos nas reservas hídricas, nas atividades económicas em geral (incluindo a agricultura), no ambiente e nos ecossistemas.

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) define uma **onda de calor** como seis ou mais dias consecutivos de calor prolongado, nos quais a temperatura máxima diária é superior à temperatura máxima média em 5°C ou mais. Durante uma onda de calor, é comum que as temperaturas diurnas e noturnas permaneçam persistentemente altas. Estes eventos climáticos extremos podem ter várias consequências, incluindo riscos para a saúde humana, impactos ambientais, como secas e incêndios florestais, bem como stress nos sistemas de energia e infraestrutura.

Uma **onda de frio** corresponde a uma variabilidade climática que se dá com uma diminuição da temperatura do ar, que ocorre num determinado período de seis ou mais dias consecutivos, onde são registados valores de temperatura inferiores a 5°C, em relação ao valor médio diário, tendo em atenção o local e o período correspondentes.

Quadro 65: Riscos Naturais – Perigosidade, Vulnerabilidade, Probabilidade, Grau de Gravidade e Grau de risco

Risco	Perigosidade	Vulnerabilidade	Probabilidade	Grau de Gravidade	Grau de Risco
Sismo	Quase todo o município apresenta uma classificação muito baixa. Nas áreas circundantes às falhas que atravessam o município, a perigosidade é considera extrema	O município apresenta uma classificação que varia entre muito baixa e baixa. Nos aglomerados populacionais, a vulnerabilidade varia entre moderada a elevada devido ao elevado número de habitações construídas antes de 1980.	Média-baixa visto não ser provável que ocorra, não haverem registos ou razões que levem a estimar que possam vir a ocorrer e poderem acontecer uma vez em cada 100 anos.	<u>População (Moderada):</u> Número de vítimas-padrão entre 50 e 200. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Moderado):</u> Impacte no ambiente sem efeitos duradouros; <u>Sócioeconomia (Moderado)</u> Algumas interrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira;	Moderado
Secas	É considerada moderada em quase todo o município, devido à predominância de áreas de agrícolas. A perigosidade é baixa nas proximidades da principal linha de água que atravessa o município.	Varia entre muito baixa a moderada na maioria do território As áreas classificadas como moderada representam as áreas agrícolas. Existem pequenas áreas em que a vulnerabilidade é elevada devido ao facto de serem locais onde a população é mais idosa.	Média-alta visto que irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias e/ou registou regulares de incidentes e razões fortes, pode ocorrer uma vez em cada cinco anos ou uma vez em períodos de 5 a 10 anos;	<u>População (Reduzida):</u> Número de vítimas-padrão inferior a 50; Retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Acentuada):</u> Alguns impactes sem efeitos a longo prazo; <u>Sócioeconomia (Acentuada)</u> Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e assistência financeira necessária;	Acentuado
Ondas de calor	Quase todo o território apresenta uma classificação muito baixa. As áreas que apresentam uma perigosidade extrema são aquelas que foram artificializadas (que retém calor e não produzem ar fresco).	Moderada em áreas agrícolas devido ao facto de existirem muitas culturas que poderão ser afetadas com este fenómeno. Nos aglomerados populacionais existem áreas classificadas como extremas devido ao facto da população residente ser mais idosa ser mais vulnerável às ondas de calor.	Média-alta visto que irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias e/ou registou regulares de incidentes e razões fortes, pode ocorrer uma vez em cada cinco anos ou uma vez em períodos de 5 a 10 anos;	<u>População (Reduzida):</u> Número de vítimas-padrão inferior a 50; Retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Acentuada):</u> Alguns impactes sem efeitos a longo prazo; <u>Sócioeconomia (Acentuada)</u>	Acentuado

Risco	Perigosidade	Vulnerabilidade	Probabilidade	Grau de Gravidade	Grau de Risco
				Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e assistência financeira necessária;	
Ondas de frio	Apresenta uma variação em todo o município (de muito baixa até elevada). As áreas com perigosidade baixa situam-se junto da rede hidrográfica que atravessa o município, tanto no noroeste como no centro do território. Por outro lado, as áreas onde a perigosidade é considerada elevada são as vertentes expostas a norte, as quais recebem menos luz solar tornando-se mais frias.	Quase todo o território apresenta uma vulnerabilidade muito baixa a baixa. As vias que atravessam o município têm uma vulnerabilidade que varia de moderada a extrema, devido à formação de gelo que pode causar acidentes rodoviários, em áreas mais úmidas.	Média visto poderá ocorrer em algum momento e/ou com uma periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 20 anos ou uma vez em período de 20 a 50 anos;	<u>População (Reduzida):</u> Número de vítimas-padrão inferior a 50; Retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Moderada):</u> Impacte sem efeitos a longo prazo; <u>Sócioeconomia (Moderada):</u> Algumas interrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira;	Moderado

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, CMF 2024

13.2 RISCOS TECNOLÓGICOS

Os riscos tecnológicos são fenómenos pontuais ou prolongados, no tempo e no espaço, causados por ação humana.

O PMEPC de Fronteira assinala neste domínio, e com pertinência no âmbito do PDM, os riscos de acidentes rodoviários, incêndios urbanos, acidentes em transportes de mercadorias perigosas e acidentes industriais e com menor relevância para a revisão do PDM ameaças nucleares, radiológicas, biológicas e químicas.

Os **acidentes rodoviários** são um risco tecnológico, que ocorre no ambiente rodoviário e que envolve a via pública, a viatura e a população (condutor, passageiro ou peão). Para que seja considerado efetivamente como um acidente rodoviário, os acontecimentos devem resultar em vítimas e/ou danos materiais.

O **transporte de mercadorias perigosas** pode dar-se através de variados tipos de meios de transporte (aéreo, marítimo, terrestre), onde a maior predominância é o transporte terrestre. Esse transporte de mercadorias perigosas reflete-se em resíduos químicos, matérias-primas e substâncias com diferentes

níveis de toxicidade, inflamabilidade, corrosividade ou radioatividade, que aquando do seu derrame ou inflamação podem desencadear problemas a níveis ambientais e sociais.

Os **acidentes industriais** advêm de processos industriais, como a nível de produção e armazenamento, e põe em causa a integridade dos intervenientes na indústria em questão, quer nas redondezas da localidade, onde decorre o acidente. De forma geral, estes acidentes desencadeiam-se por uma associação de causas, onde não existe apenas uma única falha, mas sim uma variedade. Por norma, os acidentes têm como principal causa a falha humana, e por vezes falhas no desenvolvimento tecnológico das empresas.

Um **incêndio urbano** refere-se à combustão descontrolada, tanto em termos de espaço como de tempo, dos materiais inflamáveis presentes em edifícios, incluindo os componentes dos elementos de construção e revestimento do mesmo.

A **ameaça nuclear, radiológica, biológica e química** engloba riscos associados a eventos destas tipologias, podendo resultar em danos para a saúde, o ambiente e a segurança nacional. Isso inclui situações como a libertação não controlada de materiais radioativos, a propagação de substâncias biológicas nocivas e a utilização intencional de produtos químicos perigosos. O objetivo é prevenir, preparar e responder a esses eventos, quer sejam acidentais ou propositados, assegurando a segurança pública.

Quadro 66: Riscos Tecnológicos – Perigosidade, Vulnerabilidade, Probabilidade, Grau de Gravidade e Grau de risco

Risco	Perigosidade	Vulnerabilidade	Probabilidade	Grau de Gravidade	Grau de Risco
Acidentes Rodoviários	-	-	Média visto poderá ocorrer em algum momento e/ou com uma periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 20 anos ou uma vez em período de 20 a 50 anos;	<u>População (Reduzida):</u> Número de vítimas-padrão entre 50 e 200. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Moderado):</u> Impacte no ambiente sem efeitos duradouros; <u>Sócioeconomia (Moderado)</u> Algumas disrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira;	Moderado

Risco	Perigosidade	Vulnerabilidade	Probabilidade	Grau de Gravidade	Grau de Risco
Acidentes em Transportes de Mercadorias Perigosas	Nas vias de comunicação apresenta uma variação entre moderada e elevada, devido ao tráfego automóvel. Perto dos postos de abastecimento existentes no município, assim como nas zonas industriais a nordeste e na sede do município, a perigosidade é extrema.	Quase todo o território apresenta uma vulnerabilidade entre muito baixa e baixa. A classe baixa refere-se principalmente às áreas florestais e agrícolas. No entanto, os cursos de água que atravessam o município mostram uma vulnerabilidade elevada, pois serão afetados em caso de acidente de transporte de mercadorias.	Média-Baixa visto que não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; Pode ocorrer uma vez em cada 100 anos;	<u>População (Reduzida):</u> Número de vítimas-padrão entre 50 e 200. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Moderado):</u> Impacte no ambiente sem efeitos duradouros; <u>Sócioeconomia (Moderado)</u> Algumas disrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira; Algumas disrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira;	Moderado
Acidentes Industriais	Quase todo o território apresenta uma perigosidade muito baixa. As áreas industriais apresentam uma perigosidade extrema devido às características de ser uma zona onde as empresas se podem sediar, contudo no município não existem indústrias que apresentem uma perigosidade extrema.	Varia entre muito baixa e baixa em quase todo o território. As áreas que apresentam uma vulnerabilidade baixa representam as zonas agrícolas. As áreas que apresentam uma vulnerabilidade muito baixa correspondem às áreas florestais. Por outro lado, a rede hidrográfica que cruza o território apresenta uma vulnerabilidade elevada.		<u>População (Moderada):</u> Número de vítimas-padrão entre 50 e 200. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Reduzida):</u> Pequeno impacte no ambiente sem efeitos duradouros; <u>Sócioeconomia (Moderado)</u> Algumas disrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira;	Moderado
Incêndios Urbanos	Quase todo o território apresenta uma perigosidade muito baixa, pois existem poucos espaços urbanos no município. No entanto, existem locais onde a perigosidade é considerada extrema, nomeadamente junto dos aglomerados urbanos.	Na maior parte do município, esta apresenta-se como muito baixa. Contudo, nos aglomerados populacionais, localizados a nordeste e na sede do município, nas freguesias de Cabeço de Vide e Fronteira, a vulnerabilidade varia de moderada a elevada, devido à densidade significativa de edifícios.	Média visto poderá ocorrer em algum momento e/ou com uma periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 20 anos ou uma vez em período de 20 a 50 anos;	<u>População (Moderada):</u> Número de vítimas-padrão entre 50 e 200. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Reduzida):</u> Pequeno impacte no ambiente sem efeitos duradouros; <u>Sócioeconomia (Moderado)</u> Algumas disrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira;	Moderado
Ameaça Nuclear, Radiológica, Biológica e Química	Varia entre muito baixo e baixo, na maioria do território. No entanto, existem pequenas áreas onde a perigosidade é extrema, especialmente nas zonas industriais. Além disso, a perigosidade a nordeste do município é mais elevada do que na zona	Na maior parte do território apresenta uma classificação variando entre muito baixo e baixo. No entanto, a rede hidrográfica apresenta uma vulnerabilidade moderada, devido à sua densidade e, especialmente, às áreas onde cruza com espaços agrícolas. Por outro lado,		<u>População (Moderada):</u> Número de vítimas-padrão entre 50 e 200. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Moderada):</u>	Moderado

Risco	Perigosidade	Vulnerabilidade	Probabilidade	Grau de Gravidade	Grau de Risco
	oeste, devido à proximidade desta última à central nuclear de Almaraz	as linhas de água que atravessam as zonas florestais têm uma vulnerabilidade baixa		Impacte no ambiente sem efeitos duradouros; <u>Sócioeconomia (Moderado)</u> Algumas disrupções na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira;	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, CMF 2024

13.3 RISCOS MISTOS

Os riscos mistos são aqueles em que o fenómeno que provoca o prejuízo apresenta causas combinadas, isto é, para ele concorrem condições naturais e ações antrópicas. No concelho de Fronteira há a observar o risco de incêndios rurais, epidemias/pandemias/situações epidémicas e degradação e contaminação de aquíferos e águas superficiais.

Os **incêndios rurais** são considerados como catástrofes naturais, pelo facto de se propagarem pela natureza, embora a grande parte das ignições tenham a intervenção humana. Estes incêndios são classificados como naturais pois também dependem de características de propagação naturais, como o declive, a intensidade do vento, o combustível natural presente na área de ocorrência da ignição. Na peça desenhada n.º 06 as áreas de perigosidade de incêndio alta e muito alta delimitadas no PMDFCI 2021-2030 (de referir que à data das propostas de ordenamento, previsivelmente estarão em vigor os planos de ação regional que poderão determinar orientações que vão concretizar as orientações do SGIFR em substituição dos PMDFCI).

A **degradação e contaminação de aquíferos e águas superficiais** está diretamente relacionada com a má gestão dos aterros, com a agricultura, onde são utilizados pesticidas e fertilizantes (produtos que se infiltram no solo e acabam nos aquíferos), acidentes com produtos tóxicos e atividades inadequadas. Esta falha na gestão destes recursos polui e contamina aquilo que são os recursos hídricos e, por consequência, contamina a os recursos hídricos que as populações utilizam diariamente para a satisfação das necessidades básicas.

Por fim, uma **epidemia** caracteriza-se por se deflagrar apenas dentro de uma determinada localização geográfica. No caso de uma **pandemia**, o seu alcance é global, onde o mesmo tem capacidade de

alcançar todos os continentes, e por consequência afetar um número mais elevado de pessoas, como foi o caso mais recente de Covid-19.

Quadro 67: Riscos Mistos – Perigosidade, Vulnerabilidade, Probabilidade, Grau de Gravidade e Grau de risco

Risco	Perigosidade	Vulnerabilidade	Probabilidade	Grau de Gravidade	Grau de Risco
Incêndios Rurais	Quase todo o território apresenta uma classificação muito baixa. Contudo, na zona oeste do município esta apresenta-se com risco elevado a extremo-	Na maior parte do município apresenta uma classificação que varia entre muito baixa e baixa, embora em alguns pontos do município, se observem áreas com vulnerabilidade moderada. Na zona oeste do município, na freguesia de Fronteira, apresenta zonas onde o risco é considerado extremo.	Média-alta visto que irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias e/ou registou regulares de incidentes e razões fortes, pode ocorrer uma vez em cada cinco anos ou uma vez em períodos de 5 a 10 anos;	<u>População (Moderada):</u> Número de vítimas-padrão entre 50 e 200. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos; <u>Ambiente (Acentuada):</u> Alguns impactos no ambiente sem efeitos a longo prazo; <u>Sócioeconomia (Acentuada)</u> Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e assistência financeira necessária	Acentuado
Degradação e Contaminação de Aquíferos e Águas Superficiais	Quase todo o território apresenta uma perigosidade muito baixa. No entanto, as áreas onde o perigo é considerado extremo são junto das áreas industriais sediadas nas freguesias de Fronteira e Cabeço de Vide. Além disso, os aterros e lixeiras apresentam uma perigosidade extrema.	Na grande maioria do território apresenta uma classificação que varia entre muito baixa a baixa. No entanto, a rede hidrográfica apresenta uma vulnerabilidade elevada.	Média-Baixa visto que não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; Pode ocorrer uma vez em cada 100 anos;	<u>População (Residual):</u> Não há feridos nem vítimas mortais; Não há mudança/retirada de pessoas ou apenas de um número restrito, por um período curto (até 12 horas). Pouco ou nenhum pessoal de apoio necessário (há suporte ao nível monetário nem material). Danos sem significado; <u>Ambiente (Acentuada):</u> Alguns impactos no ambiente sem efeitos a longo prazo; <u>Sócioeconomia (Acentuada)</u> Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e	Acentuado

Risco	Perigosidade	Vulnerabilidade	Probabilidade	Grau de Gravidade	Grau de Risco
				assistência financeira necessária	
Epidemias/Pandemias/Situações Epidémicas	O território de Fronteira apresenta uma perigosidade que varia entre muito baixa e baixa. A perigosidade é considerada moderada junto dos aglomerados populacionais, onde a densidade populacional é mais elevada. Além disso, a população que reside no município, mas trabalha fora dele é identificada como o grupo de população mais suscetível a causar uma pandemia.	Junto dos aglomerados populacionais, a vulnerabilidade varia de moderada a extrema, devido ao elevado número de população idosa.	Média visto poderá ocorrer em algum momento e/ou com uma periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 20 anos ou uma vez em período de 20 a 50 anos;	<u>População (Acentuada):</u> Número de vítimas-padrão entre 200 e 500; Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos; <u>Ambiente (Residual):</u> Não há impacto no ambiente <u>Sócioeconomia (Reduzida)</u> Disrupção (inferior a 24 horas). Pequena perda financeira;	Acentuado

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, CMF 2024

14. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

No âmbito dos estudos de caracterização, numa primeira fase, foi efetuada a identificação prévia das SRUP, permitindo completar o diagnóstico prévio da situação de referência, e em simultâneo detetar as que devem ser objeto de aferição ao longo do procedimento da alteração do plano junto das entidades que detêm a respetiva tutela.

No relatório de proposta do plano esta temática tem maior desenvolvimento assumindo-se como memória descritiva das SRUP identificadas.

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública com incidência no concelho de Fronteira são as seguintes:

RECURSOS NATURAIS
Recursos hídricos
Domínio Hídrico
Recursos geológicos
Águas Minerais Naturais
Massas e Depósitos Minerais
Recursos agrícolas e florestais
Reserva Agrícola Nacional
Aproveitamento Hidroagrícola (áreas e infraestruturas)
Áreas de Sobreiros e/ou Azinheiras
Oliveiras
Rede de Defesa de Fogos Rurais
Recursos ecológicos
Reserva Ecológica Nacional
Rede Natura 2000
PATRIMÓNIO EDIFICADO
Património Cultural Classificado e em Vias de Classificação
Imóveis Classificados (Interesse Nacional, Interesse Público, Interesse Municipal)
Em vias de Classificação
Edifícios e Outras Construções de Interesse Público
INFRAESTRUTURAS
Rede de Abastecimento de Água
Conduta Adutora
Rede Elétrica
Linhas de Muito Alta Tensão
Rede Rodoviária Nacional e Estradas Regionais
Estrada Nacional
Estrada Regional sob jurisdição da IP, SA
Estradas e Caminhos Municipais
Estrada Nacional Desclassifica
Estrada Municipal
Caminho Municipal
Rede Ferroviária
Marcos Geodésicos

15. ANEXOS

15.1 ANEXO I – PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO, EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO, OUTRO PATRIMÓNIO IMÓVEL INVENTARIADO

Património classificado como interesse nacional

ID	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DIPLOMA	FREGUESIA
1	Pelourinho de Cabeço de Vide ¹⁶	Monumento Nacional	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	Cabeço de Vide
2	Cruzeiro de Cabeço de Vide ¹⁶	Monumento Nacional	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	Cabeço de Vide
3	Terreiro da Batalha dos Atoleiros (CNS 19069) ^{16 e 17}	Monumento Nacional	Decreto n.º 3/2023, DR, 1.ª série, n.º 27, de 7-02-2023	Cabeço de Vide

Património classificado como interesse público

ID	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DIPLOMA	FREGUESIA
4	Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha ¹⁸	Monumento de Interesse Público	Portaria n.º 277/2014, DR, 2.ª série, n.º 81, de 28-04-2014	Fronteira
5	Pelourinho de Fronteira ¹⁶	Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	Fronteira
6	Igreja matriz de Fronteira ¹⁶	Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 35 532, DG, I Série, n.º 55, de 15-03-1946	Fronteira
7	Igreja do Senhor do Mártir ¹⁶	Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997	Fronteira
8	Solar dos Simas Cardoso ¹⁶	Monumento de Interesse Público	Portaria n.º 626/2013, DR, 2.ª série, n.º 182, de 20-09-2013	Cabeço de Vide
9	Torre do Relógio, Capela e Arco dos Santos ¹⁶	Conjunto de Interesse Público	Portaria n.º 959/2014, DR, 2.ª série, n.º 221, de 14-11-2014	Fronteira

Património classificado como de interesse municipal

ID	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DIPLOMA	FREGUESIA
10	Monte do Barrocal	Interesse Municipal	Deliberação de 12-04-2005 da CM de Fronteira	Fronteira
11	Ponte da Ribeira Grande (CNS 33898)	Monumento de Interesse Municipal	Declaração de Retificação n.º 1033/2024/2, DR, 2.ª série, n.º 232, de 29/11/2024/Aviso n.º 25993/2024/2, DR, 2.ª série, n.º 225, de 20/11/2024	Fronteira

Património em vias de classificação

ID	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DIPLOMA	FREGUESIA
12	Estação da CP de Fronteira	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 225/2013, DR, 2.ª série, n.º 118, de 21-06-2013	Fronteira
13	Anta 1 da Herdade de São Domingos (CNS 40190) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Seda
14	Anta da Herdade da Barbosa (CNS 39479) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Seda
15	Anta das Penas/Coutada (CNS 16148) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide

¹⁶ Dispõe de ZGP.

¹⁷ Restrições relativas ao sítio classificado, nomeadamente a criação de uma área de sensibilidade arqueológica (ASA) e autorização de intervenções agrícolas, fixadas pela Portaria n.º 50/2023, DR, 1.ª série, n.º 34, de 16/02/2023 e Decreto n.º 3/2023, DR, 1.ª série, n.º 27, de 07/02/2023.

¹⁸ Dispõe de Zona Especial de Proteção, fixada pela Portaria n.º 277/2014, DR, 2.ª série, n.º 81, de 28-04-2014.

¹⁹ Integrado no Megalitismo Alentejano, em vias de classificação.

ID	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DIPLOMA	FREGUESIA
16	Anta do Caldeira/Serra dos Arneirinhos 1 (CNS 16144) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Fronteira
17	Cavaleiros 1 (CNS 20151) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
18	Cejo das Carreiras - Cabeço de Vide (CNS 40189) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
19	Coutada/Serra dos Arneirinhos 2 (CNS 11735) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
20	Herdade dos Arneiros 1 (CNS 13729) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
21	Herdade dos Arneiros 2 (CNS 13730) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
22	Herdade dos Pocilgais 1 (CNS 13731) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
23	Herdade dos Pocilgais 2 (CNS 13732) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
24	Herdade dos Pocilgais 3 (CNS 13733) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
25	Herdade Grande 1/Eira (CNS 4529) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
26	Herdade Grande 2 (CNS 4525) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
27	Herdade Grande 3 (CNS 4526) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
28	Herdade Grande 4/Malhada dos Porcos (CNS 4527) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
29	Herdade Grande 5/Estacaria (CNS 4528) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
30	Herdade Grande 6/Ferragial do Monte (CNS 4524) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
31	Herdade Grande 7/Alto dos Palhocos (CNS 4530) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
32	Herdade Grande 8 (CNS 13768) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
33	Herdade Grande 10 (CNS 13734) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
34	Horta das Antas (CNS 13770) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Fronteira
35	Ladeira 1 (CNS 20131) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Fronteira
36	Ladeira 2 (CNS 20132) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Fronteira
37	Monte dos Aroeirais (CNS 16097) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Fronteira
38	Mortágua (CNS 16093) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Fronteira
39	Tapada Alta (CNS 13788) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	Cabeço de Vide
40	Vale de Maceiras 1 (CNS 13789) ^{16 e 19}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino
41	Vale de Maceiras 2 ^{16, 19 e 20}	Em vias de Classificação	Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023	São Saturnino

²⁰ Apesar de Vale de Maceiras 2, integrado no Megalitismo Alentejano em vias de classificação cf. Anúncio n.º 61/2024, DR, 2.ª série, n.º 68, de 05/04/2024 / Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13/02/2023, se situar na freguesia de Santo Amaro, concelho de Sousel, assinala-se a respetiva a Zona Geral de Proteção, parcialmente no concelho de Fronteira.

Outro Património Imóvel Inventariado

Arquitetura Religiosa

ID	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA	FREGUESIA
42	Igreja Matriz de Cabeço de Vide	Arquitetura Religiosa	Cabeço de Vide
43	Igreja do Espírito Santo ²¹	Arquitetura Religiosa	Cabeço de Vide
44	Igreja do Carmo	Arquitetura Religiosa	Cabeço de Vide
45	Capela do Calvário	Arquitetura Religiosa	Cabeço de Vide
46	Capela Senhora dos Anjos	Arquitetura Religiosa	Cabeço de Vide
47	Ermida da Senhora da Saúde	Arquitetura Religiosa	Cabeço de Vide
48	Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia/Lar da Misericórdia	Arquitetura Religiosa	Cabeço de Vide
49	Igreja e Antigo Hospital da Misericórdia/Centro de Dia ²²	Arquitetura Religiosa	Fronteira
50	Antiga Igreja de Santa Catarina	Arquitetura Religiosa	Fronteira
51	Capela do Espírito Santo	Arquitetura Religiosa	Fronteira
52	Capela Senhor das Almas	Arquitetura Religiosa	Fronteira

Arquitetura Civil Pública

ID	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA	FREGUESIA
53	Castelo de Cabeço de Vide ²³	Arquitetura Civil Pública	Cabeço de Vide
54	Estação de Caminhos-de-ferro de Cabeço de Vide	Arquitetura Civil Pública	Cabeço de Vide
55	Forca	Arquitetura Civil Pública	Cabeço de Vide
56	Termas da Sulfúrea	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
57	Cadeia Comarca de Fronteira	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
58	Centro Cultural	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
59	Cruzeiro de São Braz	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
60	Edifício dos Correios, Telégrafos, Telefones e CTT	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
61	Edifício dos Paços do Concelho ²⁴	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
62	Tribunal de Comarca de Fronteira	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
63	Obelisco alusivo à Batalha dos Atoleiros I	Arquitetura Civil Pública	Fronteira
64	Obelisco alusivo à Batalha dos Atoleiros II	Arquitetura Civil Pública	Fronteira

Arquitetura Civil Privada

ID	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA	FREGUESIA
65	Casa mais antiga de Cabeço de Vide	Arquitetura Civil Privada	Cabeço de Vide
66	Casa da Rua de Avis, nº 74	Arquitetura Civil Privada	Cabeço de Vide
67	Casa Olivério Rosa	Arquitetura Civil Privada	Cabeço de Vide
68	Palacete da Avenida da Libertação ²⁵	Arquitetura Civil Privada	Cabeço de Vide
69	Quinta e Cerca do Convento de Santo António	Arquitetura Civil Privada	Fronteira
70	Externato Rainha Santa ²⁶	Arquitetura Civil Privada	Fronteira
71	Solar da família Soares Franco	Arquitetura Civil Privada	Fronteira
72	Solares na Travessa Maximiano H. Copeto Barradas	Arquitetura Civil Privada	Fronteira

²¹ Abrangida pela ZGP do Solar dos Simas Cardoso e ZGP do Cruzeiro de Cabeço de Vide.

²² Abrangidos pela ZGP da Igreja matriz de Fronteira.

²³ Abrangido pela ZGP do Pelourinho de Cabeço de Vide.

²⁴ Abrangido pela ZGP do Pelourinho de Fronteira e ZGP da Torre do Relógio, Capela e Arco dos Santos.

²⁵ Abrangido pela ZGP do Solar dos Simas Cardoso.

²⁶ Abrangido pela ZGP do Pelourinho de Fronteira.

Estruturas de Apoio

ID	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA	FREGUESIA
73	Fonte do Borbolegão	Estruturas de Apoio	Fronteira
74	Fonte do Zambujo	Estruturas de Apoio	Cabeço de Vide
75	Fonte Nova	Estruturas de Apoio	Fronteira
76	Fonte do Areeiro	Estruturas de Apoio	Fronteira
77	Moinhos	Estruturas de Apoio	Fronteira
78	Coreto de Fronteira ²⁷	Estruturas de Apoio	Fronteira
79	Pombal de São Saturnino	Estruturas de Apoio	São Saturnino

Áreas, sítios e conjuntos com Interesse

ID	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA	FREGUESIA
S1	Praia da Represa em Cabeço de Vide	Sítios	Cabeço de Vide
S2	Praia Fluvial e Ponte da Ribeira Grande em Fronteira ²⁸	Sítios	Fronteira
S3	Forca em Cabeço de Vide	Sítios	Cabeço de Vide
S4	Terreiro da Batalha dos Atoleiros em Fronteira ²⁹	Sítios	Fronteira
S5	Herdade Grande em São Saturnino ³⁰	Sítios	São Saturnino
S6	Horta da Torre ³¹	Sítios	Cabeço de Vide
C1	Núcleo Histórico de Cabeço de Vide ³²	Conjuntos	Cabeço de Vide
C2	Núcleo Histórico de Fronteira ³³	Conjuntos	Fronteira
C3	Igreja de Nossa Senhora de Vila Velha em Fronteira ³⁴	Conjuntos	Fronteira

²⁷ Abrangido pela ZGP da Igreja matriz de Fronteira.

²⁸ Praia Fluvial e Ponte da Ribeira Grande em Fronteira inclui a Ponte sobre a Ribeira Grande classificada como MIM.

²⁹ A área do Terreiro da Batalha dos Atoleiros corresponde a património cultural classificado e respetiva ZGP, prevalecendo o regime de proteção legal específico e restrições da ASA fixada conforme Artigo único da Portaria n.º 50/2023, DR, 1.ª série, n.º 34, de 16/02/2023.

³⁰ A área delimitada na Herdade Grande em São Saturnino inclui 9 bens imóveis integrados no Megalitismo Alentejano, em vias de classificação, e respetivas zonas de proteção, prevalecendo o seu regime de proteção legal específico.

³¹ Para a área arqueológica da Horta da Torre, a revisão do Plano Diretor Municipal contempla, no seu programa de execução, uma ação que corresponde à elaboração dos procedimentos necessários para a proposta de classificação e de constituição de reserva arqueológica.

³² Inclui Pelourinho de Cabeço de Vide (MN), Cruzeiro de Cabeço de Vide (MN) e Solar dos Simas Cardoso (MIP), com respetivas ZGP.

³³ Inclui Igreja matriz de Fronteira (IIP), Pelourinho de Fronteira (IIP) e Torre do Relógio, Capela e Arco dos Santos (CIP), com respetivas ZGP.

³⁴ A área associada à Igreja de Nossa Senhora da Vila Velha corresponde a património cultural classificado e respetiva ZEP, fixada pela Portaria n.º 277/2014, DR, 2.ª série, n.º 81, de 28/04/2014, prevalecendo o seu regime de proteção legal específico.

15.2 ANEXO II – PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NÃO CLASSIFICADO³⁵

ID	CNS	DESIGNAÇÃO	TIPO	PERÍODOS	FREGUESIA
I	11730	Beijúdos	Povoado Fortificado	Romano	São Saturnino
II	5759	Cabeço de Vide	Fortificação	Romano	Cabeço de Vide
III	13712	Cabeço de Vide Via	Via	Romano	Cabeço de Vide
IV	13713	Castelo do Mau Vizinho 1	Habitat	Romano	Cabeço de Vide
V	13715	Castelo do Mau Vizinho 2	Habitat	Idade do Ferro	Cabeço de Vide
VI	13716	Castelo do Mau Vizinho 3	Habitat	Romano	Cabeço de Vide
VII	13717	Castelo do Mau Vizinho 4	Habitat	Romano	Cabeço de Vide
VIII	13718	Cavaleiros 2	Indeterminado	Moderno	São Saturnino
IX	5765	Cerejeira	Villa	Romano	São Saturnino
X	15692	São Pedro	Villa	Romano	Cabeço de Vide
XI	5766	Fronteira	Vestígios Diversos	Romano	Fronteira
XII	13728	Herdade da Palhinha	Villa	Romano	Fronteira
XIII	338	Herdade do Braga	Povoado	Neo-Calco	São Saturnino
XIV	13769	Herdade Grande 9	Anta/Dólmem	Neo-Calco	São Saturnino
XV	13735	Herdade Grande 11	Indeterminado	Medieval-Moderno	São Saturnino
XVI	13736	Herdade Grande 12	Indeterminado	Medieval-Moderno	São Saturnino
XVII	13748	Herdade Grande 13	Indeterminado	Medieval-Moderno	São Saturnino
XVIII	13749	Herdade Grande 14	Indeterminado	Medieval-Moderno	São Saturnino
XIX	7312	Igreja Vila Velha	Silo	Idade do Ferro	Fronteira
XX	11725	Malhada das Penas 1	Povoado Fortificado	Romano	Cabeço de Vide
XXI	11733	Malhada das Penas 2	Atalaia	Romano	Cabeço de Vide
XXII	13791	Monte Alegre 1	Casal Rústico	Romano	São Saturnino
XXIII	13771	Monte Alegre 2	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado	São Saturnino
XXIV	13772	Monte da Ribeira de Vide	Material de Construção	Medieval-Moderno	Fronteira
XXV	5768	Monte de S. Francisco 1	Vestígios Diversos	Romano	São Saturnino
XXVI	13773	Pombal	Habitat	Romano	Cabeço de Vide
XXVII	8393	Porto de Melões	Necrópole	Romano	Fronteira
XXVIII	13774	Quinta da Ponte	Ponte	Medieval-Moderno	Cabeço de Vide
XXIX	13775	Quinta de S. Francisco	Indeterminado	Indeterminado	Fronteira
XXX	13777	Santo Cristo	Povoado	Romano	Cabeço de Vide
XXXI	13776	Talha de Baixo 1	Habitat	Romano	Fronteira
XXXII	5760	Horta da Torre	Villa	Romano	Cabeço de Vide
XXXIII	20186	Coutada de Baixo	Casal Rústico	Romano	São Saturnino
XXXIV	16236	Quinta da Regada 1	Indeterminado	Romano	Cabeço de Vide
XXXV	4533	Monte de S. Saturnino	Villa	Romano	São Saturnino
XXXVI	16238	Quinta da Regada 2	Habitat	Romano	Cabeço de Vide
XXXVII	16096	Outeiro de S. Miguel	Povoado	Romano	Fronteira
XXXVIII	13688	Apáula	Sepultura	Medieval-Moderno	Fronteira
XXXIX	16157	Picanços 1	Habitat	Romano	São Saturnino
XL	16158	Picanços 2	Achado(s) Isolado(s)	Romano	São Saturnino
XLI	16118	Samaruda	Sepultura	Romano	Fronteira
XLII	16159	Picanços 3	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado	São Saturnino
XLIII		Ana Pinta	Ponte e Poldra	Medieval-Moderno	Fronteira
XLIV	16231	Bispas	Habitat	Romano	Cabeço de Vide
XLV	16098	Sete Vales 1	Necrópole	Indeterminado	Fronteira
XLVI	16106	Malhada dos Pintos	Arte Rupestre	Indeterminado	Fronteira
XLVII		Monte das Oliveiras	-	Indeterminado	São Saturnino
XLVIII	14215	Monte do Outeiro	Povoado	Neo-Calco	Fronteira
XLIX	13978	Malhada do Burrinho	Habitat	Paleo	São Saturnino

³⁵ Embora inventariados em estudos diversos não foram cartografados os seguintes sítios: Bugas trata-se de um sítio de informação antiga, que não apresenta coordenadas; A Anta 1 da Herdade de S. Domingos foi referenciado num trabalho de doutoramento de aluno da FLUL, não apresentando coordenadas nem descrição substantiva no referido trabalho; Os sítios Herdade do Cego 1 e 2, referenciados em Estudo de Impacto Ambiental, não possuem coordenadas acessíveis não tendo por isso sido cartografado e confirmado no terreno; Os sítios Apáula 2, Apáula 3, Talha de Baixo 3, Monte dos Arneiros 2, tratam-se de achados casuais, localizados após a conclusão da Carta Arqueológica, não apresentando coordenadas.

ID	CNS	DESIGNAÇÃO	TIPO	PERÍODOS	FREGUESIA
L	16099	Sete Vales 2	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
LI	16100	Sete Vales 3	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
LII	16101	Sete Vales 4	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
LIII	16107	S. Bento das Lapas	Abrigo	Medieval	Fronteira
LIV	16102	Monte do Farrusco	Habitat	Romano	Fronteira
LV	16103	Moinho das Várzeas	Vestígios Diversos	Indeterminado	Fronteira
LVI	16092	Calçadinha	Casal Rústico	Medieval-Moderno	Fronteira
LVII	16108	Porto de Vaíamonte 2	Casal Rústico	Medieval-Moderno	Fronteira
LVIII	16109	Porto de Vaíamonte 3	Casal Rústico	Medieval-Moderno	Fronteira
LIX	16113	Arrociada 2	Via	Romano	Cabeço de Vide
LX	14258	Vences	Casal Rústico	Romano	Cabeço de Vide
LXI	20187	Estrada dos Castelhanos	Via	Romano	Cabeço de Vide
LXII	16237	Outeiro dos Coelhoos	Povoado Fortificado	Idade do Ferro	Cabeço de Vide
LXIII	16160	Caniceira 1	Cabana	Romano	Cabeço de Vide
LXIV	16161	Caniceira 2	Cabana	Romano	Cabeço de Vide
LXV	16162	Caniceira 3	Cabana	Romano	Cabeço de Vide
LXVI	16163	Merouços 1	Necrópole	Romano	Cabeço de Vide
LXVII	16164	Merouços 2	Malaposta/Mutatio	Romano	Cabeço de Vide
LXVIII	14352	Herdade Grande 16	Habitat	Indeterminado	Fronteira
LXIX	16141	Herdade da Palhinha 2	Casal Rústico	Romano	Fronteira
LXX	16142	Herdade da Palhinha 3	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado	Fronteira
LXXI	16145	Monte Seco 1	Achado(s) Isolado(s)	Idade do Bronze	Cabeço de Vide
LXXII	16146	Monte Seco 2	Casal Rústico	Medieval	Cabeço de Vide
LXXIII	16115	Dona Maria	Necrópole	Romano	Cabeço de Vide
LXXIV	16110	Fonte da Saúde	Fonte	Moderno	Fronteira
LXXV	16111	Monte dos Caniços	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
LXXVI	16143	Cardoso	Achado(s) Isolado(s)	Neolítico	Fronteira
LXXVII	14591	Cova da Serpente	Abrigo	Indeterminado	Cabeço de Vide
LXXVIII	16199	Vale de Paredes Novo 1	Achado(s) Isolado(s)	Paleo	São Saturnino
LXXIX	16209	Vale de Paredes Novo 2	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calco	São Saturnino
LXXX	16165	Broca	Casal Rústico	Medieval-Moderno	Cabeço de Vide
LXXXI	16119	Nora	Habitat	Romano	Fronteira
LXXXII	16116	Ladrões	Sepultura	Medieval	Fronteira
LXXXIII	16117	Malhada da Amoreira de Baixo	Habitat	Romano	Cabeço de Vide
LXXXIV	20188	Arrociada 1	Sepultura	Romano	Cabeço de Vide
LXXXV	20189	Monte do Judeu	Necrópole	Romano	Fronteira
LXXXVI	14236	Vale de Paredes 1	Casal Rústico	Idade do Bronze	São Saturnino
LXXXVII	15566	Vale de Paredes 2	Casal Rústico	Medieval-Moderno	São Saturnino
LXXXVIII	16193	Vale de Paredes 3	Casal Rústico	Medieval-Moderno	São Saturnino
LXXXIX	16166	Cavaleiros 3	Villa	Neo-Calco	São Saturnino
XC	19054	Estrada de S. Domingos	Via	Romano	Cabeço de Vide
XCI	18882	Penedo Gordo	Habitat	Neo-Calco	São Saturnino
XCII	19057	Poço do Valverde 1	Casal Rústico	Moderno	Fronteira
XCIII	19058	Poço do Valverde 2	Casal Rústico	Indeterminado	Fronteira
XCIV	19059	Vale de Maceiras 3	Casal Rústico	Romano	São Saturnino
XCV	19060	Malhada do Pocinho	Casal Rústico	Moderno	Fronteira
XCVI	19061	Vale de Paredes 4	Casal Rústico	Moderno	São Saturnino
XCVII	19062	Porto dos Melões 2	Habitat	Neo-Calco	Fronteira
XCVIII	19063	Vale da Charca	Habitat	Neolítico	Fronteira
XCIX	19064	Barrocal	Casal Rústico	Romano	Fronteira
C	19065	Vale Fabiano	Habitat	Idade do Bronze	Cabeço de Vide
CI	19066	Pedra da Malha	Monumento Megalítico	Medieval	São Saturnino
CII	19067	Almentolios	Casal Rústico	Romano	São Saturnino
CIII		Beçudos 2	Indeterminado	Paleo	São Saturnino
CIV	31233	Cabeço de Vide - Largo do Carmo	Vestígios Diversos	Indeterminado	Cabeço de Vide
CV	19083	Burraz 1	Necrópole	Romano	Fronteira

ID	CNS	DESIGNAÇÃO	TIPO	PERÍODOS	FREGUESIA
CVI	2747	São Saturnino	Anta/Dólmén	Neo-Calco	São Saturnino
CVII	20153	Tapada do Vaz	Povoado	Neo-Calco	Cabeço de Vide
CVIII	20154	Sesmos	Habitat	Moderno	São Saturnino
CIX	20155	Porto de Melões 3	Habitat	Neo-Calco	Fronteira
CX	20156	Vale de Paredes Novo 3	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calco	São Saturnino
CXI	20157	Pascoais 1	Casal Rústico	Idade do Ferro	Cabeço de Vide
CXII	20158	Picanços 4	Casal Rústico	Idade do Bronze	São Saturnino
CXIII	20159	Picanços 5	Arte Rupestre	Neo-Calco	São Saturnino
CXIV	20149	Reboredo de Baixo	Habitat	Neo-Calco	Fronteira
CXV	20160	Almo	Villa	Romano	Cabeço de Vide
CXVI	20161	Ribeira do Valverde	Vestígios Superficiais	Paleo	Fronteira
CXVII	14353	Herdade Grande 15	Arte Rupestre	Medieval	São Saturnino
CXVIII	20162	Vale de Paredes Novo 4	Achado(s) Isolado(s)	Paleo	São Saturnino
CXIX	20163	Golaio	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
CXX	20164	Gaião	Casal Rústico	Medieval	Cabeço de Vide
CXXI	20165	Cegão	Casal Rústico	Medieval	Cabeço de Vide
CXXII	20166	Ladrões 2	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
CXXIII	20150	Vale de Carros	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calco	Fronteira
CXXIV	20167	Alto da Torre 1	Vestígios Diversos	Romano	Cabeço de Vide
CXXV	20179	Sulfúrea	Vestígios Diversos	Romano	Cabeço de Vide
CXXVI	4834	Pulsigais/ Pocilgais	Necrópole	Romano	Cabeço de Vide
CXXVII	20182	Chaparral	Necrópole	Romano	Cabeço de Vide
CXXVIII	20183	Chabarneco	Necrópole	Romano	Cabeço de Vide
CXXIX		Monte Branco	-	Romano	Cabeço de Vide
CXXX	20192	Porto de Vaíamonte 1	Habitat	Romano	São Saturnino
CXXXI	20194	Fonte de Frade	Sepultura	Romano	Fronteira
CXXXII	20168	Torrados	Casal Rústico	Romano	São Saturnino
CXXXIII	20152	Monte da Espadeira	Povoado	Idade do Bronze	São Saturnino
CXXXIV	20169	Pintas	Via	Romano	São Saturnino
CXXXV	20178	Caniceira 4	Achado(s) Isolado(s)	Romano	Cabeço de Vide
CXXXVI		Ratões	-	Moderno	São Saturnino
CXXXVII		São Barnabé	Igreja	Medieval	Cabeço de Vide
CXXXVIII	20177	Barba de Pele	Anta/Dólmén	Neo-Calco	Cabeço de Vide
CXXXIX	20176	Monte Branco do Mato 1	Anta/Dólmén	Neo-Calco	Fronteira
CXL		Cabeça dos Pocilgais	-	Medieval-Moderno	Cabeço de Vide
CXLI	20170	Cerro da Capela	Vestígios Superficiais	Romano	Fronteira
CXLII	20171	Monte do Farrusco 2	Vestígios Diversos	Romano	Fronteira
CXLIII	20172	Monte do Farrusco 3	Vestígios Superficiais	Medieval	Fronteira
CXLIV		Pedra do Fradinho 1	-	Medieval	São Saturnino
CXLV	20175	Alto das Tapadas	Achado(s) isolados	Paleo	São Saturnino
CXLVI	20173	Ponte do Sebastião	Ponte	Medieval	Cabeço de Vide
CXLVII	18202	Talha de Baixo 2	Necrópole	Romano	Fronteira
CXLVIII	20117	Herdade dos Arneiros 3	Arte Rupestre	Neo-Calco	Cabeço de Vide
CXLIX	20118	Herdade dos Arneiros 4	Povoado	Neo-Calco	Cabeço de Vide
CL	20119	Herdade dos Arneiros 5	Casal Rústico	Moderno	Cabeço de Vide
CLI	20120	Herdade dos Arneiros 6	Povoado	Neo-Calco	Cabeço de Vide
CLII	20121	Pedra do Fradinho 2	Arte Rupestre	Neo-Calco	São Saturnino
CLIII	20122	Fonte da Raposa 1	Casal Rústico	Medieval	São Saturnino
CLIV	20123	Fonte da Raposa 2	Vestígios Superficiais	Paleo	São Saturnino
CLV	20124	Reisinho	Casal Rústico	Medieval	Cabeço de Vide
CLVI	20125	Cabana do João Luís	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
CLVII	20126	Camparrão 1	Núcleo de Povoamento	Idade do Bronze	Fronteira
CLVIII	20127	Camparrão 2	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
CLIX	20129	Coimeira	Achado(s) Isolado(s)	Romano	Fronteira
CLX	20130	Meloeiro	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calco	Fronteira
CLXI	32288	Capela do Espírito Santo	Capela	Moderno	Fronteira
CLXII	20193	Lagar do Penedo	Habitat	Romano	Cabeço de Vide

ID	CNS	DESIGNAÇÃO	TIPO	PERÍODOS	FREGUESIA
CLXIII	20133	Ladrões 3	Habitat	Neo-Calco	Fronteira
CLXIV	20134	Ladrões 4	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
CLXV	20135	Monte das Pedras	-	Neo-Calco	São Saturnino
CLXVI	20136	Monte Branco do Mato 2	Achado(s) Isolado(s)	Paleo	Fronteira
CLXVII	20137	Cavaleiros 4	Casal Rústico	Moderno	São Saturnino
CLXVIII	20138	Cabeço da Pereira	Achado(s) Isolado(s)	Romano	São Saturnino
CLXIX	20139	Cavaleiros 5	Casal Rústico	Medieval	São Saturnino
CLXX	20140	Cavaleiros 6	Casal Rústico	Medieval	São Saturnino
CLXXI	20141	Cavaleiros 7	Habitat	Neo-Calco	São Saturnino
CLXXII	20142	Domingos Pires 1	Habitat	Neo-Calco	Cabeço de Vide
CLXXIII	20143	Domingos Pires 2	Casal Rústico	Romano	Cabeço de Vide
CLXXIV	20144	Burraz 2	Casal Rústico	Romano	Fronteira
CLXXV	20145	Monte do Pisão	Casal Rústico	Romano	Cabeço de Vide
CLXXVI	20146	Porto dos Melões 4	Casal Rústico	Medieval	Fronteira
CLXXVII	20147	Herdade de Palma	Casal Rústico	Medieval	Cabeço de Vide
CLXXVIII	20148	Couto Dona Luísa	Casal Rústico	Romano	Cabeço de Vide
CLXXIX		Anta da Ladeira 3	Anta	Neo-Calco	Fronteira
CLXXX		Monte do Eucalipto	Achado Isolado/Habitat (?)	Romano	Fronteira
CLXXXI		Pego da Argola	Abrigo Sob Rocha	Indeterminado	Fronteira
CLXXXII		Cavaleiros 8	Habitat	Neo-Calco	São Saturnino
CLXXXIII		Cavaleiros 9	-	Neo-Calco	São Saturnino
CLXXXIV		Amendoeira	Casal Rústico	Romano	Fronteira
CLXXXV	39042	Pedra da Malha 2	Arte Rupestre	Neo-Calco	São Saturnino
CLXXXVI	39043	Pedra da Malha 3	Habitat	Neo-Calco	São Saturnino
CLXXXVII		Pedra da Malha 4	Afloramento	Medieval	São Saturnino
CLXXXVIII		Bispas 2	Casal Rústico	Medieval	Cabeço de Vide
CLXXXIX		Poço do Escudeiro	Habitat	Neo-Calco	Cabeço de Vide
CXC		Monte das Oliveiras 2	Habitat	Neo-Calco	São Saturnino
CXCI	14351	Herdade Grande 17	Habitat	Neo-Calco	São Saturnino
CXCII	14350	Herdade Grande 18	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calco	São Saturnino
CXCIII		Herdade Grande 19	-	Indeterminado	São Saturnino
CXCIV		Vale de Maceiras 4	Casal Rústico	Romano	São Saturnino
CXCV		Monte de Fonte Santa 1	-	Romano	Cabeço de Vide
CXCVI		Monte de Fonte Santa 4	-	Romano	Cabeço de Vide
CXCVII		Castelo do Mau Vizinho 5	-	Idade do Ferro	Cabeço de Vide
CXCVIII		Pascoais 2	-	Romano	Fronteira
CXCIX		Pascoais 3	-	Romano	Fronteira
CC		Carrascais	-	Indeterminado	Cabeço de Vide
CCI		Monte das Fontainhas 1	-	Romano	Cabeço de Vide
CCII		Monte da Laranjeira	-	Indeterminado	Cabeço de Vide
CCIII		Caniceira 5	-	Indeterminado	Cabeço de Vide
CCIV		Monte das Fontainhas 2	-	Romano	Cabeço de Vide
CCV		Merouços 3	-	Indeterminado	Cabeço de Vide
CCVI		Merouços 5	-	Romano	Cabeço de Vide
CCVII		Merouços 6	-	Romano	Cabeço de Vide
CCVIII		Pascoais 4	-	Romano	Cabeço de Vide
CCIX		Monte da Palmeira	-	Indeterminado	Cabeço de Vide
CCX		Monte de Fonte Santa 2	-	Romano	Cabeço de Vide
CCXI		Monte de Fonte Santa 3	-	Romano	Cabeço de Vide
CCXII		Alto da Torre 2	-	Romano	Cabeço de Vide
CCXIII		Monte de S. Francisco 2	-	Romano	São Saturnino
CCXIV		Merouços 7	-	Romano	Cabeço de Vide
CCXV		Monte de S. Francisco 3	-	Romano	São Saturnino
CCXVI		Monte de S. Francisco 4	-	Romano	São Saturnino
CCXVII		Monte da Fonte Pequena	-	Romano	São Saturnino
CCXVIII		Monte das Oliveiras 3	-	Romano	São Saturnino
CCXIX		Pascoais 5	-	Romano	Cabeço de Vide

ID	CNS	DESIGNAÇÃO	TIPO	PERÍODOS	FREGUESIA
CCXX	20191	Monte dos Arneiros	Necrópole	Romano	Cabeço de Vide
CCXXI	16239	Horta Tirana	Necrópole	Romano	Cabeço de Vide

15.3 ANEXO III - LISTA DE ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AI	Área de Intervenção
AL	Alojamento Local
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CIAA	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
CMF	Câmara Municipal de Fronteira
CNS	Código Nacional de Sítio
DFU	Dimensão Funcional Útil
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DPH	Domínio Público Hídrico
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EH	Estabelecimento Hoteleiro
EI	Espaço Industrial
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
ERPI	Estrutura Residencial para Idosos
ERPVA	Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
ETER	Estabelecimento Turístico em Espaço Rural
ETI	Empreendimentos Turísticos Isolados
ER Alentejo 2030	Estratégia Regional Alentejo 2030
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
NUTL	Núcleos Urbanos de Turismo e Lazer
PAMUSAA	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável Alto Alentejo
PARU	Plano de Ação e Regeneração Urbana
PDS	Plano de Desenvolvimento Social de Fronteira
PDM	Plano Diretor Municipal
PGBH	Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica
PGRI	Plano de Gestão de Riscos de Inundações
PIAAC-AA	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMEPC	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
PDMF	Plano Diretor Municipal de Fronteira
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
PROTALI	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral
PROZEA	Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente de Alqueva
PROZOM	Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RGP	Recenseamento Geral da População
RH	Região Hidrográfica
SCMCV	Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SRUP	Servidões e Restrições de Utilidade Pública
TAA	Transportes do Alto Alentejo
TER	Turismo no Espaço Rural
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
USLNA	Unidade de Saúde Local do Norte Alentejano
ZGP	Zona Geral de Proteção

15.4 ANEXO IV - EQUIPA TÉCNICA

Pela equipa técnica da Câmara Municipal de Fronteira	
Senhor Presidente da Câmara	
Arq.º Jorge Carrão	
Eng.º António Cabaço	
Pela equipa técnica da Mundo às Riscas, Lda.	
Arq.ª Gabriela Cotrim	Coordenação Geral Ordenamento do Território, arquitetura e património cultural
Eng.ª Catarina Amorim	Engenharia do Território Acessibilidades e Infraestruturas
Urbanista Hugo Pegado	Urbanismo e riscos territoriais
Dra. Conceição Viana	Enquadramento demográfico e socioeconómico
Arq.ª Cristina Correia	Componentes Biofísicas e Reserva Agrícola
Arq.ª Ana Quinta	Componentes Biofísicas
Arq.ª Susana Morais Arq.ª Maria João Maurício (entre outros)	Avaliação Ambiental Estratégica Reserva Ecológica Nacional
Dra. Sónia Ferro	Direito urbanístico

Nota:

Por parte da Câmara Municipal de Fronteira, a revisão do Plano é ainda acompanhada pelo Gabinete Florestal e pelo consultor em Arqueologia, Dr. André Carneiro.